



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL – 1ª REGIÃO FISCAL - SRRF 01**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

MARÇO/2014



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL – 1ª REGIÃO FISCAL - SRRF 01**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, IN TCU nº 72/2013, DN TCU nº 127/2013, Portaria TCU nº 175/2013 e Portaria CGU nº 133/2013.

Brasília, Março/2014

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AFRFB – Auditor Fiscal de Receita Federal do Brasil
ARFB – Auditoria da Receita Federal do Brasil
AGU – Advocacia–Geral da União
Art. – Artigo
ATA – Assistente Técnico–Administrativo
ATRFB – Analista Tributário da Receita Federal do Brasil
Audit – Coordenação–Geral de Auditoria Interna
CAC – Centro de Atendimento ao Contribuinte da Receita Federal do Brasil
CGU – Controladoria–Geral da União
CIEE – Centro de Integração Empresa Escola
CETAD – Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros
COAEF – Coordenação–Geral de Atendimento e Educação Fiscal
COANA – Coordenação–Geral de Administração Aduaneira
COCAD – Coordenação–Geral de Gestão de Cadastro
COCAJ – Coordenação–Geral de Contencioso Administrativo e Judicial
CODAC – Coordenação–Geral de Arrecadação e Cobrança
COFIS – Coordenação–Geral de Fiscalização
COGEP – Coordenação–Geral de Gestão de Pessoas
COGER – Corregedoria da Receita Federal do Brasil
COGET – Coordenação–Geral de Estudos, Previsão e Análise
COMAC – Coordenação Especial de Maiores Contribuintes
CONPROVI – Controle de Procedimentos Vinculados
COPAV – Coordenação–Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional
COPEI – Coordenação–Geral de Pesquisa e Investigação
COPES – Coordenação–Geral de Programação e Estudos
COPOL – Coordenação–Geral de Programação e Logística
COREC – Coordenação Especial de Ressarcimento, Compensação e Restituição
COSIT – Coordenação–Geral de Tributação
COTEC – Coordenação–Geral de Tecnologia da Informação
DATAPREV – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
DE – Despacho Aduaneiro de Exportação
DEMAC - Delegacia Especial de Maiores Contribuintes
DI – Despacho Aduaneiro de Importação
DIAAC - Divisão de Auditoria de Procedimentos de Atendimento e Controle do Crédito
DIAAD - Divisão de Auditoria de Procedimentos de Aduaneiros
DIAEX - Divisão de Atendimento aos Órgãos de Controle Externo
DIAFI – Divisão de Auditoria de Procedimentos de Fiscalização
DIATA – Divisão de Auditoria de Procedimentos de Tecnologia e de Administração
DIFIS – Divisão de Fiscalização
DN – Decisão Normativa
DRF – Delegacia da Receita Federal do Brasil

DRJ – Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento
FAPI – Fichas de Auditoria de Importação
FDI – Fichas Despacho Importação
FHAB – Ficha de Habilitação
GDA – Gerencial de Desempenho Aduaneiro
GIFA – Gratificação de Incremento da Fiscalização e da Arrecadação
IN – Instrução Normativa
IRFB – Inspetoria da Receita Federal do Brasil
PAINT - Plano Anual da Auditoria Interna
PCC – Plano de Cargos e Carreira
PDV – Programa de Demissão Voluntária
PECFAZ – Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda
PF – Pessoa Física
PGPE – Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
PJ – Pessoa Jurídica
PNEF – Programa Nacional de Educação Fiscal
PNFA – Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira
RADAR – Registro e Rastreamento da Atuação dos Intervenientes Aduaneiros
RAINT – Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
RFB – Receita Federal do Brasil
RIP – Registro Imobiliário Patrimonial
SAGA – Sistema de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento aos Contribuintes
SAGE – Sistema de Apoio à Gestão Estratégica
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISCAD – Sistema de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas
SPIUNet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU – Secretaria do Patrimônio da União
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
SUARA – Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento da Receita Federal do Brasil
SUARI – Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais da Receita Federal do Brasil
SUCOR – Subsecretaria de Gestão Corporativa da Receita Federal do Brasil
SUFIS – Subsecretaria de Fiscalização da Receita Federal do Brasil
SUTRI – Subsecretaria de Tributação e Contencioso da Receita Federal do Brasil
TCU – Tribunal de Contas da União
TME – Tempo Médio de Atendimento
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada

LISTA DE QUADROS E DECLARAÇÕES (conforme Portaria TCU nº 175/2013)

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Quadro 1 – Identificação da UJ	16
Quadro 2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	145
Quadro 3 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa	148
Quadro 4 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	149
Quadro 5 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	149
Quadro 6 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores	150
Quadro 7 – Caracterização Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício	151
Quadro 8 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios	152
Quadro 9 – Despesas Realizadas por Meio da Conta Tipo “B” e por Meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	152
Quadro 10 – Despesas com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	153
Quadro 11 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)	155
Quadro 12 – Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12	158
Quadro 13 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ	159
Quadro 14 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ .	164
Quadro 15 – Quantidade de Servidores por UJ por Faixa Etária.....	164
Quadro 16 - Quantidade de Servidores por UJ por Nível de Escolaridade.....	165
Quadro 17 – Quadro de Custos de Pessoal no Exercício e nos dois Anteriores.....	166
Quadro 18 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU	168
Quadro 19 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU	168
Quadro 20 – Regularidade de Cadastro dos Atos no Sisac	169
Quadro 21 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva ...	176
Quadro 22 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	179
Quadro 23 – Composição do Quadro de Estagiários	186

Quadro 24 – Frota de Veículos Automotores da Unidade Jurisdicionada	188
Quadro 25 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	193
Quadro 26 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional	194
Quadro 27 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ	196
Quadro 28 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	197
Quadro 29 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	199
Quadro 30 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	201
Quadro 31 – Demonstrativo, por Autoridades e Servidores, da Obrigação de Entregar a DBR	203

Declarações

Declaração de Atualização dos Dados do SIASG e SICONV	205
Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	214

SUMÁRIO

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Introdução	9

Itens do Relatório de Gestão, Parte A, Conteúdo Geral, Anexo II, DN TCU nº 127/2013

1 - Identificação e Atributos das Unidades Cujas Gestões Compõem o Relatório

1.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada	16
1.2 - Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada	17
1.3 - Organograma Funcional da Unidade Jurisdicionada	24
1.4 - Macroprocessos Finalísticos da Unidade Jurisdicionada	28
1.5 - Principais Macroprocessos de Apoio ao Exercício das Competências e Finalidades da Unidade Jurisdicionada	59
1.6 - Principais Parceiros (externos à Unidade Jurisdicionada, da administração pública ou da iniciativa privada) Relacionados à Atividade Fim da Unidade	94

2 - Planejamento e Resultados Alcançados

2.1 - Informações sobre o Planejamento da Unidade Jurisdicionada	96
2.2 - Informações sobre Outros Resultados Gerados pela Gestão.....	117

3 - Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão

3.1 - Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	145
---	-----

4 - Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

4.1 - Execução das Despesas	148
4.2 - Movimentação e Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	150
4.3 - Transferências de Recursos	151
4.4 - Suprimento de Fundos	152

5 - Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados

- 5.1 - Estrutura de Pessoal da Unidade 157
- 5.2 - Terceirização de Mão de Obra e Contratação de Estagiários 176

6 - Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

- 6.1 - Gestão da Frota de Veículos Próprios e Locados de Terceiros 187
- 6.2 - Gestão do Patrimônio Imobiliário da União que esteja sob a Responsabilidade da Unidade 193
- 6.3 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros 197

7 - Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

- 7.1 - Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras 199
- 7.2 - Medidas para Redução de Consumo Próprio de Papel, Energia Elétrica e Água 200

8 - Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas

- 8.1 - Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93 203
- 8.2 - Alimentação SIASG e SICONV 205

9 - Relacionamento com a Sociedade

- 9.1 - Descrição dos Canais de Acesso do Cidadão ao Órgão para fins de Solicitações, Reclamações, Denúncias, Sugestões, etc 207

10 - Informações Contábeis

- 10.1 - Medidas para a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público 209
- 10.2 - Declaração do Contador atestando Conformidade das Demonstrações Contábeis 214

INTRODUÇÃO

ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE GESTÃO

O presente Relatório de Gestão consolida as informações referentes às Unidades Gestoras da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal.

As informações apresentadas a seguir estão estruturadas de acordo com os itens e subitens previstos na Parte A, Conteúdo Geral e Parte B, Conteúdo Específico, Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, combinados com as orientações e os quadros contidos na Portaria TCU nº 175/2013.

ITENS DO ANEXO II, PARTE A - CONTEÚDO GERAL, DA DN TCU Nº 127/2013 E QUADROS DA PORTARIA TCU Nº 175/2013 QUE NÃO SE APLICAM À REALIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro 2 – Ações

A Unidade Jurisdicionada não possui informações deste quadro.

2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	
2.2	Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados
Quadro A.2.2.3.2	Ação/Subtítulos
Quadro A.2.2.3.3	Ações não previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados
Justificativa: A Unidade Jurisdicionada não possui Ações, motivo pelo qual os quadros citados acima não se aplicarem à realidade da UJ.	
3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	
3.1	Estrutura orgânica de controle da unidade jurisdicionada ou do órgão a que se vincula, tais como unidade de auditoria ou de controle interno, comitê de auditoria, conselhos fiscais, comitês de avaliações, etc. descrevendo de maneira sucinta a base normativa, as atribuições e a forma de atuação de cada instância de controle.
Justificativa: Na RFB não há uma estrutura formal de controle. No entanto, há uma unidade de auditoria interna responsável, dentre outras, pela proposição de políticas e diretrizes de atuação preventiva e corretiva para a RFB; pela coordenação e execução de atividades de auditorias internas e de gestão nas unidades centrais e descentralizadas e propor políticas e diretrizes relativas à gestão de riscos na RFB. Não há extensão da unidade de auditoria nas Superintendências Regionais da RFB e a administração, gerência e tomada de decisões relacionadas à auditoria interna cabem ao Órgão Central da RFB, motivo pelo qual o Subitem 3.1 não se aplicar à Unidade Jurisdicionada. As informações relacionadas a este Subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.	

3.4	Estrutura e atividades do sistema de correição da unidade, identificando, inclusive, a base normativa que rege a atividade no âmbito da unidade ou do órgão.
Justificativa: A administração da Unidade de correição é realizada no Órgão Central e as informações relacionadas a este Subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.	
3.5	Demonstração do cumprimento, pela instância de correição da unidade, das disposições dos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União - CGU, no que tange aos fatos originados em unidade jurisdicionada cuja gestão esteja contemplada no relatório de gestão.
Justificativa: Conforme informado na justificativa do Subitem 3.4 acima, a administração da Unidade de correição da RFB é realizada no Órgão Central e as informações relacionadas a este Subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.	
3.6	Indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho da entidade no que se refere à governança e controles internos.
Justificativa: Conforme informado na justificativa do Subitem 3.1, na RFB não há estrutura formal de controle. Há uma unidade de auditoria interna e as informações referentes a este Subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão central da RFB.	
4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	
4.6	Renúncias de Receitas
Justificativa: Esta UJ não é órgão gestor de nenhuma renúncia tributária, não cabendo, portanto, a prestação de informações relacionadas a este Subitem. Alguns quadros deste Subitem serão apresentados no Relatório de Gestão do Órgão Central	
5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	
5.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas
Quadro A 5.1.4.1	Composição do Quadro de Servidores Inativos
Quadro A 5.1.4.2	Instituidores de Pensão
Justificativa: A RFB não é órgão instituidor de aposentadorias e pensões, cuja gestão está a cargo da área de pessoal do Ministério da Fazenda. Neste sentido, não foi tratado neste Relatório o Subitem 5.1.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas, nem foram preenchidos os correspondentes quadros da Portaria TCU nº 175/2013:	
5.1.7	

	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos
<p>Justificativa: Após análise das ferramentas de extração de dados do Siape e Siapecad, mesmo utilizando a senha de maior amplitude de transações disponibilizada para a RFB, verificamos a incapacidade de extração de tal informação. Não sendo possível correlacionar os dados dos servidores da RFB com os dos demais servidores públicos federais. Não há como verificar via extração sistematizada, a acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos no âmbito federal.</p> <p>Atualmente, quando o Siape notifica alguma anomalia em relação a possível acumulação no momento de atualização do cadastro funcional quando da integração com o Siapecad para gerar efeito financeiro na Folha de Pagamento, é realizado levantamento para análise do caso concreto e tomadas as providências devidas de acordo com instrução legal.</p> <p>No processo de controle é utilizada a entrega de Termo de Responsabilidade assinado pelo servidor no ato da posse, declarando não exercer qualquer cargo ou emprego público efetivo na Administração Pública Federal, nem perceber proventos decorrentes de aposentadoria inacumulável de acordo com a Constituição Federal.</p> <p>O servidor também se compromete a comunicar ao Ministério da Fazenda qualquer alteração que vier a ocorrer em sua vida funcional que não atenda aos dispositivos legais previstos para os casos de acumulação de cargos.</p> <p>São utilizadas também, como forma de prevenção à acumulação indevida, as ações de capacitação relativas à disseminação da ética no serviço público durante o programa de formação de novos servidores, bem como no programa anual de capacitação.</p>	
7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	
Quadro A 7.1	Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada
<p>Justificativa: A gestão da unidade de tecnologia da RFB é realizada de forma centralizada no Órgão Central, motivo pelo qual as informações deste Item constarem no Relatório de Gestão do Órgão Central.</p>	
9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	
9.3	Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna
<p>Justificativa: Na RFB, há uma unidade de auditoria interna responsável, dentre outras, pela proposição de políticas e diretrizes de atuação preventiva e corretiva para a RFB; pela coordenação e execução de atividades de auditorias internas e de gestão nas unidades centrais e descentralizadas e propor políticas e diretrizes relativas à gestão de riscos na RFB. Não há extensão da unidade de auditoria nas Superintendências Regionais da RFB e a administração, gerência e tomada de decisões relacionadas à auditoria interna cabem ao Órgão Central da RFB, motivo pelo qual as informações relativas a este Subitem constarem no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.</p>	

ITENS DO ANEXO II, PARTE B - CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA, DA DN TCU Nº 127/2013 E QUADROS DA PORTARIA TCU Nº 175/2013 QUE NÃO SE APLICAM À REALIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA

26. RFB (ACÓRDÃO TCU Nº 499/2009 - PLENÁRIO)

Informações sobre as medidas administrativas e judiciais adotadas para a cobrança e execução da dívida previdenciária e não previdenciária.

Justificativa: A gestão da cobrança e execução da dívida previdenciária e não previdenciária está a cargo do Órgão Central e as informações relativas a este Item serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

ITENS DO ANEXO II, PARTE A - CONTEÚDO GERAL, DA DN TCU Nº 127/2013 E QUADROS DA PORTARIA TCU Nº 175/2013 QUE SE APLICAM À REALIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA MAS QUE NÃO HÁ INFORMAÇÕES A SEREM PRESTADAS

4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.2 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Justificativa: Não houve no ano de 2013, reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos na Unidade Jurisdicionada.

4.3 Transferências de Recursos

Quadro A.4.4.3	RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE
----------------	--

Quadro A.4.4.4	VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE
----------------	---

Justificativa: No ano de 2013 a unidade não efetuou transferências na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse, motivo pelo qual os quadros citados acima não possuem informações.

9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.2 Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Quadro A 9.1.1	CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO
----------------	--

Quadro A 9.1.2	SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO
----------------	---

Quadro A 9.2.1	RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI
----------------	---

Quadro A 9.2.2	SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO
----------------	--

Justificativa: Os quadros acima se aplicam à Unidade mas não há informações a serem prestadas em relação ao ano de 2013.

9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Justificativa: Não foram instauradas tomadas de contas especiais na UJ durante o exercício de

2013.	
10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	
10.2	Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade.
Justificativa: A administração dos mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários dos serviços da unidade e os resultados de eventuais pesquisas de opinião nos três últimos anos com os cidadãos em geral, é realizada no Órgão Central e as informações relacionadas a estes Subitens serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.	
10.3	Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade.
Justificativa: A administração dos mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários dos serviços da unidade e a os resultados de eventuais pesquisas de opinião realizadas nos três últimos anos com os cidadãos em geral, é realizada no Órgão Central e as informações relacionadas a estes Subitens serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.	

ITENS DO ANEXO II, PARTE B - CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA, DA DN TCU Nº 127/2013 E QUADROS DA PORTARIA TCU Nº 175/2013 QUE SE APLICAM À REALIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA MAS NÃO HÁ INFORMAÇÕES A SEREM PRESTADAS

35. UNIDADES QUE TENHAM FIRMADO TERMO DE PARCERIA NOS TERMOS DA LEI 9.790/99
Informações sobre o acompanhamento das ações relacionadas ao termo de parceria, contemplando, entre outros, a forma de escolha do parceiro, a execução do cronograma físico-financeiro e os resultados da parceria, nos termos da portaria referida no inciso VI do <i>caput</i> do art. 5º desta decisão normativa.
Justificativa: A UJ não firmou termo de parceria nos termos da Lei nº 9.790/99 no exercício de 2013.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA NO EXERCÍCIO DE 2013

- Otimizar os recursos disponíveis, alinhando-os às diretrizes estabelecidas e buscando o cumprimento das metas nacionais, de forma a efetivar os objetivos estratégicos da RFB.
-
- Reuniões de Avaliações Estratégicas presenciais e por video conferencia objetivando o acompanhamento e monitoramento dos indicadores estratégico da RFB no âmbito da 1ª Região Fiscal.

PRINCIPAIS OBSTÁCULOS ENFRENTADOS EM 2013

- Escassez de servidores para fazer frente à crescente demanda, especialmente nas áreas de atendimento ao cidadão, de controle e de repressão aos ilícitos aduaneiros.
- Dificuldade na execução do planejamento da região em razão do contingenciamento determinado pelo Governo Federal nos termos do Decreto no 8.021/2013, de 05/2013.

DESAFIOS PARA 2014

- Adequar a aplicação do Planejamento Estratégico da RFB à vocação estratégico-organizacional da RF01 e às suas peculiaridades visando alcançar melhores resultados e atingir as metas definidas para a Região Fiscal, ante ao cenário de redução orçamentária e escassez de recursos humanos.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 1ª REGIÃO
FISCAL - SRRF 01**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 1: Identificação e Atributos das Unidades Cujas Gestões Compõem o Relatório
(Item 1, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

1.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda		Código SIORG: 001929
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora		
Denominação Completa: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01		
Denominação Abreviada: Superintendência da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal		
Código SIORG: 003148	Código LOA: \Não se aplica	Código SIAFI: 170018
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 00.394.460/0159-20
Principal Atividade: Administração Tributária		Código CNAE: 8411-6/00
Telefones/Fax de contato:	(61) 3412 - 4609	(61) 3412 - 4621 (61) 3412 - 4644
Endereço Eletrônico: internetrfb@receita.fazenda.gov.br		
Página na Internet: http://www.receita.fazenda.gov.br		
Endereço Postal: Setor de Autarquias Sul, Quadra 03, Bloco “O”, 6º andar, Sala 601, Edifício Órgãos Regionais do Ministério da Fazenda, Brasília/DF, CEP: 70079-900		
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas		
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas		
Lei Ordinária nº 11.457 de 16 de março de 2007, publicada no D.O.U. em 19 de março de 2007		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas		
Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, publicado no D.O.U em 17 de maio de 2011.		
Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U em 17 de maio de 2012.		
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas		
Carta de Serviços ao Cidadão		
Cartilha Prevenção à Fraude Tributária com Títulos Públicos Antigos (publicação conjunta com a STN, PGFN e MPU)		
Cartilha do Regime de Tributação Unificada (RTU)		
RTU - Manual de Usuário - Perfil Condutor Paraguaio/Brasileiro		
RTU - Manual de Usuário - Perfil Representante do Vendedor Paraguaio		
RTU - Manual de Usuário - Perfis Responsável e Representante de Microimportador		
Manual de Despacho de Importação		
Manual de Despacho de Exportação		
Manual do Usuário - Empresa de Transporte Expresso Internacional		
Manual do Imposto de Renda Retido na Fonte - Mafon – 2013		
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas		
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas		
Código SIAFI	Nome	
170019	DELEGACIA DA RFB EM BRASÍLIA	
170020	ALFÂNDEGA DA RFB AEROP. INTERNAC. DE BRASÍLIA	
170109	DELEGACIA DA RFB EM CAMPO GRANDE	
170110	INSPETORIA DA RFB EM CORUMBÁ	
170111	INSPETORIA DA RFB EM PONTA PORÃ	
170192	DELEGACIA DA RFB EM CUIABÁ	
170198	DELEGACIA DA RFB EM GOIÂNIA	
170247	INSPETORIA DA RFB EM MUNDO NOVO	
170271	DELEGACIA DA RFB EM PALMAS	
170388	DELEGACIA DA RFB EM DOURADOS	
170516	DELEGACIA DA RFB EM ANÁPOLIS	
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas		
Código SIAFI	Nome	
00001	Tesouro Nacional	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão	
170019	00001	
170020	00001	
170109	00001	
170110	00001	

170111	00001
170192	00001
170198	00001
170247	00001
170271	00001
170388	00001
170516	00001

1.2 - Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Fazenda, entre outras atribuições, é responsável pela administração dos tributos de competência da União, inclusive os previdenciários e os incidentes sobre o comércio exterior, abrangendo parte significativa das contribuições sociais do País. Auxilia, ainda, o Poder Executivo Federal na formulação da política tributária brasileira, além de trabalhar na prevenção e combate à sonegação fiscal, ao contrabando, ao descaminho, à pirataria, à fraude comercial, ao tráfico de drogas e de animais em extinção e a outros atos ilícitos relacionados ao comércio internacional.

- As competências da Secretaria da Receita Federal do Brasil, são as definidas no artigo 15 do Anexo I do Decreto nº 7.482, de 16/05/2011 e no artigo 1º do Anexo da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012.

Para garantir a presença em todo o país e a capilaridade necessária para o exercício de suas competências, a RFB divide o território nacional em 10 (dez) Regiões Fiscais, cada uma sob administração de uma Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil (SRRF), que se subordina diretamente ao Secretário.

Às Superintendências compete a supervisão, no limite de suas jurisdições, das atividades de tributação, arrecadação, cobrança, fiscalização, controle aduaneiro, combate aos ilícitos fiscais e aduaneiros, cadastros, acompanhamento dos maiores contribuintes, interação com o cidadão, tecnologia e segurança da informação, gestão de pessoas e programação e logística, conforme definido no artigo 209 do Anexo da Portaria MF nº 203, de 14/05/2012, que aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil:

Art. 209. Às Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil - SRRF compete, quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, no âmbito da respectiva jurisdição, gerenciar o desenvolvimento das atividades de arrecadação, controle e recuperação do crédito tributário, de acompanhamento dos contribuintes diferenciados, de interação com o cidadão, de comunicação social, de tributação, de fiscalização, de controle aduaneiro, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística, de contabilidade, de gestão de pessoas, de planejamento, avaliação, organização e modernização, bem assim supervisionar as atividades das unidades subordinadas e dar apoio técnico, administrativo e logístico às subunidades das Unidades Centrais localizadas na região fiscal.

Ao longo deste relatório será demonstrado como a RFB, busca atingir seus objetivos, cumprindo sua missão e perseguindo sua visão de futuro. A RFB tem fornecido ao Estado recursos para o financiamento dos gastos públicos e do regime de previdência social, e prestado à sociedade serviços de alta qualidade, o que demonstra a sua busca constante por excelência em seus processos internos.

O planejamento estratégico na RFB é um processo dinâmico por meio do qual são definidos os caminhos que a organização deverá trilhar mediante um comportamento proativo e coerente com

sua missão, levando em conta a análise de seu ambiente, buscando atingir seus objetivos estratégicos e alcançar sua visão de futuro.

O atual ciclo de planejamento abrange o período de 2012 a 2015.

Os marcos institucionais da RFB, estão expressos em sua missão, sua visão de futuro e em seus valores institucionais.

O papel institucional da RFB com relação às políticas públicas está expresso por meio da sua missão institucional: “Exercer a administração tributária e aduaneira, com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade”.

A visão de futuro da RFB está assim expressa: “Ser uma instituição de excelência em administração tributária e aduaneira, referência nacional e internacional”.

Os valores institucionais que norteiam as ações da RFB e seu corpo funcional são: respeito ao cidadão, integridade, lealdade com a instituição, legalidade e profissionalismo e transparência.

O Mapa Estratégico da RFB (figura a seguir) traduz a missão, a visão de futuro e a estratégia da RFB por meio de um conjunto abrangente de objetivos, baseados em diferentes perspectivas e interligados por relação de causa e efeito, que devem direcionar o comportamento e o desempenho da Instituição para o alcance dos resultados desejados.



Fonte: Portaria RFB nº 625, de 17 de maio de 2013.

As três perspectivas do Mapa Estratégico, a saber: "Pessoas e Recursos" - a base de sustentação da Instituição; "Processos Internos" - as atividades desenvolvidas na Receita; e "Resultados" - o que deve ser entregue ao Estado e à sociedade. As três perspectivas são as grandes áreas ou dimensões

de atuação da RFB e englobando os objetivos estratégicos ou principais desafios a serem enfrentados para o cumprimento da missão e o alcance da visão de futuro da Instituição.

São 21 objetivos estratégicos perseguidos para o cumprimento da Missão e o alcance da Visão de Futuro, traduzindo as demandas e os desafios a serem enfrentados, sendo que 8 deles, identificados no Mapa com uma borda verde, são os “objetivos-batalha”, selecionados em função de sua importância para a consecução da estratégia da RFB e acompanhados com atenção especial pela administração. Os objetivos estão distribuídos de forma balanceada pelas perspectivas do Mapa Estratégico:

Mapa Estratégico	
Perspectiva	Objetivo
Resultados	Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial
	Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras
	Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da
	Aumentar a percepção de equidade na atuação da Instituição
	Fortalecer a imagem da Instituição perante a sociedade
Processos Internos	Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento
	Elevar a percepção de risco e a presença fiscal
	Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros
	Reduzir litígios tributários e aduaneiros
	Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade
	Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário
	Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira
	Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e
	Conhecer o perfil integral do contribuinte
	Fortalecer as relações institucionais
	Fortalecer a comunicação institucional
Pessoas e Recursos	Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas
	Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais
	Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas
	Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais
	Assegurar recursos e otimizar sua aplicação

No ano de 2013, considerando a amplitude dos objetivos estratégicos, foram estabelecidas diretrizes a eles vinculadas. As diretrizes, apresentadas no quadro a seguir, são os caminhos a serem seguidos para o atingimento de tais objetivos:

Objetivos Estratégicos	Diretrizes
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Prover a RFB de estrutura física compatível com suas necessidades
	Prover infraestrutura tecnológica atualizada e segura
Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais	Implementar política permanente de ingresso e movimentação de servidores
	Ampliar Política de Trabalho a Distância
Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira	Ampliar a capacidade de elaboração de estudos e de simulações econômico tributárias
	Estimular a participação dos servidores das unidades descentralizadas na elaboração de normas.
	Descentralizar a elaboração/atualização dos Regulamentos tributários e aduaneiros
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Integrar os canais de atendimento e uniformizar a prestação de serviços
	Incentivar e facilitar a autorregularização pelo contribuinte
	Promover ações de Educação Fiscal integradas ao atendimento ao cidadão
	Simplificar normas, procedimentos e obrigações
	Intensificar o atendimento não presencial
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Vincular o Orçamento ao Planejamento Estratégico
	Padronizar a gestão dos procedimentos licitatórios e de contratos
Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas	Instituir política de desenvolvimento interno de sistemas.
	Fortalecer uso de ferramentas de comunicação virtual
	Fortalecer a Governança em Tecnologia da Informação
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	Aprimorar a qualidade do lançamento para aumentar a recuperação do crédito tributário
	Aperfeiçoar os cadastros e permitir o intercâmbio de informações internas e externas.
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	Aplicar os conceitos de gerenciamento de risco nos processos aduaneiros
	Racionalizar e uniformizar os processos de trabalho aduaneiros

Objetivos Estratégicos	Diretrizes
	Integrar os sistemas de controle do comércio exterior a outros sistemas institucionais ou externos
Conhecer o perfil integral do contribuinte	Estabelecer e consolidar fluxo de informações necessárias ao conhecimento do perfil integral do contribuinte. Incrementar ações de acompanhamento de grupos e setores econômicos
Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	Desenvolver as competências fundamentais, gerenciais e específicas dos servidores Consolidar a Política de Meritocracia Ampliar a capacitação por meio de Ensino a Distância Ampliar o programa de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho para unidades Regionais e Locais
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Alinhar os processos de trabalho da fiscalização aduaneira com a fiscalização de tributos internos Flexibilizar a jurisdição da fiscalização aduaneira Ampliar a atuação da RFB nas regiões de fronteira Estabelecer mecanismos mais efetivos para prevenção e combate aos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores. Implementar a Utilização da Escrituração Fiscal Digital-Social nos procedimentos fiscais Ampliar o número de pessoas jurídicas médias e optantes do simples a serem fiscalizadas Aperfeiçoar a elaboração de dossiês para a fiscalização Reduzir a evasão do crédito tributário Intensificar a divulgação das ações da RFB
Fortalecer a comunicação institucional	Aperfeiçoar a utilização de comunicação social para melhoria da imagem da RFB Aperfeiçoar a comunicação interna com o objetivo de motivar e integrar pessoas
Fortalecer a Vigilância e Repressão Aduaneira	Introduzir novas tecnologias de apoio aos processos aduaneiros

Objetivos Estratégicos	Diretrizes
Fortalecer as relações institucionais	Fomentar e fortalecer a cooperação com outras Administrações Aduaneiras e Tributárias, com órgãos de fiscalização e controle nacionais e internacionais, e com organismos internacionais.
	Conhecer as partes interessadas nas atividades da RFB e identificar oportunidades de parceria
	Participar de fóruns que tratem de temas relevantes e de interesse da RFB
Reduzir litígios tributários e aduaneiros	Identificar temas divergentes no contencioso e propor soluções
	Agilizar a solução dos processos de consultas
	Disponibilizar legislação tributária e aduaneira e sua jurisprudência de modo acessível, completa e tempestiva
	Aprimorar e ampliar a edição de atos interpretativos
	Descentralizar a criação e a manutenção dos manuais de procedimentos
Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Aproximar os procedimentos fiscais do fato gerador do tributo
	Reduzir o prazo para análise de créditos pleiteados pelo contribuinte
	Fortalecer as ações de cobrança administrativa.
	Agilizar a solução de litígios

A execução da estratégia se dá por meio de iniciativas estratégicas que são propostas, selecionadas, priorizadas e acompanhadas pelas unidades centrais, segundo as Metodologias de Gerenciamento de Projetos e de Gerenciamento de Portfólios da RFB e com orientação do Plano Plurianual - PPA 2012/2015. Deste conjunto de iniciativas, são escolhidas aquelas que serão acompanhadas diretamente pelo Gabinete do Secretário, compondo o Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais.

A relação de projetos estratégicos do portfólio de projetos de 2013 atinge um número maior de objetivos estratégicos e contempla com mais projetos os “objetivos-batalha” que foram selecionados em função de sua importância para a consecução da estratégia da RFB e são acompanhados com atenção especial pela administração. Abaixo, a relação dos projetos com respectivos objetivos:

Objetivos estratégicos	Projetos Estratégicos Institucionais
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	*Projeto Gestão de Recursos
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	*Ampliação da Segurança da Informação *Construção do Edifício Sede II do MF em Brasília e recuperação dos Edifícios Sede do MF no RJ e SP
Assegurar soluções de TI integradas	-

Objetivos estratégicos	Projetos Estratégicos Institucionais
e tempestivas	
Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais	-
Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	-
Fortalecer a comunicação institucional	-
Fortalecer as relações institucionais	*Projeto de Integração Nacional – REDESIM
Conhecer o perfil integral do contribuinte	*Projeto de Integração dos Cadastros da RFB – Novo CNPJ
Aprimorar a participação da instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira	*Prover a Coget de solução informatizada que permita melhorar a elaboração de estudos e simulações a partir das bases de dados da RFB – Sipet *Implementar o Sistema @tos
Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira	-
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	*SINTER – Rede de Gestão Integrada de Informações Territoriais
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	*m-RFB (Adequação do site da RFB para dispositivos móveis) *Implantação do Escritório de Processos da RFB *SCC – Pagamento Automático *SCC – Reintegra
Reduzir litígios tributários e aduaneiros	*Implantar o Sistema Requerimentos
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	*SISCOMEX Carga *Projeto SISAM *Projeto SISCOMEX EXPORTAÇÃO *Projeto SISCOMEX IMPORTAÇÃO *Programa GRANDE EVENTOS *Programa Portal Único do Comércio Exterior – PCE
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	*SPED – EFD SOCIAL *SPED – Integração *SCC – Créditos Pis/Cofins
Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	*PUC - Programa de Unificação dos Créditos *e-Processo *SIC – Programa Sistemas Integrados do Crédito Público

Dos 25 (vinte e cinco) projetos estratégicos institucionais, 3 (três) tinham previsão de encerramento em 2013, contudo, nenhum deles foi encerrado; 10 (dez) com previsão para 2014; 5 (cinco) em 2015; 3 (três) em 2016; e 4 (quatro) com previsão de término para anos posteriores.

Para determinar do grau de atingimento dos objetivos estratégicos e do avanço em direção à plena execução da estratégia da Instituição, estão associados àqueles objetivos 52 (cinquenta e dois) indicadores estratégicos (Portaria RFB nº 625, de 17 de maio de 2013). Para todos os indicadores

disponíveis foram estabelecidas metas. 32 (trinta e dois) indicadores são desdobráveis até o nível regional e local e são medidores do desempenho das unidades descentralizadas (superintendências, delegacias, alfândegas e inspetorias).

No processo de avaliação do resultados da Instituição no ano de 2013 é necessária a análise dos indicadores que estão vinculados a cada objetivo. Observando-se o Painel de Desempenho da Receita Federal do Brasil, neste relatório apresentado adiante no item 2.1 e a análise de cada um dos indicadores disponíveis apresentado no item 2.3, é possível verificar detalhadamente os fatores que influenciaram decisivamente o atingimento dos objetivos estratégicos.

1.3 - Organograma Funcional

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Fazenda, entre outras atribuições, é responsável pela administração dos tributos de competência da União, inclusive os previdenciários e os incidentes sobre o comércio exterior, abrangendo parte significativa das contribuições sociais do País. Auxilia, ainda, o Poder Executivo Federal na formulação da política tributária brasileira, além de trabalhar na prevenção e combate à sonegação fiscal, ao contrabando, ao descaminho, à pirataria, à fraude comercial, ao tráfico de drogas e de animais em extinção e a outros atos ilícitos relacionados ao comércio internacional.

Para exercer suas competências e realizar sua missão, a RFB tem delineada sua estrutura organizacional em dois níveis: central e descentralizado. O primeiro nível, composto pelas Unidades Centrais, desenvolve atividades normativas, de supervisão e de planejamento; o segundo, composto por órgãos regionais e locais, desempenha as funções de execução e de operação. A estrutura funcional permite a cada nível desenvolver as funções básicas da Administração Tributária e Aduaneira.

Compõem a estrutura da RFB as Unidades Centrais, que compreendem as Unidades de Assessoramento Direto e as Unidades de Atividades Específicas, e as Unidades Descentralizadas.

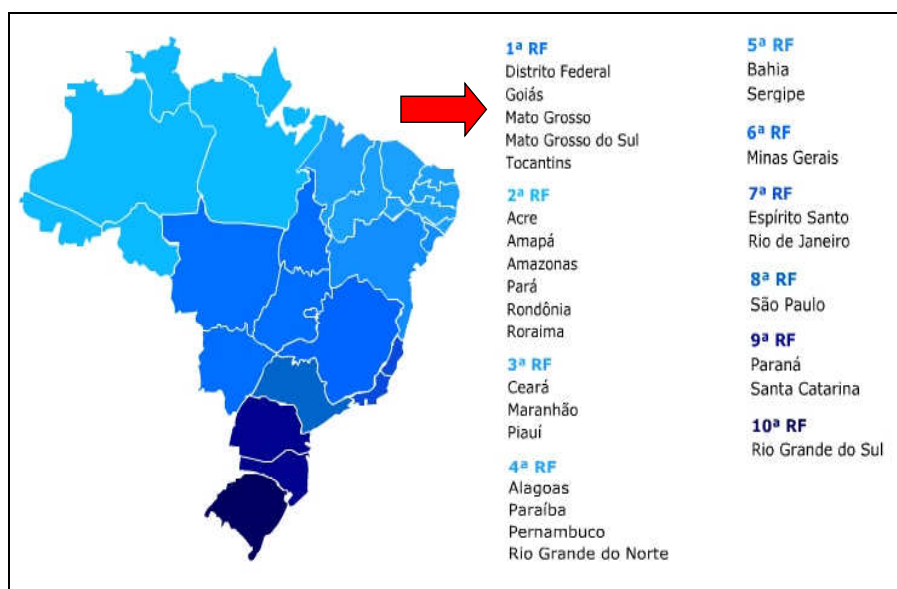
Para garantir a presença em todo o país e a capilaridade necessária para o exercício de suas competências, a RFB divide o território nacional em 10 (dez) Regiões Fiscais, cada uma sob administração de uma Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil (SRRF), que se subordina diretamente ao Secretário.

Às Superintendências compete a supervisão, no limite de suas jurisdições, das atividades de tributação, arrecadação, cobrança, fiscalização, controle aduaneiro, combate aos ilícitos fiscais e aduaneiros, cadastros, acompanhamento dos maiores contribuintes, interação com o cidadão, tecnologia e segurança da informação, gestão de pessoas e programação e logística.

Cada uma das dez Superintendências jurisdiciona sua respectiva Região Fiscal (RF):

Jurisdição das Regiões Fiscais

RF	Unidade da Federação	Sede
1ª RF	DF, GO, MT, MS e TO	Brasília
2ª RF	PA, AC, AM, RO, RR e AP	Belém
3ª RF	CE, MA e PI	Fortaleza
4ª RF	PE, AL, PB e RN	Recife
5ª RF	BA e SE	Salvador
6ª RF	MG	Belo Horizonte
7ª RF	RJ e ES	Rio de Janeiro
8ª RF	SP	São Paulo
9ª RF	PR e SC	Curitiba
10ª RF	RS	Porto Alegre



Subordinam-se às Superintendências as unidades locais da RFB, que se classificam em delegacias, inspetorias e alfândegas; às delegacias estão subordinadas agências e inspetorias de classes menores.

Na **1ª Região Fiscal**, as competências institucionais são segregadas por atribuições às seguintes Divisões/Serviço:

- Dirac – Divisão de Arrecadação e Cobrança;
- Difis – Divisão de Fiscalização
- Diana – Divisão de Administração Aduaneira
- Disit – Divisão de Tributação
- Divic – Divisão de Interação com o Cidadão
- Semac – Serviço de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes
- Direp – Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho
- Dipol – Divisão de Programação e Logística
- Ditec – Divisão de Tecnologia da Informação
- Digep – Divisão de Gestão de Pessoas

À Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na **1ª Região Fiscal** estão subordinadas as Unidades abaixo:

DELEGACIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – DRF,
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – ALF e

INSPETORIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – IRF.

UNIDADES DESCENTRALIZADAS DA 1ª REGIÃO FISCAL	QUANTIDADE
Superintendência (SRRF)	1
Delegacias da Receita Federal (DRF)	7
Inspetorias da Receita Federal (IRF)	6
Alfândega da Receita Federal (ALF)	1
Agências da Receita Federal (ARF)	33
TOTAL	48

O artigo 220 do Regimento Interno define as competências das Delegacias, Alfândegas e Inspetorias:

Art. 220. Às Delegacias da Receita Federal do Brasil - DRF, Alfândegas da Receita Federal do Brasil - ALF e Inspetorias da Receita Federal do Brasil - IRF [...], quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, compete, no âmbito da respectiva jurisdição, no que couber, desenvolver as atividades de arrecadação, controle e recuperação do crédito tributário, de análise dos dados de arrecadação e acompanhamento dos maiores contribuintes, de atendimento e interação com o cidadão, de comunicação social, de fiscalização, de controle aduaneiro, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística, de gestão de pessoas, de planejamento, avaliação, organização, modernização [...].

AGÊNCIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – ARF

As Agências da Receita Federal do Brasil – ARF são subordinadas às Delegacias da Receita Federal – DRF.

O artigo 231 do Regimento Interno define as competências das Agências:

Art. 231. Às Agências da Receita Federal do Brasil - ARF compete executar as atividades de atendimento ao contribuinte e, especificamente:

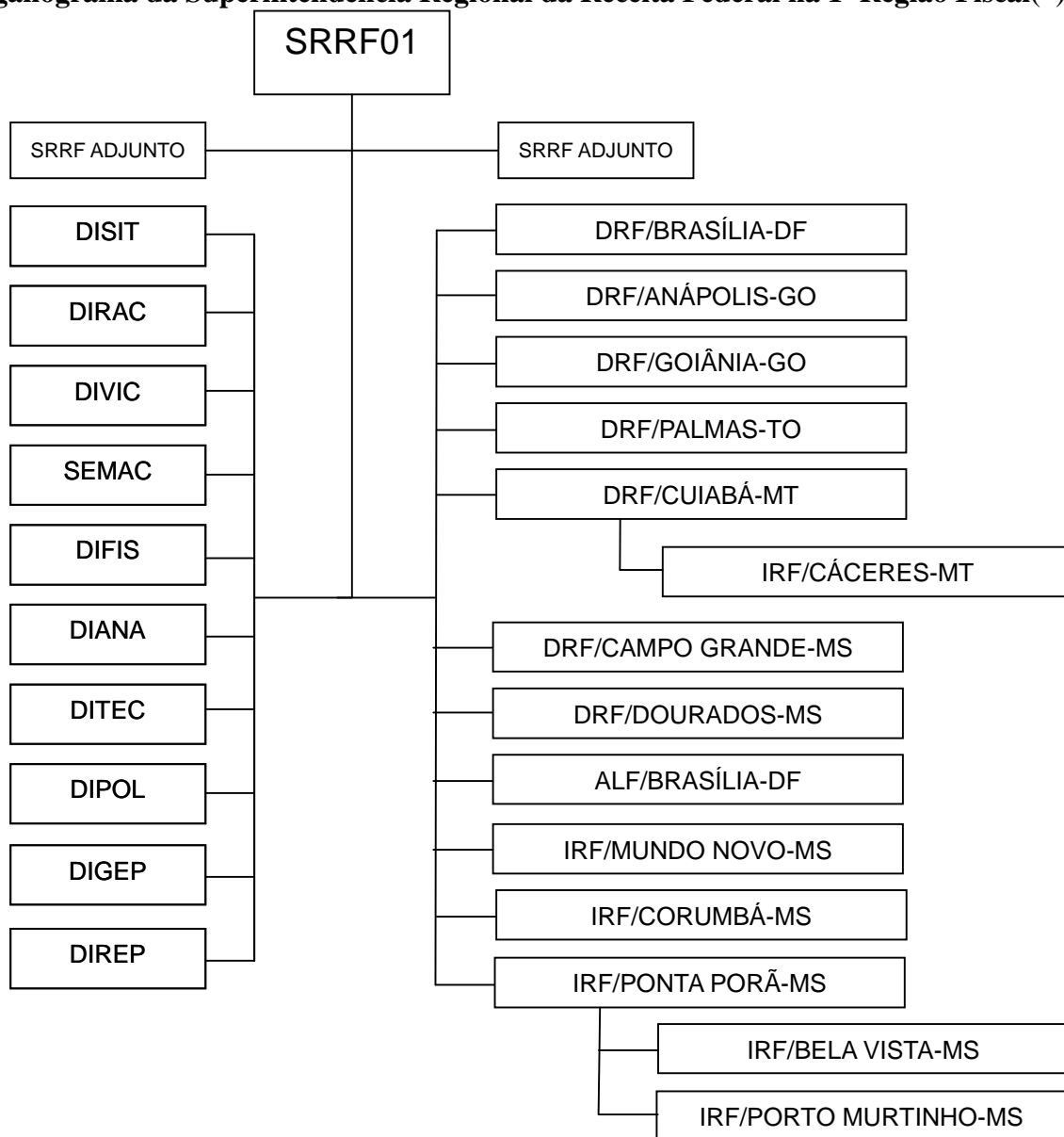
- I - prestar informações ao contribuinte, excetuando-se as que envolverem interpretação de legislação;
- II - recepcionar declarações, requerimentos, manifestações de inconformidade, impugnações e recursos voluntários e formalizar processos administrativos;
- III - fornecer cópias de declarações, processos e outros documentos na sua área de competência;
- IV - expedir e cancelar certidões relativas à situação fiscal e cadastral do contribuinte;
- V - realizar ajustes nos sistemas de cadastro, controle de créditos tributários e pagamentos;
- VI - examinar e executar as atividades relacionadas com os pedidos de regularização de obras de construção civil que não implique em verificação de escrituração contábil;
- VII - executar os procedimentos de retificação e correção de documentos de arrecadação, excetuando-se os de valor total e data de arrecadação;
- VIII - examinar pedidos de parcelamento de débitos;
- IX - examinar pedidos de revisão de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, nos casos de pagamento ou parcelamento do débito antes da inscrição;
- X - preparar e controlar os processos administrativos fiscais, excetuando-se os que envolverem ações judiciais;

XI - prestar ao Juízo solicitante, ao Ministério Público e aos demais órgãos, informações sobre a situação fiscal e cadastral dos contribuintes jurisdicionados, respeitadas as limitações impostas pela legislação vigente; e

XII - promover a educação fiscal.

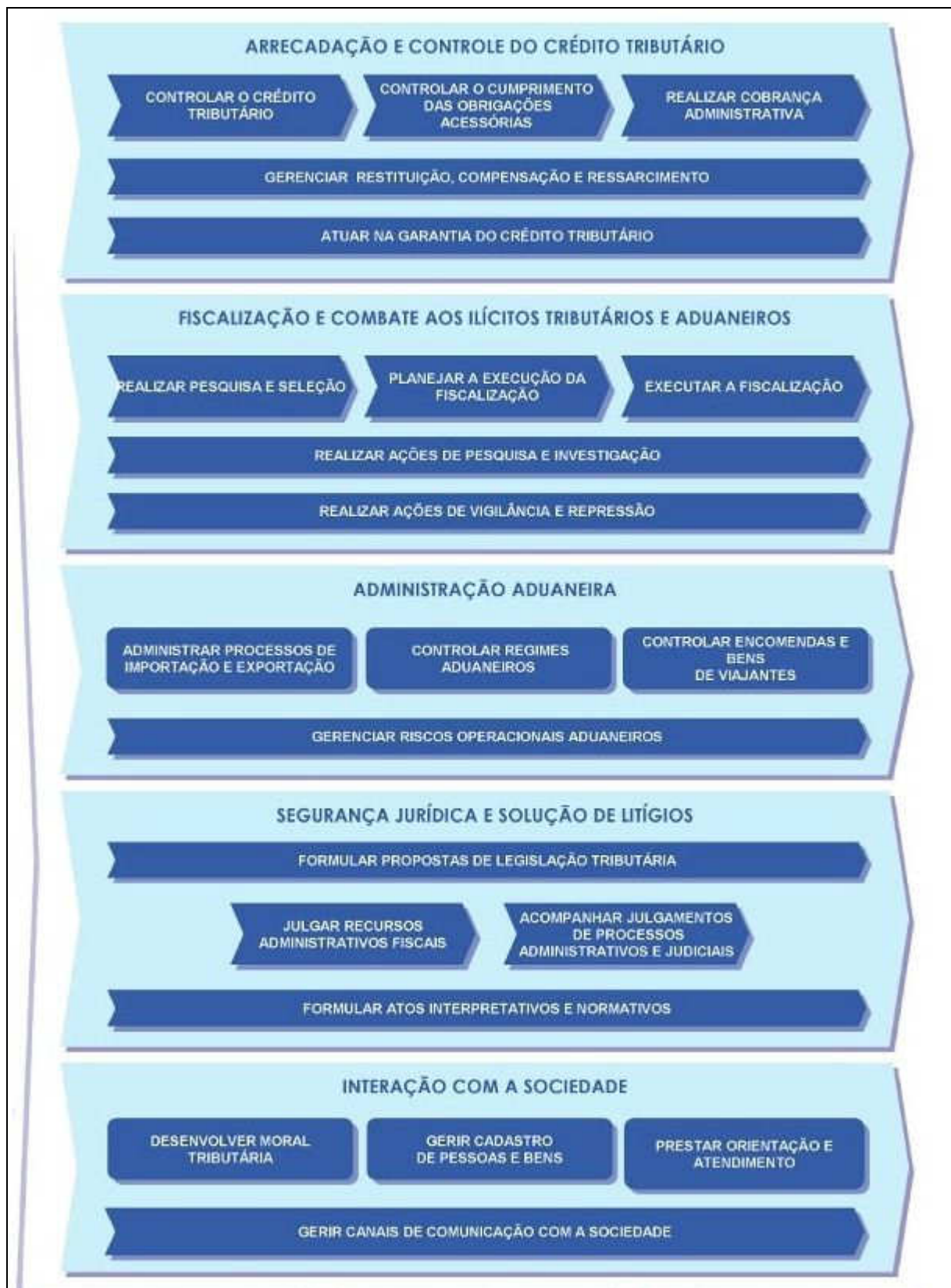
Parágrafo único. Às Agências da Receita Federal do Brasil - ARF de Classes "A" e "B" compete, ainda, pronunciar-se sobre a inclusão e exclusão de contribuintes em regimes de tributação diferenciados.

Organograma da Superintendência Regional da Receita Federal na 1ª Região Fiscal(*)



(*) Não estão representadas, no organograma acima, as 33 Agências da Receita Federal na SRRF01, vinculadas às Delegacias(DRF).

1.4 - Macroprocessos Finalísticos



Fonte: Portaria RFB nº 625, de 17 de maio de 2013.

1.4.1 - Macroprocesso Arrecadação e Controle do Crédito Tributário



a) Controlar o crédito tributário

Descrição sucinta das principais atividades:

- Controlar a arrecadação dos créditos declarados e lançados de ofício;
- Dimensionar a arrecadação potencial;
- Realizar análises da performance da arrecadação de tributos, considerando-se a arrecadação prevista, a potencial e a efetiva;
- Controlar o crédito tributário em todas as fases, desde sua constituição até sua realização, garantindo agilidade de tramitação em todo o ciclo (envolvendo arrecadação, cobrança, parcelamento, contencioso administrativo e judicial); e
- Controlar de forma integrada todos os créditos do contribuinte com a finalidade de atuar na garantia do crédito.

Arrecadação:

Em 2013, foram arrecadados R\$ 1,138 trilhões em receitas federais acompanhadas pela RFB, sendo que R\$ 1,1 trilhões são de receitas administradas, através de cerca de 278 milhões de documentos de arrecadação. A rede arrecadadora é composta de 26 bancos.

Na **1ª Região Fiscal** o valor arrecadado, em 2013, foi R\$ 125 bilhões em documentos de arrecadação. Esses documentos foram utilizados para extinção dos créditos tributários, resultantes do processamento de aproximadamente 912 mil declarações ativas (DCTF). A Rede Arrecadadora foi composta por 04 (quatro) instituições financeiras, são elas: Banco do Brasil (BB), Banco de Brasília (BRB); Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob), todas com matriz em Brasília/DF.

Obs.: O número de documentos de arrecadação (DARF e GPS) não está disponível por Região Fiscal.

Cartão de Débito:

Desde fevereiro de 2013, com a entrada da nova forma de arrecadação, com cartão de débito, ocorreram 19.034 transações, em um total de R\$ 11.1 milhões.

b) Controlar o cumprimento das obrigações acessórias

Descrição sucinta das principais atividades:

- Proceder o controle da obrigatoriedade das entregas das declarações.

Atualmente, há um indicador estratégico, o Índice de Adimplência de Obrigação Acessória (IAOA) que mede o grau de entrega da Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (Dirpf) de quem é obrigado a cumprir a obrigação. Atualmente, o resultado desse índice, para o nível Brasil, é de 97,4%

Em relação ao controle do cumprimento das obrigações acessórias das pessoas jurídicas, durante o ano de 2013 foi especificado o sistema que controlará de forma centralizada a obrigatoriedade de entrega das diversas obrigações da pessoa jurídica (DCTF, Dirf, Sped). Por meio deste controle, será possível apurar as pessoas jurídicas omissas de declaração e iniciar as respectivas sanções legais. A implementação do sistema está prevista para 2014.

c) Realizar cobrança administrativa

Descrição sucinta das principais atividades:

1. Efetuar a cobrança administrativa dos débitos declarados pelo contribuinte e lançados de ofício sem o respectivo pagamento, e proceder o encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União;
2. Efetuar a cobrança e rescisão dos parcelamentos inadimplentes, e proceder o encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União;
3. Validar as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário informadas pelo contribuinte; e
4. Proceder a análise de emissão de pedidos de Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de débitos, e inscrição no Cadastro de Inadimplentes (CADIN).
 - Foram cobrados neste ano, nos meses de janeiro a novembro/2013, 1,924 milhão de Pessoas Jurídicas devedoras de tributos não previdenciários, totalizando R\$ 27,4 bi de créditos em cobrança;
 - Do total cobrado neste ano, foram recebidos em pagamento R\$ 571 milhões (2,08% do total cobrado), foram parcelados R\$ 1,11 bilhão (4,06%) e extintos por compensação R\$ 261 milhões (0,95%), totalizando R\$ 1,948 bilhão de créditos recuperados (7,09% do total de crédito tributário cobrado);
 - Para os débitos previdenciários de Pessoas Jurídicas, foram emitidas 77.736 cartas de cobrança (Intimação para Pagamento - "IP"), para contribuintes inadimplentes no período de janeiro a novembro/2013. Do total cobrado, foram obtidos os seguintes resultados: R\$ 140 milhões em pagamentos; R\$ 198 milhões em parcelamentos; e R\$ 1.1 milhão em retificação;
 - Na área de parcelamento não previdenciários, houve a implementação da exclusão mensal automática dos contribuintes inadimplentes e encaminhamento automático desses débitos para inscrição em Dívida Ativa da União. Em novembro e dezembro de 2013, foram cobrados 124 mil parcelamentos passíveis de exclusão da Lei nº 11.941, de 2009, que representa R\$ 11,9 bilhões em parcelas atrasadas.

Na 1ª Região Fiscal existe uma meta regional de cobrança dos processos de maiores valores, onde foram cobrados no ano de 2013, 980 processos,

correspondentes a R\$ 2,9 bilhões, de Pessoas Jurídicas devedoras de tributos previdenciários e não previdenciários.

Para os débitos previdenciários de Pessoas Jurídicas, foram emitidas na **1ª Região Fiscal**, no ano de 2013, 17.502 cartas de cobrança (Intimação para Pagamento - "IP"), para contribuintes inadimplentes.

- De forma a evitar ilícito tributário na suspensão indevida na exigibilidade do crédito tributário por medida judicial, houve forte atuação no enfrentamento às fraudes com títulos da dívida pública, exercendo papel de liderança, juntamente com os demais órgãos de Estado, como a PGFN, STN e MPF e Judiciário, para identificar e combater este tipo de fraude contra o erário público; e
- Foi desenvolvido o sistema Malha para a Declarações de Créditos e Débitos Tributários Federais (DCTF), que visa identificar e apurar possíveis inconsistências em relação aos valores declarados nas DCTF, aumentando a percepção de risco dos contribuintes infratores. Objetiva, ainda, a identificação de possíveis fraudes contra a Fazenda Pública, envolvendo a tentativa de obtenção de restituições ou certidões, indevidas
- Em 2013, foram encaminhados para Dívida Ativa da União 4,5 milhões de débitos, de 150 mil contribuintes, totalizando R\$ 15,5 bilhões e 385 mil processos, referentes a débitos em aberto de pessoas jurídicas.

d) Gerenciar restituição, compensação e ressarcimento

Descrição sucinta das principais atividades:

- Recepcionar, tratar, analisar e decidir pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso e declarações de compensação;
- Cobrar os débitos indevidamente compensados; e
- Pagar restituições e ressarcimentos deferidos, efetuando previamente a compensação de ofício caso o sujeito passivo tenha débitos no âmbito da RFB ou PGFN.

No ano de 2013, foram recepcionados 929.636 PER/DCOMP, sendo 628.460 declarações de compensação, 185.863 pedidos de restituição, 77.151 pedidos de ressarcimento e 38.162 pedidos de cancelamento, envolvendo créditos de aproximadamente R\$ 57 bilhões.

Foram transmitidos, ainda, 160.860 pedidos de restituição de contribuição previdenciária e de reembolso.

No ano de 2013, foram emitidas 63.528 comunicações eletrônicas pelo Sistema de Controle de Créditos e Compensações - SCC, sendo 22.579 intimações (em razão de incorreções ou inconsistências detectadas nos PER/DCOMP ou solicitando documentos complementares), 2.267 despachos decisórios de não admissibilidade de canceladora ou retificador e 38.682 despachos decisórios com apreciação de mérito envolvendo créditos de R\$ 4,6 bilhões.

No período de janeiro a dezembro de 2013, foram encaminhados de forma eletrônica para pagamento 70.450 processos de restituição ou ressarcimento, contabilizando aproximadamente R\$ 1,5 bilhão. Do total de processos, 82,95% foi efetivamente creditado, o que corresponde a 58.587

processos, totalizando, aproximadamente, R\$ 1,4 bilhão. Foram devolvidos, pelo motivo domicílio bancário inválido, um total de 11.863 processos, correspondendo a cerca de R\$ 91,5 milhões.

Na 1ª Região Fiscal, no ano de 2013, foram trabalhados 4.526 perdcomp, correspondentes a R\$ 1.469.463.668,17 em débitos compensados, que representaram 68% do valor total do estoque pendente no início de 2013.

Houve o encaminhamento à rede bancária de aproximadamente R\$ 14 bilhões para pagamento de restituição de quase 12 milhões de pessoas físicas referente a imposto de renda retido ou recolhido a maior.

e) Atuar na garantia do crédito tributário

Descrição sucinta do processo de trabalho:

- Cadastrar e controlar bens e direitos de contribuintes e responsáveis, para fins de garantia do crédito tributário;
- Monitorar bens e patrimônio dos contribuintes inadimplentes tanto do lançamento de ofício quanto dos créditos declarados; e
- Atuar para bloqueio judicial de vendas de bens de devedores, inclusive com propositura de medidas cautelares fiscais, com fins de garantia do crédito e efetividade da arrecadação.

Iniciativas de natureza normativa e de orientação:

- Publicação da 2ª nota de "perguntas e respostas", com enfoque didático às questões formuladas por unidades descentralizadas da RFB, com o objetivo de padronizar os procedimentos afetos às medidas cautelares fiscais e procedimentos afetos ao arrolamento de bens;

Iniciativas de ordem operacional:

- disponibilização de listas com os créditos tributários dos sujeitos passivos às unidades descentralizadas, para realização de arrolamentos de bens e direitos;

- homologação de novas funcionalidades no sistema de controle da garantida - Conprovi, de gestão da Sufis;

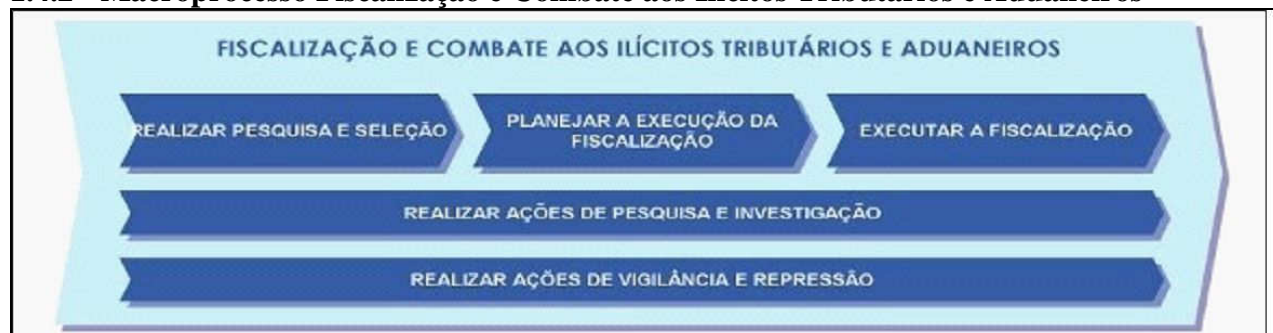
- aprimoramento do sistema informatizado para levantamento e identificação do passivo tributário do contribuinte - Contágil, a cargo da Sufis;

Iniciativas de natureza gerencial:

- acompanhamento do indicador estratégico Índice de Garantida do Crédito Tributário, que mede a relação entre o valor de bens e direitos arrolados ou acautelados por medida cautelar fiscal e o passivo tributário sujeito à garantia. Desde o início da medição desse indicador, em janeiro de 2012, houve incremento de 232% no valor de bens e direitos arrolados, chegando-se ao montante atual de R\$ 57,8 bilhões. Só em 2013, foram arrolados R\$ 29,5 bilhões em bens e direitos.

- **Na 1ª Região Fiscal**, no ano de 2013, devido ao trabalho de acompanhamento de processos suspensos por vinculação a Ações Judiciais, foram trabalhados 336 processos.

1.4.2 - Macroprocesso Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros



a) Realizar pesquisa e seleção

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar estudos sobre operações evasivas e sobre elisão fiscal;
- Realizar estudos para subsidiar a seleção de contribuintes;
- Realizar pesquisa e seleção de operadores econômicos aduaneiros (despachantes, depositários, transportadores etc) a serem fiscalizados;
- Elaborar dossiês de contribuintes para subsidiar as fiscalizações;
- Realizar estudos sobre o impacto da fiscalização no cumprimento espontâneo das obrigações tributárias;
- Monitorar grandes contribuintes;
- Monitorar segmentos econômicos;
- Realizar pesquisa de contribuintes a serem fiscalizados (tributos internos e operações de comércio exterior); e
- Selecionar contribuintes a serem fiscalizados (tributos internos e operações de comércio exterior).

Escopo: todas as etapas do processo de pesquisa e seleção dos contribuintes a serem fiscalizados, aplicando os princípios da razoabilidade, da objetividade e da impessoalidade.

A avaliação desse processo se dá por meio do 'Indicador Global de Desempenho da Seleção – IGDS', resultado da soma de duas avaliações com ponderação de 50% para cada uma.

A primeira avaliação refere-se à soma da quantidade de dossiês provisórios cadastrados em relação à meta anual de seleção. A meta anual de seleção é calculada a partir da meta de sujeitos passivos a serem fiscalizados, a qual parte da hora média prevista para os procedimentos de fiscalização correspondente aos respectivos contribuintes.

Os contribuintes que integram a avaliação são os seguintes:

- Pessoas Jurídicas sujeitas a acompanhamento econômico tributário diferenciado;
- Pessoas Jurídicas de médio porte;
- Demais Pessoas Jurídicas;
- Pessoas Físicas sujeitas a acompanhamento econômico tributário diferenciado;
- Pessoas Físicas com elevada capacidade contributiva; e
- Demais Pessoas Físicas.

A segunda avaliação afere o total de procedimentos de fiscalização de seleção interna encerrados com resultado, em relação ao total de procedimentos de fiscalização cuja motivação foi seleção interna, encerrados com exame no período. Para o ano de 2013, a meta definida foi 85%, sendo alcançado o resultado de 85,57%.

Em 2013 foi realizada oficina de âmbito nacional para disseminar e integrar conhecimento entre as Equipes de Seleção, sendo produzidas 4 Notas Copes sobre Processos de Seleção.

b) Planejar a execução da fiscalização

Descrição sucinta das principais atividades:

- Planejar, acompanhar e avaliar a revisão de declarações;
- Planejar, acompanhar e avaliar as fiscalizações; e
- Monitorar o grau de aderência do crédito tributário lançado.

Escopo: **todas as etapas do processo de planejamento da execução dos dossiês dos contribuintes a serem fiscalizados.**

Parte da avaliação desse processo se dá por meio do ‘*Indicador Global de Desempenho da Seleção – IGDS*’, resultado da soma de duas avaliações com ponderação de 50% para cada uma. A avaliação desse indicador já consta do Processo 1 Realizar pesquisa e seleção.

A outra parte, relacionada ao planejamento, acompanhamento e ao monitoramento do grau de aderência do crédito tributário lançado é feita por meio do ‘Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes -IGAM’, que mede a relação entre as ações de acompanhamento diferenciado executadas e as ações planejadas, por meio da seguinte fórmula:

$(0,25 \times \text{Indicador de Distorções da Arrecadação IDA}) + (0,35 \times \text{Indicador do Setor Econômico ISE}) + (0,40 \times \text{Indicador de Tratamento do Passivo Tributário IPT}).$

Permitindo a visão integral do acompanhamento dos maiores contribuintes, pois, o indicador principal (IGAM), abarca todas as vertentes da referida atividade por meio de três indicadores auxiliares, relativos a: análise das distorções de arrecadação das receitas administradas pela RFB (IDA), solução prioritária das demandas e pendências dos contribuintes diferenciados (IPT) e exame do potencial econômico-tributário dos contribuintes diferenciados (ISE). O IPT está com seu cumprimento em 100% pelas RF, o IDA em 100% e o ISE em 100%, portanto, apresentando resultados satisfatórios.

Em 2013, a Receita Federal elaborou o Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira do ano 2013 – PNFA 2013. Nesse plano, publicado através da Portaria Coana nº 62/2012, foram aprovadas as metas a serem executadas pela fiscalização, o número de horas dedicadas à fiscalização pelos Auditores-Fiscais e a definição dos indicadores de gestão, em especial o novo indicador estratégico “Indicador Global da Fiscalização”- IGA-, dentre outros.

O acompanhamento das fiscalizações foi feito através de relatórios, que são compostos, dentre outros, dos seguintes dados: Quantidade de fiscalizações executadas, e quantas desta com resultado, em comparação com a meta estabelecida para o período; Valores lançados (créditos e apreensões); Análise do Grau de Eficácia da Seleção; Tempo médio das fiscalizações, em dias; Análise do preenchimento das horas no RHAF; Média das horas despendidas por tipo de operação fiscal e por grupo de operação fiscal.

c) Executar a fiscalização

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar a revisão de declarações;
- Realizar fiscalizações;
- Realizar diligências;
- Lavrar autos de infração;
- Expedir notificações de lançamento;
- Arrolar bens dos contribuintes;
- Propor medida cautelar fiscal;
- Elaborar representação fiscal para fins penais; e
- Aplicar regimes especiais de fiscalização.

Escopo: todos os subprocessos que englobam a execução da fiscalização de todos os contribuintes, inclusive os processos de revisão das declarações. A avaliação desse processo é realizada por meio do ‘*Indicador Global da Fiscalização - IGF*’, resultado da soma de três indicadores e suas respectivas ponderações:

- *Indicador de Desempenho da Fiscalização -IDF*, estabelecido em percentual de quantidade de procedimentos de fiscalização e de revisão de declarações realizados, multiplicados pelas horas médias de cada tipo de sujeito passivo e de cada tipo de declaração, em relação às metas anuais estabelecidas para as fiscalizações e revisões de declarações, multiplicadas pelas horas médias de cada tipo de sujeito passivo e de cada tipo de declaração. (Peso 70%);
- *Indicador do Crédito Tributário - ICT*, refere-se ao crédito tributário lançado no período, em relação à meta anual, composta pela média do crédito tributário lançado no triênio anterior, acrescida de dez por cento. (Peso 5%); e
- *Indicador de Presença Fiscal - IPF*, afere a quantidade de procedimentos fiscais por espécie (ação fiscal e diligências) considerando os diversos tipos de contribuinte (Pessoas Jurídicas Diferenciadas, Médio Porte, Demais Pessoas Jurídicas, Pessoas Físicas e Revisão de Malha). (Peso 25%).

Para o ano de 2013 a meta definida foi 100%, alcançando o resultado de 105,09%, com alcance desdobrado de 106,4% para o IDF; 163,7% para o ICT e 92,9% para o IPC.

No ano de 2013, destaca-se o recorde de lançamento de crédito tributário no valor de R\$ 190,2 bilhões, superando em 63,7% a meta estabelecida, em função do aprimoramento do processo de seleção dos contribuintes a serem fiscalizados.

Na 1ª Região Fiscal o indicador de desempenho da fiscalização (IDF) ficou próximo da média nacional, com aumento significativo no quantitativo do crédito tributário lançado (145,4% da meta). Este resultado deve-se sobretudo ao aprimoramento dos mecanismos de seleção e fiscalização e a concentração de procedimentos em contribuintes pessoa jurídica classificadas como diferenciados (maiores contribuintes).

Para o ano de 2013, a unidade central estabeleceu que a meta a ser alcançada para o Indicador Global de Fiscalização (IGF) seria de 100%. A **1ª Região Fiscal** alcançou o resultado de 102,3%, com alcance desdobrado de 104,8% para o IDF; 145,4% para o ICT e 86,8% para o IPF.

Quanto a análise desdobrada do IGF, cumpre destacar que o **IPF 1ª Região Fiscal** (86,8%) ficou abaixo da meta estabelecida de 100%, devido essencialmente à situação de carência de recursos humanos em que se encontra a fiscalização da 1ª Região Fiscal, uma vez que o índice relaciona o número de contribuintes atingidos pelos diversos procedimentos de fiscalizações e diligências em função da quantidade de contribuintes existentes na região.

No âmbito da fiscalização aduaneira em Zona Secundária, foram concluídas 1.015 ações fiscais em 2013, contemplando operações nas áreas de renúncia fiscal, combate a fraude, revisão aduaneira, importação e exportação irregulares e auditoria de intervenientes. Quase 90% dessas ações foram concluídas com resultado, gerando créditos (créditos tributários + apreensões de mercadorias) em 2013 da ordem de R\$ 4,3 bilhões.

d) Realizar ações de pesquisa e investigação

Descrição sucinta das principais atividades:

- 1) Realizar pesquisa e investigação sobre fraudes e ilícitos tributários e aduaneiros, inclusive em parceria com outros órgãos;
- 2) Realizar pesquisa e investigação no combate à lavagem de dinheiro e ao crime organizado, inclusive em parceria com outros órgãos;
- 3) Executar ações especializadas de inteligência;
- 4) Realizar investigações no âmbito criminal em parceria com outros órgãos nas áreas de interesse da RFB e em função de parcerias estratégicas;
- 5) Prospectar e desenvolver soluções tecnológicas para uso nas ações de pesquisa e investigação;
- 6) Representar a RFB junto aos órgãos nacionais e internacionais de inteligência;
- 7) Prestar assessoramento estratégico aos gestores da RFB; e
- 8) Executar atividades de contrainteligência no âmbito da COPEI.

A RFB possui ampla estrutura administrativa, operacional, base de dados e recursos tecnológicos cujo emprego volta-se legalmente ao foco tributário e aduaneiro, resultando em caráter incidental, mas não menos importante, o combate aos crimes contra a ordem tributária, às fraudes aduaneiras, à corrupção e à lavagem de dinheiro. Partindo de um contexto em que tais ilícitos são comumente praticados por grandes grupos criminosos, observa-se que a RFB desempenha nos dias atuais um papel importantíssimo no esforço do Estado para combater o crime organizado, convindo aqui destacar o perfeito alinhamento da instituição com a estratégia do Governo Federal de investir na criação e na otimização de áreas de inteligência dos diversos órgãos empenhados em tal missão.

A Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação - Copei - é a unidade de inteligência da RFB, figurando como responsável pela realização de ações de Pesquisa e Investigação destinadas:

- I. à produção de conhecimentos de inteligência fiscal para as unidades administrativas da RFB e para outros órgãos e entidades públicas atuantes no combate à criminalidade organizada, assim como para assessorar o processo decisório da instituição, fornecendo subsídios ao planejamento, à execução e ao aperfeiçoamento de suas atividades próprias;
- II. ao combate a crimes, fraudes e ilícitos tributários e aduaneiros, à lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, e a qualquer outro ilícito praticado contra a administração pública federal, ou em detrimento da fazenda nacional, inclusive aqueles que concorram para sua consumação;
- III. ao desenvolvimento de trabalhos integrados com órgãos de investigação e de persecução criminal visando coibir a prática dos crimes, fraudes e ilícitos elencados no item anterior.

No ano de 2013, a Copei conduziu suas ações de maneira alinhada aos objetivos estratégicos institucionais, atuando cada vez mais de forma transversal, com conhecimentos produzidos sem uma destinação única, mas sendo difundidos para diversas áreas da instituição, tais como fiscalização de tributos internos e aduaneiros, controle aduaneiro, repressão, arrecadação, cobrança, correição, cadastro, etc. Esta forma de atuação gera os mais diversos resultados para a RFB, dentre os quais podemos destacar:

- Em decorrência das investigações realizadas pela Copei e dos conhecimentos de inteligência produzidos e encaminhados às unidades administrativas da Receita Federal, foram constituídos créditos tributários que alcançam a cifra de R\$ 6,5 bilhões de reais em procedimentos fiscais sobre tributos internos e aduaneiros. Este número expressivo em termos absolutos representa cerca de 3,4% do total de lançamentos realizados por toda a Receita Federal;
- Em 2013 foram realizados procedimentos fiscais em 887 contribuintes com indícios de interesse fiscal apontados em ações de pesquisa e investigação;
- Durante o ano foram realizadas diversas operações de repressão ao contrabando e ao descaminho com o apoio de ações de pesquisa e investigação. Nessas operações merece destaque a apreensão de cerca de 600 mil maços de cigarro introduzidos irregularmente no Brasil.
- A partir de solicitações das Unidades da Receita Federal, ao se depararem com casos complexos de interposição fraudulenta, as ações de pesquisa e investigação possibilitaram a identificação dos reais grupos econômicos responsáveis pelos créditos tributários, em regra já constituídos e inscritos em Dívida Ativa, assim como o patrimônio colocado em nome de terceiros, tornando efetivo o lançamento tributário planejado pela Receita Federal e a execução das dívidas já existentes. Parcela significativa dos trabalhos desenvolvidos nesta

linha de atuação tem como parceira direta a Procuradoria da Fazenda Nacional, em investigações que alcançam o montante de R\$ 4,8 bilhões em créditos inscritos em Dívida Ativa. Em 2013 cerca de R\$ 468 milhões foram bloqueados ou houve confissão judicial das dívidas e concessão de novo parcelamento a partir das provas colhidas e patrimônio identificado pelas ações da Copei. Dentre os diversos resultados obtidos, destaca-se o reconhecimento pela Justiça Federal, a partir de relatório de Inteligência Fiscal, da existência de um expressivo grupo econômico de fato que atua no segmento de telecomunicações, o que culminou no arresto dos bens das pessoas jurídicas envolvidas no esquema em que a dívida acumulada na Fazenda Nacional já superava o montante de R\$ 120 milhões.

Em 2013 foram executadas pela Copei **28 operações de impacto**, contabilizadas apenas as ações com expressiva exposição na mídia.

Em tais operações, foram cumpridos 572 mandados de busca e apreensão e realizadas 144 prisões temporárias ou preventivas, números que ajudam a consolidar nossa forma de atuação em alinhamento com a estratégia organizacional de elevar a percepção de risco e a presença fiscal também por meio do desenvolvimento de ações de combate ao crime organizado.

A realização de investigações integradas e intercâmbio de informações de Inteligência com o Departamento de Polícia Federal e organismos policiais e aduaneiros internacionais, em 2013, possibilitou também a apreensão de cerca de 6,3 toneladas de cocaína no Brasil e em outros países, com efetiva atuação da Receita Federal.

O ano de 2013 foi marcado pela realização **da Copa das Confederações** e da **Jornada Mundial da Juventude**, como parte dos chamados “grandes eventos”. A Copei e suas subunidades participaram ativamente das atividades do Centro de Inteligência Nacional – CIN e de suas projeções regionais (CIR), compostos por órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência – Sisbin. O objetivo dos centros, situados nos locais de realização dos eventos, era avaliar riscos e fornecer subsídios aos órgãos de defesa e de segurança pública. Além disso, a Copei fez verificações e batimentos cadastrais de mais de 215 mil voluntários inscritos para atuar nos eventos de 2013 e também na preparação para a Copa do Mundo de 2014.

O ano de 2013 foi marcado também por várias ações institucionais de **combate à lavagem de dinheiro**.

Em maio a RFB aderiu ao protocolo de intenções da X Reunião Plenária da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – ENCCLA. A RFB reforça com esta adesão seu compromisso com a ENCCLA, mecanismo que tem gerado relevantes resultados para a sociedade brasileira, endossando o modelo de articulação inaugurado pela Estratégia e fortalecendo a percepção de que o enfrentamento à criminalidade deve passar pela ação organizada do Estado.

Ao longo do ano houve o desenvolvimento do projeto SGRLD - Sistemática de Gerenciamento de Riscos em Lavagem de Dinheiro, que objetiva a identificação, avaliação, alerta e tratamento de situações de risco da ocorrência do crime de lavagem de dinheiro que possam ser observadas no curso das atividades rotineiras da RFB. O projeto encontra-se dentro do cronograma, sendo conduzido por grupo de trabalho específico, além de contar com a colaboração de especialistas conforme a necessidade de cada etapa.

O treinamento em Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro da RFB, na modalidade Ensino a Distância, passou com sucesso pela turma piloto, que realizou o curso com enfoque especial de identificar eventuais erros e propor melhorias antes de sua divulgação a todo o corpo de servidores do Órgão.

Além disso, está em fase final de implantação o Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro – LAB/LD na RFB. A unidade, cuja implantação foi iniciada em 2012, já conta com a infraestrutura de equipamentos e softwares para iniciar os trabalhos. Seu desenvolvimento resultou de acordo entre a instituição e a Secretaria Nacional de Justiça – SNJ, voltada para a utilização de soluções tecnológicas para incrementar, em muito, a capacidade de investigação de crimes de lavagem de dinheiro e corrupção da Receita Federal.

Em novembro, durante a XI Reunião Plenária Anual da ENCCLA, foram aprovadas as ações de combate a corrupção e lavagem de dinheiro a serem implementadas por todas as esferas de governo no ano seguinte - a ENCCLA 2014. Dentre elas merecem destaque três iniciativas da RFB relacionadas diretamente ao combate à sonegação fiscal. Isso reforça a decisão da Estratégia de focar esse tema, alinhada a recomendações de órgãos internacionais como o Grupo de Ação Financeira Internacional - GAFI e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE. As ações, a serem coordenadas pela RFB em 2014, são:

- Ação 2: Elaborar proposta de alteração legislativa visando ao fim da extinção e suspensão da punibilidade pelo pagamento ou parcelamento de tributos e o aumento do rigor na punição da sonegação fiscal.
- Ação 3: Elaborar diagnóstico sobre os mecanismos para identificação de beneficiários finais de pessoas jurídicas domiciliadas no exterior operando no País, visando propor medidas que tragam maior eficiência ao sistema.
- Ação 5: Elaborar proposta de alteração legislativa prevendo a ampliação das prerrogativas dos órgãos de fiscalização e controle, no curso de processo administrativo, em situações expressamente previstas, em que a postergação de atuação do Estado prejudique a obtenção de provas, mediante autorização do Poder Judiciário, fiscalização do Ministério Público e em articulação com os órgãos de persecução penal.

No campo da **cooperação internacional**, a RFB concluiu um projeto de assistência técnica ao Serviço de Rendas Interna do Equador – SRI, com a intermediação do Centro Interamericano de Administrações Tributárias - CIAT, visando à construção de um modelo de Inteligência Fiscal naquele país. Como resultado desse trabalho, o Presidente do Equador promulgou um decreto executivo integrando o Departamento de Inteligência Tributária do SRI ao Sistema Nacional de Inteligência.

Ainda no campo das parcerias com organismos internacionais, o governo dos Estados Unidos concedeu um certificado de reconhecimento pela atuação da equipe de investigação da RFB na Operação Black Ops. A operação ficou em 2º lugar na votação promovida pelo Homeland Security Investigations - HSI com a finalidade de escolher a ação de maior destaque em cooperação internacional. A Black Ops, realizada em outubro de 2011, teve como foco um esquema de contrabando de veículos de luxo provenientes dos EUA e o combate à máfia internacional suspeita de exploração de máquinas de caça-níqueis e lavagem de dinheiro.

No **âmbito interno** merece destaque o 9º Encontro Nacional de Inteligência Fiscal – ENIF, realizado em parceria entre a RFB, Secretaria de Fazenda do DF e Esaf. O evento reuniu integrantes do Sistema de Inteligência Fiscal - SIF composto, atualmente, pelas Secretarias de Fazenda de 25 Unidades da Federação, além da Receita Federal. Foi uma importante oportunidade para a troca de experiências e boas práticas entre as Unidades de Inteligência Fiscal, além da integração, aproximação e padronização de procedimentos, elementos fundamentais para o bom funcionamento do SIF.

Ressalta-se também a intensa articulação da Copei junto ao Banco Central para viabilizar o acesso da Receita Federal ao Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional - CCS, um antigo anseio do Órgão. O CCS é um sistema destinado ao registro de informações relativas a correntistas e clientes de instituições financeiras, bem como a seus representantes legais ou convencionais. Os esforços culminaram na assinatura, em novembro, do convênio entre RFB e Banco Central viabilizando o acesso ao sistema.

Todos os resultados apresentados são decorrentes de uma atuação pautada no alinhamento da Copei com os objetivos institucionais, assim como no máximo aproveitamento do comprometimento e da excelência técnica de seu corpo funcional, assim como da dedicação de seus gestores.

e) Realizar Ações de Vigilância e Repressão

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar Operações de Vigilância e Repressão ao contrabando e descaminho;
- Realizar Operações de Vigilância e Repressão ao contrabando e descaminho em parceria com outros órgãos;
- Realizar pesquisa e seleção de alvos; e
- Monitorar Recintos Alfandegados de zona primária e secundária, zonas de vigilância aduaneira e zonas primárias.

Ao longo do ano de 2013, a Receita Federal realizou 2.999 operações de vigilância e repressão. Cabe destacar que algumas dessas operações foram realizadas conjuntamente ou contaram com o apoio de outros órgãos, entre os quais: Inmetro, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, Exército Brasileiro e Força Aérea Brasileira.

Importante também ressaltar que a RFB implementou diversas iniciativas voltadas a aprimorar e estruturar a atividade de vigilância e repressão em 2013. Merecem destaque aquelas relacionadas ao Projeto Armamento Institucional, o qual envolve treinamento e acautelamento de pistola em calibre .40 e de equipamento não letal para os servidores da atividade; à construção de Reservas de Armamento; ao desenvolvimento do Projeto Cães de Faro; à renovação da frota de veículos; à aquisição de coletes balísticos; e ao Projeto de Aquisição e Instalação de Equipamentos de Detecção – tendo sido elaborada estratégia de instalação de equipamento para inspeção não invasiva de contêineres para os pontos de fronteira terrestre.

No ano de 2013, a apreensão total de mercadorias resultante da atuação de RFB nas áreas de fiscalização, repressão e controle sobre o comércio exterior (inclusive bagagem) foi inferior ao atingido no ano anterior, com resultado de R\$ 1,68 bilhão.

No âmbito da **1ª Região Fiscal**, durante o ano de 2013, foram implementadas, prioritariamente pela Direp01, operações de repressão ao contrabando e descaminho nos diversos corredores rodoviários utilizados para o cometimento deste crime, especialmente aqueles oriundos da região de fronteira seca com o vizinho Paraguai.

Colimando estratégias geográficas da **1ª RF** e informações resultantes de monitoramento dos fluxos a partir da origem, destacaram-se ações concentradas nas regiões de Ponta Porã e Mundo Novo no estado do Mato Grosso do Sul e na região de divisa dos estados de Goiás e Minas Gerais, próximo à cidade de Itumbiara/GO.

Tais ações resultaram na retenção de produtos diversos (eletrônicos, pneus, vestuário, informática, etc), estimados em aproximadamente R\$ 21 milhões, além de um incremento na apreensão de substâncias tóxicas e entorpecentes, especialmente, cigarros.

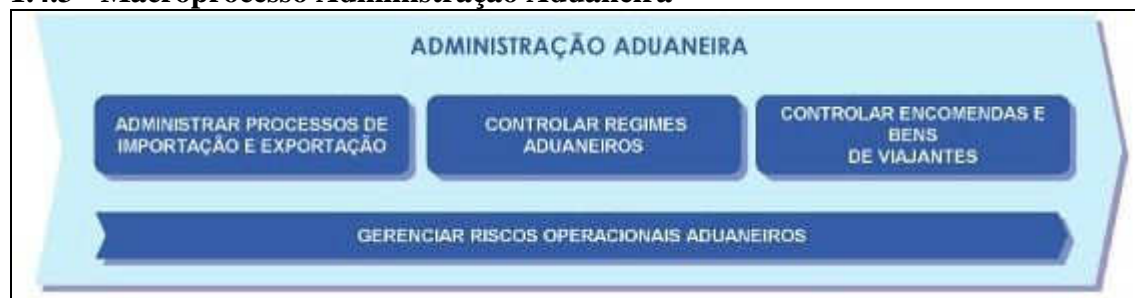
Além de ações de repressão com agentes estaduais, o ano foi marcado também pela participação de integrantes da **Divisão de Repressão da 1ª Região Fiscal - Direp01** em operações com parceiros institucionais, dentre as quais:

- Operação Ágata, coordenada pelo Ministério da Defesa (Forças Armadas), com a participação do Ministério da Justiça (Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal) e da RFB;
- Operação Porteira Fechada, coordenada e executada de forma compartilhada pela Aeronáutica, Polícia Rodoviária Federal e Receita Federal;
- Operação Divisa, coordenada pela **Direp01/Nurep/Goiânia**, em parceria com Forças Policiais do Estado de Goiás.

Registre-se, também, que a **Direp01** agendou e proporcionou cursos e treinamentos táticos e operacionais, com enfoque na segurança individual e coletiva de seus servidores, incluindo primeiros socorros, uso e manuseio do armamento institucional, técnicas de abordagem e imobilização de indivíduos, direção defensiva operacional.

Finalmente, no âmbito da **RF01**, destaca-se a aquisição complementar de equipamentos de rádio comunicação, por intermédio de parceria com o Exército Brasileiro.

1.4.3 - Macroprocesso Administração Aduaneira



a) Administrar processos de importação e exportação

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar o despacho aduaneiro de importação e exportação;
- Realizar despacho de internação (ZFM);
- Gerir canais de conferência de operadores de comércio exterior;
- Executar e controlar as políticas para operações de importação e exportação;
- Realizar o controle de cargas; e
- Realizar habilitação dos intervenientes no comércio exterior.

A Receita Federal do Brasil, em relação ao processo “Administrar processos de importação e exportação”, desembarçou 3,58 milhões de Declarações de importação e exportação.

Diversas ações visando a melhoria do processo foram desenvolvidas, dentre elas pode ser destacada a alteração do fluxo do processo de exportação, eliminando a necessidade de apresentação de documentos em papel para cerca de 90% dos despachos.

O lançamento do APP importação para tablets e iPads constituiu importante marco no aperfeiçoamento da comunicação entre o órgão e a sociedade, além de importante ferramenta de aumento da transparência do processo de importação. Deu-se seqüência na modelagem dos processos de trabalho com fim de aprimorar rotinas e procedimentos ligados ao processo de despacho aduaneiro.

Participou-se dos trabalhos relativos à implantação no Brasil de uma janela única de comércio exterior, o Portal Único do Comércio Exterior, iniciativa da RFB e MDIC, que em conjunto com os demais órgãos anuentes, almeja criar uma plataforma de fluxo único para os processos de importação e exportação, esta iniciativa é consagrada na literatura e na experiência internacional como importante instrumento de facilitação comercial e de incentivo ao aumento dos fluxos de comércio internacional.

Trabalhou-se para eliminar o fluxo de informação em meio papel nos processos de importação e exportação, eliminando a necessidade de apresentação em papel de documentos relativos a carga e embarcações do modal marítimo.

Preparou-se para a iminente migração da competência de gerir e arrecadar o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, do Departamento da Marinha Mercante para a Receita Federal, incluindo-se aí, a preparação dos sistemas, manual e normas, permitindo que quando ocorrer efetivamente a transferência da atribuição, não haja a ocorrência de transtornos aos contribuintes, bem como não haja deficiências de controle.

Na 1ª Região Fiscal, em relação ao processo “Administrar processos de importação e exportação”, foram desembaraçadas 14.959 Declarações de Importação e 32.176 de Exportação, perfazendo um total de 47.135 Declarações.

Em 2013, a Diana/RF01 iniciou um processo de padronização de procedimentos entre as Unidades com atribuições aduaneiras da **1ª Região Fiscal**. Foram discutidos os principais processos de trabalho que necessitariam de uniformização, com a finalidade de eliminar retrabalho, evitar divergências de procedimentos e otimizar a utilização dos recursos humanos e materiais.

Decidiu-se iniciar pela padronização do processo de Perdimento de Mercadorias Apreendidas, por ser um dos que mais impacta as Unidades, ao exigir alocação intensiva da mão-de-obra fiscal não somente na confecção de Autos de Infração, como também na alimentação dos sistemas informatizados envolvidos, internação nos depósitos e posterior destinação das mercadorias. O projeto iniciou-se no segundo semestre de 2013, cumprindo as etapas de mapeamento do processo das Unidades, levantamento de necessidades de melhorias e identificação de melhores práticas dentro da Região Fiscal. Também tem sido realizado *benchmarking* com a 9ª Região Fiscal, por meio de Videoconferências e visitas técnicas.

Em 2013 a **1ª Região Fiscal** manteve o esforço iniciado em 2012, em conjunto com as Inspetorias de Corumbá/MS e de Cáceres/MT, para possibilitar a implementação efetiva das Áreas de Controle Integrado Brasil/Bolívia, em consonância com a estratégia do governo federal de simplificação do comércio internacional de mercadorias na fronteira com o país vizinho, conforme disposto no Decreto nº 5.471, de 20 de junho de 2005, que internalizou na República Federativa do Brasil o Vigésimo Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 36, entre os Governos da República Federativa do Brasil, da República Argentina, da República do Paraguai e

da República Oriental do Uruguai, Estados Partes do MERCOSUL, e o Governo da República da Bolívia.

Neste contexto, foram realizadas reuniões regionais e locais no ano de 2013 entre as autoridades aduaneiras dos dois países, a fim de harmonizar os procedimentos aplicados pelos respectivos órgãos aduaneiros nesses recintos, ampliando gradualmente o nível de integração das atividades ali realizadas, o que resultará em maior agilidade no fluxo de comércio exterior pela simplificação dos trâmites aduaneiros, e melhor controle sobre a circulação de mercadorias. Em virtude desse esforço conjunto, a ACI de Cáceres/San Martins iniciou o controle integrado, a exemplo da ACI Corumbá/Puerto Suarez, implementada em 2012.

b) Controlar regimes aduaneiros

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar o controle de regimes aduaneiros.

Lançou-se uma nova Instrução Normativa sobre Admissão Temporária, consolidando e modernizando tal regime aduaneiro, permitindo maior agilidade, eficiência e menores custos para os operadores privados, sem enfraquecer o controle aduaneiro.

Nova Instrução Normativa referente ao regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e gás natural - Repetro – lançada em dezembro, confere maior racionalidade de procedimentos e segurança ao regime.

c) Controlar encomendas e bens de viajantes

Descrição sucinta das principais atividades:

- Controlar encomendas e bens de viajantes brasileiros e estrangeiros em trânsito internacional; e
- Controlar remessas postais internacionais.

No âmbito do processo “Controlar encomendas e bens de viajantes”, a RFB fiscalizou 20,8 milhões de remessas postais internacionais e processou 2,04 milhões de volumes de remessas expressas, além de ter controlado os bens de mais de 54 mil passageiros por dia nos aeroportos brasileiros, o que totaliza 19,8 milhões de viajantes aéreos. Ainda, efetuou o controle aduaneiro de entrada e saída de fronteiras terrestres de cerca de 70 milhões de pessoas e 31 milhões de veículos.

Merece destaque a implementação da e-DBV, Declaração Eletrônica de Bens de Viajante, em agosto de 2013, permitindo que os viajantes efetuem a declaração on-line de bens e valores em viagens internacionais. A e-DBV substitui duas declarações em papel, a Declaração de Bagagem Acompanhada (DBA) e a Declaração Eletrônica de Porte de Valores (e-DPV), facilitando o adimplemento das obrigações tributárias. Desde sua implantação, até o final de 2013, por meio da e-DBV foram realizadas cerca de 28 mil declarações.

Ainda em 2013, foi minutado novo modelo de controle de bagagens, que encontra-se em fase de revisão e deverá ser implementado em 2014, e foi iniciado o desenvolvimento de um sistema informatizado de controle aduaneiro de encomendas postais internacionais, que se baseará em informações eletrônicas recebidas dos Correios, geração automática de documento de tributação e conferência de encomenda com base em gerenciamento eletrônico de risco. Este sistema deverá ser

implantado ainda em 2014 trazendo maior celeridade, padronização, segurança fiscal e previsibilidade no fluxo de importação das encomendas postais internacionais.

Neste processo de trabalho, a **1ª Região Fiscal** tem envidado esforços para minimizar os efeitos da insuficiência de recursos humanos da região ante a crescente demanda originada pelo maior fluxo de viajantes brasileiros e estrangeiros nos pontos de fronteira e aeroportos internacionais.

Neste sentido, foi mantido em 2013 o Programa de Vigilância e Repressão da **1ª RF** - PVR, para fins de reforço às unidades de fronteira com Paraguai e Bolívia, o que possibilitou o atendimento da RFB de forma ininterrupta, inclusive finais de semana e feriados, durante 24 horas, 7 dias por semana, nesses pontos de fronteira, especialmente nas Inspetorias de Mundo Novo/MS e Corumbá/MS.

Com o mesmo objetivo de melhorar o atendimento aos viajantes em trânsito internacional, a **1ª RF** iniciou no final de 2012, e foi mantido em 2013, um programa de reforço às equipes de bagagem da Alfândega do Aeroporto Internacional de Brasília Presidente Juscelino Kubitschek nos períodos de férias, tendo em vista o significativo aumento de passageiros em viagem internacional.

Neste processo de trabalho, a **1ª Região Fiscal** tem envidado esforços para minimizar os efeitos da insuficiência de recursos humanos da região ante a crescente demanda originada pelo maior fluxo de viajantes brasileiros e estrangeiros nos pontos de fronteira e aeroportos internacionais.

Neste sentido, foi mantido em 2013, o Programa de Vigilância e Repressão da **1ª RF** - PVR, para fins de reforço às unidades de fronteira com Paraguai e Bolívia, o que possibilitou o atendimento da RFB de forma ininterrupta, inclusive finais de semana e feriados, durante 24 horas, 7 dias por semana, nesses pontos de fronteira, especialmente nas Inspetorias de Mundo Novo/MS e Corumbá/MS.

Com o mesmo objetivo de melhorar o atendimento aos viajantes em trânsito internacional, a **1ª RF** deu continuidade em 2013 ao programa, iniciado em 2012, de reforço às equipes de bagagem da Alfândega do Aeroporto Internacional de Brasília Presidente Juscelino Kubitschek nos períodos de férias, tendo em vista o significativo aumento sazonal de passageiros em viagem internacional.

d) Gerenciar riscos operacionais aduaneiros

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerenciar riscos nas operações aduaneiras;
- Gerenciar riscos na cadeia logística; e
- Gerenciar denúncias e informações externas.

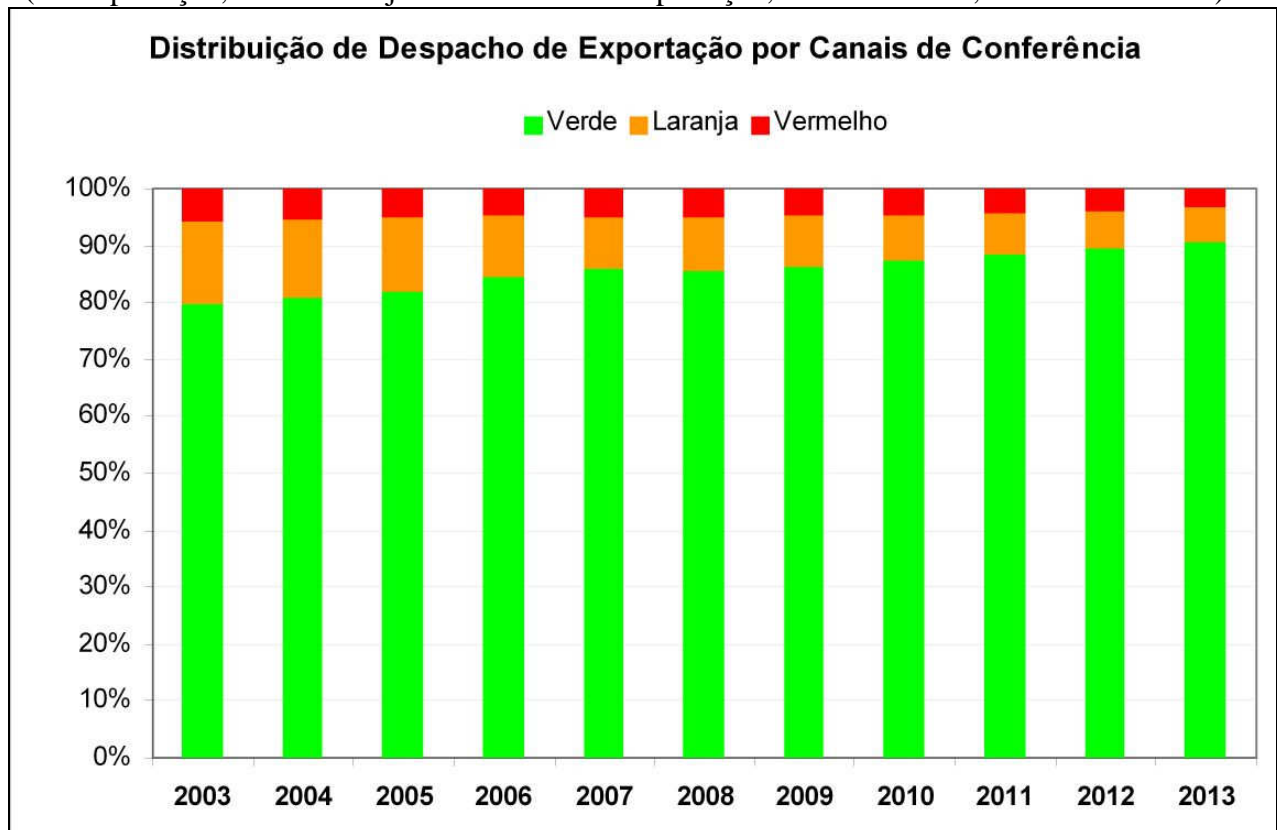
No ano de 2013, visto que uma aduana moderna não pode prescindir da inserção cada vez maior de ações de inteligência, e de intensa gestão dos riscos inerentes a sua atividade, o CERAD monitorou diversos setores econômicos específicos com elevado grau de risco de ocorrência de práticas irregulares nas operações de importação e exportação, o que possibilitou uma forte atuação da RFB no sentido de reprimir fraudes e combater a concorrência predatória na economia nacional. Ainda houve, por parte do Centro Nacional, intensificação do monitoramento e combate à interposição fraudulenta nas operações de comércio exterior.

A Receita Federal tem aprimorado seus sistemas de análise de riscos, como o Analisador Inteligente e Integrado de Transações Aduaneiras - ANIITA e o Sistema Informatizado de Seleção por Aprendizado de Máquinas – SISAM.

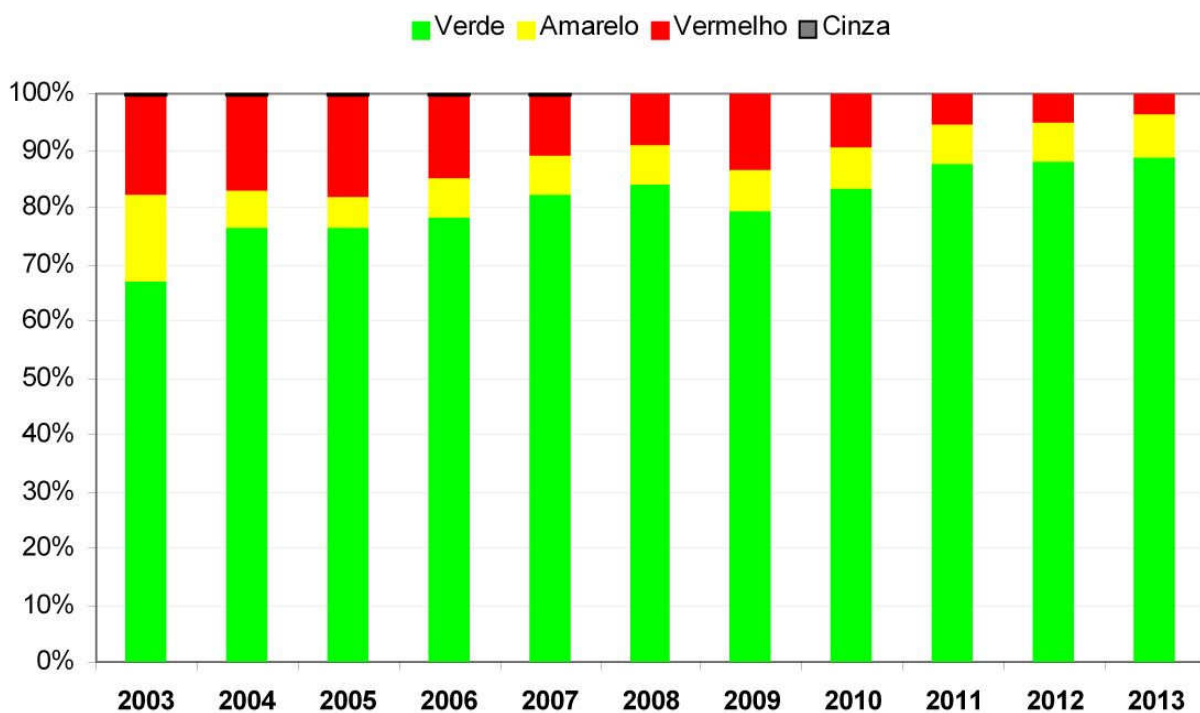
Ao longo do ano de 2013, varias ações foram desenvolvidas, foram 2015 novos perfis de risco incluídos nos sistemas, concluindo em importantes resultados para a sociedade.

Devido a essas ações de inteligência e com o objetivo de garantir a observância da legislação nacional nas atividades de comércio exterior e oferecer à comunidade de importadores, exportadores e demais intervenientes sistemas de controle que não obstaculizem o comércio internacional legítimo, observamos uma tendência de redução na quantidade de declarações selecionadas para conferência* além do crescente grau de eficácia no despacho de importação, conforme apontado nos gráficos.

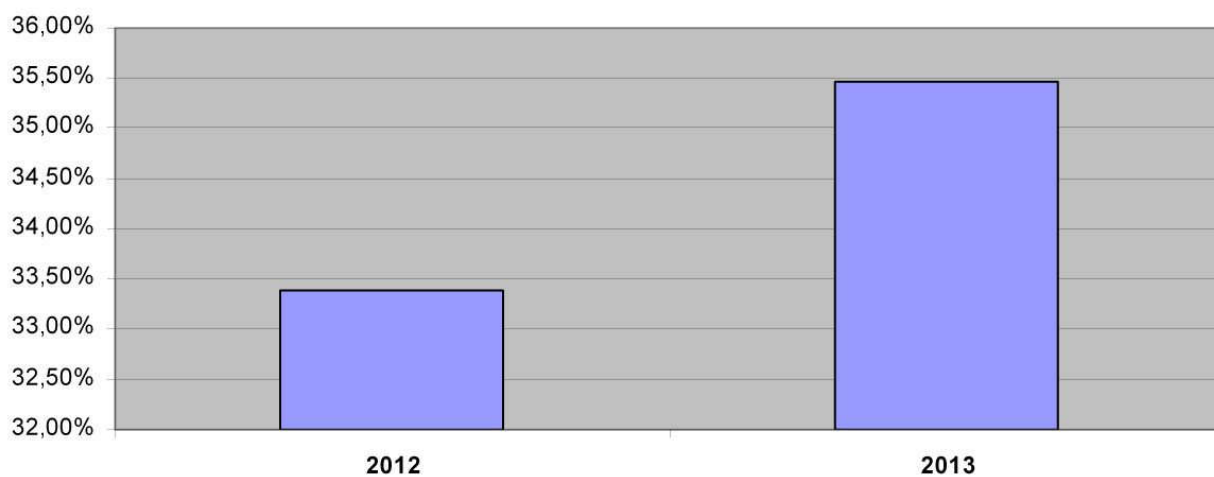
*(Na exportação, canais laranja e vermelho. Na importação, canais amarelo, vermelho e cinza.)



Distribuição de Despacho de Importação por Canais de Conferência

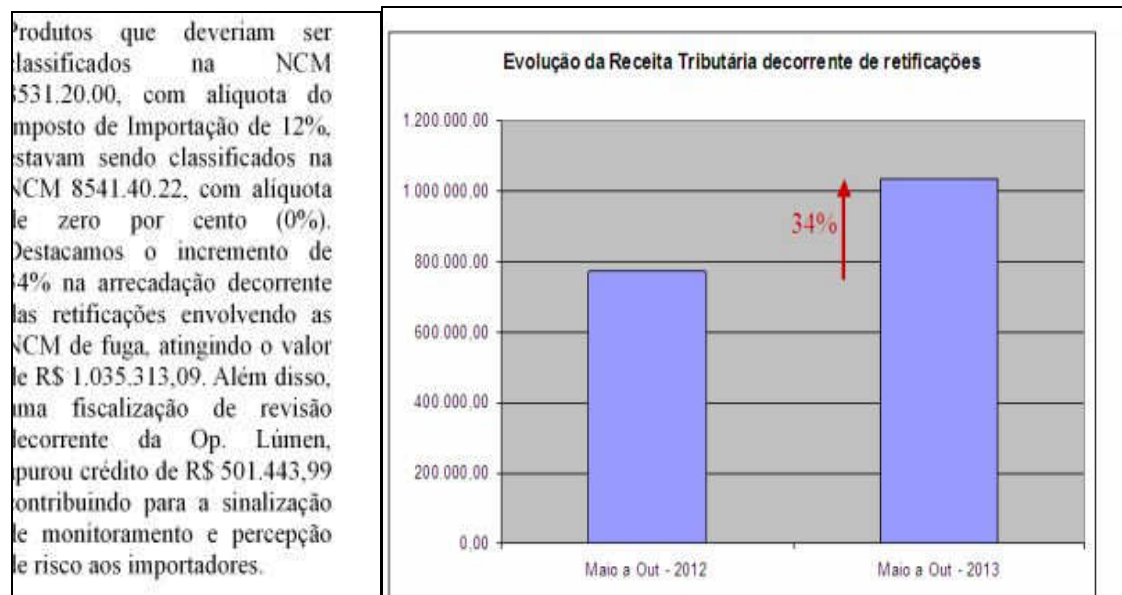


Evolução do indicador Grau de eficácia da seleção no despacho de importação



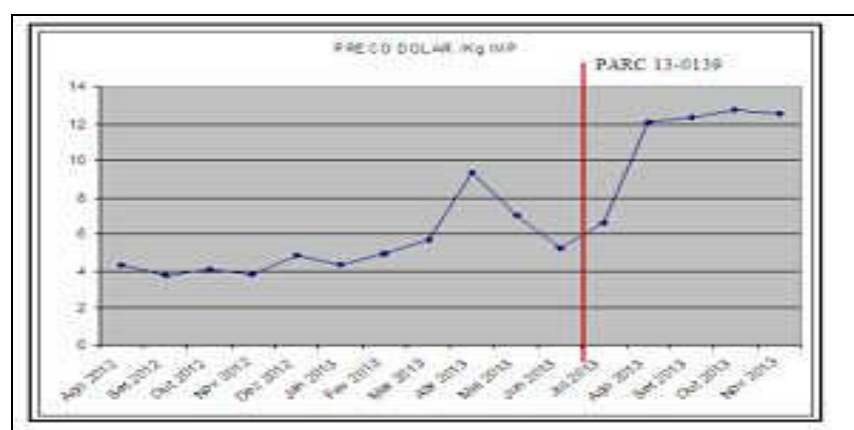
Exemplos de ações desenvolvidas pelo CERAD no ano de 2013:

Fuga de Classificação Fiscal - Operação Lúmen (LED)



Subfaturamento - Bijuterias (NCM 71.17.19.00)

Bijuterias de preço muito baixo levaram o sistema de gestão de risco aduaneiro a interceptar dois contêineres procedentes da China, sob a suspeita de declaração de valor a menor. Todavia, ante laudo pericial versando sobre a composição das bijuterias, revelou-se que continham cádmio em concentração quase 4.000 vezes maior do que a permitida na União Européia. Após a parametrização o preço dólar/kg passou a patamares muito superiores àqueles praticado anteriormente, de US\$4,32/kg (Ago 2012) para US\$12,53/kg (Nov 13).



1.4.4 - Macroprocesso Segurança Jurídica e Solução de Litígios



a) Formular propostas de legislação tributária

Descrição sucinta das principais atividades:

2. Elaborar, conforme demanda externa, projetos de lei relacionados ao sistema tributário nacional (tributos internos e tributos de comércio exterior); e
3. Propor projetos de lei de interesse da RFB.

Em 2013, a Subsecretaria de Tributação e Contencioso da RFB – Sutri participou da elaboração, dentre outros, dos seguintes atos:

- **Medidas Provisórias nº 601/2012, nº 610/2013, nº 612/2013, nº 619/2013 e nº 634/2013** - Promoveram alterações no disciplinamento das contribuições previdências sobre a receita bruta instituídas pela Lei nº 12.546/11, demandando intensa atuação da Cosit/Copen/Ditri, principalmente na definição de quais atividades seriam contempladas pela substituição da folha, bem como na adequação dos textos a fim de preservar a segurança jurídica;
- **MP nº 609/2013** - Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação incidentes sobre a receita decorrente da venda no mercado interno e sobre a importação de produtos que compõem a cesta básica;
- **MP nº 613/2013** - Institui nova sistemática de tributação do álcool;
- **MP nº 617/2013** - Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros;
- **MP nº 627/2013** - Dispõe sobre as novas regras do IRPJ/CSLL/PIS/Cofins, revogando o Regime Tributário de Transição – RTT; e
- **Lei nº 12.865/2013** - Adequou a base de cálculo do PIS/Cofins-Importação à decisão do STF (base de cálculo é somente o valor aduaneiro), eliminando os muitos litígios sobre a questão. O citado dispositivo foi proposto pela RFB e inserido como emenda no Projeto de Conversão da Medida Provisória nº 615, de 2013.
- **Decreto nº 7.913/2013** - Altera o Anexo III ao Decreto nº 6.233, de 11 de outubro de 2007, que estabelece critérios para efeito de habilitação ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS, que concede

isenção do imposto de renda e reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS e do IPI.

- **Decreto nº 7.921/2013** - Regulamenta a aplicação do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, de que trata a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.
- **Decreto nº 7.981/2013** - Altera o Decreto nº 5.602, de 6 de dezembro de 2005, que regulamenta o Programa de Inclusão Digital instituído pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.
- **Decreto nº 8.015/2013** - Altera o Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, que regulamenta os arts. 40 a 44 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, e os arts. 5º e 6º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011.
- **Decreto nº 8.072/2013** - Altera o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, para dispor sobre habilitação para fruição dos benefícios fiscais da lei de informática.
- **Decreto nº 8.073/2013** - Altera o Decreto nº 7.633, de 1º de dezembro de 2011, que regulamenta o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - REINTEGRA, para contemplar as alterações introduzidas pela Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012.
- **Decreto nº 8.082/2013** - Altera o Decreto nº 4.524, de 17 de dezembro de 2002, que regulamenta a Contribuição para o PIS/PASEP e a COFINS devidas pelas pessoas jurídicas em geral.
- **Decreto nº 8.115/2013** - Altera o Decreto nº 6.707, de 23 de dezembro de 2008, que regulamenta os arts. 58-A a 58-T da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, incluídos pelo art. 32 da Lei nº 11.727, de 23 de junho de 2008, que tratam da incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, no mercado interno e na importação, sobre produtos dos Capítulos 21 e 22 da Tabela de Incidência do IPI - TIPI, e dá outras providências.
- **Decreto nº 8.122/2013** - Regulamenta o Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa - Retid, instituído pela Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012.

Dentro das atividades relativas à atualização dos regulamentos da legislação tributária federal e demais normas infralegais de competência da RFB, ressalta-se a atualização do Regulamento Aduaneiro pelo Decreto nº 8.010, de 16 de maio de 2013. Além disso, a minuta do Regulamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins encontra-se em exame na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), assim como a minuta do Regulamento de Custeio da Previdência Social, que, depois de uma primeira análise daquela Procuradoria, foi ajustada pela Cosit para então retornar à PGFN. Por sua vez, as minutas do Regulamento do Imposto de Renda (RIR) e do Regulamento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido encontram-se já na Casa Civil da Presidência da República.

b) Julgar recursos administrativos fiscais

Descrição sucinta das principais atividades:

1. Julgar recursos administrativos fiscais em primeira instância administrativa e recursos da Lei nº 9.784/1999; e
2. Julgar impugnações e manifestações de inconformidade nas DRJ.

As Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ) analisaram em 2013 mais de 93 mil processos, o que representa um incremento de cerca de 31% em relação ao quantitativo de processos julgados em 2012.

Em termos de valor, esses processos envolvem quase R\$ 126 bilhões, entre créditos tributários lançados e pedidos de ressarcimento, restituição, reembolso e compensação.

Os relevantes resultados obtidos são consequência do esforço e da dedicação do corpo funcional das DRJ no âmbito do programa de gestão virtual do acervo de processos em contencioso de 1ª instância. Referido programa, implementado em agosto de 2013 sob a condução da Coordenação-Geral de Contencioso Administrativo e Judicial da RFB, permitiu a distribuição otimizada de processos com temas similares em âmbito nacional, para julgamento conjunto, e acarretou mais celeridade no julgamento dos processos administrativos fiscais, principalmente daqueles considerados prioritários.

Como exemplo, o indicador, no final de 2013, do tempo médio de permanência em contencioso de 1ª instância dos processos de pessoas com mais de 60 anos, de portadores de moléstias graves ou de necessidades especiais, estava em 90 dias; no caso dos processos acima de R\$ 10 milhões, o tempo médio girava em torno de 150 dias.

No tocante ao acervo de processos aguardando julgamento, destaca-se que após uma curva ascendente constante até agosto de 2013, quando o número chegou perto de 215 mil processos, houve inversão da tendência, decorrente da implantação do programa de gestão virtual do acervo de processos em contencioso de 1ª instância. Nesse sentido, em dezembro de 2013, o total de processos aguardando julgamento girava em torno de 209 mil, conforme demonstra o gráfico abaixo.



Na 1ª Região Fiscal, dentro de sua esfera de competência, a Superintendência julgou em 2013 144 recursos hierárquicos apresentados com fundamento na Lei nº 9.784, de 1999 (quando não cabe o

recurso previsto no Processo Administrativo Fiscal, Decreto nº 70.235, de 1972). Destaca-se que o estoque de recursos administrativos pendentes foi praticamente zerado em 2013, tendo em vista a priorização da atividade e o julgamento de processos semelhantes de forma agrupada. A medida adotada vai ao encontro do disposto no art. 59, § 1º, da Lei nº 9.430, de 1999, que estabelece o prazo de 30 dias para a Administração decidir o recurso hierárquico.

c) Acompanhar julgamentos de processos administrativos e judiciais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Acompanhar o julgamento de processos administrativos nas DRJ e no CARF;
- Acompanhar o julgamento de processos judiciais;
- Subsidiar a PGFN na defesa da Fazenda Nacional em processos administrativos e judiciais;
- Acompanhar a jurisprudência do CARF e dos Tribunais Superiores e disseminá-la internamente;
- Identificar interpretações divergentes no contencioso administrativo e propor soluções para a uniformização de entendimento; e
- Identificar assuntos passíveis de serem sumulados pelo CARF.

Realização de levantamentos com o objetivo de identificar processos que estivessem nas unidades para o cumprimento de diligência/saneamento. O foco foi nos processos com valor acima de R\$ 5 milhões que estavam nas unidades há mais de 90 dias e nos processos com valor abaixo de R\$ 5 milhões que estavam nas unidades há mais de 360 dias. O levantamento foi encaminhado aos Superintendentes de cada região fiscal para acompanhamento, de forma a verificarem se a diligência já havia sido concluída ou para que fossem adotadas as providências necessárias para a conclusão das mesmas, com posterior envio às Delegacias de Julgamento para finalização do julgamento.

Consolidação da ampliação da participação da RFB no acompanhamento das sessões de julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), mediante a convocação de equipes de colaboradores das unidades descentralizadas, inclusive de Delegacias de Julgamento, alcançando-se os seguintes resultados:

I) Acompanhamento presencial de 55 sessões de julgamento (33 das três Seções do CARF e 22 da Câmara Superior de Recursos Fiscais - CSRF);

II) Maior alinhamento da atividade de acompanhamento com a Fiscalização, acrescentando, nos relatórios, informações relativas a oportunidades de melhorias nos procedimentos fiscais encaminhadas para a Coordenação-Geral de Fiscalização (Cofis) e Coordenação-Geral de Administração Aduaneira (Coana); e

III) Encaminhamento mensal de informações às Regiões Fiscais, acerca dos resultados dos julgamentos dos processos acompanhados no CARF.

Elaboração e publicação interna de 26 Boletins de Decisões Administrativas relativos aos julgamentos ocorridos no CARF em 2013. Essa divulgação objetiva dar conhecimento da jurisprudência atual do CARF a toda a organização, possibilitando a melhoria dos procedimentos

fiscais e da legislação e a implementação de ações necessárias à reversão de entendimentos desfavoráveis à Fazenda Nacional.

No tocante à identificação de interpretações divergentes no contencioso administrativo e propositura de soluções para a uniformização de entendimento, foram encaminhadas à Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) 5 consultas internas (1 relativa a IRPF e 4 relacionadas a tributos sobre comércio exterior) e 7 notas Cocaj, com sugestão de alterações normativas tangentes a tributos sobre o comércio exterior. Adicionalmente, foi iniciado o trabalho de identificação de teses divergentes relacionadas aos tributos IRPJ e CSLL.

Quanto à identificação de assuntos passíveis de serem sumulados pelo CARF, foi encaminhada a esse Conselho nota conjunta Cocaj/Cosit propondo a apreciação e aprovação de 9 súmulas.

d) Formular atos interpretativos e normativos

Descrição sucinta das principais atividades:

- Formular, com base na jurisprudência, atos normativos;
- Realizar interpretação da legislação vigente e jurisprudência (para subsidiar a melhoria dos procedimentos); e
- Realizar soluções de consultas.

A Sutri participou da elaboração de:

- 25 Instruções Normativas, dentre as quais destacam-se:
- IN RFB nº 1.370 - Disciplina a aplicação do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto);
- IN RFB nº 1.396 - Dispõe sobre o processo de consulta relativo à interpretação da legislação tributária e aduaneira e à classificação de serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- IN RFB nº 1.397 - Dispõe sobre o Regime Tributário de Transição (RTT); e
- IN RFB nº 1.415 - Dispõe sobre a habilitação e a aplicação do regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro).
- 09 Portarias RFB, dentre as quais destacam-se:
- Portaria RFB nº 379/2013 - Disciplina a formulação, o encaminhamento e a solução de Consulta Interna relativa à interpretação da legislação tributária e dá outras providências;
- Portaria RFB nº 1.098/2013 - Dispõe sobre atos administrativos no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Alterada pela Portaria RFB nº 1.195, de 26 de agosto de 2013;
- Portaria RFB nº 1.880/2013 - Dispõe sobre a dispensa de apresentação de documentos com firma reconhecida no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil nos casos em que especifica; e

- Portaria RFB Nº 1.887/2013 - Aprova o Manual de Redação e elaboração de atos administrativos da Secretaria da Receita Federal do Brasil e define modelo padrão dos atos editados no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- 01 Ato Declaratório Interpretativo RFB.
- 27 Pareceres Normativos, sendo 25 revisando e atualizando Pareceres Normativos CST sobre IPI que, embora em vigor, faziam referência a normas já modificadas ou revogadas, 01 versando sobre as consequências da nova redação do art. 57 da MP nº 2.158-35, de 2001, pela lei nº 12.766, de 2012, e 01 dispondo sobre o cálculo de contribuições previdenciárias decorrente de decisões condenatórias ou homologatórias proferidas na justiça do trabalho contra empresas abrangidas pelo regime de tributação de que tratam os arts. 7º a 9º da Lei nº 12.546, de 2011.

A Cosit produziu também:

- 598 Notas Cosit
- 38 Notas Técnicas
- 31 Notas em Ação Judicial
- 01 Norma de Execução
- 01 Ordem de Serviço
- 74 Soluções de Consulta
- 39 Soluções de Divergência
- 43 Soluções de Consulta Interna

As Divisões de Tributação – Disit das 10 Regiões Fiscais responderam, em 2013, 2.474 Consultas.

Na **1ª Região Fiscal**, foram respondidas 225 consultas sobre a interpretação da legislação tributária. Destaca-se que, desde setembro de 2013, os processos de consulta passaram a ser analisados independentemente da jurisdição do consulente, por meio da centralização do estoque e da aprovação das soluções pela Coordenação de Tributação, de forma que as Divisões de Tributação passaram a minutar as soluções de consultas, submetendo-as à aprovação da Cosit.

Destaca-se, na **1ª Região Fiscal**, a atualização da legislação relativa a restituição, compensação, ressarcimento e reembolso, realizada pela Cosit em parceria com a Disit/SRRF01. Nesse sentido, a IN RFB nº 1.300, de 2012, que disciplina a matéria, foi alterada pela IN RFB nº 1.425, de 2013, que promoveu diversas atualizações na norma infralegal, a fim de adequá-las às alterações legislativas ocorridas no período, especialmente no que se refere ao ressarcimento e à compensação de créditos escriturais da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.

1.4.5 - Macroprocesso Interação com a Sociedade



a) Desenvolver moral tributária

Descrição sucinta das principais atividades:

- ✓ Realizar ações de educação fiscal;
- ✓ Realizar e estimular ações de desenvolvimento de moral tributária da instituição e da sociedade; e
- ✓ Realizar, em parceria com outras instituições, ações de educação fiscal e moral tributária.

Em 2013, o foco das ações de educação fiscal esteve voltado a estudantes universitários e a profissionais da área contábil e aduaneira.

Ao longo do ano foram realizados 13.153 eventos de Educação Fiscal em todo o Brasil, quantidade pouco superior à de 2012 (13.020).

Nos meses de fevereiro e julho, foram realizadas mais duas edições do evento “A Receita Federal Convida: Conheça Nossa Aduana”, programa de visitação às unidades aduaneiras da Receita Federal, contando com a participação de mais de 1.900 pessoas.

Iniciativa de educação fiscal recentemente implementada, o Autoatendimento Orientado está em funcionamento desde agosto em diversas unidades da Receita Federal e já contabiliza cerca de 204 mil atendimentos nesse novo formato. O Autoatendimento Orientado consiste em um ambiente físico destacado nas unidades de atendimento, em que são disponibilizados microcomputadores para que os contribuintes possam obter serviços e informações por meio do sítio da Receita Federal na Internet, com a orientação de servidores da unidade.

A **1ª Região Fiscal** superou a meta em 15%, realizando 608 pontos em eventos, ante uma meta estabelecida de 528 pontos em 2013. As Unidades na 1ª RF com melhor desempenho foram as Delegacias de Goiânia, Campo Grande e Alfândega de Brasília.

As ações relacionadas ao marketing externo (divulgação de orientação tributária) sobretudo por ocasião do PIR) representaram 52% de todos os eventos desenvolvidos pelas Unidades da **1ª RF** (exceto Inspetorias e Alfândega).

Destacam-se, na **1ª Região Fiscal**, os projetos ligados ao atendimento como “Ônibus da Cidadania” (Goiânia e Anápolis): “Receita Federal na sua Cidade” (Campo Grande, Dourados e Cuiabá). Esses projetos levaram atendimento e cidadania fiscal a várias comunidades, contribuindo com o processo de municipalização da Educação Fiscal.

Registre-se também que algumas Unidades da **1ª RF** desenvolveram ações junto às escolas e universidades, tais como: Alfândega de Brasília, com o projeto Cidadania Participativa nas Escolas; IRF/Corumbá, DRF/ Goiânia e Superintendência - Cidadania: Receita do dia a dia.

Outra ação de educação fiscal de destaque em 2013 foram os Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal (NAF), que funcionam nas faculdades de Ciências Contábeis nos moldes dos já consagrados núcleos de prática jurídica das faculdades de direito e contam com a parceria da Receita Federal. Nesses núcleos os alunos prestam atendimento a contribuintes hipossuficientes e complementam sua formação com os conhecimentos adquiridos.

Atualmente, estão em atividade 30 NAF, sendo 22 no Rio Grande do Sul, 4 em Minas Gerais, 1 em Brasília, 2 em Alagoas e 1 em São Paulo.

b) Gerir cadastro de pessoas e bens

Descrição sucinta das principais atividades:

- Identificar e localizar corretamente pessoas e bens sujeitos e passíveis de tributação;
- Discriminar perfis de contribuintes com indicação das obrigações tributárias a que está sujeito de maneira atualizada e dinâmica;
- Permitir o intercâmbio interno e externo de informações e a retroalimentação das informações dos contribuintes, inclusive com cruzamento de informações de terceiros, garantindo a qualidade da informação ao longo do tempo; e
- Apoiar a administração de riscos.

No ano de 2013, foi conduzida a consolidação do programa de reestruturação dos Cadastros da RFB.

Os atuais cadastros cumprem a função de identificar e localizar os contribuintes. Da análise de outros modelos internacionais, verificou-se a necessidade de reestruturação dos cadastros para que este, além de identificar e localizar os contribuintes, cumpra as seguintes funções:

- Identificar e localizar corretamente pessoas e bens sujeitos e passíveis de tributação e controle aduaneiro;
- Discriminar perfis de contribuintes com indicação das obrigações tributárias e aduaneiras a que está sujeito de maneira atualizada e dinâmica;
- Permitir o intercâmbio interno e externo de informações e a retroalimentação das informações dos contribuintes, inclusive com cruzamento de informações de terceiros, garantindo a qualidade da informação ao longo do tempo; e
- Apoiar a administração de riscos tributários, previdenciários e aduaneiros.

Para atingir esse novo modelo cadastral, foi construído o Programa de Integração de Cadastros – CadFisc, que é composto de 8 projetos, todos integrados, visando à revitalização dos cadastros da RFB e fundamentados em três pilares cadastrais, Pessoa Física, Pessoa Jurídica e Imóveis. São eles:

- Pessoa Jurídica:

Novo CNPJ, REDESIM, CNAE e PUC 5 - atributos previdenciários no cadastro PJ;

- Pessoa Física:

Novo CPF e PUC5 - atributos previdenciários no cadastro PF – Cadastro de Atividades Econômicas da Pessoa Física (CAEPF)

- Imóveis:

Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR); Sistema de Gestão de Informações Territoriais do Brasil (SINTER); CAFIR WEB e Coletor do CAFIR; PUC – 5 – Cadastro Nacional de Obras

Todos esses cadastros deverão estar integrados e agregar atributos tributários, previdenciários e aduaneiros, cumprindo a função de respectivamente ser o cadastro fiscal de pessoas físicas, jurídicas e bens imóveis.

Foram entregues muitos produtos importantes em 2013, como se destaca abaixo:

- ampliação da integração com as Juntas Comerciais para o deferimento concomitante do CNPJ com os atos registrares, atingindo 480 mil inscrições no CNPJ deferidas pelas Juntas Comerciais, que representa 65% do total;
- simplificação nos procedimentos de baixa do CNPJ trazidas pela IN 1429 de 23/12/2013;
- pré-homologação dos sistemas para integração dos cadastros fazendários e previdenciários (Cadastro Nacional de Obras e Cadastro de Atividades Econômicas da Pessoa Física);
- apropriação de quase 2 milhões de título de eleitor à base do CPF, aumentando a integração e controles no Cadastro de Pessoas Físicas.
- entrada em produção do Sistema de Atendimento de CPF do Ministério das Relações Exteriores (MRE) – Nessa primeira versão do sistema foi disponibilizado somente o serviço de inscrição para estrangeiros vinculados ao Programa Mais Médicos;
- pré-homologação do coletor web do cadastro de imóveis rurais – CAFIR que permitirá a transmissão de eventos desse cadastro pela internet.

c) Prestar orientação e atendimento

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar orientação e atendimento presencial ao cidadão;
- Realizar orientação e atendimento eletrônico ao cidadão;
- Gerir parcerias para orientação e atendimento ao cidadão;
- Estimular ações que facilitem o cumprimento e previnam erros na prestação das obrigações tributárias.

No exercício de 2013, houve incremento significativo no volume de atendimentos por todos os canais disponibilizados pela Receita Federal, com menor tempo médio de espera, apesar de menor quantitativo de atendentes, conforme se depreende da leitura dos indicadores a seguir apresentados.

A quantidade de atendimentos presenciais em 2013 foi superior a 20 milhões, correspondendo a 1,7 milhão de atendimentos mensais, em média. Desses atendimentos, cerca de 18% foram realizados com agendamento prévio.

O tempo médio de espera no atendimento para o contribuinte foi de 10m42s, sendo que 72% dos serviços foram atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos.

O sítio da Receita Federal na Internet contabilizou quase 2 bilhões de visitas a suas páginas (*page views*), enquanto que no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (Portal e-CAC) foram acessados mais de 78 milhões de serviços.

As instituições conveniadas com a Receita Federal prestaram juntas mais de 10 milhões de atendimentos de CPF.

O Receitafone 146, atendimento telefônico da Receita Federal e da PGFN, recebeu mais de 11 milhões de ligações.

Além disso, estão em andamento no âmbito da Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal (Coaef) os projetos abaixo relacionados, que visam promover melhorias no atendimento da Receita Federal e alavancar o desempenho apresentado:

1. Modernização do Atendimento Presencial;
2. Novo Portal de Serviços;
3. Visão Integrada do Atendimento (VIA);
4. Integração do Atendimento de Tributos Internos e Aduana;
5. Modernização do Atendimento Presencial;
6. Integração do Atendimento da Receita Federal e da PGFN;
7. Recuperação e Registro da Memória Institucional;
8. Preservação e Divulgação do Acervo;
9. Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF);
10. Autoatendimento Orientado – Fases 2 e 3

Além dos dados apresentados, cabe mencionar outras ações já concluídas ou em andamento que objetivam simplificar procedimentos para conferir ao atendimento mais eficiência, conforme a seguir:

A publicação da Instrução Normativa 1.412, de 22 de novembro de 2013, que dispõe sobre a transmissão e a entrega de documentos digitais para juntada a processo digital ou a dossiê digital de atendimento, confere maior celeridade ao atendimento e conveniência ao contribuinte na entrega de sua documentação;

A publicação da Instrução Normativa 1.429, de 23 de dezembro de 2013, que altera os procedimentos de baixa do CNPJ, tornou mais fácil ao contribuinte a obtenção da baixa do CNPJ, desonerando o atendimento e dando mais segurança e fidedignidade a esse cadastro;

Foi iniciado o processo de simplificação da regularização de obras e formalizado, por meio da Portaria nº 1.880, de 24 de dezembro de 2013, a desnecessidade de o atendimento exigir firma reconhecida nos documentos entregues à Receita Federal, ressalvados os casos de Procuração RFB, imposição legal ou no caso de dúvida fundada quanto à autenticidade da assinatura aposta no documento apresentado.

Foi implementado em Paranaguá, com êxito, o piloto do projeto de Atendimento Integral dos tributos internos e aduaneiros em uma única unidade. O piloto trouxe muitos subsídios que permitirão a construção de um modelo nacional para implantação do Atendimento Integral nas demais unidades da Receita Federal.

Na **1ª Região Fiscal**, em 2013, foram atendidos 9.330.486 serviços, sendo 1.817.936 presencialmente nas Unidades de atendimento ao cidadão, dos quais 88,3% com tempo médio de espera - TME igual ou menor de 15min.

À distância, por intermédio do e-CAC, foram atendidos 7.512.550 serviços no âmbito da **1ª Região Fiscal**.

d) Gerir canais de comunicação com a sociedade

Descrição sucinta das principais atividades:

- Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar ações de divulgação dos resultados tributários e de controle aduaneiro para a sociedade;
- Monitorar notícias e opiniões públicas sobre assuntos de interesse da RFB;
- Realizar o fortalecimento da imagem institucional da RFB perante a sociedade; e
- Gerenciar a comunicação interna da Receita.
- Gerir ouvidoria

Comunicação Social

A Comunicação Social é uma área de fundamental importância para qualquer corporação pública ou privada. Esse fato ganha especial relevo para uma instituição do porte da Receita Federal, que tem uma vasta área de atuação assim como um número enorme de servidores. Há que se ressaltar ainda a necessidade de interação com os mais diversos públicos, tais como contribuintes, servidores, órgãos públicos e outros entes federados.

Ciente da envergadura desse desafio a administração da Receita tem empreendido enorme esforço com vistas a fortalecer a imagem da instituição. Nesse sentido podemos destacar no ano de 2013 as iniciativas abaixo, já completamente concluídas ou em fase de implementação:

Internet - O sítio da RFB na internet é um dos mais acessados do Brasil. Nele o contribuinte pode acessar enorme gama de informações e serviços. Nesse sentido, buscando facilitar o acesso e a disposição das funcionalidades, a Receita Federal deu curso a um projeto para modernização do sítio que compreende a reformulação do leiaute e a forma de alimentação do conteúdo disponível.

Os benefícios recairão sobre o público externo que terá a sua disposição um sítio mais atraente e melhor organizado, e da mesma forma, sobre o público interno, pois a nova forma de gestão do conteúdo passará a ser descentralizada o que permitirá maior agilidade na atualização das informações.

Intranet - Visando modernizar esse canal de comunicação a Receita reformulou a sua intranet com o propósito de unificar no mesmo veículo de comunicação informações de interesse dos servidores e que ao mesmo tempo tragam facilidades práticas para o dia a dia dos que trabalham na instituição.

Rede social corporativa – A Conexão Receita, como é chamada a rede social interna da instituição permite ao servidor participar de forma colaborativa das discussões de vários temas de interesse interno da Receita Federal. Este software que entrou em funcionamento em 2013 tem forte potencial para propiciar uma maior interação da administração da Receita com os servidores de todo o país.

Manual de Identidade Visual - A Receita reformulou a sua identidade visual padronizando a forma de utilização da marca nas mais diversas aplicações. Veículos, fachadas, instalações, uniformes foram alguns dos itens que receberam uniformização com o propósito de fortalecer a imagem da instituição por meio dessa iniciativa de reforço da identidade visual institucional.

Fato Gerador - As atribuições da Receita Federal são as mais variadas, abrangendo por exemplo, a arrecadação de tributos, fiscalização, atendimento ao contribuinte e controle aduaneiro em portos aeroportos e pontos de fronteira. Para integrar as diversas áreas de atuação foi criado o Caderno Fato Gerador, de periodicidade semestral e que traz balanços e resultados da instituição, permitindo aos gestores e servidores que através do conhecimento dessas informações possam estar alinhados e

preparados para comunicar as mensagens da instituição independente da área em que exerçam suas atividades .

TV Receita – TV Receita é uma TV web desenvolvida pela Assessoria de Comunicação Social (Ascom), e conta em seu canal com gravações de entrevistas coletivas, como por exemplo a coletiva Alerta Simples Nacional que teve 2354 visualizações. Além de apresentar as inserções mais relevantes da Receita na mídia e vídeos históricos como o do curta metragem Comboio Nacional, com 6609 visualizações.

Youtube - No canal da TV Receita no Youtube, inaugurado em 2 de abril, os servidores da RFB e o público em geral podem acompanhar as principais notícias relacionadas à Receita Federal que foram veiculadas na imprensa. A lista de reprodução "Receita na Mídia" do canal no Youtube possibilita a recuperação da informação com mais agilidade. Assim, quem não conseguir assistir as reportagens nos meios tradicionais, pode acompanhar a Receita na mídia pelo Youtube.

Twitter – Presente nesta rede social a Receita Federal utiliza o twitter para se aproximar da sociedade por meio da divulgação de informações de interesse, público , prestação de serviços aos contribuintes e apresentação de resultados institucionais.

Ouvidoria da Receita Federal

A Ouvidoria da Receita Federal faz parte do Sistema de Ouvidoria do Ministério da Fazenda MF.

As mensagens advindas da sociedade são recepcionadas pelo Sistema Ouvidor (SisOuvidor) do MF, onde são classificadas por tipo de mensagem (elogio, sugestão, solicitação de informação, denúncia, ou reclamação), classificada por tipo de serviço, e repassadas às Unidades Central e Regionais da Receita Federal.

A Ouvidoria da Unidade Central trata as mensagens de âmbito geral e as mensagens relativas a Tecnologia da Informação. Compete também à Ouvidoria da Unidade Central a supervisão das ouvidorias regionais.

As ouvidorias da 3ª, 6ª e 9ª Regiões Fiscais são centralizadas na Superintendência Regional: Fortaleza, Belo Horizonte e Curitiba. As demais são descentralizadas e cada Delegacia ou Inspeção tem um ouvidor próprio e um substituto.

No decorrer do exercício de 2013 foram recepcionadas 64.622 mensagens na Ouvidoria da Receita Federal, com média mensal de 5.385 manifestações.

Quanto ao tipo de mensagem, foram contabilizados 590 Elogios, 622 Sugestões, 2.870 Solicitações diversas, 23.093 Pedidos de Informação e 34.820 Reclamações.

1.5 - Macroprocessos de Apoio

1.5.1 - Macroprocesso Gestão Estratégica, Projetos e Processos



a) Acompanhar a execução da estratégia

Descrição sucinta das principais atividades:

- Acompanhar o desempenho dos objetivos, indicadores e metas estratégicas em todos os níveis da organização; e
- Coordenar e subsidiar as regiões fiscais no desdobramento da estratégia institucional.

Para o acompanhamento da estratégia, o Gabinete da RFB com o apoio da Copav dispõe de um sistema via web, que é o Sistema de Apoio à Gestão Estratégica, SAGE-RFB, que tem como principal objetivo dar efetivo suporte aos procedimentos de gestão estratégica da Instituição e que possibilita o acompanhamento do desempenho dos objetivos estratégicos constantes do Mapa Estratégico da RFB, assim como os respectivos indicadores e metas.

O ciclo de planejamento estratégico da RFB vigente abrange o período de 2012 a 2015 e durante o ano de 2013, o processo “Acompanhar a execução da estratégia” teve a realização de quatro RAE Nacionais – Reuniões de Avaliação Estratégicas Nacionais, que conta com a presença do Secretário da RFB assim como do Secretário-Adjunto, dos Subsecretários e dos Superintendentes regionais, tiveram como foco a avaliação dos objetivos estratégicos e dos respectivos indicadores; além destas ocorreram oito RAE-UC, Reuniões de Avaliação Estratégicas das Unidades Centrais, que contam com a presença do Secretário da RFB assim como da Secretário-Adjunto e dos Subsecretários, tiveram como foco a avaliação dos projetos estratégicos institucionais.

Consolidação do Índice RFB

O Índice RFB, construído em 2011, com a colaboração das unidades centrais e regionais, procura agregar os resultados de indicadores estratégicos desdobráveis, para possibilitar a medição do desempenho da RFB e das unidades regionais. Consolidado como importante instrumento de avaliação institucional, o referido índice sofreu algumas alterações, consequência da revisão do Painel de Desempenho e teve, em 2013, a configuração apresentada a seguir:

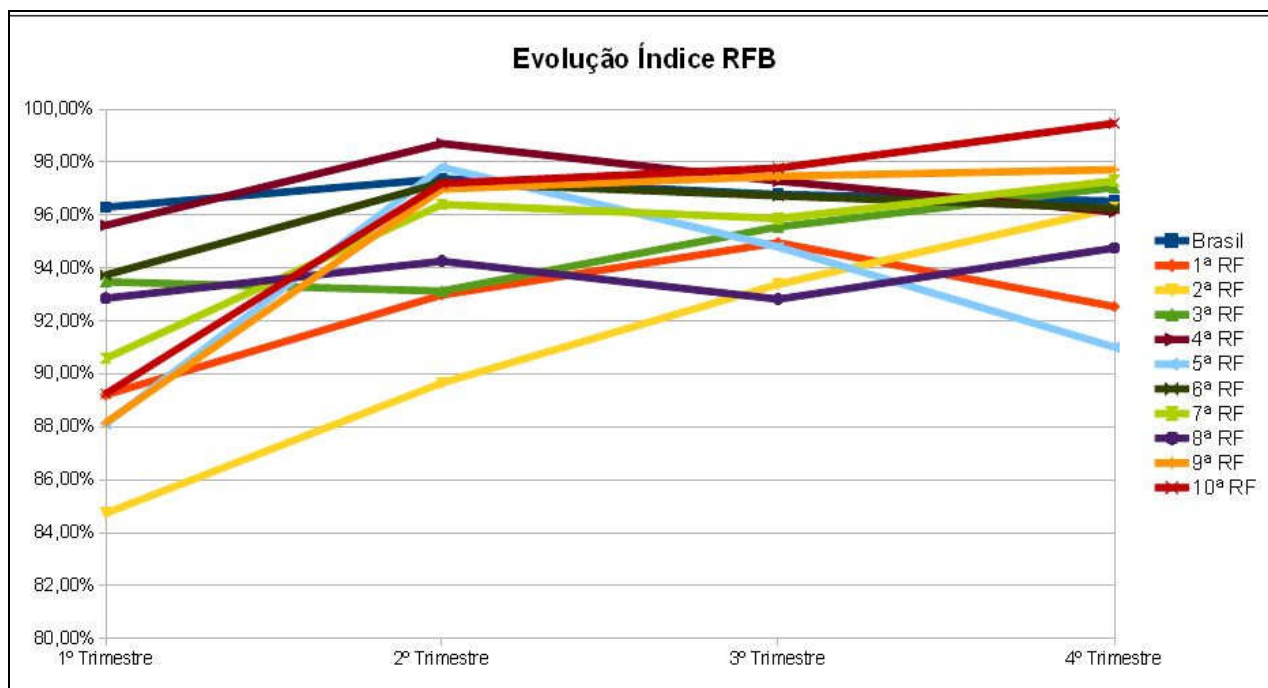
Bloco	% Bloco	Indicador Estratégico	Peso	
			% Ind.	% Total
Arrecadação e Controle do Crédito Tributário	18%	Índice de realização da meta global de arrecadação	50%	9,00%
		Índice de adimplência do crédito tributário	15%	2,70%
		Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes	35%	6,30%
Fiscalização e combate aos ilícitos tributários e aduaneiros	28%	Indicador global de desempenho da seleção (IGDS)	17%	4,76%
		Indicador global da fiscalização (IGF)	34%	9,52%
		Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)	8%	2,24%
		Índice global de fiscalização aduaneira (IGFA)	12%	3,36%
		Grau de eficácia da seleção e fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior (IGES)	9%	2,52%
		Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira	20%	5,60%
Administração Aduaneira	18%	Grau de fluidez do despacho de importação	26%	4,68%
		Tempo médio bruto no despacho aduaneiro de exportação	26%	4,68%
		Grau de eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação	48%	8,64%
Segurança Jurídica e Solução de	12%	Tempo médio de contencioso de primeira instância	75%	9,00%
		Índice de litigância administrativa		

Litígios		Índice de solução de consultas	25%	3,00%
Interação com a Sociedade	12%	Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)	58%	6,96%
		Indicador de tempo médio de estoque de restituição pendentes	26%	3,12%
		Indicador de atividade de educação fiscal	16%	1,92%
Gestão Corporativa	12%	Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento	40%	4,80%
		Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)	40%	4,80%
		Nível de adequação da infraestrutura tecnológica (NIT)	20%	2,40%

Pela tabela acima, verifica-se que sua fórmula de cálculo foi definida como o percentual médio ponderado do alcance das metas estabelecidas para 22 indicadores estratégicos selecionados. Esta ponderação é feita por meio da definição de pesos individuais para esses indicadores, que foram distribuídos pelos Macroprocessos da Cadeia de Valor, e outros pesos para os próprios Macroprocessos. Dois indicadores apresentam percentuais de participação igual a zero, pois ainda estão com status “Não disponível”.

A última apuração do Índice RFB ocorreu em janeiro de 2014, referente ao mês de dezembro de 2013. Abaixo, uma tabela e um gráfico com a comparação e evolução dos resultados apurados em 2013:

ÍNDICE RFB 2013									
RF	4º Trim/2012	1º Trimestre		2º Trimestre		3º Trimestre		4º Trimestre	
	Resultado	Resultado	Variação	Resultado	Variação	Resultado	Variação	Resultado	Variação
Brasil	93,21%	96,30%	3,31%	97,38%	1,12%	96,78%	-0,61%	96,53%	-0,26%
1º	93,05%	89,21%	-4,13%	92,99%	4,23%	94,96%	2,12%	92,54%	-2,54%
2º	95,51%	84,74%	-11,28%	89,66%	5,81%	93,39%	4,15%	96,26%	3,08%
3º	94,08%	93,48%	-0,63%	93,13%	-0,37%	95,56%	2,61%	97,05%	1,56%
4º	94,63%	95,61%	1,04%	98,70%	3,23%	97,29%	-1,43%	96,12%	-1,20%
5º	95,66%	88,12%	-7,88%	97,81%	10,99%	94,80%	-3,08%	91,01%	-3,99%
6º	90,55%	93,74%	3,52%	97,23%	3,72%	96,73%	-0,51%	96,26%	-0,48%
7º	94,62%	90,59%	-4,26%	96,40%	6,42%	95,87%	-0,55%	97,29%	1,48%
8º	91,54%	92,86%	1,45%	94,26%	1,50%	92,83%	-1,52%	94,76%	2,08%
9º	89,64%	88,16%	-1,65%	96,99%	10,01%	97,47%	0,50%	97,72%	0,26%
10º	96,95%	89,25%	-7,94%	97,20%	8,90%	97,78%	0,60%	99,47%	1,73%



Em que pese sua consolidação, o Índice RFB ainda é objeto de difusão e aperfeiçoamento contínuos, para que efetivamente sirva para sua finalidade. Novamente, neste processo de evolução, a participação e a contribuição das unidades centrais e descentralizadas têm sido e continuarão sendo de grande importância.

Consolidação do Plano de Contribuição

O Plano de Contribuição 2013/2014 foi um instrumento de gestão implementado durante o ano de 2012 e consolidado em 2013. Ele se propõe a direcionar e organizar a contribuição das subsecretarias, unidades de assessoramento direto ao Gabinete da RFB e superintendências regionais para a Estratégia da RFB. Isso se dá mediante a definição de diretrizes e seleção de iniciativas em alinhamento com os objetivos estratégicos.

As diretrizes têm o propósito de detalhar e dar foco aos objetivos estratégicos. Elas foram definidas pelas unidades centrais que estão envolvidas com o cumprimento dos objetivos estratégicos. A seguir, a relação das diretrizes por objetivo:

Objetivos Estratégicos	Diretrizes
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Prover a RFB de estrutura física compatível com suas necessidades
	Prover infraestrutura tecnológica atualizada e segura
Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais	Implementar política permanente de ingresso e movimentação de servidores
	Ampliar Política de Trabalho a Distância
Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira	Ampliar a capacidade de elaboração de estudos e de simulações econômico tributárias
	Estimular a participação dos servidores das unidades descentralizadas na elaboração de normas.
	Descentralizar a elaboração/atualização dos Regulamentos tributários e aduaneiros
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Integrar os canais de atendimento e uniformizar a prestação de serviços
	Incentivar e facilitar a autorregulização pelo contribuinte
	Promover ações de Educação Fiscal integradas ao atendimento ao cidadão

Objetivos Estratégicos	Diretrizes
	Simplificar normas, procedimentos e obrigações
	Intensificar o atendimento não presencial
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Vincular o Orçamento ao Planejamento Estratégico
	Padronizar a gestão dos procedimentos licitatórios e de contratos
Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas	Instituir política de desenvolvimento interno de sistemas.
	Fortalecer uso de ferramentas de comunicação virtual
	Fortalecer a Governança em Tecnologia da Informação
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	Aprimorar a qualidade do lançamento para aumentar a recuperação do crédito tributário
	Aperfeiçoar os cadastros e permitir o intercâmbio de informações internas e externas.
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	Aplicar os conceitos de gerenciamento de risco nos processos aduaneiros
	Racionalizar e uniformizar os processos de trabalho aduaneiros
	Integrar os sistemas de controle do comércio exterior a outros sistemas institucionais ou externos
Conhecer o perfil integral do contribuinte	Estabelecer e consolidar fluxo de informações necessárias ao conhecimento do perfil integral do contribuinte.
	Incrementar ações de acompanhamento de grupos e setores econômicos
Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	Desenvolver as competências fundamentais, gerenciais e específicas dos servidores
	Consolidar a Política de Meritocracia
	Ampliar a capacitação por meio de Ensino a Distância
	Ampliar o programa de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho para unidades Regionais e Locais
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Alinhar os processos de trabalho da fiscalização aduaneira com a fiscalização de tributos internos
	Flexibilizar a jurisdição da fiscalização aduaneira
	Ampliar a atuação da RFB nas regiões de fronteira
	Estabelecer mecanismos mais efetivos para prevenção e combate aos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores.
	Implementar a Utilização da Escrituração Fiscal Digital-Social nos procedimentos fiscais
	Ampliar o número de pessoas jurídicas médias e optantes do simples a serem fiscalizadas
	Aperfeiçoar a elaboração de dossiês para a fiscalização
	Reduzir a evasão do crédito tributário
	Intensificar a divulgação das ações da RFB
Fortalecer a comunicação institucional	Aperfeiçoar a utilização de comunicação social para melhoria da imagem da RFB
	Aperfeiçoar a comunicação interna com o objetivo de motivar e integrar pessoas
Fortalecer a Vigilância e Repressão Aduaneira	Introduzir novas tecnologias de apoio aos processos aduaneiros
Fortalecer as relações institucionais	Fomentar e fortalecer a cooperação com outras Administrações Aduaneiras e Tributárias, com órgãos de fiscalização e controle nacionais e internacionais, e com organismos internacionais.
	Conhecer as partes interessadas nas atividades da RFB e identificar oportunidades de parceria
	Participar de fóruns que tratem de temas relevantes e de interesse da RFB
Reduzir litígios tributários e aduaneiros	Identificar temas divergentes no contencioso e propor soluções
	Agilizar a solução dos processos de consultas
	Disponibilizar legislação tributária e aduaneira e sua jurisprudência de modo acessível, completa e tempestiva
	Aprimorar e ampliar a edição de atos interpretativos
	Descentralizar a criação e a manutenção dos manuais de procedimentos
Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Aproximar os procedimentos fiscais do fato gerador do tributo
	Reduzir o prazo para análise de créditos pleiteados pelo contribuinte

Objetivos Estratégicos	Diretrizes
	Fortalecer as ações de cobrança administrativa.
	Agilizar a solução de litígios

O Plano de Contribuição 2013/2014 tem:

- 16 Objetivos Estratégicos impactados;
- 52 Diretrizes estabelecidas;
- 409 Iniciativas elencadas.

É importante ressaltar que o Plano de Contribuição 2013/2014 serviu de base para a distribuição orçamentária do ano de 2014, alinhando o orçamento à estratégia.

Evolução do Sage-RFB

Durante o ano de 2013, foram implementadas novas melhorias no Sistema de Apoio à Gestão Estratégica da Secretaria da Receita Federal do Brasil (Sage-RFB). Abaixo, uma relação não exaustiva dos itens que foram disponibilizados no sistema:

- Criação dos formulários de processos de trabalho, possibilitando os vínculos desses processos com as iniciativas, os indicadores e os objetivos estratégicos;
- Disponibilização da Cadeia de Valor, com os 'links' para os formulários de processos de trabalho e os semáforos de desempenho dos processos, construídos com base em vínculos com os indicadores estratégicos;
- Evolução dos formulários de indicadores estratégicos, possibilitando sua ampliação para o nível local ou, até mesmo, para inserção de indicadores de processo de trabalho.

Apresentam-se, em seguida, alguns números a respeito do nível de utilização do Sage-RFB, extraídos do sistema em 20/01/2014:

- São 3067 usuários cadastrados no sistema, o que representa um crescimento de mais de 14% em comparação com o ano de 2012;
- São 1909 iniciativas cadastradas com o status “Não iniciada” ou “Em execução”, o que dá cerca de 9 iniciativas por unidade cadastradora;
- São 3453 iniciativas cadastradas, sendo 896 com status “Não iniciada” e 1013 com status “Em execução” e 1101 com status “Concluída”:

Distribuição por status				
Status	2012		2013	
Não iniciada	939	32,08%	896	25,95%
Em execução	951	32,49%	1013	29,34%
Concluída	708	24,19%	1101	31,89%
Outras	329	11,24%	443	12,82%
Total	2927	100%	3453	100%

- O aumento do percentual de iniciativas concluídas comprova a utilização efetiva do sistema pelos gerentes de projetos.
- Maior percentual de programas e projetos (60%) que de ações contínuas, tanto em 2012 como em 2013:

Distribuição por Tipo – Iniciativas Não iniciadas ou Em execução				
Tipo	2012		2013	
Programas	92	4,87%	94	4,93%
Projetos	1043	55,19%	1079	56,52%
Ações	755	39,95%	736	38,55%
Total	1890	100%	1909	100%

- Persiste um grande percentual de iniciativas regionais e locais (mais de 80%), o que pode indicar haver grande participação das unidades descentralizadas na execução do planejamento:

Distribuição por Nível – Iniciativas Não iniciadas ou Em execução				
Nível	2012		2013	
Institucionais e Nacionais	308	16,29%	324	16,97%
Regionais	343	18,15%	350	18,34%
Locais	1239	65,56%	1235	64,69%
Total	1890	100%	1909	100%

- Grande percentual de iniciativas aprovadas pelos Chefes das Unidades, o que atesta a participação das lideranças das unidades, em que pese a ocorrência de um decréscimo percentual com relação a 2012:

Distribuição por Nível – Iniciativas Não iniciadas ou Em execução				
Nível	2012		2013	
Aprovadas	1187	62,80%	1084	56,78%
Regionais	703	37,20%	825	43,22%
Total	1890	100%	1909	100%

Construção dos Cenários Prospectivos

A Receita Federal do Brasil (RFB) tem se valido de estudos prospectivos para a construção de cenários com o fito de aprimorar a sua visão de futuros possíveis, o seu processo de gestão estratégica e a sua capacidade de construir o futuro da administração tributária e aduaneira do país. Tudo no sentido de gerir as incertezas críticas de longo prazo que podem vir a impactar a RFB.

Em 2011, foi realizado um estudo prospectivo para a construção de Cenários Prospectivos ambientais como parte da base do planejamento para o período 2012-2015. Em 2013, foi a vez de se implementar um Projeto para a construção de Cenários Prospectivos para a RFB como subsídio para a formulação das Políticas Tributária e Aduaneira até 2022. Desta feita, os Cenários construídos foram de negócio, ou seja, desceu-se a um nível de especificidade maior para atender ao cumprimento de um objetivo estratégico.

Os Cenários Prospectivos construídos levaram em consideração vários temas chamados de “Incertezas Críticas”, entre os quais podem ser citados: o contexto internacional, o contexto econômico nacional, a política ambiental, o exercício da cidadania, a demografia e a tecnologia. Todos esses temas foram analisados sob a ótica da sua influência nas Políticas Tributária e Aduaneira.

Foi constituído Grupo de Trabalho através da Portaria RFB no 1073, de 07 de agosto de 2013, com o fim específico de construir Cenários Prospectivos para a RFB: Subsídios para a formulação das Políticas Tributária e Aduaneira do Brasil para o período 2013 – 2022, conforme os objetivos e diretrizes que constam na Portaria RFB nº 625, de 17 de maio de 2013.

Como resultado do Projeto “A construção de Cenários Prospectivos para a RFB: subsídios para a formulação das Políticas Tributária e Aduaneira” foram criados dois Cenários Prospectivos, denominados: “Bachianas” e “Dissonância”, apresentados ao Gabinete da RFB em 10 de dezembro de 2013.

O projeto contemplou a construção da Matriz Morfológica, da descrição de todas as suas formas e dos Cenários Dissonância e Bachianas; assim como a estruturação dos cenários na forma de *e-Book*, entregue ao Gabinete em 17 de janeiro de 2014.

Além disso, em fase final de execução, está prevista a entrega do “Relatório Final” até meados de fevereiro de 2014, assim como a inserção do mesmo no Clarity, pois pretende-se deixar o relatório final junto ao projeto naquele sistema como forma de permitir fácil consulta por futuros interessados a tudo que foi executado.

b) Promover melhoria nos processos

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerenciar e disseminar a metodologia de gestão por processos.

Em relação ao processo "Promover Melhorias nos Processos", vale destacar a criação da Coordenação de Gestão de Processos Institucionais – Cproc, vinculada à Copav e conhecida como Escritório de Processos, cujo marco inicial é o Regimento Interno da SRFB aprovado pela Portaria MF nº 203, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, com vigência a partir de julho de 2012. A criação do Escritório de Processos é parte de uma iniciativa estratégica institucional, liderada pela Copav e patrocinada pelo Gabinete da RFB, o projeto “Implantação do Escritório de Processos da RFB”.

Esta unidade, entre outras atribuições, é responsável por fornecer apoio técnico e metodológico em gestão por processos às unidades da RFB. No ano de 2013, além de iniciativas de sensibilização da organização para este tema, foram realizadas três oficinas de modelagem de processos, que capacitaram, em nível básico, 44 servidores designados pelas Subsecretarias e unidades diretamente vinculadas ao Gabinete do secretário da RFB, objetivando apoiar o desenvolvimento de projetos de melhoria e inovação em processos de trabalho.

Outro ponto de destaque no ano de 2013 foi a publicação da Portaria RFB nº 1234, no dia 03 de setembro de 2013, que teve por objetivo estabelecer diretrizes sobre o Modelo de Governança de Processos e procedimentos para Modelagem da Situação Atual de processos de trabalho no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, entre outras providências.

Oficinas de Modelagem de Processos

Na busca pela disseminação da cultura de Gestão por Processos na RFB, disponibiliza-se frequentemente eventos de capacitação para os servidores da instituição. Nesse sentido, já foram concretizados sete eventos desde 2012 com foco em Modelagem de Processos e Gestão por Processos.

Durante o ano de 2013 foram realizadas a 5ª, 6ª e 7ª Oficina de Modelagem de Processos que visaram capacitar servidores das mais diversas áreas para apoiar o desenvolvimento de projetos de melhoria e inovação em processos de trabalho.

Cabe destacar a concretização da primeira “Oficina Temática” (7ª Oficina) onde o exercício prático desenvolvido pelos participantes consistiu na modelagem de um processo específico da Sucor/Cogep, adaptado para fins didáticos, denominado Remover Servidores por Permuta.

Como conteúdo programático, destaca-se:

1. Alinhamento conceitual sobre processos, cadeia de valor, gestão de processos e gestão por processos;
2. Alinhamento conceitual sobre notação de modelagem de processos de negócio BPMN (*Business Process Modeling Notation*);
3. Exercício prático, a partir do qual os participantes tiveram a oportunidade de vivenciar uma experiência de modelagem;
4. Utilização da ferramenta de modelagem Aris Express;
5. Metodologia de Modelagem da Situação Atual de Processos utilizada implementada para a RFB.

c) Gerir portfólio de projetos

Descrição sucinta das principais atividades:

- Priorizar os projetos e/ou iniciativas estratégicas;
- Gerenciar e disseminar a metodologia de gerenciamento de projetos;
- Monitorar periodicamente o andamento dos projetos e/ou iniciativas estratégicas, para subsidiar a avaliação global do portfólio;
- Fazer o acompanhamento periódico com as equipes dos projetos; e
- Promover o gerenciamento dos projetos ou iniciativas estratégicas em conformidade com a metodologia estabelecida;

Em relação ao processo "Gerir Portfólio de Projetos", salienta-se que a execução da Estratégia se dá por meio de iniciativas estratégicas propostas, selecionadas, priorizadas e acompanhadas pelas Unidades Centrais, segundo as Metodologias de Gerenciamento de Projetos e de Gerenciamento de Portfólios da RFB. Deste conjunto de iniciativas, são escolhidas aquelas que serão acompanhadas diretamente pelo Gabinete do Secretário, compondo o Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais. O processo de priorização em 2013 seguiu as diretrizes do Plano Plurianual - PPA 2012/2015, do Mapa Estratégico da RFB para 2012-2015, os Macroprocessos da Cadeia de Valor e definições do Plano de Contribuição para a Estratégia.

A partir da priorização foram selecionados treze novos Projetos Estratégicos Institucionais que passaram a compor o Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais.

O Monitoramento e controle do andamento dos projetos estratégicos foi promovido por meio de realização de sete "Reuniões de Avaliação Estatégica - RAE - UC" durante o ano, com a presença do Secretário, Subsecretários e gerentes de projetos, quando necessário.

Com relação a disseminação da cultura em Gerenciamento de Projetos, foram realizadas duas turmas de Ensino a Distância – EAD, em Gerenciamento de Projetos, tendo sido capacitados 241 servidores em todo o Brasil, além de duas turmas de curso presencial de "Gerenciamento de Projetos com ênfase em cronograma".

Houve, também, a realização de oficinas com foco em Metodologia e uso da ferramenta de Gerenciamento de Projetos e Portfólio - Clarity para os gerentes e equipe dos novos Projetos Estratégicos Institucionais.

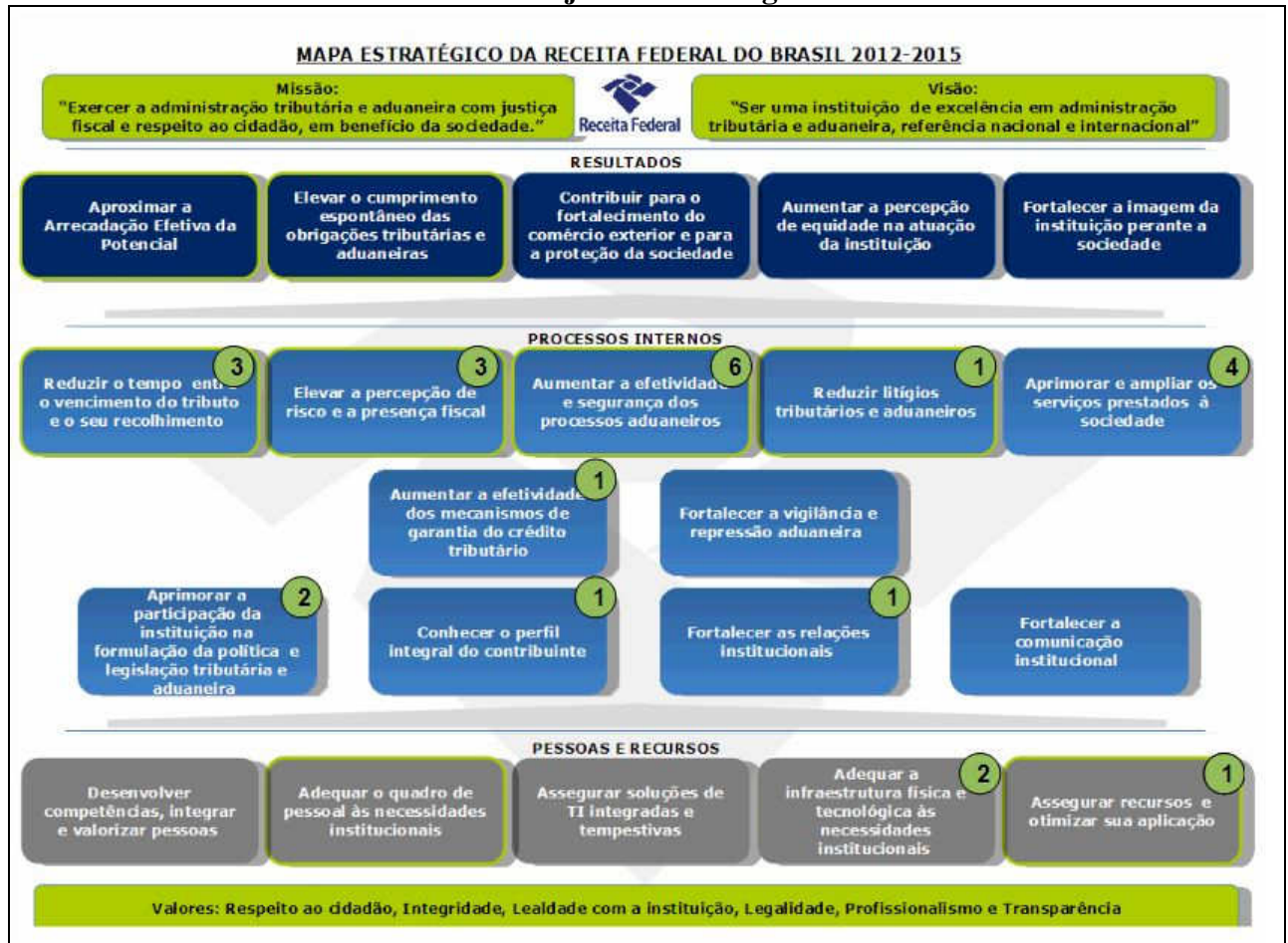
Além disso, houve a realização de Seminário com foco em "Análise de Cenário na Gestão de Projetos" com participação de cerca de cem pessoas.

Estrutura do Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais

Os critérios para definição e priorização dos Projetos Estratégicos Institucionais foram revistos de acordo com a nova estratégia da RFB para o período 2012-2015. Para definição do novo Portfólio dos Projetos Estratégicos Institucionais, que são acompanhados diretamente pelo Gabinete do Secretário e utilizam a Metodologia de Gerenciamento de Projetos da RFB, foram consideradas as orientações do Plano Plurianual – PPA 2012/2015, a Cadeia de Valor e o Mapa Estratégico da RFB 2012-2015.

O Gabinete RFB, com a participação dos Subsecretários e Unidades vinculadas diretamente ao Gabinete, selecionaram os projetos que passariam a compor a nova lista de Projetos Estratégicos Institucionais da Receita Federal. A seguir, os quantitativos agrupados por Objetivos Estratégicos.

Por Objetivos Estratégicos



Destaca-se que não houve grandes alterações em relação ao portfólio de projetos estratégicos anterior, visto que a relação de projetos de 2013 atinge o mesmo número de objetivos estratégicos que a relação de 2012. Também é interessante ressaltar que a maioria dos projetos se enquadram nos objetivos estratégicos referentes aos processos internos, principalmente nos objetivos “aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros” e “aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade”.

d) Prospectar inovações

Descrição sucinta das principais atividades:

5. Prospectar inovações na gestão pública brasileira e aplicá-las na RFB;
6. Prospectar inovações junto às administrações tributárias e aduaneiras de outros países e aplicá-las na RFB;
7. Realizar estudos inovadores na área de administração tributária e aduaneira; e
8. Prospectar demais inovações no mercado e na academia.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Está disponível na intranet da RFB o ambiente Canal da Inovação, onde o servidor pode conhecer ou compartilhar boas práticas implantadas com sucesso em áreas ou unidades e que poderiam ser disseminadas por toda a organização.

Endereço: <http://intranet.receita.fazenda/administracao/copav/canal-da-inovacao>

O Canal de Inovação permite a captação de ideias inovadoras que possam contribuir para a realização da estratégia organizacional ou que promovam a simplificação e a melhoria dos processos de trabalho. O Espaço de Colaboração disponibiliza uma ferramenta - WikiJur – que possibilita o acesso à legislação produzida na RFB em tempo real. O WikiJur permitirá a anotação, a inserção de comentários, o cadastramento para produzir minutas de evolução das normas produzidas internamente, Regulamentos Tributários e demais atos infralegais de competência da RFB. No ambiente Colabora pode-se ver o desenvolvimento das ideias nos fóruns de discussão e acesso aos documentos dos Programas e Projetos Estratégicos.

Compõe também o Canal da Inovação o ambiente Desafios para Inovação, um espaço para a prática da inteligência cooperativa para a melhoria de determinado assunto. Nesta página a administração posta um tema e os servidores têm oportunidade de manifestar-se como melhor construir a solução e melhorar o processo de trabalho ou atingir um objetivo estratégico específico.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, instituiu, em 2002, o "Prêmio de Criatividade e Inovação Auditor-Fiscal da Receita Federal José Antonio Schöntag (Prêmio Schöntag)".

Premio Criatividade e Inovação – é um prêmio anual destinado a incentivar a criatividade e a inovação na RFB, tem por objetivo reconhecer e valorizar trabalhos apresentados por servidores e empregados do Ministério da Fazenda que se caracterizem pela qualidade técnica, aplicabilidade na implantação de boas práticas de gestão e na melhoria da qualidade dos serviços prestados ao contribuinte.

1.5.2 - Macroprocesso Gestão Institucional



a) Gerir políticas e diretrizes institucionais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar a tomada de decisões institucionais;
- Gerenciar os processos decisórios em todos os âmbitos da RFB; e
- Gerir políticas, diretrizes e regimento interno.

b) Gerir relações institucionais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Prospectar parcerias com entidades nacionais no interesse da RFB;

- Coordenar a solicitação e celebração de convênios para atendimento a solicitações de entidades nacionais;
- Supervisionar a execução dos convênios de parcerias;
- Coordenar o processo de cooperação e integração com as administrações tributárias dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;
- Coordenar a representação da RFB em fóruns nacionais; e
- Prospectar demais inovações no mercado e na academia.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

A Receita Federal do Brasil - RFB tem trabalhado para o fortalecimento das relações institucionais entre União, Estados e Municípios. O reconhecimento da importância das ações de cooperação e integração está evidenciado no Mapa Estratégico RFB 2012 - 2015.

A Coordenação-Geral de Cooperação e Integração Fiscal – Cocif, área responsável pelo acompanhamento e orientação dessas ações, em âmbito nacional, tem dado sustentação aos diversos projetos já iniciados com os entes federativos.

Atividades realizadas:

- Implantação do Portal do ITR para Municípios Conveniados.

Foi implantado em 8 de julho de 2013 o sistema de fiscalização e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR para Municípios Conveniados, denominado Portal do ITR.

O sistema permite a execução das atividades de fiscalização e cobrança pelo município que celebrar convênio com a RFB, nos termos da Lei nº 11.250/2005 e Decreto nº 6.433/2008.

Foram treinados 761 Agentes Fiscais Municipais por meio de dois Programas de Ensino à Distância (EAD) executados pela Escola Superior de Administração Fazendária – ESAF, realizados nos períodos de abril/maio e de agosto/setembro de 2013.

1882 Municípios celebraram convênio com a RFB dos quais 153 o fizeram no 2º semestre de 2013.

A Cocif exerce a Secretaria-Executiva do Comitê Gestor do ITR – CGITR, tendo realizado 6 Reuniões Ordinárias.

Na XVI Marcha em Defesa dos Municípios, realizada no período de 10 a 11.07.2013, apresentamos o Portal do ITR para Municípios Conveniados com o objetivo de divulgação do sistema, estímulo à celebração de convênio com a RFB (oportunidade) e apresentação das condições para a habilitação no sistema.

- IX Encontro Nacional de Administradores Tributários – ENAT

O IX ENAT foi realizado no período de 7 a 9 de outubro de 2013 na cidade de Fortaleza-CE com a participação de 230 agentes tributários federais, estaduais e municipais.

O ENAT foi criado com o objetivo de integrar as administrações tributárias (EC nº 42/2003).

Foram realizadas 26 palestras/exposições sendo: RFB (13), Municípios (8) e Estados (5). Registrou-se aumento significativo da participação dos municípios.

- Intercâmbio de Informações Tributárias

Conclusão da formatação dos registros das informações coletadas pela RFB para repasse para os estados e os municípios. A formatação é orientada para o fato gerador do tributo administrado. Essa atividade é desenvolvida pelo Grupo de Trabalho ENAT 01, coordenado pela Cocif.

- Estrutura de cooperação e integração

Foram apresentadas propostas para (i) regulamentação do ENAT no âmbito da RFB e (ii) para gestão das representações institucionais.

- Repositório Nacional de Nota Fiscal Eletrônica de Serviços.

Foi concluída a negociação para a criação de Grupo de Trabalho Interfederativo junto ao Comitê de Articulação Federativa – CAF, da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República -SAF/SRI (Resolução CAF nº 12/2013), para desenvolver proposta de estruturação do Repositório Nacional da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços, sob a coordenação da RFB.

- Processo Eletrônico Nacional

A Cocif coordenou as atividades decorrentes do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a RFB e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP para a construção de um sistema de processos administrativos eletrônicos comprometendo-se à disponibilizar produtos e informações referentes à iniciativa e-Processo. Foram realizados dois eventos para definição do módulo de interoperabilidade.

- Relações Institucionais

Com o objetivo de fortalecer as relações institucionais da RFB com seus parceiros, a Cocif coordenou e/ou realizou 36 eventos de negociação. Destacam-se, com a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República - SAF/SRI, a Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda - SEMF/PNAFM, o Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, a Comissão Técnica Permanente do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - COTEPE/ICMS, a Secretaria de Desenvolvimento Humano da Presidência da República – SDH, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, o Ministério da Previdência Social – MPS, com entidades representativas de estados e municípios: CMN, ABM, FNP, ENCAT e ABRASF; e com diversa Secretarias de Fazenda e Tributação e Finanças de Estados e Municípios na formulação de soluções conjuntas para situações específicas e pontuais.

- Transferência para a SPOA/MF da gestão dos *links* do SINTEGRA para os estados e para a SUFRAMA.

Foi concluída a negociação para a transferência dos *links* do SINTEGRA para os estados e para a SUFRAMA, para a SPOA-MF que passou a administrar a Rede RIS a partir de 1º.10.2013.

Os valores transferidos para a RFB em decorrência dos convênios foram ressarcidos para os conveniados de acordo com determinação do CONFAZ.

c) Gerir comunicação institucional

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar ações de divulgação dos resultados tributários e de controle aduaneiro para a sociedade;
- Monitorar notícias e opiniões públicas sobre assuntos de interesse da RFB;
- Realizar o fortalecimento da imagem institucional da RFB perante a sociedade; e
- Gerenciar a comunicação interna da Receita.

A Comunicação Social é uma área de fundamental importância para qualquer corporação pública ou privada. Esse fato ganha especial relevo para uma instituição do porte da Receita Federal, que tem uma vasta área de atuação assim como um número enorme de servidores. Há que se ressaltar ainda a necessidade de interação com os mais diversos públicos, tais como contribuintes, servidores, órgãos públicos e outros entes federados.

Ciente da envergadura desse desafio a administração da Receita tem empreendido enorme esforço com vistas a fortalecer a imagem da instituição. Nesse sentido podemos destacar no ano de 2013 as iniciativas abaixo, já completamente concluídas ou em fase de implementação:

Internet - O sítio da RFB na internet é um dos mais acessados do Brasil. Nele o contribuinte pode acessar enorme gama de informações e serviços. Nesse sentido, buscando facilitar o acesso e a disposição das funcionalidades, a Receita Federal deu curso a um projeto para modernização do sítio que compreende a reformulação do leiaute e a forma de alimentação do conteúdo disponível.

Os benefícios recairão sobre o público externo que terá a sua disposição um sítio mais atraente e melhor organizado, e da mesma forma, sobre o público interno, pois a nova forma de gestão do conteúdo passará a ser descentralizada o que permitirá maior agilidade na atualização das informações.

Intranet - Visando modernizar esse canal de comunicação a Receita reformulou a sua intranet com o propósito de unificar no mesmo veículo de comunicação informações de interesse dos servidores e que ao mesmo tempo tragam facilidades práticas para o dia a dia dos que trabalham na instituição.

Rede social corporativa – A Conexão Receita, como é chamada a rede social interna da instituição permite ao servidor participar de forma colaborativa das discussões de vários temas de interesse interno da Receita Federal. Este software que entrou em funcionamento em 2013 tem forte potencial para propiciar uma maior interação da administração da Receita com os servidores de todo o país.

Manual de Identidade Visual - A Receita reformulou a sua identidade visual padronizando a forma de utilização da marca nas mais diversas aplicações. Veículos, fachadas, instalações,

uniformes foram alguns dos itens que receberam uniformização com o propósito de fortalecer a imagem da instituição por meio dessa iniciativa de reforço da identidade visual institucional.

Fato Gerador - As atribuições da Receita Federal são as mais variadas, abrangendo por exemplo, a arrecadação de tributos, fiscalização, atendimento ao contribuinte e controle aduaneiro em portos aeroportos e pontos de fronteira. Para integrar as diversas áreas de atuação foi criado o Caderno Fato Gerador, de periodicidade semestral e que traz balanços e resultados da instituição, permitindo aos gestores e servidores que através do conhecimento dessas informações possam estar alinhados e preparados para comunicar as mensagens da instituição independente da área em que exerçam suas atividades .

TV Receita – TV Receita é uma TV web desenvolvida pela Assessoria de Comunicação Social (Ascom), e conta em seu canal com gravações de entrevistas coletivas, como por exemplo a coletiva Alerta Simples Nacional que teve 2354 visualizações. Além de apresentar as inserções mais relevantes da Receita na mídia e vídeos históricos como o do curta metragem Comboio Nacional, com 6609 visualizações.

Youtube - No canal da TV Receita no Youtube, inaugurado em 2 de abril, os servidores da RFB e o público em geral podem acompanhar as principais notícias relacionadas à Receita Federal que foram veiculadas na imprensa. A lista de reprodução "Receita na Mídia" do canal no Youtube possibilita a recuperação da informação com mais agilidade. Assim, quem não conseguir assistir as reportagens nos meios tradicionais, pode acompanhar a Receita na mídia pelo Youtube.

Twitter – Presente nesta rede social a Receita federal utiliza o twitter para se aproximar da sociedade por meio da divulgação de informações de interesse, público , prestação de serviços aos contribuintes e apresentação de resultados institucionais.

1.5.3 - Macroprocesso Controle Institucional



O macroprocesso “Controle Institucional” integra a política “Definir Diretrizes para os Processos de Gestão”, apoia as políticas institucionais ao perpassar os demais macroprocessos finalísticos e de gestão e é composto por três processos: “Gerir a Integridade Funcional”, “Gerir Conformidade de Procedimentos Internos” e “Gerir Riscos Institucionais”. Em linhas gerais, estes três processos de trabalho têm como objetivos principais garantir a conformidade de procedimentos técnicos e administrativos, assegurar a adoção das melhores práticas de gestão e de governança, prover as demais áreas técnicas da RFB de instrumentos para operacionalizar o gerenciamento de riscos e o aproveitamento de oportunidades, além de garantir que a conduta funcional dos servidores esteja dentro dos princípios da moralidade e da ética pública.

É importante destacar que as atividades mencionadas somadas a outras desenvolvidas por áreas específicas com atribuições voltadas à correição, à segurança institucional, a padrões de comportamento ético e gestão de tecnologia da informação resultam no que convencionamos denominar Sistema de Controle Interno da RFB.

a) Gerir a integridade funcional

Descrição sucinta das principais atividades:

- Examinar e instruir processos administrativos disciplinares e demais expedientes sobre ética e disciplina funcionais que devam ser submetidos à apreciação das autoridades competentes;
- Examinar denúncias, representações e demais expedientes que tratem de irregularidades funcionais e promover sua apuração, atendendo aos requisitos legais;
- Realizar ações de prevenção aos ilícitos funcionais;
- Realizar ações de investigação para identificação das ocorrências de ilícitos funcionais, promovendo sua devida apuração; e
- Avaliar o comportamento ético dos servidores.

As ações disciplinares da Coger (Corregedoria-Geral da RFB) visam a contribuir para a manutenção da integridade dos valores institucionais adotados pela RFB e do interesse e do patrimônio públicos, uma vez que, ao defenderem a probidade e a moralidade em todas as suas formas, impactam positivamente não só o corpo funcional do órgão, mas também toda a sociedade.

As ações disciplinares *stricto sensu* abrangem os procedimentos preliminares de investigação disciplinar, a análise da admissibilidade de representações e denúncias de supostas irregularidades cometidas por servidores, e a apuração de responsabilidade pelo eventual cometimento de irregularidades funcionais, por meio de Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

Mencionam-se também as ações disciplinares *lato sensu*, que são aquelas referentes ao acompanhamento do trâmite de processos judiciais e da jurisprudência relacionados aos processos disciplinares em curso e aos servidores neles envolvidos; as atuações da Coger em conjunto com outros órgãos da administração pública federal e em cooperação com organismos internacionais; e ainda aquelas de caráter preventivo ao desvio de conduta, operacionalizadas por meio de palestras informativas e conscientizadoras do corpo funcional e dos administradores.

A Coger vem realizando um trabalho de fortalecimento da atividade de juízo de admissibilidade. Trata-se do exame preliminar, com o fim de fundamentar o arquivamento da denúncia ou a instauração de PAD, nos termos do parágrafo único do art. 144 da Lei 8.112, de 11/12/90.

O aperfeiçoamento do juízo de admissibilidade tem por propósitos:

- a) assegurar que se instaure PAD apenas quando haja suficientes indícios de materialidade e de autoria, evitando-se o dispêndio de recursos e o injustificado constrangimento dos servidores;
- b) dar tratamento diferenciado entre o desvio de conduta e o mero erro escusável, propiciando aos bons servidores segurança funcional para que desempenhem suas atividades sem receio de que lhes recaia ação correccional em decorrência da falibilidade humana; e

c) direcionar os esforços para o combate aos ilícitos mais graves, de maior reprovação social.

A diretriz extraída do ordenamento legal e infralegal e adotada pela Coger é de sempre se reservar a instauração de PAD apenas para os casos estritamente necessários. E, de fato, a experiência acumulada nos últimos anos demonstra o acerto da estratégia de fortalecer as investigações prévias e de buscar o maior grau possível de embasamento para a decisão em sede de admissibilidade, evitando-se a instauração de PAD, com todos os ônus que lhe são inerentes, quando os indícios de autoria ou de materialidade podem ser preliminarmente afastados.

No que se refere à prevenção aos ilícitos funcionais, uma das principais linhas de atuação da Coger é o denominado Projeto Proteger, sistema de palestras que procura apresentar a forma de atuação da Coger, com ênfase na abordagem preventiva e didática da área disciplinar, na busca de informar e conscientizar os servidores sobre a postura a ser adotada no exercício de suas atividades. A atuação correcional no combate à corrupção e na manutenção da integridade organizacional, em última análise, propicia segurança profissional e proteção institucional ao bom servidor, além da obtenção de positivos impactos em termos de arrecadação tributária.

O balanço do Projeto Proteger em 2013 foi extremamente positivo, tendo sido alcançados os objetivos de aproximar o sistema correcional das unidades de ponta e de propiciar à categoria uma correta e isenta informação acerca da forma legal, impessoal, razoável e concatenada com a Administração da RFB com que a Coger atua.

b) Gerir conformidade de procedimentos internos e gerir riscos institucionais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Propor políticas e diretrizes de atuação preventiva e corretiva para os procedimentos executados na RFB, bem como fornecer sugestões que auxiliem no processo decisório e na melhoria da gestão;
- Gerenciar relacionamento com órgãos de controle;
- Propor políticas e diretrizes relativas à gestão de riscos na RFB;
- Gerenciar, implementar e disseminar metodologia de gestão de riscos na RFB; e
- Prospectar melhores práticas e métodos em gestão de riscos.

Os processos “Gerir Conformidade de Procedimentos Internos” e “Gerir Riscos Institucionais” é patrocinada pela Coordenação-Geral de Auditoria Interna (Audit), unidade de assessoramento direto ao Gabinete do Secretário da RFB. No entanto, todas as áreas da RFB possuem atuação no Controle Institucional.

A Audit possui suas atribuições definidas no Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 17 de maio de 2012, e alterações posteriores, estando dentre suas competências regimentais estabelecer políticas e diretrizes de atuação preventiva e corretiva, em consonância com o modelo de gestão; avaliar se os mecanismos de controle interno existentes asseguram o cumprimento dos objetivos da RFB; gerenciar a implementação e disseminar metodologia, bem como monitorar e proceder à análise crítica em gestão de riscos na RFB; e acompanhar e executar as atividades relacionadas com o cumprimento das determinações, recomendações e solicitações

emitidas pelos órgãos de controle externo, bem como preparar as respectivas respostas.

Neste contexto, a Audit desempenha suas atividades em três áreas: auditoria interna, gestão de risco e acompanhamento da atuação dos Órgãos de Controle Externo, as quais, devido à natureza e à abrangência, possibilitam a interação com todos os macroprocessos e processos de trabalho e de gestão da RFB, alcançando atividades finalísticas e de apoio, tais como: atendimento ao público externo, controle do crédito tributário, fiscalização, aduana, tecnologia da informação, gestão de pessoas e logística.

No âmbito da RFB são realizadas auditorias internas de conformidade e de gestão. As auditorias de conformidade têm como objetivo avaliar se os procedimentos operacionais estão em consonância com as normas e regulamentos estabelecidos. Neste contexto, também são realizadas auditorias contínuas, que tem como objetivo identificar exceções à normalidade, utilizando-se do cruzamento de dados coletados nos sistemas de informações. As auditorias de gestão têm como objetivo avaliar as ações gerenciais, com base nos aspectos da eficiência, eficácia, economicidade e efetividade, fornecendo à alta administração informações, recomendações e sugestões que os auxiliem no processo decisório e na melhoria da gestão.

O acompanhamento da atuação dos Órgãos de Controle Externo, além do controle do atendimento às demandas e às deliberações do TCU e da CGU, abrange também a coordenação dos trabalhos de elaboração da Prestação de Contas Anual das Unidades da RFB e a consolidação e o fornecimento de informações para a Prestação de Contas da Presidência da República.

As atividades ligadas à gestão de riscos envolvem a disseminação da cultura e da metodologia, os estudos e prospecções de melhores práticas e métodos e o suporte metodológico para a implementação da gestão de riscos. Além disso, compõem os trabalhos dessa área a análise e emissão de pareceres de risco, o acompanhamento da implementação dos tratamentos e dos níveis de riscos, bem como o fornecimento de subsídios para a atuação da auditoria interna.

1.5.4 - Macroprocesso Gestão Orçamentária e Financeira



a) Realizar a gestão orçamentária e Financeira

Descrição sucinta das principais atividades:

1. Elaborar a proposta orçamentária anual com vinculação ao Mapa Estratégico da RFB;
2. Acompanhar a execução orçamentária e financeira; e
3. Efetuar a descentralização de créditos orçamentários e recursos financeiros para as Unidades Gestoras.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

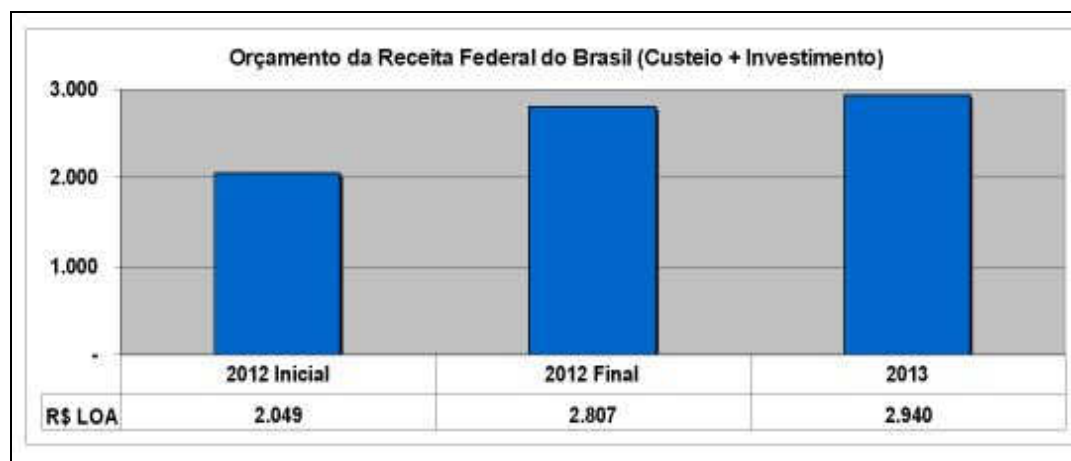
Desde 2010, o processo de planejamento orçamentário da Receita Federal do Brasil (RFB) tem evoluído no sentido de garantir o cumprimento das iniciativas estratégicas da organização, definidas conforme planejamento estratégico institucional, e as necessidades de manutenção das suas atividades finalísticas.

O processo orçamentário da Receita Federal do Brasil (RFB) inicia-se com o alinhamento do orçamento à estratégia da instituição, por meio de Iniciativas Estratégicas, vinculadas ao Mapa Estratégico e aprovadas pela área de planejamento e pelo Secretário da RFB.

Em seguida, a RFB coleta as necessidades orçamentárias de todas as suas 177 Unidades Gestoras, as analisa conforme as características de cada unidade e as consolida. Em caso de pedidos específicos, como Tecnologia da Informação e Treinamentos, as respectivas áreas também fazem uma análise crítica das necessidades apresentadas. Após feita a consolidação dos valores, tem-se a proposta orçamentária prévia. Em 2013, os valores solicitados para o orçamento da RFB somaram R\$ 3,492 bilhões de reais, valores estes referentes às ações discricionárias.

Posteriormente, a RFB recebe o referencial monetário, limitando o valor da proposta. Como geralmente as necessidades são maiores do que o valor disponibilizado, faz-se necessária uma readequação, com a eliminação de despesas anteriormente previstas. Para tanto, são feitas várias discussões, com a participação de atores diversos. Em 2013, a LOA da RFB foi de R\$ 2,940 bilhões de reais, representando 84,2% do pedido (em relação às despesas discricionárias).

Apesar de o Congresso Nacional não ter aprovado o orçamento de 2013 tempestivamente, o exercício foi iniciado com uma expectativa positiva, pois quando da elaboração da proposta orçamentária, em 2012, houve, mesmo que parcialmente, o resgate do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - Fundaf, cuja finalidade é o reaparelhamento e reequipamento da RFB e da intensificação das ações de repressão, o que significou um aumento de 43% relativamente à LOA 2012 inicial (5% da LOA 2012 final).



No que se refere apenas às despesas discricionárias, após levantamento de suas necessidades, a RFB solicitou para 2013 o montante de R\$ 3,492 bilhões de reais, tendo sido consignado em LOA R\$ 2,940 bilhões de reais, o que representa 84,2% do valor solicitado. Desse valor, R\$ 413 milhões estavam vinculados à reestruturação e modernização das atividades da RFB em todo o território nacional.

Durante o exercício, porém, a situação não se mostrou tão positiva. O atraso na aprovação do orçamento resultou no bloqueio dos recursos de investimento no início do ano e, como consequência, impediu que as diversas unidades da RFB pudessem iniciar seus processos de contratação já nos primeiros meses do exercício. Além disso, tão logo o orçamento foi aprovado,

houve contingenciamento de R\$ 1.051 milhões (35,7% do orçamento total, que representava 50,5% do custeio total) o que obrigou a RFB a solicitar a aplicação de parte do contingenciamento em recursos de investimento, do contrário seria impossível manter suas atividades até o final do exercício.

Adicionalmente, houve também uma forte limitação à execução das despesas de custeio, que foram inicialmente limitadas a 80% dos valores gastos em 2012, por itens de gasto dispostos na Portaria MPOG nº 268/2013, mas que posteriormente foi flexibilizado para 80% do total gasto em 2012, diante da notória impossibilidade de manter as 662 unidades da RFB em funcionamento sem o mencionado ajuste.

Como resultado de todos os desafios expostos, foi necessário que a RFB negociasse junto a diversas instâncias do Ministério da Fazenda (MF) para buscar a redução no contingenciamento aplicado ao órgão e expansão dos limites para empenho de despesas de custeio.

Não obstante a essas dificuldades, a RFB encerrou o exercício de 2013 com a utilização 98% da dotação orçamentária disponível (LOA menos o valor contingenciado que ficou em R\$ 465,6 milhões, sendo R\$ 272,2 milhões em custeio e R\$ 193,4 para investimento), sendo os principais investimentos realizados:

1. demandas de devolvimentos de novos sistemas de tecnologia da informação junto ao SERPRO e DATAPREV no valor de R\$ 333,8 milhões;
2. do total de R\$ 226,7 milhões empenhados na ação orçamentária Fortalecimento Institucional:
 1. R\$ 103,5 milhões foram para Adequação e Reforma de Imóveis e Unidades de Fronteiras da RFB;
 2. R\$ 53 milhões para Modernização da Infraestrutura de Tecnologia, Informação e Comunicação da RFB;
 3. R\$ 37,2 milhões para Modernização da Fiscalização, Vigilância e Repressão da RFB, sendo o seu maior investimento realizado para aquisição equipamentos de Raios-X do tipo Escâner Móvel (empenho de R\$ 61.368.300, sendo R\$ 22.368.300 com recursos dessa ação e R\$ 39.000.000 com recursos recebidos da Secretaria extraordinária para grandes eventos do MPOG)
 4. investimento em capacitação e Especialização de Servidores da RFB da ordem de R\$ 25,4 milhões;
 5. R\$ 43,5 milhões foram empenhados para atender ações específicas de obras de engenharia de grande vulto – chamadas obras destacadas –, sendo a de Construção da nova sede da DRF de Franca em SP a que contratou o maior valor R\$ 16,8 milhões;
 6. investimento de R\$ 35,4 milhões em aquisição de máquinas e equipamentos e outras obras.

Não fossem as situações já mencionadas que adiaram as contratações, há forte indícios de que a RFB executaria a totalidade do seu planejamento estratégico reservado a 2013, pois somente no mês dezembro de 2013 foram empenhados 69% da dotação disponibilizada para investimento.

b) Realizar gestão contábil

Descrição sucinta das principais atividades:

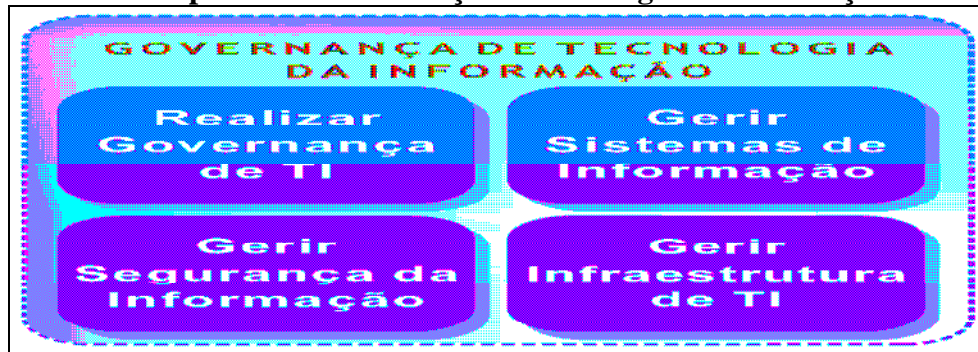
- Realizar a supervisão e orientação dos registros contábeis das Unidades da RFB;
- Coordenar o processo de Prestação de Contas Anual; e
- Implementar as alterações nos princípios, procedimentos e rotinas contábeis emanadas do Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal.

Escopo: Todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

O foco em 2013, teve como principais atividades:

- a) Conversão de 3.300 processos de depósitos recursais oriundos de autuações do Ministério do Trabalho em renda União;
- b) Contabilização mensal, conforme legislação contábil vigente, dos impostos e contribuições federais a receber. Em 2013, o estoque desses créditos no Ativo da RFB representou cerca de 970 bilhões de reais;
- c) Contabilização mensal da previsão de restituições do imposto de renda da pessoa física;
- d) Registro mensal da conformidade contábil que representa a regularidade dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos ordenadores de despesa e responsáveis por bens públicos, à vista dos princípios e normas contábeis aplicadas ao setor público, da tabela de eventos, do plano de contas aplicado ao setor público e da conformidade dos registros de gestão das Unidades Gestoras;
- e) Mapeamento de processos de trabalho da Setorial de Contabilidade da RFB;
- f) Atividades relacionadas à elaboração e entrega, ao TCU e CGU, do Processo de Prestação de Contas Anual da RFB;
- g) Análise e regularização da conta de depósitos de terceiros da RFB que apresentava inconsistências há vários anos. A regularização consistiu em baixa de saldos de aproximadamente 5.000 CNPJ's e CPF's que apresentavam valores recolhidos aos cofres da União através de códigos inválidos de DARF's;
- h) Orientação e acompanhamento em relação à elaboração e envio, por parte de todas as UG's da RFB, da Declaração de Imposto Retido na Fonte - DIRF;
- i) Treinamento, atualização e aperfeiçoamento dos servidores da Setorial de Contabilidade da RFB em razão das mudanças na contabilidade pública que serão implantadas a partir de 2014 e 2015 como o novo plano de contas do governo federal e a nova plataforma do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI;
- j) Orientação tempestiva e adequada aos contadores das Setoriais Regionais de Contabilidade na solução das inconsistências contábeis detectadas pelas Unidades Gestoras da RFB;
- l) Gestão e execução contábil utilizada como ferramenta indispensável para a prestação de assistência, orientação e apoio técnico aos ordenadores de despesas e responsáveis por bens, direitos e obrigações da União; e,
- m) Geração de informações a partir da escrituração contábil objetivando a tomada de decisões na RFB com base em fatos reais e dentro de uma técnica comprovadamente eficaz.

1.5.5 - Macroprocesso Governança de Tecnologia da Informação



a) Realizar governança de TI

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar o gerenciamento e relacionamento com o prestador de serviços de TI;
- Planejar e organizar as atividades de TI;
- Adquirir e implementar soluções tornando-as serviços de TI;
- Entregar e manter serviços de TI aos usuários finais da instituição;
- Monitorar e avaliar os processos de TI; e
- Gerir todo o ciclo de vida de serviços de TI desde o levantamento das necessidades institucionais e solicitação por solução de TI, especificação, construção, homologação, implantação, produção e desativação do serviço.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Foram promovidas diversas ações visando o alinhamento da área com as necessidades de negócios da RFB. Buscamos, especialmente, fortalecer a Comunicação Institucional, adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais e assegurar recursos e otimizar a sua aplicação.

Ademais, houve cursos para inúmeros servidores que são gestores de aplicações da RFB, visando capacitá-los no processo de elaboração de especificação de sistemas, contagem de pontos de função e modelagem.

Na área de Gestão de Serviços foi realizado o acompanhamento de mais de 315 mil acionamentos na Central de Serviços. Nesta área, o já consolidado Modelo GSERV – modelo de gestão de serviços implementado na Receita Federal do Brasil com foco na gestão pela qualidade, para aumento da satisfação percebida pelos usuários internos e externos, e melhoria da eficiência do gasto público, foi novamente premiado, sendo um dos vencedores do Prêmio TI & Governo 2012.

Já no planejamento, este foi um ano grandes avanços no que diz respeito ao planejamento estratégico de TI. Foi realizada uma série de reuniões, designadas como Encontros de Planejamento Estratégico de TI, que contaram com a participação de todas as áreas da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação, com o objetivo de definir o Mapa Estratégico da área, buscando a condução coordenada e corporativa da TI da RFB.

Além disso, ao longo de 2013, realizou-se a gestão da execução do Portfólio de Produtos de TI (PPTI) 2013, garantindo o alinhamento das iniciativas de desenvolvimento de sistemas com o

planejamento realizado pela alta administração. E, em mais um ciclo do processo, foi concluído o planejamento do PPTI para 2014. No primeiro semestre de 2013, a Receita Federal já possuía a prévia do PPTI 2014, a qual foi utilizada para subsidiar o planejamento do orçamento de TI, e no final do ano, o PPTI 2014 foi publicado, refletindo o orçamento de TI previsto para a Receita em 2014.

b) Gerir sistemas da informação

Descrição sucinta das principais atividades:

- Definir as políticas para desenvolvimento de sistemas;
- Definir arquitetura de sistemas de informação;
- Definir arquitetura de informações; e
- Coordenar o desenvolvimento de sistemas.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Na área de Sistemas, foram muitos os aplicativos desenvolvidos para facilitar as atividades de servidores e cidadãos. Neste ano, podemos destacar os significativos avanços no desenvolvimento de aplicativos para dispositivos móveis (*APPs*). Em 2013, a Receita Federal consolidou sua participação no mundo *mobile*, disponibilizando mais quatro produtos, sempre objetivando melhorar o relacionamento com o contribuinte: implementação de novas funcionalidades nas aplicações para pessoa física, a implantação do m-IRPF, da e-DBV e do APP Importador.

Além disso, diversas ações foram realizadas com o objetivo permanente de aperfeiçoamento deste processo de trabalho, dando continuidade a melhoria da metodologia de desenvolvimento de sistemas, consolidando o seu uso, disseminando a prática e treinando usuários e técnicos em pré-especificação, modelagem de dados e na técnica de medição de projetos Pontos por Função (PF). Cerca de quatrocentas pessoas já foram treinadas, de áreas técnicas e usuárias, incluindo servidores de outros órgãos envolvidos em projetos compartilhados com a Receita Federal.

Dessa forma, foi possível instituir formalmente a fase de pré-especificação no processo de desenvolvimento de software da RFB. Esta fase consiste na elaboração de um documento padrão, visando obter as necessidades dos usuários de forma mais detalhada e completa e inclui as atividades de modelagem de processos, levantamento de requisitos funcionais e não funcionais, e identificação de integrações com os demais sistemas. Ao final dessa fase, há elementos para se estimar o tamanho da aplicação, por contagem de Pontos por Função, métrica de software que permite avaliar o esforço do desenvolvimento e estimar os custos e recursos envolvidos.

O modelo de dados corporativo instituído na Receita Federal é uma ferramenta que possibilita a definição de uma informação utilizada em vários sistemas apenas uma única vez e permite que os sistemas sejam integrados e que as informações sejam confiáveis, além de gerar economia através da não duplicação de dados.

De acordo com a métrica criada internamente, com o reuso promovido por esse modelo, apurou-se uma economia de cerca de R\$ 6 milhões no desenvolvimento de quatorze sistemas.

Ainda neste ano, houve a elaboração do conjunto normativo para a atividade estabelecendo o Modelo de Desenvolvimento Interno (MDI). Neste modelo, o conceito abrangente de ciclo de vida de software é fundamental, pois representa uma perspectiva de tratar a solução tecnológica em todas

etapas desde sua concepção até o eventual descarte. Trata-se não só de desenvolver (codificar) um sistema, mas também de executar as tarefas de implantação, produção e manutenção da aplicação.

Sendo assim, foi definido e detalhado o ciclo de vida dos sistemas, englobando cada fase, com processos, atividades, tarefas, papéis, artefatos e responsabilidades específicas dos sistemas de informação.

Esse conjunto de normas permite a estruturação efetiva dos sistemas desenvolvidos internamente para soluções corporativas em todas as suas fases, estabelecendo métodos e regulamentando esse desenvolvimento desde a definição de seus requisitos até a sua saída de produção. Sendo assim, será possível garantir que se alcancem resultados positivos, utilizando-se processos e metodologias que permitam alcançar a estabilidade, segurança e continuidade dessas soluções.

c) Gerir segurança da informação

Descrição sucinta das principais atividades:

- Definir e promover a política de segurança da informação da RFB em conformidade com a legislação vigente;
- Gerenciar a implantação e a aplicação das normas de segurança da informação;
- Definir e gerir a infraestrutura de segurança da informação; e
- Coordenar as atividades de controle de acesso aos sistemas e recursos de tecnologia da informação da RFB.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

No primeiro semestre de 2013, a área de segurança de TI promoveu esforços na busca de uma solução segura que permitisse aos usuários internos uma maior mobilidade no desempenho de suas atividades, por meio do uso de qualquer rede sem fio, tanto no ambiente de rede interna como em redes privadas ou públicas, valendo-se dos equipamentos de propriedade da Receita. A solução foi normatizada e implementada em toda a Receita Federal.

Em paralelo, a fim de garantir um incremento na segurança dos softwares corporativos, independente deles serem advindos dos prestadores de serviço, do desenvolvimento interno ou da fábrica de software, foi estruturada, normatizada e já iniciada a atividade de Inspeção de Segurança nesses softwares. Nesse sentido, a inspeção se dá em fases diversas do ciclo de vida do software, seja na fase de homologação, seja na de produção. Dentro dessa atividade, além do código-fonte, todo o ambiente é analisado com intuito de propor alterações que resultem em sistemas ainda mais seguros aos usuários. Visando garantir eficiência e eficácia do processo de inspeção, as vulnerabilidades e as falhas detectadas devem ser corrigidas durante o próprio processo, durando diversos ciclos, assim entendidos como: o período necessário a essa correção, bem como a homologação e avaliação da correção implementada. A Inspeção de Segurança, além de trazer maior conhecimento às equipes envolvidas no ciclo de vida dos sistemas, concorrendo para a redução do número de falhas no processo de desenvolvimento, se torna parte inerente e pró-ativa dos processos e das ações de garantia da continuidade dos negócios da Receita Federal.

Também neste ano, a área de segurança de TI implementou o Ciclo de Palestras de Segurança – palestras técnicas, gerenciais e educativas – cujos objetivos são fomentar discussões sobre temas atuais, assim como alertar e conscientizar os usuários acerca dos riscos inerentes à utilização inadvertida das tecnologias disponíveis na Instituição. Iniciado em maio, três etapas do Ciclo já

foram realizadas, num total de sete palestras previstas. Diferentes temas foram abordados: o uso de dispositivos móveis para testes de invasão; o gerenciamento de dispositivos móveis e uso de dispositivos pessoais no ambiente corporativo; as pragas digitais que estão atacando o Android; as técnicas de desenvolvimento seguro de aplicações para dispositivos móveis; as implicações da Lei nº 12.737, conhecida como Lei Carolina Dieckmann; e os perigos inerentes à navegação na internet, aspectos técnicos pertinentes e medidas simples para tornar essa navegação mais segura.

Outra iniciativa da área de segurança de TI foi a realização do primeiro módulo do curso Gestão de Segurança da Informação. Realizado no final do segundo semestre, esse curso é de extrema importância no processo de capacitação dos Gestores de Segurança da Receita Federal, dado que tem como foco a atualização dos conhecimentos que visam preservar e aprimorar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações da Instituição, bem como garantir a continuidade dos negócios no grau de qualidade requerido pela Receita Federal. Um segundo módulo, ou módulo complementar, está previsto para ser ministrado no primeiro semestre de 2014.

Por fim, com a finalidade de dar mais consistência e robustez no desempenho das atividades de aprovação dos certificados digitais e-CPF para funcionários da Instituição, bem assim dar cumprimento à regulamentação da ICP-Brasil, em 2013, foi realizado, sob a gestão da área de segurança de TI, treinamento para os Agentes de Registro da Receita Federal, em grafoscopia e documentoscopia, na modalidade de ensino a distância. Constituído de um total de 9 turmas, esse treinamento foi obrigatório para os servidores que desempenham essas funções e contou com mais de 550 participantes.

d) Gerir infraestrutura de TI

Descrição sucinta das principais atividades:

- Definir as políticas e a infraestrutura tecnológica;
- Gerir a infraestrutura tecnológica;
- Internalizar soluções tecnológicas; e
- Gerenciar ambientes informatizados.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

O programa de renovação de parque tecnológico da Receita Federal visa adequar permanentemente esta infraestrutura de TI às necessidades institucionais. Em 2013, completou-se um ciclo de renovação das estações de trabalho com equipamentos cobertos por garantia e suporte, proporcionando um ambiente informatizado adequado para o melhor desempenho e segurança dos usuários.

Neste ano, houve a licitação da ferramenta de Rede Social Corporativa da Receita Federal. Esta iniciativa provê ambiente tecnológico adequado para propiciar respostas rápidas às oportunidades, ambiente colaborativo, ambiente de aprendizado coletivo, inovação, identificação de talentos, retenção de conhecimento e experiências e incrementando a atual comunicação interna.

Outras ações, visando manter o parque computacional adequado, foram realizadas no decorrer deste ano, como aquisições de solução de conectividade, de servidores descentralizados, de dispositivos para certificação digital dos funcionários (*tokens*), instalação dos equipamentos de videoconferência, disponibilização de acesso seguro à rede da Receita através da tecnologia sem fio

(Wi-Fi).

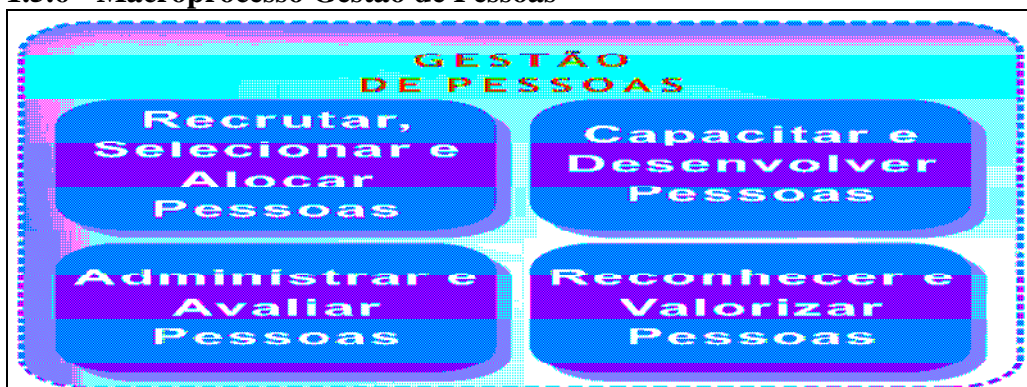
Também neste ano, foi realizada a compra de estações de trabalho móveis, com o objetivo de fortalecer a mobilidade dos servidores da RFB e a comunicação institucional. A licitação, que ocorreu no mês de dezembro, deve disponibilizar no próximo ano mais de 5.500 equipamentos, entre *ultrabooks* e *tablets*.

No que se refere a comunicação virtual, neste ano, 410 novos equipamentos de videoconferência foram instalados, acompanhado da expansão do seu gerenciador, o que ampliou significativamente a utilização desse recurso em todas as suas unidades, agilizando a realização de reuniões, a tomada de decisões e a disseminação de conhecimento, reduzindo, ainda, o custo com deslocamentos. A excelente aceitação do uso do recurso fica evidente quando analisamos os números: em 2013 a média de videoconferências realizadas foi de 197/mês, um crescimento de 41% sobre a média observada em 2012.

Além das videoconferências, também a ferramenta *Webconference* merece destaque, permitindo a realização de conferências entre servidores utilizando as próprias estações de trabalho, sem a necessidade do uso de equipamentos específicos. A implementação da ferramenta viabilizou o projeto “Sessão de Julgamento não Presencial por *Webconference*”, que possibilita a participação de diversos julgadores lotados em unidades distantes da cidade-sede, sem a necessidade de deslocamento, reduzindo os custos da máquina pública e aumentando a produtividade do servidor. Tal projeto rendeu à RFB o Prêmio Inovação da Administração Tributária do Centro Interamericano de Administrações Tributárias (CIAT).

Em 2013, também foi observada a consolidação dos indicadores de Infraestrutura, o NIT (Nível de Adequação de Infraestrutura Tecnológica) e o NAF (Nível de Adequação do Ambiente Informatizado às Novas Tecnologias). Esses indicadores possibilitam que seja apurado e mensurado o cumprimento do Objetivo Estratégico "Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais". Em relação ao NIT, o resultado nacional foi de 91,44%. Já para o NAF, o resultado nacional foi de 98,28%, números que refletem o empenho da área de Infraestrutura em fornecer altos padrões de qualidade de TI aos servidores da RFB.

1.5.6 - Macroprocesso Gestão de Pessoas



a) Recrutar, selecionar e alocar pessoas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerir Recrutamento Externo;

- Gerir Seleção Interna;
- Gerir Alocação e Movimentação Interna e Externa;
- Gerir Estagiários; e
- Gerir Provimento e Vacância de Cargos.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Gerir Recrutamento Externo – No âmbito da RFB os concursos públicos são autorizados pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e realizados em parceria com a Escola de Administração Fazendária. Os novos servidores devem participar do Programa de Formação Profissional (PFP) ao longo do primeiro ano de exercício profissional. O PFP iniciado em 2013 teve como público-alvo os 252 Auditores-Fiscais e 750 Analistas Tributários aprovados nos concursos públicos de 2012 pelos Editais Esaf nº 23 e 24.

Gerir Seleção Interna – O processo de seleção interna está estruturado internamente no que tange à ocupação dos postos gerenciais de Delegado e Inspetor-Chefe, que são dirigentes de unidades locais, denominado Processo Simplificado de Seleção (PSS). Esta sistemática está apoiada na existência de um Banco de Gestores, que passam por etapas de aferição de pontuação por critérios objetivos (formação acadêmica e experiência profissional) e subjetiva (entrevista comportamental para avaliar manifestação das competências gerenciais). Até dezembro de 2013 foram realizados 153 PSS com a utilização das informações do Banco de Gestores, que conta hoje com 589 integrantes. Em fevereiro de 2013 foi iniciada a experiência piloto do Banco de Gestores para Agentes na 6ª Região Fiscal (estado de Minas Gerais). Dos 41 postos regionais de Chefes de Agência, 10 já foram preenchidos por meio de processo seletivo com a utilização das informações do Banco de Gestores para Agentes, que conta com 32 integrantes.

Gerir Alocação e Movimentação Interna e Externa - Em termos de movimentação interna, tivemos 2 concursos internos de remoção, homologados em 5 de outubro de 2012, cujos reflexos se deram em 2013, tendo em vista que as portarias de remoção terem sido editadas mensalmente. Em decorrência desses certames, foram movimentados em 2013, 401 Auditores-Fiscais e 554 Analistas Tributários.

Tivemos ainda a implantação do Modelo de Dedicção Funcional – MDF, que propiciou a alocação de servidores por meio de Trabalho Remoto, Alocação Direta, bem como formação de Grupos de Trabalho com parcelas de contribuição definidas, em processos de trabalho específicos e prioritários para a RFB. Até o fim de 2013, foram alocados, 38 servidores em Trabalho Remoto, 16 servidores em Alocação Direta, e 31 como participantes em Grupos de Trabalho.

Além disso, tivemos 120 servidores movimentados para unidades diversas por meio do PIAP, como forma de aperfeiçoamento de alocação de servidores em Processos de Trabalho prioritários para a RFB.

Gerir Estagiários - Com o objetivo melhorar os procedimentos da gestão de estagiários, com a padronização, uniformização e simplificação do fluxo das tarefas, em 2013, foi concluído e publicado o modelo de processo da gestão de estagiários. Este trabalho contribuiu ainda para: fazer ajustes no manual de procedimentos, melhorando o suporte às Regiões Fiscais; identificação de necessidade de alteração da portaria Cogep nº 163/2009 para incorporar à norma os aperfeiçoamentos do processo; aperfeiçoamento de procedimentos e da comunicação do processo de desligamento com a folha de pagamento, para reduzir uso de GRU para devolução de valores pagos além da data de término do contrato; melhoria na pré-especificação do aplicativo Sigest, sistema

informatizado que será implantado para controle do processo.

A contratação de estagiários no âmbito das Unidades Centrais em 2013 totalizou, 104 estagiários, com investimento de R\$ 781.352,05. No âmbito nacional, a contratação totalizou 2.288 estagiários, com investimento de R\$ 13.418.142,09.

Gerir Provisão e Vacância de Cargos - O ano de 2013 foi marcado pela nomeação e posse de 957 servidores integrantes da Carreira de Auditoria, 250 ocupantes do cargo de Auditor-Fiscal e 707 ocupantes do cargo de Analista-Tributário. A vacância de cargos totalizou 1379 registros, sendo 871 aposentadorias, 385 vacâncias para posse em cargo inacumulável, 45 exonerações, 34 falecimentos e 44 demissões.

b) Reconhecer e valorizar pessoas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Promover Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho; e
- Promover Reconhecimento e Valorização.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Promover Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho:

Caminhos - Preparação para aposentadoria é um programa de incentivo ao pensamento crítico e reflexivo, para que esses servidores possam fazer escolhas pessoais mais conscientes bem como entender a importância de se pensar sobre essa nova fase de vida. A aposentadoria representa uma nova fase da vida, na qual muitas transformações, ainda desconhecidas, estarão presentes. Esse cenário ressalta a importância de se trabalhar o tema na RFB, o que também é preconizado em lei, que determina a preparação para a aposentadoria com antecedência mínima de um ano. Para esse fim, em 2013, foram implantadas duas turmas, uma em cada semestre. Nas duas turmas, o total de matrículas alcançou 462 pessoas, dessas, 256 (55,41%) foram aprovadas, 28 (6,06%) reprovadas e 178 (38,53%) consideradas desistentes. Para alcançar maior quantidade de pessoas e tornar o curso ainda mais dinâmico, em 2014, será feito um estudo para de remodelagem do Caminhos.

PMIMF - Projeto de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda:

A PEC 201306 - Política de Promoção à Saúde e Bem-estar Organizacional do PMIMF- que tem por objetivo Instituir política de ações integradas e continuadas para promoção de saúde e de bem-estar no ambiente organizacional, alinhando-a às expectativas institucionais e individuais dos servidores do MF, é um projeto que está sob a liderança da Disaq/Cogep e em 2013 concluiu a versão 1.0 do Plano de Gerenciamento de Projetos e cronograma de atividades.

Um dos primeiros produtos dessa PEC para 2014 é o lançamento de Edital para contratação de empresa técnica especializada para realização de diagnóstico e formulação da Política de Qualidade de Vida no trabalho no âmbito do MF, em 2013, esse edital teve seu texto finalizado e está pronto para análise pela Procuradoria.

Promover Reconhecimento e Valorização:

A RFB oferece um conjunto de premiações no intuito de promover o reconhecimento e valorização

dos servidores. Em 2013 foram concedidas 36 medalhas Noé Winkler por mérito funcional, num sistema misto de indicação pelos pares e escolha dos dirigentes a partir de uma lista sêxtupla dos mais votados. Temos que 23,06% dos servidores em exercício participaram do processo indicando os colegas para a premiação. São premiados servidores e colaboradores das unidades centrais e descentralizadas, da carreira de Auditoria (Auditores e Analistas) e administrativos (PEC FAZ e Serpro).

Outra premiação refere-se ao Prêmio Criatividade e Inovação, tem como objetivo reconhecer e valorizar trabalhos apresentados por servidores e empregados do Ministério da Fazenda que se caracterizem pela qualidade técnica e aplicabilidade na implantação de boas práticas de gestão e na melhoria da qualidade dos serviços prestados ao contribuinte. São premiadas três monografias e duas menções honrosas. Na 12ª edição recebeu o primeiro lugar a monografia “Julgamento de Alta Performance – JAP – Uma visão integrada no julgamento.”

Merece ainda destaque a realização da 2ª edição do Concurso de Redação e Trabalho Artísticos, destinado a filhos e netos dos servidos. O objetivo é contribuir para o processo de formação da cidadania e aproximação das crianças do cotidiano profissional de seus pais, estimulando-as a desenvolverem a percepção sobre a relação entre o trabalho na RFB e a construção de uma sociedade melhor para se viver. O concurso é dividido em duas modalidades, para crianças que cursam o ensino fundamental: Trabalho Artístico, com participantes do 1º ao 5º ano, e Redação, destinado aos alunos do 6º ao 9º ano.

Ainda no intuito de reconhecer e valorizar os servidores e preservar a memória institucional, foi realizada a 4ª edição do concurso “Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil” O concurso foca situações de trabalho cujos dados, pela relevância e historicidade, contribuem para a conservação da Memória Institucional da RFB.

c) Administrar e avaliar pessoas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerir Avaliação de Desempenho;
- Gerenciar Cadastro de Servidores;
- Administrar Jornada de Trabalho;
- Gerir Remuneração; e
- Gerir Contencioso Judicial e Administrativo.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Gerir Avaliação de Desempenho: No ano de 2013 foram realizadas as seguintes avaliações:

a) Estágio Probabório dos servidores integrantes da Carreira de Auditoria da RFB (ARFB) – A homologação foi relativa aos servidores nomeados em 2010, Portarias RFB nº 1095 e nº 1096, que completaram os 36 meses de exercício até o dia 8/8/2013. Do total de 441 Auditores-Fiscais 368 tiveram o estágio homologado . Com relação aos Analistas-Tributários, 326 tiveram o estágio homologado, do total de 418. A 2ª homologação contemplou 32 Auditores-Fiscais e 34 Analistas-Tributários que completaram os 36 meses de exercício até o dia 30/8/13 (Portarias RFB nº 1226 e nº 1227) e não tinham sido contemplados na primeira homologação. A 3ª homologação abrangeu 18 Auditores- Fiscais e 31 Analistas-Tributários que completaram os 36 meses de exercício até o dia

22/11/13 (Portarias RFB nº 1640 e nº 1641) e não tinham sido contemplados na primeira e segunda homologações

b) Progressão Funcional – A Progressão Funcional dos servidores da RFB é homologada pela Cogep/SPOA do Ministério da Fazenda. O Processo de Progressão nº 19, relativo ao período avaliativo de 1/7/11 a 1/7/12), teve a participação de 1.858 servidores da RFB. Foi ainda realizado o Processo de Progressão nº 20, relativo ao período avaliativo de 1/7/12 a 1/7/13, do qual participaram 1.391 servidores da RFB .

Avaliações para efeito de gratificação de desempenho dos servidores administrativos (GDAFAZ/GDM-PECFAZ/GDPGPE/GDASS/GDACE) - Foram avaliados 5.192 no 4º ciclo avaliativo, com início em 7/10/13 e término previsto para 10/3/14.

Gerenciar Cadastro de Servidores: Aqui, continuamos a investir no aprimoramento das informações cadastrais dos servidores compartilhando melhor com as Regiões Fiscais formas de melhoria na qualidade das mesmas. Continuamos a primorar o Sief-RH, na busca de entrada em produção de novos módulos, que facilitem a retirada de informações gerenciais que norteiam decisões na área.

Administrar Jornada de Trabalho: Investimos na busca de melhoria nas orientações referentes ao assunto às diversas áreas, bem como meios de facilitar a operacionalização das demandas referentes à jornada de trabalho dos servidores.

Gerir Remuneração: Em 2013, a Divisão de Remuneração além de gerir a folha de pagamento de aproximadamente 1.100 servidores lotados nas Unidades Centrais, e orientar as 27 (vinte e sete) unidades pagadoras que compõem a RFB, obteve ainda êxito no término do passivo dos processos administrativos de diversos assuntos voltados para a área de gestão de pessoas, bem como na diminuição do significativo número de processos de exercícios anteriores. Tal medida colaborou ainda com a capacitação dos servidores envolvidos.

Um dos destaques desse processo de trabalho foi a implantação das ações judiciais coletivas, que encontravam-se pendentes, mediante obtenção da força executória de 08(oito) ações judiciais coletivas junto a Advocacia Geral da União.

Gerir Contencioso Judicial e Administrativo: Investimos na diminuição do tempo de resolução dos processos administrativos na área de Gestão de pessoas, tais como remoção, recondução, reversão, licenças e demais afastamentos, etc. Além disso, com um melhor aparelhamento da Divisão responsável por esses processos, houve sensível melhoria no tempo de prestação de informações à AGU na defesa da União em demandas judiciais sobre os mais diversos assuntos, principalmente os que dizem respeito à Remoções e Reenquadramento na carreira da RFB

d) Capacitar e desenvolver pessoas

Descrição sucinta das principais atividades:

- **Gerir formação inicial**
- **Gerir capacitação permanente**
- **Gerir Competências**

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Gerir formação inicial: Em 2013 a formação inicial foi propiciada pelo Programa de Formação

Profissional – PFP. O Programa tem o objetivo geral de propiciar a formação integral do novo servidor, preparando-o para o desempenho no primeiro posto de trabalho. O período de realização é ao longo do primeiro ano de trabalho do servidor da Carreira ARFB, com carga horária mínima de 160 horas para os Analistas-Tributários e 240 horas para os Auditores-Fiscais. São quatro as etapas previstas: Ambientação e Integração; Prática Supervisionada; Núcleo Comum e Núcleo Específico – que buscam estimular no novo servidor uma atitude pró-ativa, proporcionar uma visão geral dos principais processos de trabalho e fornecer os conhecimentos mínimos necessários para atuação no posto de trabalho. Durante as etapas de treinamento presencial do PFP foram capacitados 242 Auditores-Fiscais, nos pólos: Manaus e Brasília; e 680 Analistas- Tributários, nos pólos: Brasília, São Paulo, Porto Alegre e Manaus, com a participação de 379 instrutores. Foram registradas 2.138 participações nos 17 cursos oferecidos na modalidade a distância.

Gerir capacitação permanente: Representada pelo Programa de Educação Corporativa (Proeduc). No ano de 2013 foram capacitados 18.433 servidores, ou 72,39% dos servidores em exercício, com uma carga horária média de 48,4 horas. Foram realizadas, em todo o Brasil, um total de 3.660 ações de capacitação, totalizando 892.078 horas de aprendizagem. O Proeduc consolida o modelo de capacitação por competências, focando na redução das principais lacunas identificadas e no fortalecimento das competências críticas para o sucesso da RFB. Neste contexto foram concebidos os Programas Nacionais de Capacitação, dentre os quais merece destaque o Programa de Desenvolvimento Gerencial (DGR) com o objetivo de proporcionar, de forma continuada, o desenvolvimento das competências gerenciais necessárias ao pleno cumprimento da missão da RFB. Foram oferecidas 475 vagas pela em 15 eventos nas modalidades presencial e a distância, distribuídos nos 5 módulos do DGR: Visão e Orientação Estratégica; Efetividade de Gestão; Negociação e Cooperação; Liderança e Gestão da Mudança e Inovação.

Gerir Competências: Desde 2010 a RFB vem atuando na gestão por competências, tendo realizado o mapeamento que resultou no inventário de 12 competências institucionais e 251 competências individuais, classificadas por sua vez em gerenciais (5), fundamentais (9) e específicas (237). No ano de 2013 foi realizado o 2º Ciclo de Diagnóstico de Competências, que consistiu na autoavaliação pelos servidores e avaliação 180º pela chefia imediata. O processo foi apoiado em sistema informatizado desenvolvido internamente e mostrou-se participativo, pois, sendo de participação voluntária, 19.126 ou 75,12% dos servidores em exercício realizaram a autoavaliação e 95,32% dos gestores avaliaram os servidores diretamente subordinados. Foram identificadas as principais lacunas e domínios por tipo de competências e por nível organizacional, de forma a subsidiar a elaboração do Programa de Educação Corporativa para os anos de 2014 e 2015.

1.5.7 - Macroprocesso Gestão de Materiais e Logística



a) Realizar aquisições e contratações

Descrição sucinta das principais atividades:

- Orientar a Administração de Contratos;
- Executar a Administração de Contratos;
- Orientar a Gestão de Licitação; e
- Executar a Gestão de Licitação.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Em 2013, foram institucionalizados dois projetos para a melhoria dos processos de aquisições e contratações.

O primeiro, o Projeto Padrões de Despesas Nacionais, tem como metas a definição de parâmetros objetivos para a contratação de serviços e a quantificação dos postos de trabalho terceirizados a serem contratados. No cenário atual, os serviços e os postos de terceirizados são contratados de forma segmentada em cada Região Fiscal. As dotações orçamentárias são obtidas a partir da atualização monetária do valor constante do orçamento em execução. O orçamento representa uma série histórica repetitiva que não reflete as necessidades atuais da instituição. Como consequência, a RFB apresenta dificuldades na distribuição dos recursos orçamentários e possui diferentes padrões de serviço e de condições de trabalho disponibilizados aos servidores, ocasionando na falta de identidade para a instituição. Dessa forma, há a necessidade de garantir padrões adequados de qualidade nos serviços contratados, compatíveis com o orçamento, a todas as unidades da RFB. Para a elaboração do trabalho, a Copol/Dinot coordenou, ao longo de 2013, a formação de grupos, compostos por representantes de todas as regiões fiscais, para levantamento da situação atual das unidades; elaboração, discussão e aprovação de propostas de normatização; bem como elaboração de portaria de padronização por parte do Secretário da RFB;

O segundo, o Plano Nacional de Aquisições – PNA 2014-2015, objetiva racionalizar as compras de itens de material permanente na RFB, organizando as demandas de todas as unidades, a fim de aumentar a eficiência logística da instituição e, conseqüentemente, otimizar a utilização dos recursos orçamentários e humanos, e criar padrões de qualidade nos materiais.

As aquisições poderão ocorrer de forma centralizada ou mesmo descentralizada, desde que obedecendo a um padrão definido e sob a coordenação da Copol, área gestora deste processo de trabalho. Foram levantadas as demandas de todas as unidades gestoras e em 2014 serão aprimoradas as especificações dos itens e licitadas as quantidades priorizadas em conjunto com representantes de todas as regiões fiscais.

Foram, também, realizados em 2013 vários procedimentos licitatórios estratégicos para o desenvolvimento e aparelhamento da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Destaca-se a aquisição dos Scanners de Containeres, demanda de extrema importância para realização dos grandes eventos sediados no Brasil nos próximos anos. Foram também atendidas diversas demandas de modernização e atualização dos sistemas de Tecnologia da Informação geridos pela COTEC. Além das Licitações concluídas no ano de 2013, merecem também destaque o desenvolvimento de Editais Modelo e o Mapeamento de Processos de aquisições e contratações.

b) Gerir patrimônio e obras

Descrição sucinta das principais atividades:

- Prospectar inovações na gestão pública brasileira e aplicá-las na RFB;

- Prospectar inovações junto à administrações tributárias e aduaneiras de outros países e aplicá-las na RFB;
- Realizar estudos inovadores na área de administração tributária e aduaneira;
- Prospectar demais inovações no mercado e na academia.
- Orientar a Gestão de Materiais, Transportes e Serviços Diversos;
- Executar a Gestão de Materiais, Transporte e Serviços Diversos;
- Orientar a Gestão de Imóveis; e
- Gerir os Imóveis.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

O Plano de Engenharia é diretamente vinculado ao objetivo estratégico de “adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais” que é traduzido em “disponibilizar instalações físicas e infraestrutura tecnológica adequadas às atividades de cada unidade, propiciando um ambiente de trabalho seguro e saudável, de forma a garantir o efetivo desempenho institucional”. Na cadeia de valor da RFB são definidas políticas institucionais, dentre elas, “definir diretrizes para os processos de gestão” e, dentro do processo de “Gestão de Materiais e Logística”, há destaque para a ação permanente “Gerir Patrimônio e Obras”.

A execução orçamentária 2013 apontou um total de R\$ 190 Milhões aplicados no segmento de Engenharia da RFB, um expressivo aumento de 90% em relação ao exercício anterior. As 20 unidades contempladas com os maiores recursos foram:

UNIDADE	R\$
DRF RIBEIRAO PRETO	29.105.690
IRF MUNDO NOVO	26.042.326
DRF FRANCA	16.899.999
DRF BELO HORIZONTE	15.077.117
SRRF10	13.012.280
DRF MANAUS	11.327.657
DRF VITORIA	8.465.438
IRF PONTA PORÁ	7.856.593
DRF SANTOS	7.546.857
DRF CAMPO GRANDE	4.178.572
SAMF-SP >> ED SEDE SÃO PAULO	4.170.000
DRF ITABUNA	3.837.026
DRF URUGUAIANA	3.759.822
SRRF09	3.729.781
ARF PORTO DE SALVADOR	3.505.690
IRF SANTANA DO LIVRAMENTO	2.927.938
DRF FEIRA DE SANTANA	2.898.594
DEFIS SÃO PAULO	2.765.335
DRF PELOTAS	2.594.150
DRF GOIANIA	2.499.532

c) Gerir mercadorias apreendidas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerir mercadorias apreendidas.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Na área de Mercadorias Apreendidas, as normas relativas a leilão e a destruição foram aperfeiçoadas, notadamente para viabilizar o leilão de resíduos de mercadorias apreendidas antes de sua efetiva destruição, com repasse dos encargos de destruição ao arrematante, que deve dar a adequada destinação final de todo o resíduo gerado no procedimento, inclusive daquele cuja reciclagem não seja economicamente viável. Com esta inovação, o procedimento alinha-se às diretrizes da promoção do desenvolvimento nacional sustentável, além de economia de recursos públicos, vez que foram evitadas despesas necessárias ao pagamento de serviços de transporte, de destruição e de aterro sanitário, que deixaram de ser suportadas pela própria Administração.

O Sistema de Leilão Eletrônico (SLE) consolidou-se no que tange à participação de pessoas físicas, democratizando-se a participação dos licitantes e aumentando a competitividade. Em 2013, cerca de 3.020 lotes admitiram a participação concomitante de pessoas físicas e jurídicas em sua disputa. O número total de proponentes - interessados que registraram proposta para os lotes - foi de 13.818, sendo 3.162 pessoas físicas, o que corresponde a cerca de 23% do total.

Em dezembro/2013, foram homologadas demandas evolutivas do SLE. Destacam-se a criação de um portal para conferir um maior destaque na divulgação dos lotes pela Internet; e a integração com o Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, da Controladoria Geral da União (CGU), para fins automatizar o controle das impossibilidades na participação das licitações.

Também foram implantadas demandas de melhoria no Sistema de Controle de Mercadorias Apreendidas - CTMA, objetivando aperfeiçoar os controles, simplificar procedimentos e aumentar a segurança dos processos de gestão contábil e procedimental de mercadorias apreendidas.

Foram retirados de circulação e destruídos aproximadamente 17 mil toneladas de material potencialmente nocivo à saúde, à segurança e ao meio ambiente, o que equivale ao montante da ordem de R\$ 721 milhões em autuações fiscais.

Houve redução de cerca de 24% no quantitativo de processos fiscais antigos na conta 130 (à disposição de autoridades administrativas), e de cerca de 26% no quantitativo de processos fiscais antigos na conta 210 (custódia), o que demonstra o esforço das unidades na adoção de providências para evitar a obsolescência, depreciação ou perecimento dos bens apreendidos.

d) Realizar gestão documental

Descrição sucinta das principais atividades:

- Orientar a Gestão Documental; e
- Executar a Gestão Documental.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Em 2013, a Divisão de Normas e Orientações Técnicas (Dinot) finalizou a minuta de Código de Classificação e da Tabela de Temporalidade. Este trabalho demandou dezenas de reuniões junto ao Arquivo Nacional, tendo havido, adicionalmente, uma revisão da proposta de texto final por parte das Coordenações responsáveis pela produção documental.

Cabe salientar a entrega de toda a fundamentação legal para estabelecimento de prazos de guarda e

eliminação, a qual foi elaborada no ano de 2013.

Espera-se a conclusão definitiva dos instrumentos de gestão documental para o primeiro semestre de 2014.

A partir da conclusão dos trabalhos, iniciaremos os procedimentos de eliminação documental.

1.6 - Principais Parceiros (externos à Unidade Jurisdicionada, da Administração Pública ou da Iniciativa Privada) Relacionados à Atividade-fim da Unidade

Os principais parceiros da RFB são:

- Marinha (DPC), Fundo Vinculado ao Ministério da Aeronáutica;
- Controladoria-Geral da União (CGU);
 - Ministério da Fazenda: Secretaria-Executiva, PGFN, ESAF, Carf, Secretaria de Política Econômica - SPE, Serpro, STN e Comitê Gestor do Simples Nacional;
 - Ministério da Previdência: INSS e Dataprev;
 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior: Secex, Camex e CZPE;
 - Ministério das Relações Exteriores;
 - Ministério da Defesa;
 - Ministério do Trabalho e Emprego;
 - Ministério Público Federal;
 - Departamento de Polícia Federal;
 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal
 - Presidência da República;
 - Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP;
 - Congresso Nacional;
 - Secretarias de Fazenda dos Estados e Municípios;
 - Juntas Comerciais;
 - Cartórios de Registro Civil; e

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 1ª REGIÃO
FISCAL - SRRF 01**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 2: Planejamento e Resultados Alcançados
(Item 2, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

2.1 - Planejamento da Unidade

A) O plano estratégico da RFB abrange o período de 2012 a 2015.

A vinculação do plano estratégico da RFB com suas competências constitucionais, legais e normativas está expressa não somente em sua missão e visão institucionais, as quais juntamente com os valores institucionais compõem os marcos institucionais da RFB, mas está claramente expressa no conjunto de objetivos estratégicos eleitos para o novo ciclo de gestão (2012-2015).

O papel institucional da RFB com relação às políticas públicas está expresso por meio da sua missão institucional: “Exercer a administração tributária e aduaneira com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade”.

A visão de futuro da RFB está assim expressa: “Ser uma instituição de excelência em administração tributária e aduaneira, referência nacional e internacional”.

Os valores institucionais que norteiam as ações da RFB e de seu corpo funcional são: Respeito ao cidadão, Integridade, Lealdade com a instituição, Legalidade, Profissionalismo e Transparência. Este último valor foi acrescentado para o período de 2012 a 2015 aos outros cinco que já constavam como valores da Instituição no ciclo de planejamento anterior (2009-2011).

Os principais objetivos estratégicos da unidade no ano de 2013 estão expressos no Mapa Estratégico da RFB em vigor (figura a seguir), nele a estratégia da RFB está representada por meio de um conjunto abrangente de objetivos, baseados em diferentes perspectivas e interligados por relação de causa e efeito, que devem direcionar o comportamento e o desempenho da Instituição para o alcance dos resultados desejados.



As três perspectivas do Mapa Estratégico, a saber: "Pessoas e Recursos" - a base de sustentação da

Casa; "Processos Internos" - as atividades desenvolvidas na Receita; e "Resultados" – o que deve ser entregue ao Estado e à sociedade, são as grandes áreas ou dimensões de atuação da RFB, as quais englobam os objetivos estratégicos ou principais desafios a serem enfrentados para o cumprimento da missão e o alcance da visão, contando a história da estratégia.

Como vemos no Mapa estratégico, estão elencados, por parte da RFB, 21 objetivos estratégicos, sendo cinco (5) da perspectiva Pessoas e Recursos, onze (11) da perspectiva Processos Internos e cinco (5) da perspectiva Resultados, conforme descritos a seguir.

Descrição dos Objetivos Estratégicos

Os Objetivos Estratégicos são os fins a serem perseguidos para o cumprimento da Missão e o alcance da Visão de Futuro, traduzindo as demandas e os desafios a serem enfrentados, sendo distribuídos de forma balanceada pelas Perspectivas do Mapa Estratégico, conforme abaixo.

I) Perspectiva de Resultados:

- **Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial** - Envidar esforços para que o montante arrecadado pela RFB se aproxime da arrecadação potencial.
- **Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras** - Ampliar o cumprimento das obrigações tributárias e aduaneiras empreendendo ações coordenadas que elevem a percepção de risco, simplifiquem o cumprimento, orientem o cidadão, fomentando uma aliança entre a Instituição e a sociedade.
- **Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade** - Fortalecer o comércio exterior por meio da administração aduaneira transparente, ágil, eficiente e segura, proporcionando a proteção da economia e sociedade.
- **Aumentar a percepção de equidade na atuação da Instituição** - Aumentar a percepção de equidade na atuação da Instituição, demonstrando a correta e justa aplicação da legislação tributária e aduaneira.
- **Fortalecer a imagem da Instituição perante a sociedade** - Fazer com que a sociedade reconheça a RFB como uma organização que cumpre sua missão com excelência, transparência, integridade e profissionalismo.

II) Perspectiva de Processos Internos:

- **Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento** - Racionalizar e agilizar os processos de controle e de recuperação do crédito tributário permitindo a redução do tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento.
- **Elevar a percepção de risco e a presença fiscal** - Intensificar a atuação da instituição na administração de tributos internos e de comércio exterior, visando o aumento da presença fiscal e a elevação da percepção de risco pela sociedade.
- **Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros** - Proporcionar processos aduaneiros integrados e harmônicos, garantindo agilidade aos operadores que atuam de acordo com os requisitos legais e aumentar a segurança e a efetividade dos procedimentos para coibir ilegalidades.

- 9) Reduzir litígios tributários e aduaneiros** - Melhorar a qualidade do lançamento do crédito tributário, apreciar e julgar casos de litígios tributários e aduaneiros, em âmbito administrativo, com qualidade, celeridade e menor custo e reduzir a quantidade de divergências internas na interpretação da legislação tributária e aduaneira.
- 10) Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade** - Adotar medidas de ampliação e aprimoramento dos serviços prestados pela instituição, visando aumentar a satisfação da sociedade.
- 11) Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário** - Assegurar a arrecadação de tributos, por meio de mecanismos de garantia do crédito tributário, inclusive em relação ao patrimônio de contribuintes que possuam débitos, no interesse da Fazenda Nacional.
- 9. Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira** - Adequar recursos e procedimentos necessários visando melhorar e ampliar o desempenho das atividades de vigilância e repressão aduaneira em todo o território nacional.
- 10. Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira** - Aprimorar a participação da RFB nos fóruns de discussão de políticas e legislação tributária e aduaneira, subsidiando de forma ativa e efetiva as decisões tomadas em âmbito político, defendendo os interesses da administração tributária e aduaneira.
- 11. Conhecer o perfil integral do contribuinte** - Conhecer e identificar o perfil cadastral, econômico, fiscal e contributivo e o comportamento dos contribuintes perante o cumprimento das obrigações tributárias e aduaneiras, de forma a permitir uma atuação integral no atendimento, monitoramento e controle fiscal e aduaneiro.
- 12. Fortalecer as relações institucionais** - Fortalecer parcerias estratégicas nacionais e internacionais, e promover um relacionamento integrado, harmônico e sincronizado com as administrações tributárias estaduais, distrital e municipais, com órgãos do Ministério da Fazenda, bem como com entidades e organismos que atuem em atividades afins.
- 16) Fortalecer a comunicação institucional** - Aprimorar a comunicação institucional de forma que as informações que sejam de interesse dos públicos interno e externo sejam transmitidas de maneira objetiva, tempestiva e clara.

III) Perspectiva de Pessoas e Recursos:

- 13. Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas** - Capacitar, desenvolver e valorizar as pessoas tendo em conta as competências individuais necessárias (fundamentais, gerenciais e específicas) ao alcance da estratégia institucional.
- 14. Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais** - Prover as unidades organizacionais do quadro de pessoal necessário e suficiente para o bom desempenho de seu papel institucional, com vistas à presença efetiva e distribuída adequadamente pelo território nacional, tendo em conta os perfis profissionais e as características de cada unidade.
- 15. Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas** - Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas, garantindo as condições necessárias ao desenvolvimento institucional.

16. Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais - Disponibilizar instalações físicas e infraestrutura tecnológica adequadas às atividades de cada unidade, propiciando um ambiente de trabalho seguro e saudável, de forma a garantir o efetivo desempenho institucional.

21) Assegurar recursos e otimizar sua aplicação - Assegurar recursos orçamentários, financeiros e logísticos e otimizar a sua gestão e alocação de acordo com as prioridades institucionais.

Conforme será visto no decorrer deste Relatório de Gestão, a RFB, na busca de seus objetivos, tem cumprido sua missão e continua no alcance de sua visão. A RFB tem fornecido ao Estado recursos para o financiamento dos gastos públicos e do regime de previdência social, e tem prestado à sociedade um serviço de alta qualidade, o qual demonstra a sua busca constante por excelência em seus processos internos.

Estratégias Adotadas pela Unidade para Atingir os Objetivos Estratégicos

A RFB consolidou quatro instrumentos basilares, componentes de sua estratégia para o ciclo de 2012 - 2015, quais sejam: a **Cadeia de Valor**, o **Mapa Estratégico**, o **Painel de Desempenho** e o **Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais**.

A Cadeia de Valor é referência para vinculação dos Projetos Estratégicos Institucionais aos Macroprocessos, para efeitos de priorização.

O **Mapa Estratégico**, com a finalidade de evidenciar as estratégias adotadas para alcançar os objetivos estratégicos da RFB, destacou, entre seus 21 objetivos estratégicos, oito (8) deles, identificados no Mapa estratégico com uma borda verde, como “objetivos-batalha”, os quais foram selecionados em função de sua importância para a consecução da estratégia da RFB e acompanhados com atenção especial pela administração. Os objetivos batalhas estão assim distribuídos no Mapa: dois (2) da perspectiva Pessoas e Recursos, quatro (4) da perspectiva Processos Internos e dois (2) da perspectiva Resultados, a saber: Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais, Assegurar recursos e otimizar sua aplicação, Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento, Elevar a percepção de risco e a presença fiscal, Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros, Reduzir litígios tributários e aduaneiros, Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial, Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras

Quando da elaboração do Mapa estratégico, depois de estabelecidos a missão, visão e objetivos, foram associados aos objetivos estratégicos indicadores que pudessem ser ferramentas para determinar se a organização está alcançando seus objetivos estratégicos e avançando rumo à plena implementação de sua estratégia e, posteriormente, vinculada uma meta a cada indicador de gestão, a fim de indicar o quanto devemos melhorar em cada indicador.

Após a construção de um elenco de indicadores, outra estratégia considerada relevante pelos gestores da unidade para o atingimento dos objetivos estratégicos foi a construção de um Painel de desempenho.

O Painel de Desempenho, figura a seguir, é igualmente uma representação gráfica, porém mostra os 52 Indicadores Estratégicos que foram eleitos para verificar o grau de cumprimento dos Objetivos Estratégicos da RFB. Desses indicadores, 44 estão disponíveis para apuração e tiveram metas estabelecidas para o ano de 2013, excetuando dois que dependem de pesquisa de opinião realizada pela primeira vez ano passado. Entre os indicadores disponíveis para apuração, 32 são desdobráveis

até o âmbito regional, servindo como medida do desempenho das unidades regionais e locais no alcance dos objetivos relacionados.

PAINEL DE DESEMPENHO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 2013

RESULTADOS

Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial	Índice de atingimento da arrecadação potencial	Índice de realização da meta global de arrecadação		
Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras	Índice de adimplência do crédito tributário	Índice de adimplência das obrigações acessórias	Indicador de atividade de educação fiscal	Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação
Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade	Índice de fortalecimento do comércio exterior			
Aumentar a percepção de equidade na atuação da instituição	Índice de percepção de equidade			
Fortalecer a imagem da instituição perante a sociedade	Índice de inserções positivas da RFB na mídia	Índice de percepção da RFB pelo público externo		

PROCESSOS INTERNOS

Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Tempo de realização ou da finalização da cobrança administrativa do crédito tributário lançado de ofício	Índice de recuperação da cobrança	Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes	Tempo médio de contencioso de primeira instância	Tempo médio de contencioso em delegações de julgamento
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Indicador global de desempenho da seleção (IGDS)	Indicador global da fiscalização (IGF)	Indicador global da atividade de inteligência fiscal (IGIF)	Índice de qualidade da atividade de inteligência fiscal (IQAIF)	Índice global da fiscalização aduaneira (IGFA)
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	Grau de eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação	Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior (IGES)			
Reduzir litígios tributários e aduaneiros	Índice de solução de consultas	Percentual de apreciação de consultas e solução de divergências no contencioso	Índice de crédito tributário sub judice controlado em processos	Índice de litigância administrativa	Índice de variação da litigância judicial
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)	Indicador de tempo médio de estoque de restituições pendentes	Grau de fluidez do despacho de exportação	Grau de fluidez do despacho de importação	Tempo médio bruto no despacho aduaneiro de exportação
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	Índice de crédito tributário garantido				
Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira	Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira	Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira			
Aprimorar a participação da instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira	Grau de atendimento às demandas por estudos sobre política e legislação tributária aduaneira	Índice de atingimento da qualidade dos estudos setoriais			
Conhecer o perfil integral do contribuinte	Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)				
Fortalecer as relações institucionais	Grau de proatividade da RFB no estabelecimento de parcerias	Grau de cobertura dos convênios	Grau de ativação de convênios	Grau de inserção internacional	
Fortalecer a comunicação institucional	Nível de satisfação do público interno com a comunicação interna da RFB				

PESSOAS E RECURSOS

Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento		
Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais	Índice de adequação da lotação		
Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas	Índice de tempestividade das soluções de TI		
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Nível de adequação imobiliária (NAI)	Nível de adequação do ambiente informatizado às novas ferramentas (NAF)	Nível de adequação da infraestrutura tecnológica (NIT)
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)	Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio	Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos

Atualmente, todas as organizações, dentre elas a Receita Federal do Brasil - RFB, trabalham com programas e projetos não obstante a existência de limitações de recursos para a sua implementação. Nesse cenário, faz-se necessário otimizar a aplicação dos recursos de acordo com a estratégia adotada pela organização.

Na RFB, a execução da Estratégia se dá por meio de iniciativas estratégicas que são propostas, selecionadas, priorizadas e acompanhadas pelas unidades centrais, segundo as Metodologias de Gerenciamento de Projetos e de Gerenciamento de Portfólios da RFB. Deste conjunto de iniciativas, são escolhidas aquelas que serão acompanhadas diretamente pelo Gabinete do Secretário, compondo o **Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais** (figura a seguir). Como novidade deste processo de priorização para o novo ciclo, além do seguimento das orientações do Plano Plurianual – PPA 2012/2015 e do Mapa Estratégico da RFB para 2012-2015, houve a criação de “cestas” de projetos, conforme os Macroprocessos da Cadeia de Valor.

Projetos Estratégicos Institucionais da RFB	Descrição
*Projeto Gestão de Recursos	O Projeto Gestão de Recursos visa o alinhamento da proposta orçamentária da RFB gerando informações gerenciais para a obtenção dos créditos necessários para o atingimento dos objetivos estratégicos e a devida otimização dos recursos disponíveis. É composto de quatro subprojetos, sendo dois voltados para a fase de Planejamento (Alinhamento estratégico e Melhoria das informações para construção da proposta orçamentária anual), um para a Execução (Definição de critérios e forma de acompanhamento da execução das despesas) e o último, ligado à fase de Controle (Criação de relatórios de análise do Orçamento vis-à-vis a Estratégia).
*Ampliação da Segurança da Informação	Manter atualizada ferramenta de antivírus para a Receita, Elaborar e propor programa de conscientização dos servidores da Receita em Segurança da Informação, Substituir os dispositivos que armazenam os certificados digitais por novos com chave maior (2048 bytes), Implantar o programa de conscientização dos servidores da Receita em Segurança da Informação, Elaborar e propor programa de treinamento e capacitar continuamente os Gestores de Segurança da Informação, Ampliar a Solução de Conectividade e implantar controle de acesso a Rede, Elaborar e Propor Plano de Biometria conjugada com a Certificação Digital, Implantar Plano de Biometria conjugada com a Certificação Digital, Programa de Melhoria de qualidade da atividade de Cadastramento, Programa de Melhoria de qualidade da atividade de Agente de Registro, Implementar Auditoria externa nas entidades credenciadas na cadeia de certificação RFB, Contratação para Auditoria Independente dos PAGR credenciados junto ao ITI.
*Construção do Edifício Sede II do MF em Brasília e recuperação	Este projeto trata dos prédios do MF localizados nos três principais municípios do País, e com valor de obra/reforma

dos Edifícios Sede do MF no RJ e SP	<p>mais relevantes sob o ponto de vista orçamentário. Fazem parte do escopo deste projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Construção do Edifício-Sede II do Ministério da Fazenda em Brasília que abrigará RFB (UC, SRRF01, DRF, ALF e DRJ), PGFN e PRFN, CARF, COAF e CONFAZ. - Obras de recuperação completa e modernização dos Edifícios Sede do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro – RJ e em São Paulo – SP, incluindo os custos para deslocamento de parte dos servidores durante o período das obras. - Obras de construção de novos edifícios e ampliação de área de edifícios do MF nas capitais do RJ e SP. - Realização de estudos e viabilização de financiamento de novas obras por meio de Fundo de Investimento Imobiliário (FII), como alternativa no caso de que não haja recursos orçamentários disponíveis para execução da totalidade das obras previstas.
*Projeto de Integração Nacional - REDESIM	Concepção, desenvolvimento e implantação de uma solução de integração de cadastros, processos e procedimentos, relacionados à legalização de empresas e negócios, entre a RFB e os demais intervenientes no processo de simplificação e melhoria do ambiente de negócios do País.
*Projeto de Integração dos Cadastros da RFB - Novo CNPJ	Implantar um novo cadastro de Pessoa Jurídica que atenda às necessidades das diversas áreas de atuação da RFB com visão de modernidade, agilidade e integração com as demais administrações públicas.
*Prover a Coget de solução informatizada que permita melhorar a elaboração de estudos e simulações a partir das bases de dados da RFB - Sipet	Prover a Coget de uma ferramenta informatizada que permita a elaboração de estudos e simulações a partir das bases de dados da RFB.
*Implementar o Sistema @tos	Implementar sistema informatizado que agilize, ordene, controle, sistematize a elaboração de minutas de atos tributários (MP, IN, Portarias, etc) dentro da Receita Federal do Brasil e a revisão de minuta de atos tributários (MP, IN, Portarias, etc) provenientes de outros órgãos do poder executivo.
*m-RFB (Adequação do site da RFB para dispositivos móveis)	Desenvolver um aplicativo embarcado único para todos os dispositivos móveis existentes no mercado (celulares e tablets) permitindo que os contribuintes acessem as informações e serviços: Últimas Notícias, Agenda Tributária, Consulta CPF, Consulta CNPJ, Consulta MPF, Consulta Restituição, Viajantes ao Exterior, DBA.
*Implantação do Escritório de Processos da RFB	Este projeto objetiva implantar no âmbito da RFB uma unidade

	organizacional com atribuições de um Escritório de Processos corporativo.
*SCC – Pagamento Automático	Implantar sistemática para pagamento automático de restituição, ressarcimento e reembolso, incluindo verificação fiscal e efetivação de compensação de ofício quando necessário. Ressalta-se que as operações de verificação fiscal e compensação de ofício deverão considerar também as contribuições previdenciárias. Importante enfatizar que a sistemática implantada deverá atender às necessidades de pagamento de quaisquer sistemas utilizados na RFB para tratamento de pedidos de restituição, ressarcimento ou reembolso, a exemplo do SCC, Sief-Processos, Simples Nacional, Peres.
*SCC - Reintegra	Implantar funcionalidades que permitam a análise do direito creditório dos PER/DCOMP cujos créditos sejam decorrentes do Reintegra.
*Implantar o Sistema Requerimentos	Criação de ferramentas de tecnologia que possibilitem a solução mais célere dos litígios instaurados em face dos lançamentos da Malha Fiscal IRPF, contemplando padronização de impugnações, emissão de relatórios que permitam a seleção de lotes, triagem eletrônica, padronização e emissão de acórdãos, cálculo e informação eletrônica do resultado do julgamento.
*Siscomex Carga	Ampliar o escopo do sistema Siscomex para a informação da carga nos modais Terrestre e Aéreo.
*Projeto SISAM	Implantar sistema que aprimore a seleção de DI para verificação no despacho aduaneiro de importação, por meio do uso do aprendizado de máquina.
*Projeto SISCOME X EXPORTAÇÃO	Desenvolver uma nova versão do Siscomex Exportação, com vistas a modernizar sua plataforma tecnológica, reestruturando o sistema de forma a promover a simplificação e a racionalização de seus procedimentos, bem como a integração de dados e informações com os demais sistemas de comércio exterior da RFB.
*Projeto SISCOME X IMPORTAÇÃO	Desenvolver uma nova versão do Siscomex Importação em uma plataforma Web com acesso via Certificação digital, com vistas a modernizar sua plataforma tecnológica, simplificar e aperfeiçoar seus procedimentos e promover maior integração com os demais sistemas de comércio exterior da RFB.
*Programa GRANDE EVENTOS	Adequar e preparar os processos da RFB para atendimento da demanda decorrente de grandes eventos nos portos, aeroportos e fronteiras terrestres, compatibilizando as atribuições de segurança e controle aduaneiros com a agilidade e eficiência

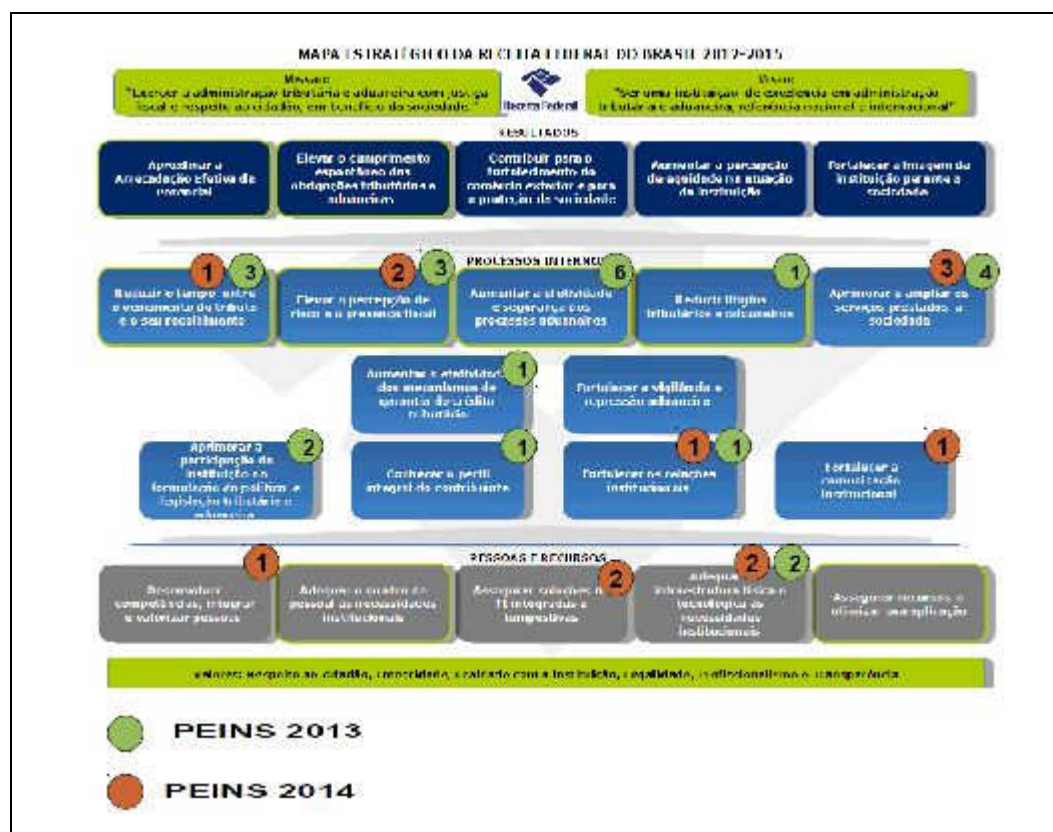
	esperadas pela sociedade.
*Programa Portal Único do Comércio Exterior - PCE	Integrar sistemas desenvolvidos nos últimos anos que permitirão construir um ambiente articulado, logisticamente funcional no comércio exterior e Desenvolver novas funcionalidades por meio de instrumentos de TI para permitir a integração e o compartilhamento de informações entre órgãos de controle no comércio exterior e com aduanas estrangeiras e outros órgãos de controle, signatários de acordos internacionais de cooperação e assistência mútua.
*SPED – EFD SOCIAL	Criar a Escrituração Fiscal Digital da Folha de Pagamento e Informações Fiscais Previdenciárias e Trabalhistas, com padronização das rubricas da folha de pagamento, de leiaute, de registro de empregados, vinculada a geração dos créditos tributários de contribuições previdenciárias para constituição e cobrança de tais créditos, substituindo gradualmente as obrigações acessórias atuais existentes no âmbito dos órgãos participantes.
*SPED – Integração	Identificar os sistemas internos da RFB que demandam integração com os dados do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) e das Escriturações Fiscais base RFB e promover as alterações tecnológicas para a utilização plena das informações e maior automação nas atividades de fiscalização, arrecadação e cobrança.
*SCC – Créditos Pis/Cofins	Implantar funcionalidades que permitam a análise do direito creditório dos PER/DCOMP cujos créditos sejam decorrentes da não-cumulatividade de PIS/Pasep e Cofins.
*PUC - Programa de Unificação dos Créditos	Unificar o Crédito Previdenciário (contribuição da empresa, contribuição do trabalhador e contribuições para terceiros) e Fazendário no SIEF.
*e-Processo	Implantar o processo administrativo fiscal integralmente digital, com uso da tecnologia GED e WORKFLOW, em todo o fluxo do crédito tributário, envolvendo RFB, Carf e PGFN.
*SIC – Programa Sistemas Integrados do Crédito Público	Implantar um conjunto de sistemas que auxilie o controle, a cobrança e o acompanhamento, por parte da RFB, PGFN e PGF, dos créditos tributários não inscrito e da Dívida Ativa da União e das Autarquias e Fundações Públicas Federais, no âmbito das cobranças amigável, administrativa e executiva, com transparência e homogeneidade, favorecendo a legitimidade do processo e integração das organizações. Esse conjunto de sistemas permitirá também o tratamento dos efeitos de decisões judiciais e administrativas de créditos públicos no âmbito das cobranças amigável, administrativa e executiva, garantindo a integração com os sistemas de

	acompanhamento judicial utilizado pelas Procuradorias.
*SINTER – Rede de Gestão Integrada de Informações Territoriais.	Desenvolver o Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais, banco de dados de gestão do território nacional em uma concepção multifinalitária, que se constituirá no inventário oficial e sistemático do território nacional, com tecnologia de sistemas de informações geográficas, integrando as informações jurídicas de imóveis, constantes dos registros eletrônicos provenientes dos serviços de registros públicos, com as informações físicas, cadastrais, fiscais e fundiárias relativas a imóveis urbanos e rurais.

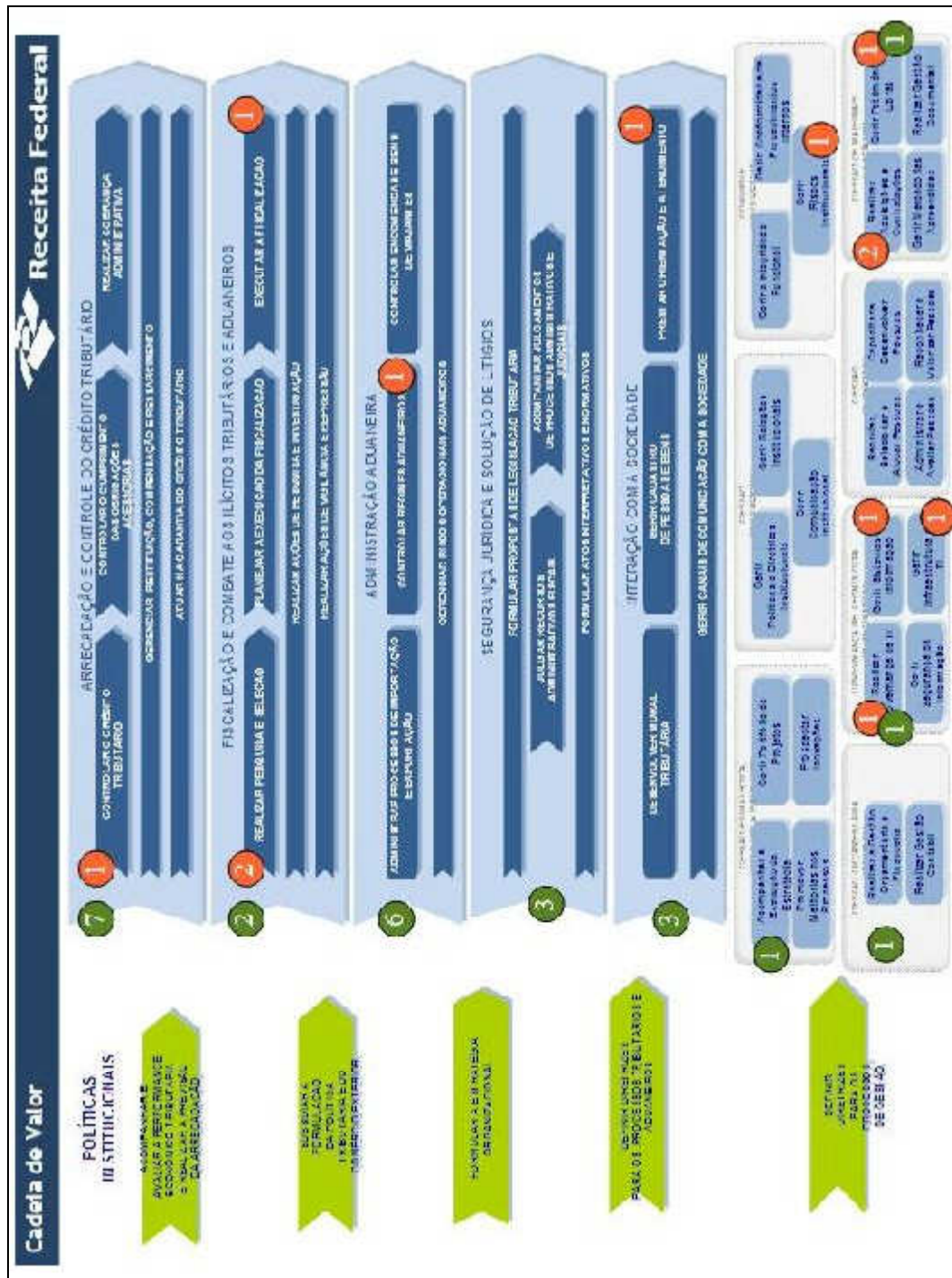
* Fonte: Copre 2014

* **Projetos Estratégicos Institucionais** - acompanhamento direto pelo Gabinete do Secretário, constituindo-se nos programas, projetos e ações de âmbito nacional e de natureza estruturante, de impacto direto no cumprimento das Metas Estratégicas

Os quadros apresentados a seguir mostram a quantidade de iniciativas estratégicas institucionais por Objetivo Estratégico no Mapa Estratégico e por Macroprocesso na Cadeia de Valor:



Fonte: Copre/Copav - 2014



Fonte: Copre/Copav - 2014

No que tange às estratégias de divulgação interna dos objetivos traçados, a RFB adotou várias formas de fazer com que o Planejamento estratégico permeasse toda a instituição, pois a Receita Federal tem bem presente que seus servidores devem conhecer os Marcos Institucionais, o Mapa Estratégico da organização, a Cadeia de Valor e o Portfólio de Projetos Institucionais.

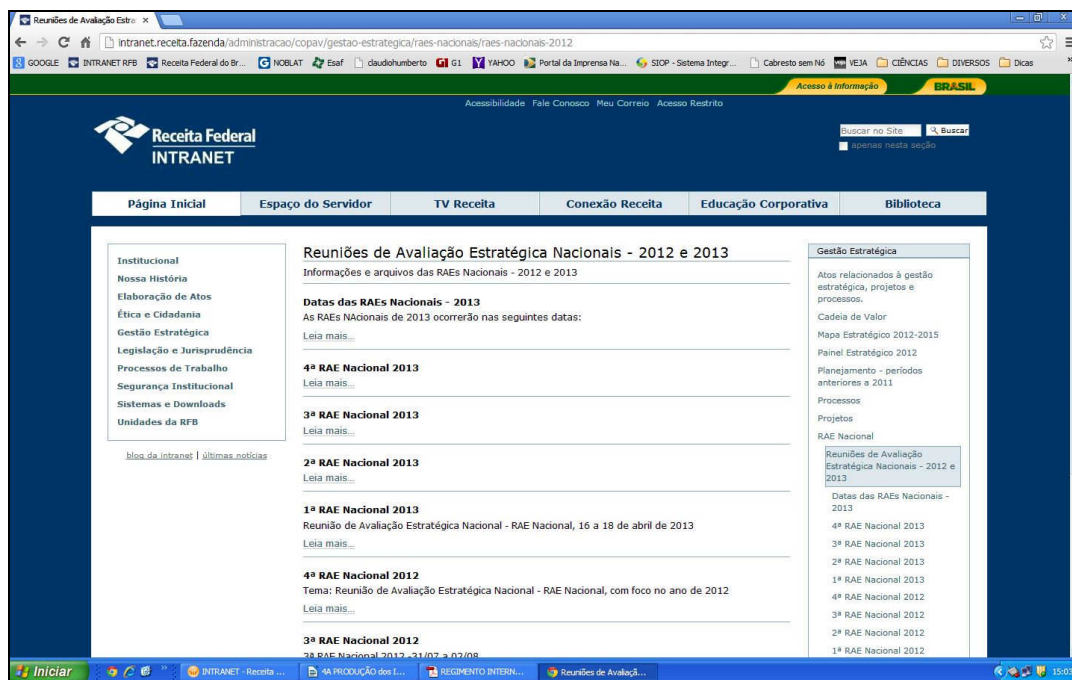
Neste sentido, elaborou-se um Plano de Comunicação da Estratégia que busca assegurar que, de algum modo, todos os servidores tenham acesso ao material do plano estratégico e que, também, tenham a percepção de sua importância para a instituição e que o mesmo se constitui em prioridade para a gestão da RFB.

Material de Divulgação:

- Cartaz do Mapa Estratégico;
- Cartaz da Cadeia de Valor;
- Calendário de mesa com apresentação dos marcos institucionais da RFB e imagens do Mapa Estratégico e da cadeia de Valor:



Quanto à divulgação dos resultados alcançados, através da Intranet da RFB (imagem a seguir), os servidores da casa podem através da categoria (*tag*) “acompanhar a execução da estratégia”, ter acesso, por exemplo, às apresentações que ocorrem nas Reuniões de Avaliação Estratégica - Nacional (RAE N), onde são avaliados os objetivos e indicadores estratégicos.



Fonte: Intranet da Receita Federal do Brasil – 05/02/2014

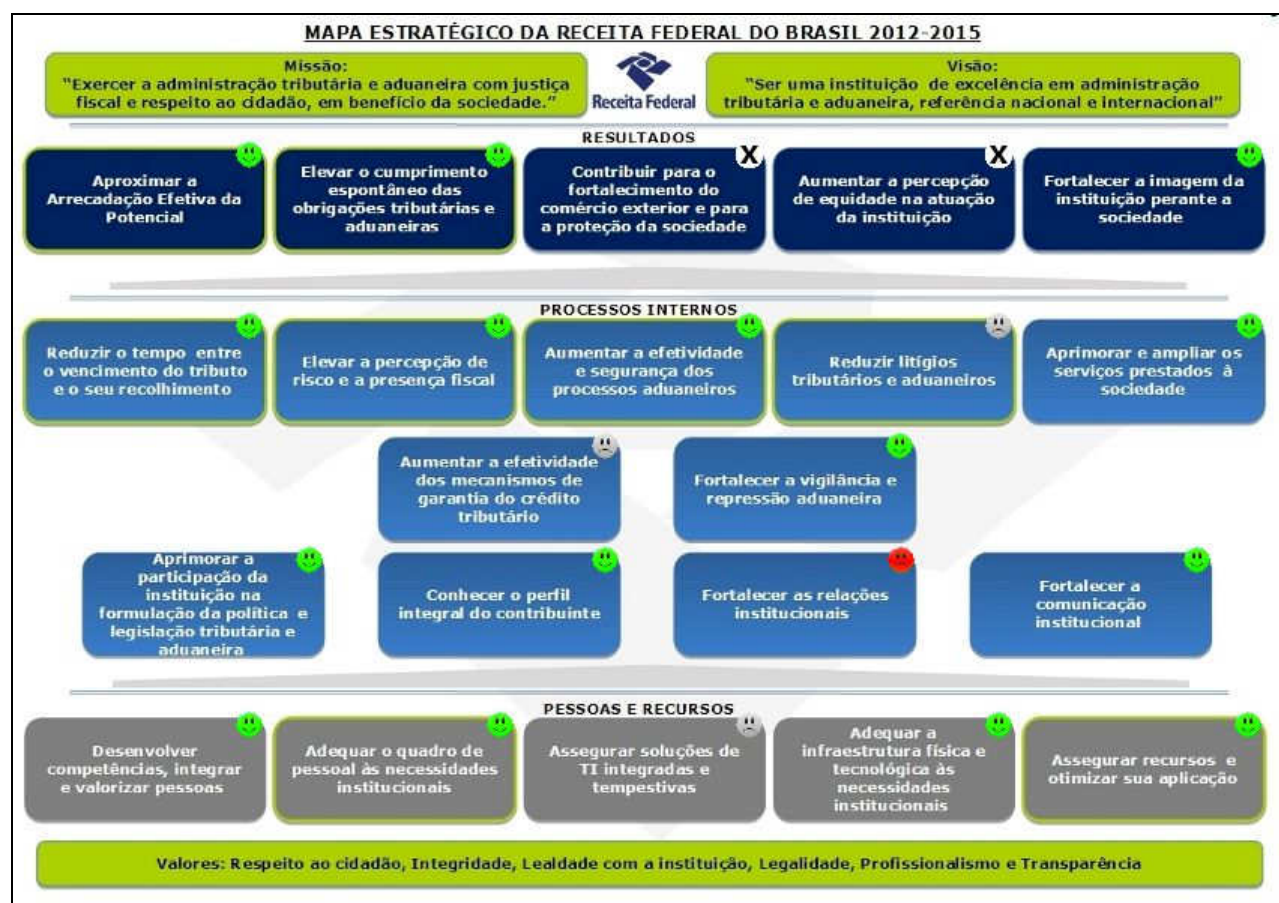
Demonstração da Execução do Plano de Metas ou de Ações para o Exercício

O acompanhamento dos resultados que a Instituição está obtendo, em relação às metas estabelecidas para cada um de seus indicadores estratégicos, em relação ao grau de realização dos Objetivos Estratégicos, assim como em relação à execução dos Projetos Estratégicos Institucionais, é feito ao longo de todo o ano.

A sistemática para tal acompanhamento e avaliação de resultados, no que se refere aos objetivos e indicadores, baseia-se num instrumento de comunicação visual (semáforos) que pretende sinalizar, de forma simples e de fácil compreensão, por meio de codificação por cores, como está o desempenho da Instituição e de suas unidades administrativas regionais.

Esses semáforos servem de base para elaboração das análises de desempenho das dimensões da gestão estratégica, para realização das reuniões de avaliação nos diversos níveis, e para o eventual redirecionamento da própria estratégia da Instituição. Eles funcionam como alerta para a possível ocorrência de situações que exigiriam cuidados e providências especiais, dando subsídios para a tomada de decisões.

Vemos, no Mapa Estratégico, ano de referência 2013, a seguir, os semáforos referentes a cada objetivo da RFB.



O semáforo verde indica que o objetivo está sendo atingido dentro do esperado; o amarelo, que o resultado está um pouco abaixo do esperado; o vermelho, que está muito abaixo do esperado; o cinza indica que o resultado está muito acima do esperado; o branco informa

que os indicadores que permitiriam a avaliação do resultado não estão disponíveis; o ponto de exclamação indica que não se está no período de avaliação; o ponto de interrogação indica que os resultados ainda não estão informados no sistema; e, finalmente, o “X” indica que o indicador teve resultados, mas não teve meta estabelecida.

De forma geral, os objetivos não apresentaram comportamento insatisfatório. Somente o objetivo estratégico “Fortalecer as relações institucionais” apresenta uma situação muito abaixo da esperada (semáforo vermelho). Contudo, isso se deve ao fato de que o referido objetivo, não obstante seja medido por quatro indicadores, teve seu resultado influenciado apenas por um indicador com semáforo vermelho, uma vez que os outros três estavam com status “não disponível”.

Para uma leitura mais aprofundada dos resultados da instituição do que ocorreu no ano de 2013 com cada objetivo, torna-se necessário uma análise dos indicadores estratégicos que estão por trás de cada objetivo. Neste sentido, recorrendo-se ao Painel de desempenho (figura a seguir – Fonte: Sage 06/02/2013), é possível verificar, indicador a indicador o que está influenciando mais decisivamente a realização de cada objetivo estratégico (os indicadores estão detalhados no item 2.3).

O Painel de Desempenho é uma representação gráfica mostrando os 52 Indicadores Estratégicos que foram eleitos para verificar o grau de cumprimento dos Objetivos Estratégicos da RFB. Desses indicadores, 44 estão disponíveis para apuração e tiveram metas estabelecidas para o ano de 2013, excetuando dois que dependem de pesquisa de opinião realizada pela primeira vez ano passado. Entre os indicadores disponíveis para apuração, 32 são desdobráveis até o âmbito regional, servindo como medida do desempenho das unidades regionais e locais no alcance dos objetivos relacionados.

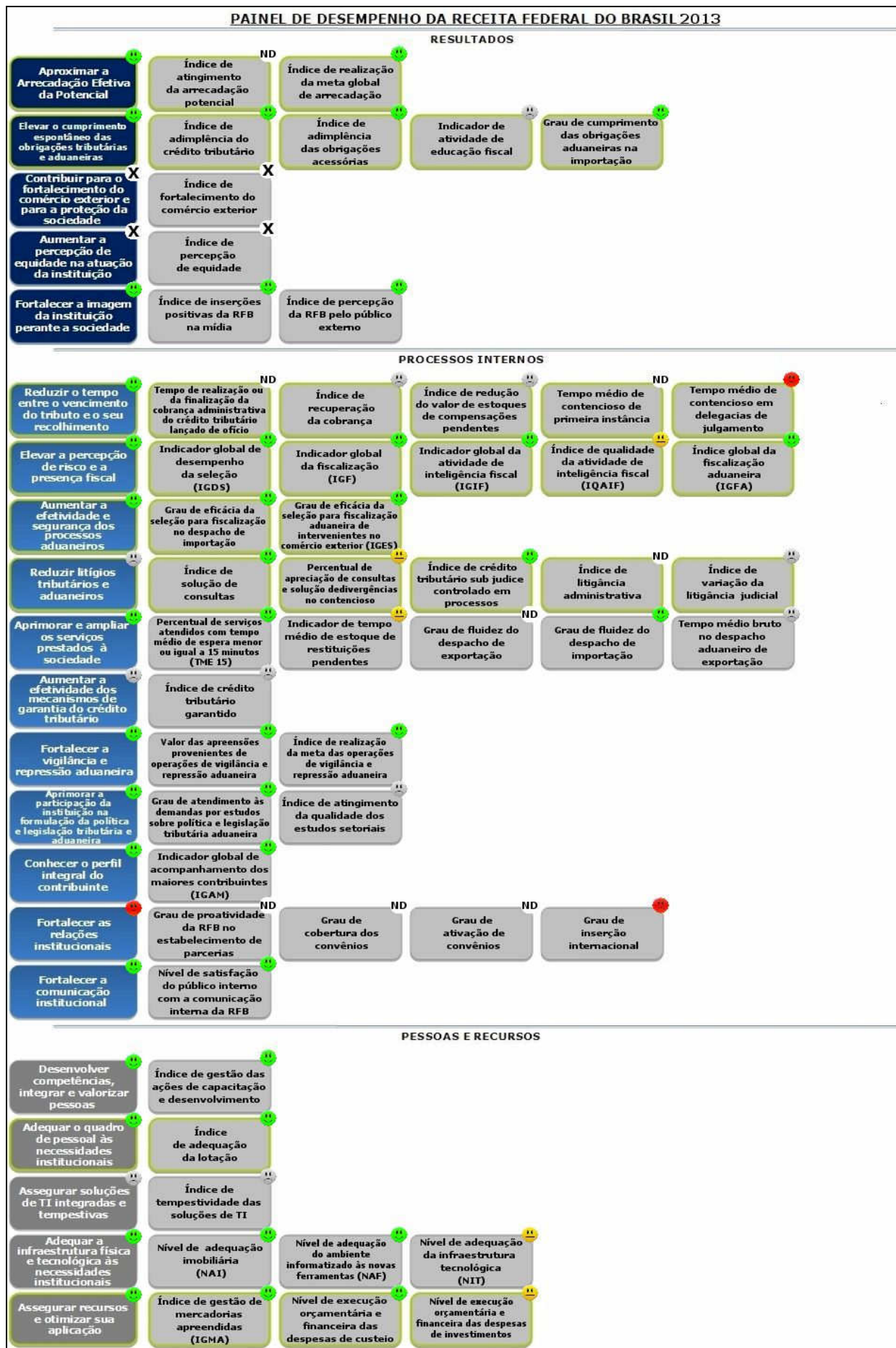
O Painel de desempenho da Receita Federal do Brasil – 2013, mostra a seguinte situação:

- Total de Indicadores Estratégicos – 52;
- Indicadores Estratégicos não disponíveis – 8 (1 na perspectiva Resultados e 7 na Processos Internos);
- Indicadores Estratégicos sem meta estabelecida – 2 (2 na perspectiva Resultados);
- Indicadores Estratégicos com análise de resultados – 40 (4 na perspectiva Resultados, 21 na Processos Internos e 9 na perspectiva Pessoas e Recursos).

Dos 42 indicadores, cujo grau de atingimento da meta pode ser visto no Painel abaixo, temos:

- Indicadores Estratégicos com resultado dentro do esperado (semáforo verde) – 27 (6 na perspectiva Resultados, 15 na Processos Internos, 6 na Pessoas e Recursos);
- Indicadores Estratégicos com resultado um pouco abaixo do esperado (semáforo amarelo) – 5 (3 na perspectiva Processos Internos e 2 na Pessoas e Recursos);
- Indicadores Estratégicos com resultado muito abaixo do esperado (semáforo vermelho) – 2 (2 na perspectiva Processos Internos), a saber: Tempo médio de contencioso em delegacia de julgamento e Grau de inserção internacional; e
- Indicadores Estratégicos com resultado muito acima do esperado (semáforo cinza) – 8 (1 na perspectiva Resultados, 6 na Processos Internos e 1 na Pessoas e Recursos).

PAINEL DE DESEMPENHO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 2013



Neste processo de avaliação dos resultados, dando continuidade aos procedimentos de avaliação alavancados em 2012, foram realizadas, com referência ao ano de 2013, doze Reuniões de Avaliação Estratégica (RAE), sob a tutela do Gabinete da RFB:

- Oito reuniões das Unidades Centrais, com pauta voltada, prioritariamente, para o acompanhamento dos projetos estratégicos institucionais, avaliando em que medidas as ações foram executadas; e
- Quatro reuniões Nacionais, com participação dos administradores das unidades centrais (Subsecretarias e Coordenações) e regionais (Superintendências), avaliando em que medida as metas foram alcançadas, bem como os motivos e justificativas para o não atingimento das metas estabelecidas.

Na 1ª Região Fiscal foram realizadas 4 (quatro) reuniões de avaliação estratégica (presencial e videoconferência) com as unidades locais, subsidiando a administração da região fiscal nas reuniões de avaliação estratégica nacional

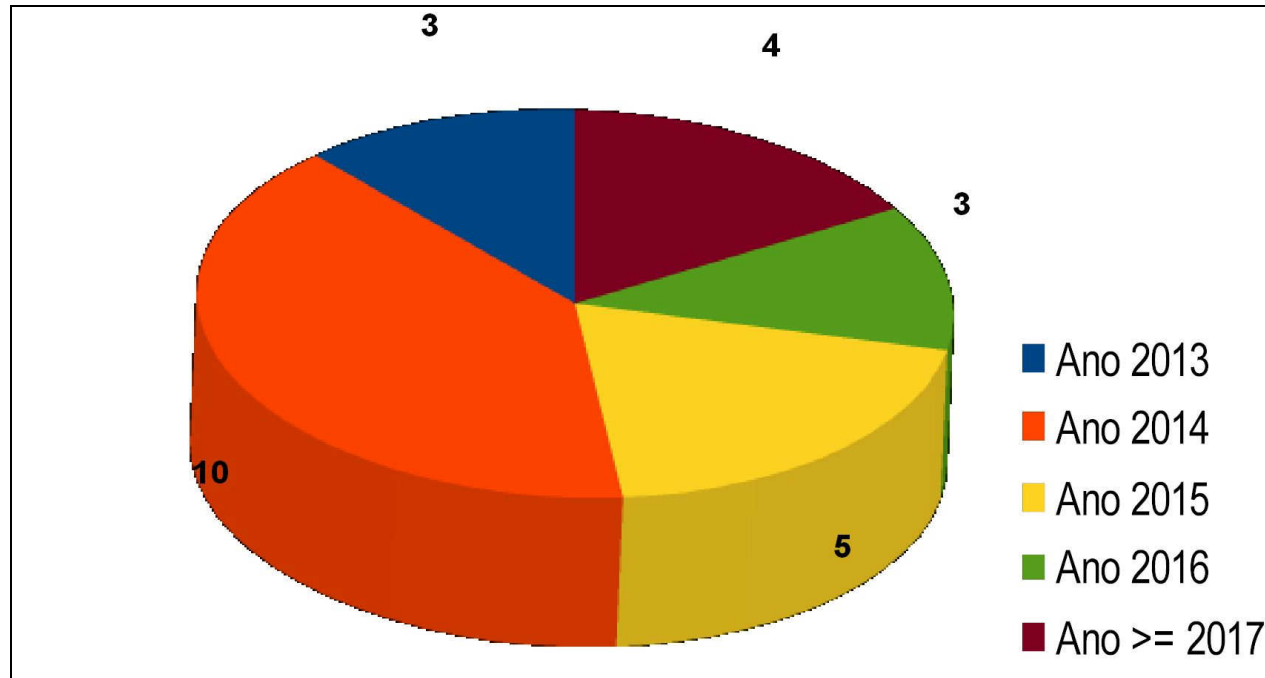
Avaliação de Desempenho dos Projetos Estratégicos Institucionais quanto à previsão de encerramento, percentual executado e status.

Objetivos estratégicos	Projetos Estratégicos Institucionais
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	*Projeto Gestão de Recursos
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	*Ampliação da Segurança da Informação *Construção do Edifício Sede II do MF em Brasília e recuperação dos Edifícios Sede do MF no RJ e SP
Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas	-
Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais	-
Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	-
Fortalecer a comunicação institucional	-
Fortalecer as relações institucionais	*Projeto de Integração Nacional – REDESIM
Conhecer o perfil integral do contribuinte	*Projeto de Integração dos Cadastros da RFB – Novo CNPJ
Aprimorar a participação da instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira	*Prover a Coget de solução informatizada que permita melhorar a elaboração de estudos e simulações a partir das bases de dados da RFB – Sipet *Implementar o Sistema @tos
Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira	-
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	*SINTER – Rede de Gestão Integrada de Informações Territoriais

Objetivos estratégicos	Projetos Estratégicos Institucionais
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	*m-RFB (Adequação do site da RFB para dispositivos móveis) *Implantação do Escritório de Processos da RFB *SCC – Pagamento Automático *SCC – Reintegra
Reduzir litígios tributários e aduaneiros	*Implantar o Sistema Requerimentos
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	*SISCOMEX Carga *Projeto SISAM *Projeto SISCOMEX EXPORTAÇÃO *Projeto SISCOMEX IMPORTAÇÃO *Programa GRANDE EVENTOS *Programa Portal Único do Comércio Exterior - PCE
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	*SPED – EFD SOCIAL *SPED – Integração *SCC – Créditos Pis/Cofins
Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	*PUC - Programa de Unificação dos Créditos *e-Processo *SIC – Programa Sistemas Integrados do Crédito Público

* Fonte: Copre/Copav 2014

1. Previsão de Encerramento:



Fonte: Sistema Clarity PPM v13. Dados extraídos em 07/01/2014

O gráfico acima demonstra que a maioria dos projetos tem previsão de encerramento no ano de 2014, porém muitos deles (50%) têm a previsão de encerramento em dezembro de 2014, o que deve propiciar revisões nas estimativas de prazo, aumentando a previsão de projetos a serem entregues nos anos seguintes.

2. Percentual Executado:

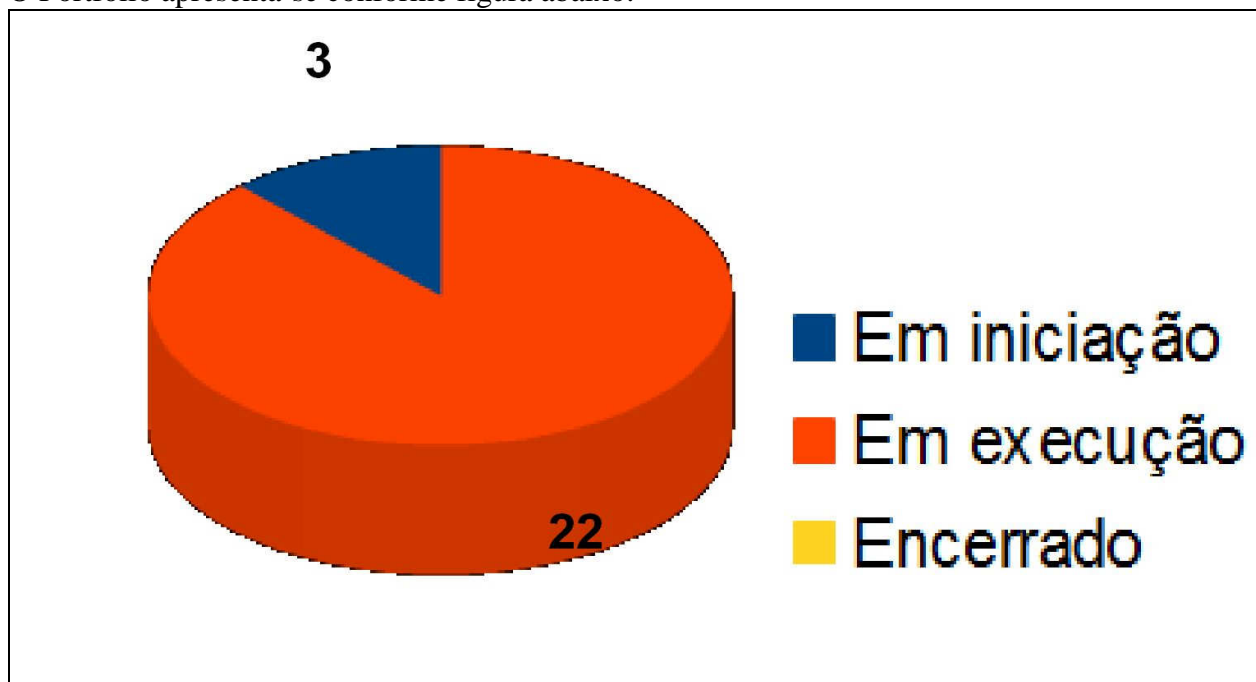
A tabela abaixo demonstra as datas de início e previsão de término, além do % executado de cada um dos projetos estratégicos institucionais.

	Projetos Estratégicos Institucionais	Área	Início	Término	%
Mandatório	Grandes Eventos	Suari	03/01/11	31/12/14	25%
	SCC - Pis/Cofins	Suara	07/07/08	16/01/15	90%
	SCC - Reintegra	Suara	19/09/11	11/04/14	77%
	SIC - Programa Sistemas Integrados do Crédito Público	Suara	07/02/01	27/12/19	50%
Arrecadação e Controle do Crédito Tributário	PUC	Suara	01/03/10	30/04/03	51%
	SCC - Pagto Autom.	Suara	03/05/10	03/05/13	76%
Fiscalização e combate aos ilícitos tributários e aduaneiros	Sped Integração	Sufis	01/06/09	29/03/13	32%
	Sped - EFD Social	Sufis	01/07/10	07/01/15	30%
Administração Aduaneira	Sisam	Suari	15/02/10	09/05/14	66%
	Siscomex Exportação	Suari	02/06/10	30/06/14	88%
	Siscomex Importação	Suari	08/06/10	31/12/14	100%
	Siscomex Carga	Suari	01/01/04	17/07/17	30%
	Programa Portal Único do Comércio Exterior - PCE	Suari	01/01/04	24/11/23	3%
Segurança Jurídica e Solução de Litígios	Sipet	Sutri	18/02/11	30/05/14	88%
	Requerimentos	Sutri	07/06/11	13/04/15	0%
	Sistema @TOS	Sutri	18/02/11	31/12/14	42%
Interação com a sociedade	Novo CNPJ	Suara	03/10/11	31/12/14	19%
	Redesim	Suara	05/07/11	14/11/16	42%
	SINTER	Suara	01/03/13	31/12/16	100%
	m-RFB	Sucor	19/03/12	28/02/15	45%
Gestão	Gestão de Recursos	Sucor	01/07/09	31/07/15	46%
	Seg. da Inform.	Sucor	01/08/10	31/01/14	95%
	Escritório de Processos	Copav	01/02/11	31/12/13	69%
	e-Processo	Suara	27/02/06	31/12/14	83%
	Construção e Recuperação de Edifícios do MF	Sucor	03/09/12	23/12/16	29%

Fonte: Sistema Clarity PPM v13. Dados extraídos em 07/01/14

3. Status:

O Portfólio apresenta-se conforme figura abaixo:



Fonte: Sistema Clarity PPM v13. Dados extraídos em 07/01/2014

Os programas Sistema @TOS, Grandes Eventos e Portal Siscomex encontram-se em fase de iniciação. Demais projetos estão em fase de execução.

B) PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA 1ª REGIÃO FISCAL (âmbito Regional)

O Planejamento Estratégico no âmbito da 1ª Região Fiscal, denominado Planejar, está alinhado com o planejamento institucional da RFB

Visão Estratégica Regional:

Conjugar os esforços de todos os colaboradores, com vistas a cumprir com eficácia a missão da RFB na 1ª Região Fiscal, promovendo para tanto as melhorias pessoais e conjunturais necessárias.

Objetivo Geral:

Maximizar os recursos disponíveis na Região, com vistas à otimização de sua eficiência, na busca de uma administração tributária eficaz.

Objetivos Específicos:

São objetivos específicos da implementação do processo de planejamento, avaliação e controle da administração tributária na Região Fiscal: a) contribuir para o aperfeiçoamento da administração tributária na Região; b) otimizar o cumprimento das metas da RFB, no âmbito da

Região; c) disseminar a cultura de planejamento, avaliação e controle de ações na Região; d) colaborar para a melhoria das pessoas da organização.

Planejamento Estratégico:



Utilizando os Objetivos Gerais e indicadores institucionais do Mapa Estratégico, cada unidade elabora sua proposta de Painel de Contribuição do Mapa Estratégico.

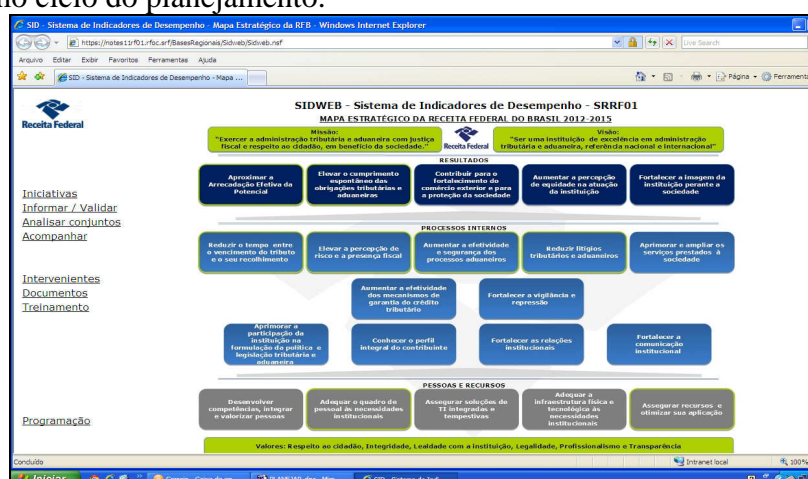
O Painel de Contribuição é constituído por indicadores e metas regionais ou locais, alinhados aos indicadores e metas nacionais, e validados pelo Superintendente.

A proposta dos Painéis de Contribuição das unidades, composto por metas e indicadores das diversas áreas, são analisadas nas Unidades, em conjunto, para análise e verificação da sua factibilidade, sob aspectos como peculiaridades locais, disponibilidades de recursos, conjuntura local, entre outros. Realizada a análise e sugeridos os ajustes necessários, a alta administração da Região reúne-se para a convalidação do Painel de Contribuição, mediante consenso dos participantes, obedecidas as diretrizes nacionais e regionais.

Acompanhamento

O Sistema de Indicadores de Desempenho – SIDWEB é a ferramenta de acompanhamento e gestão do Planejamento da Superintendência Regional da Receita Federal na 1ª Região Fiscal.

O Sistema possibilita o controle da iniciativas (projetos, ações e atividades), metas e indicadores estratégicos, no âmbito regional e local, para que os atores possam verificar o resultado de seu trabalho, propiciando a adoção tempestiva de ações corretivas e/ou informações para próximo período ou próximo ciclo do planejamento.



2.2 - Informações sobre outros resultados da gestão

Indicador: Índice de realização da meta global de arrecadação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sutri/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	99,61	99,16	98,44	98,35	98,50	98,73	98,25

- **Finalidade:** Mensurar o grau de realização da meta global de arrecadação definida no processo orçamentário como sendo a estimativa de ingressos constante dos decretos de execução do orçamento.
- **Fórmula de cálculo:** [(Arrecadação realizada em p no ano X) / (meta de arrecadação em p no ano X) x 100].
- **Fonte dos Dados:** DW-Arrecadação e Decretos de Execução do Orçamento.
- **Análise de Desempenho**
- **Situação atual:**

Em termos nominais, a arrecadação global acumulada da Região Fiscal em 2013 atingiu o montante de R\$ 125.266 milhões, uma fatia de 11,46% da Arrecadação-Brasil. O crescimento nominal de R\$ 11.843 milhões, correspondeu ao percentual de 10,44% em comparação com o montante de R\$ 113.424 milhões arrecadados em 2012. Em relação à meta de arrecadação os números alcançados pela 1ª Região Fiscal ficaram 1,75% abaixo da previsão.

A arrecadação fazendária registrou um valor de R\$ 94.464 milhões, que correspondeu a uma elevação de R\$ 8.150 milhões em relação ao somatório dos recolhimentos obtidos em 2012, que totalizaram R\$ 86.314 milhões. Em relação à realização da meta, embora tenha apresentado crescimento nominal de 9,44% nos totais arrecadados, o resultado ficou R\$ 2.734 milhões (-2,81%) abaixo da previsão.

A arrecadação das receitas previdenciárias somou R\$ 30.802 milhões, um aumento de R\$ 3.693 milhões em comparação com os R\$ 27.109 milhões arrecadados em 2012. O resultado apontou para uma variação positiva nominal de 13,62%. Em relação aos valores previstos nota-se que a previsão de arrecadação foi superada em 1,66%.

Pontos críticos:

- 1) Desonerações tributárias implementadas após o encerramento dos trabalhos de Previsão da Arrecadação.
- 2) CPSSS e IRRF Trabalho, tributos com participação relevante na arrecadação da 1ª Região Fiscal, apresentando metas bem acima da capacidade de realização em função da projeção de crescimento da Folha da União ter sido superestimada.

Encaminhamentos:

Não há.

Observações:

Não há.

Indicador: Índice de adimplência do crédito tributário

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	97,50	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
98,70	98,00	98,00	98,10	97,80	98,00	98,00	97,90	97,90	97,90	97,80	97,90

- **Finalidade:** Medir a relação entre os pagamentos efetuados no mês do vencimento e os pagamentos que deveriam ter sido realizados no mês do vencimento.
- **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre o montante pago no mês do vencimento do crédito tributário (excluído lançamento de ofício) e os débitos declarados relativos a esse mês (montante pago no mês + saldos a pagar).
- **Fonte dos Dados:** DW Arrecadação, DW DCTF, Sistema Sinal, DW Pagamentos, DW Siga PJ, Informar, PAEX e Sief-Processo.

Análise de Desempenho**Situação atual:**

Este indicador está atualizado somente até novembro, portanto, de janeiro a novembro/2013 a RF01 atingiu a meta prevista em todos os meses, mantendo média de 98% versus meta de 97,5%, acima da média nacional que foi de 95,8%. Esse resultado foi decorrente de ações de diversas áreas, tais como: acompanhamento dos maiores contribuintes, Educação Fiscal, Fiscalização, Cobrança, Comunicação Social, Atendimento, etc. Cite-se, como exemplo na área de arrecadação e cobrança, o fluxo de intimações automáticas, a implantação do sistema Omissos, a malha DCTF, o pagamento com cartão de débito/crédito, a cobrança de débitos indevidamente suspensos com a utilização fraudulenta de títulos públicos e aplicação medidas coercitivas previstas na Cobrança Especial.

Pontos críticos:

Não há.

Encaminhamentos:

Não há.

Observações:

Não há.

Indicador: Índice de adimplência das obrigações acessórias

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	97,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
97,78	97,64	97,67	97,70

- **Finalidade:** Medir a relação entre o número de declarantes e o número total de obrigados às declarações constitutivas de crédito tributário.
- **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre o número de declarantes e o número total de obrigados às declarações constitutivas de crédito tributário.
- **Fonte dos Dados:** Sistema Omissos.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

A RF01 obteve ótimos resultados em todos os trimestres, acima da meta prevista, com média de 97,7% versus meta de 97%. Este indicador mede a omissão referente à entrega de DIRPF com base no sistema Omissos, que apresenta parametrização nacional.

Pontos críticos:

Não há.

Encaminhamentos:

Não há.

Observações:

Não há.

Indicador: Indicador de atividade de educação fiscal

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Número relativo	Positiva	528,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
161,53	394,49	523,79	610,35

- **Finalidade:** Aferir o esforço da RFB na realização de eventos de educação fiscal que contribuam para a estratégia institucional, ponderando-os em razão da aderência às diretrizes institucionais, ao público-alvo e ao tipo de evento.
- **Fórmula de cálculo:** Quantidade de eventos realizados com a participação da RFB x peso definido pela Coaef.
- **Fonte dos Dados:** Planilhas preenchidas pelos representantes de educação fiscal em cada região fiscal.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

A 1ª RF superou a meta em 15%, realizando 608,36 pontos em eventos.

As ações relacionadas ao marketing externo (divulgação de orientação tributária) sobretudo por ocasião do PIR) representaram 52% de todos os eventos desenvolvidos pelas Unidades (exceto Inspetorias e Alfândega). Tiveram desde os projetos ligados ao atendimento como “Ônibus da Cidadania (Goiânia e Anápolis): “Receita Federal na sua Cidade (Campo Grande, Dourados e Cuiabá). Esses projetos levaram atendimento e cidadania fiscal a várias comunidades, contribuindo ao processo de municipalização da Educação Fiscal. Algumas Unidades desenvolveram ações junto às escolas/universidades, tais como,: Alfândega/Brasília, com o projeto “Cidadania Participativa nas Escolas”; IRF/Corumbá; DRF/ Goiânia e Superintendência, com “Cidadania: Receita do dia a dia”.

Pontos críticos:

Apesar de ter atingido a meta, a 1ª RF padeceu da falta de recursos financeiros para execução dos serviços relacionados à Educação Fiscal, principalmente impedindo o deslocamento de servidores para realizar eventos em municípios distantes das sedes. Outro ponto crítico é a carência de servidores para realizar essa atividade.

Encaminhamentos:

Algumas Delegacias nomearam representantes de Educação Fiscal para desempenhar ou acompanhar as atividades na unidade.

Observações:

Não há.

Indicador: Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	70,10	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
82,61	69,66	72,52	72,32	72,20	71,43	71,47	70,38	69,76	69,46	70,58	71,59

- **Finalidade:** Medir o cumprimento das obrigações aduaneiras na importação.
- **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre as declarações aduaneiras de importação, selecionadas para controle por aleatoriedade, não retificadas, desembaraçadas no mês e as declarações aduaneiras de importação selecionadas para controle por aleatoriedade, desembaraçadas no mês.
- **Fonte dos Dados:** Siscomex (DW Aduaneiro).
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

A 1ª RF atingiu 102,02% da meta anual (71,59).

Pontos críticos:

Tendo em vista que o número de DI selecionadas para controle por aleatoriedade foi fortemente reduzido nos recintos aduaneiros da 1ª RF, as possibilidades de gestão do indicador pelas unidades descentralizadas são limitadas e as ações da RFB só podem impactar indiretamente os resultados do indicador, que dependem principalmente do comportamento dos importadores e seus representantes.

Observações:

Espera-se que com a implementação do exame de qualificação técnica para Despachantes Aduaneiros, previsto no Regulamento Aduaneiro, haja melhora na qualidade dos trabalhos desses profissionais e melhora no indicador.

Indicador: Índice de recuperação da cobrança

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara	Percentual	Positiva	12,19	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
12,19	11,50	11,50	11,50

- **Finalidade:** Mensurar o conhecimento da população em relação à missão, à visão e aos valores da RFB.
- **Fórmula de cálculo:** Média ponderada (de 1 a 5) das respostas (de 1 a 5) referentes a 10 perguntas da Pesquisa de Imagem da RFB e Satisfação com o Atendimento
- **Fonte dos Dados:** Pesquisa de opinião
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

O resultado do indicador não contempla as ações do 4^a trimestre.

Da carteira de cobrança enviada pela Codac até jan/2013, aproximadamente 40% dos processos foram enviados à PFN após tentativa de recuperação administrativa; 30% continua em cobrança, 01 foi suspenso por medida judicial; 03 parcelaram e houve 01 depósito judicial.

Pontos críticos:

Para executar a cobrança administrativa nos moldes da NE Codac nº 03/2012 é necessário maior conhecimento do perfil do contribuinte.

Encaminhamentos:

Buscar solução para os atuais pontos críticos, de modo que haja um fortalecimento implementação da cultura da cobrança diferenciada.

Observações:

Não há.

Indicador: Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	35,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
8,75	17,50	26,25	59,40

- **Finalidade:** Medir a redução do valor do estoque de compensações pendentes, declaradas nos últimos 5 anos.

- **Fórmula de cálculo:** $[(\text{Saldo inicial DCOMP} - \text{saldo atual DCOMP}) / (\text{saldo inicial DCOMP})] \times 100$.
- **Fonte dos Dados:** DW-PER/DCOMP.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

A meta para 2013 era de redução de 35% do valor do estoque de compensações pendentes em 31.12.12. Até o final de 2013 atingimos 59,4% de redução, sendo que a média nacional foi de 53,8%.

Pontos críticos:

O resultado deste indicador foca mais no valor que nos fatores de risco.

Encaminhamentos:

Separação das percomp em grupos de maiores valores e de fatores de risco.

Observações:

Indicador: Indicador global de desempenho da seleção (IGDS)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sufis/RFB	Percentual	Positiva	85,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
95,00	92,86	45,26	44,47	44,33	44,58	44,30	44,88	60,07	60,27	60,61	85,79

- **Finalidade:** Medir o desempenho global da seleção da ação fiscal.
- **Fórmula de cálculo:** $(S \times 0,5) + (R2 \times 0,5)$.
- **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal e Portal Copes.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

1. Para uma meta anual de 85%, o alcance do IGDS na 1ª RF ao final do 4º trimestre de 2013 foi de 85,79%.

2. Os indicadores que compõem o IGDS são:

2.1 – Indicador “S”, que representa o somatório dos indicadores S1 a S5 conforme incisos IX a XIII do art. 3º da Portaria RFB/Sufis nº 327. Estes indicadores, em síntese, representam as quantidades de dossiês provisórios cadastrados para cada tipo de contribuinte (PJ Dif, PJ Médias, PJ Demais, PF – ECC ou Diferenciado e PF Demais) em relação às metas anuais de seleção desses contribuintes ponderados pelas horas médias previstas para os procedimentos de fiscalização correspondentes.

2.2 – Indicador R2, que é a relação entre o total de procedimentos de fiscalização de seleção interna encerrados com resultado e o total de procedimentos de fiscalização de seleção interna encerrados com exame no período.

2.3 - De acordo com o art. 3º, §7º da Portaria RFB/Sufis nº 327, de 14/03/2013, a meta para o indicador S é de 80% para dezembro. Conforme o art. 5º, §2º dessa Portaria a meta do indicador R2 é 90%.

3 – O desempenho da 1ª RF no indicador S foi de 80%, ou seja, atingiu integralmente a meta proposta.

4 - Quanto ao indicador R2, para um meta de 90%, o desempenho da 1ª RF foi superior a totalidade da meta estipulada uma vez que o alcance foi de 91,58%.

Pontos críticos:

Com a implantação do Webprog, novo sistema para cadastramento de dossiês provisórios, houve alguns problemas pontuais no cadastramento, principalmente na apuração dos quantitativos de dossiês integrados, isto é, aqueles que englobam programação de matéria previdenciária e fazendária.

Encaminhamentos:

Programou-se para o ano de 2014 treinamento na ferramenta Webprog, tendo em vista que 2013 foi o primeiro ano de uso da nova ferramenta.

Observações:

Não há.

Indicador: Indicador global da fiscalização (IGF)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sufis/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
4,90	12,30	24,40	33,00	41,10	50,70	57,30	64,80	73,70	80,80	89,70	102,30

- **Finalidade:** Medir o desempenho global da fiscalização sob as vertentes da presença fiscal, da constituição do crédito tributário e do desempenho das ações fiscais.

- **Fórmula de cálculo:** (Índice de Desempenho da Fiscalização IDF x 0,70) + (Índice de Realização de Crédito Tributário ICT x 0,05) + (Índice de Presença Fiscal IPF x 0,25).
- **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

1. INDICADOR GLOBAL DE FISCALIZAÇÃO - IGF

1.1 O alcance do IGF da 1ª RF no 4º trimestre de 2013 foi de 102,3% .

1.2. Considerando individualmente os componentes do IGF, verifica-se que a 1ª RF superou a meta de 100% no IDF e no ICT. Por outro lado, o alcance do IPF foi inferior à totalidade da meta proposta, posicionando-se 6,1 pontos percentuais abaixo da média nacional.

2. INDICADOR DE DESEMPENHO DA FISCALIZAÇÃO - IDF

2.1. O IDF tem o peso de 70% no cálculo do IGF. É obtido pela relação entre os procedimentos executados em relação ao que foi montante planejado, ambos ponderados pela hora média de cada um dos procedimentos.

2.2. O desempenho da 1ª RF para o ano de 2013 em relação ao IDF foi de 104,8%.

3. INDICADOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - ICT

3.1. O ICT tem o peso de 5% no cálculo do IGF. É obtido pela média de créditos tributários lançados no último triênio acrescidos de 10%

3.2. O desempenho da 1ª RF para o ano de 2013 em relação ao ICT foi de 145,4%.

4. INDICADOR DE PRESENÇA FISCAL - IPF

4.1. O IPF tem o peso de 25% no cálculo do IGF. É obtido pelo percentual de contribuintes submetidos a determinados procedimentos realizados pela fiscalização em relação ao total.

4.2. O desempenho da 1ª RF para o ano de 2013 em relação ao IPF foi de 86,8%.

4.3. Mesmo aumentando o número de RPF encerrados por Auditor em 24,1%, resultado este obtido da comparação entre o realizado nos anos 2013 e 2012, ainda assim o índice de presença fiscal é insatisfatório e destoa dos demais índices alcançados pela 1ª RF em razão do baixo quantitativo de AFRFB em relação ao número global de contribuintes.

4.4. Para efeitos comparativos, para cada AFRFB com meta de fiscalização na 1ª RF há um quantitativo de 19.186 contribuintes. A média Brasil é de 01 AFRFB para cada 13.053 contribuintes.

Pontos críticos:

Carência de servidores nas demais áreas da RFB e a dificuldade dos gestores em aumentar o quantitativo de auditores na fiscalização.

Encaminhamentos:

Não há

Observação:

Não há.

Indicador: Índice global da fiscalização aduaneira (IGFA)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
23,40	54,60	80,70	99,30

- **Finalidade:** Medir o desempenho global da fiscalização aduaneira sob as vertentes da presença fiscal, da constituição do crédito tributário e do desempenho das ações fiscais
- **Fórmula de cálculo:** (Índice de Presença Fiscal Aduaneiro IPFA x 0,25) + (Índice de Crédito Tributário Aduaneiro ICTA x 0,05) + (Índice de Desempenho da Fiscalização Aduaneiro IDFA x 0,70).
- **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal Aduaneiro.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

A 1ª RF alcançou resultado altamente satisfatório no presente indicador, atingindo 99,3% da meta anual.

Ressalta-se que os excelentes resultados colhidos deve-se à centralização, na Alfândega do Aeroporto de Brasília, da responsabilidade pelo cumprimento das metas previstas para toda a 1ª RF no PNFA, conforme Portaria SRRF01 nº 480/2010.

Pontos críticos:

Com a insuficiência de recursos humanos em outras atividades os servidores da ALF/BSB/Safia não mais tem se dedicado exclusivamente à execução da fiscalização.

Para a manutenção do nível observado na fiscalização aduaneira de zona secundária da 1ª RF se faz necessária a alocação de servidores egressos de concurso público na Alfândega de Brasília, como forma de não diminuir as horas disponíveis para a execução de ações fiscais e permitir a fixação e especialização de servidores na atividade.

Observações:

Não há

Indicador: Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior (IGES)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	90,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
95,00	97,00	96,00	97,00

- **Finalidade:** Medir a relação entre as ações fiscais aduaneiras de zona secundária concluídas com resultado e as ações fiscais concluídas.
- **Fórmula de cálculo:** (Ações fiscais concluídas com resultado / ações fiscais concluídas) x 100.
- **Fonte dos Dados:** DW Aduaneiro e Ação Fiscal Aduaneiro.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

Resultados altamente satisfatórios. Com a centralização, na Alfândega de Brasília, da responsabilidade pelo cumprimento da meta definida no PNFA para a 1ª RF, centralizou-se também toda atividade de pesquisa e seleção voltada ao PNFA. Os servidores da pesquisa e seleção da Alfândega de Brasília vinham dedicando grande parte de suas horas de trabalho a essa atividade, proporcionando assim excelentes condições de trabalho, com especialização cada vez maior e grau de eficácia da seleção cada vez melhor.

Pontos críticos:

Com a insuficiência de recursos humanos em outras atividades os servidores da equipe de pesquisa e seleção da Alfândega de Brasília não mais têm se dedicado exclusivamente à elaboração de dossiês, o que pode provocar sério comprometimento da qualidade e da disponibilidade de dossiês.

Encaminhamentos:

Registro da situação e encaminhamentos às autoridades superiores para gestão junto aos órgãos competentes relativamente à realização de concurso público para ingresso de servidores.

Observações:

Faz-se necessária a alocação de mais servidores na Alfândega de Brasília, como forma de permitir a dedicação exclusiva da equipe de pesquisa e seleção, assim como da equipe de fiscalização de zona secundária.

Indicador: Grau de eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	55,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
35,09	34,97	36,96	35,25	35,00	39,57	40,42	40,76	41,21	41,89	42,47	43,62

- **Finalidade:** Medir a eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação.
- **Fórmula de cálculo:** Número de DI selecionadas com retificação (excluídas as selecionadas por aleatoriedade), desembaraçadas no mês / número total de DI selecionadas (excluídas as selecionadas por aleatoriedade), desembaraçadas no mês.
- **Fonte dos Dados:** Siscomex (DW Aduaneiro).
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

No acumulado do ano a 1ª RF atingiu 79,3% da meta de 55%, ficando acima da média nacional.

Pontos críticos:

Não identificados.

Encaminhamentos:

Não há.

Observações:

Não há.

Indicador: Índice de solução de consultas

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sutri/RFB	Percentual	Positiva	68,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
37,00	55,00	85,08	83,00

- **Finalidade:** Mensurar o percentual de solução das consultas internas e externas.
- **Fórmula de cálculo:** Número de consultas respondidas pela unidade da RFB / (acervo inicial de consultas do período analisado que aguardavam solução na unidade da RFB + número de consultas recebidas pela unidade da RFB no período analisado).
- **Fonte dos Dados:** Levantamento manual.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

Em setembro de 2013, foi alterada a sistemática de distribuição de processos de consulta, em razão da publicação da IN RFB nº 1.396, de 2013. Desde então, o estoque de processos encontra-se centralizado na Coordenação de Tributação, que efetua a distribuição às diversas Divisões de Tributação, para análise, e posterior retorno à Cosit, para aprovação.

As Divisões de Tributação, em razão do novo procedimento, passaram a analisar processos de consulta independentemente de sua jurisdição regional (quebra de jurisdição). Dessa forma, a Disit/SRRF01 passou a receber processos protocolados por contribuintes de diversas regiões fiscais.

Pontos críticos:

A fórmula do índice considera o estoque de processos na Disit. No entanto, em razão do novo procedimento, esse estoque não é mais decorrente do protocolo de processos no âmbito da 1ª RF, mas de distribuição efetuada pelo órgão central (Cosit).

Encaminhamentos:

Para 2014, a Coordenação de Tributação está preparando um novo índice de solução de consultas, adequado à nova sistemática de distribuição de processos.

Comentários:

Não há.

Indicador: Índice de crédito tributário sub judice controlado em processos

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	98,80	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
98,70	98,60	98,90	98,80

- **Finalidade:** Medir a relação entre o crédito tributário sub judice controlado em processo e o total de crédito tributário sub judice.
- **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre o crédito tributário sub judice controlado em processo e o total de crédito tributário sub judice.
- **Fonte dos Dados:** DW Devedores.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

Meta do ano de 98,8% alcançada, ou seja, 98,8% dos valores *subjudice* estão em processos e apenas 1,2% está pendente de validação, ficando acima da média nacional que foi de 92,4% dos valores *subjudice* controlados em processos.

Pontos críticos:

Indicador foca mais os valores que os fatores de risco.

Encaminhamentos:

Levantamento trimestral dos dados e sua disponibilização às Unidades, visando subsidiar o trabalho e acompanhar o desempenho.

Estimulo ao uso do Opjud, que possibilitará agregar informações relativas a risco para selecionar o estoque a ser trabalhado.

Observações:

Não há.

Indicador: Tempo médio bruto no despacho aduaneiro de exportação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Dia	Negativa	0,62	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
0,51	0,90	0,57	0,41	0,51	0,43	1,16	0,62	0,64	0,55	0,48	0,51

- **Finalidade:** Medir o tempo médio bruto consolidado do despacho aduaneiro de exportação.
- **Fórmula de cálculo:** Somatório dos tempos entre a recepção de cada declaração de exportação e o respectivo desembaraço dividido pela quantidade de declarações de exportação desembaraçadas.
- **Fonte dos Dados:** GDA - Gerencial de Despacho Aduaneiro.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

A meta foi superada, fechando o ano com redução de 5.8% em relação a 2012 e de 49% em relação a 2011 cujo tempo médio foi de 0,76 dia.

Pontos críticos:

Embora o resultado seja positivo, o tempo médio está acima da média nacional devido a algumas características da 1ª RF, especialmente a alta rotatividade de servidores que atuam no despacho nas áreas de fronteira, e pela significativa quantidade de DE fracionada na IRF/Mundo Novo e na IRF/Ponta Porá, e de DE a posteriori de mercadorias admitidas em DAF na ALF/BSB, cujos tempos médios de desembaraço é bem maior que outros tipos de DE.

Encaminhamentos:

Não há.

Observações:

Não há.

Indicador: Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	84,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
21,03	70,06	67,89	83,76	78,83	65,17	67,19	74,45	81,52	79,83	68,60	36,71

- **Finalidade:** Aferir o percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos, nas unidades de atendimento.
- **Fórmula de cálculo:** [(Quantidade de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos) / (quantidade de atendimento presencial)] x 100.
- **Fonte dos Dados:** Sistema Nacional de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento - Saga.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

Em 2013 foram atendidos, na 1ª Região Fiscal, 9.321.329 serviços, sendo 1.808.779 presencialmente nas unidades de atendimento e 7.512.550 à distância, via e-CAC. No atendimento presencial, 66,48% dos serviços foram atendidos com tempo médio de espera (TME) menor ou igual a 15 minutos (fonte: SAGA).

Pontos críticos:

Carência de servidores; Sistemas informatizados apresentam, com frequência, problemas de lentidão ou indisponibilidade, retardando o atendimento provocando acúmulo de demanda.

Encaminhamentos:

Acompanhamento e suporte às unidades.

Observações:

As Unidades da 1ª RF fazem atendimento integral, isto é, atendem toda a demanda num mesmo local, e apresentam alta produtividade por atendente.

Indicador: Indicador de tempo médio de estoque de restituições pendentes

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Dia	Negativa	728,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
1119,00	1028,00	934,00	777,00

- **Finalidade:** Medir o tempo médio do estoque de pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso pendentes (PER).
- **Fórmula de cálculo:** (Somatório do nº de PER pendentes x nº de dias contados desde o ano de transmissão de cada PER pendente) / total de PER pendentes.
- **Fonte dos Dados:** DW PERDCOMP.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

A atingiu 90,1% da meta que estipulava a redução de 40% do tempo médio do estoque no início do ano.

Pontos críticos:

Há muitos pedidos de valores baixos que demandam elevado tempo para análise, comprometendo a eficácia do resultado.

Encaminhamentos:

Elaborar norma visando agilizar as análises de valores baixos. Agrupar os CNPJ/CPJ por tributos solicitados, permitindo análises em escala.

Observações:

Não há.

Indicador: Grau de fluidez do despacho de importação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	69,87	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
74,52	74,24	75,28	75,75	75,65	75,00	74,40	73,98	74,28	74,29	74,30	74,08

- **Finalidade:** Medir a fluidez do despacho de importação.
- **Fórmula de cálculo:** Número de declarações de importação com tempo de despacho menor que 1 dia no mês / número total de declarações de importação desembaraçadas no mês.
- **Fonte dos Dados:** GDA - Gerencial de Despacho Aduaneiro.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

A 1ª Região Fiscal apresentou resultados estáveis e acima da meta em todos os meses do ano. O resultado acumulado ficou em 74,08%, superior, portanto, à meta de 69,87% estipulada para a Região.

Pontos críticos:

Não identificados.

Encaminhamentos:

Não identificados.

Observações:

Não há.

Indicador: Índice de crédito tributário garantido

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	18,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
18,30	21,00	21,00	30,20

- **Finalidade:** Medir a relação entre o crédito tributário garantido (por arrolamento e cautelar) e o total de crédito tributário.
- **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre o crédito tributário garantido (por arrolamento e cautelar) e o total do crédito tributário sujeito a garantia.
- **Fonte dos Dados:** DW Siga PJ, Informar, PAEX e Sief-Processo.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

Observa-se que a RF01 superou a meta do ano, que era de 18% do valor do passivo.

Pontos críticos:

Esta atividade, que visa garantir o CT por meio de arrolamento ou de medida cautelar fiscal, era realizada quase que em sua totalidade pela Fiscalização, e com a Norma de Execução Conjunta nº 03, de 31/10/2011, passou a ser de responsabilidade das Xort e Xcat também.

Encaminhamentos:

Maior disseminação e fixação das normas que estabelecem os procedimentos para o arrolamento de bens e direitos e propositura de medidas cautelares.
Está programado treinamento do Conprovi para o 1º semestre de 2014.

Observações:

Não há.

Indicador: Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Milhão de R\$	Positiva	16,25	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
0,00	0,94	4,36	5,22	5,93	6,78	7,16	7,97	10,38	11,58	15,42	20,91

- **Finalidade:** Mensurar o valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira.
- **Fórmula de cálculo:** Somatório dos valores apreendidos e dos créditos tributários lançados no mês, provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira.
- **Fonte dos Dados:** Levantamento manual.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

A Região superou a meta estabelecida.

Pontos críticos:

- 1 - A limitação de recursos humanos na atividade faz com que os servidores se desgastem com a freqüente participação nas operações, o que tem causado cansaço excessivo da força de trabalho da Repressão e poderá gerar no futuro uma redução da atividade.
- 2 – O acúmulo de mercadorias apreendidas nos depósitos das unidades da RFB tem limitado a ação das equipes de repressão nas regiões de fronteira.

Encaminhamentos:

Gestão junto às autoridades para reforço de pessoal nas equipes de repressão e a adoção de ações visando reduzir o estoque de mercadorias apreendidas.

Observações:

O foco em operações visando a apreensão de grande volume de cigarros permitiu um incremento no valor de mercadorias

Indicador: Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
0,00	112,50	133,33	137,78	131,15	126,67	134,52	123,47	126,55	124,00	124,82	125,00

- **Finalidade:** Mensurar o grau de realização da meta global das operações de vigilância (em Zona de Vigilância Aduaneira - ZVA) e repressão aduaneira definida no Plano Nacional de cada ano.
- **Fórmula de cálculo:** (Pontuação realizada no período / Pontuação prevista no período) x 100, onde:

Pontuação = (quantidade de operações de pequeno porte x 1) + (quantidade de operações de médio porte x 2) + (quantidade de operações de grande porte x 4).

- **Fonte dos Dados:** Controles gerenciais da Corep, a partir de relatórios mensais recebidos das unidades regionais.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

A Região superou a meta estabelecida..

Pontos críticos:

1 - A limitação de recursos humanos na atividade faz com que os servidores se desgastem com a freqüente participação nas operações, o que tem causado cansaço excessivo da força de trabalho da Repressão e poderá gerar no futuro uma redução da atividade.

2 – O acúmulo de mercadorias apreendidas nos depósitos das unidades da RFB tem limitado a ação das equipes de repressão nas regiões de fronteira.

Encaminhamentos:

Gestão junto às autoridades para reforço de pessoal nas equipes de repressão e a adoção de ações visando reduzir o estoque de mercadorias apreendidas..

Observações:

Em razão da limitação de recursos, a Direp01 optou por realizar operações de pequeno porte para reduzir o tempo fora domicílio dos servidores.

Indicador: Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sufis/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
14,45	32,69	54,64	98,00

- **Finalidade:** Medir a relação entre as ações de acompanhamento diferenciado executadas e as ações planejadas.
- **Fórmula de cálculo:** (0,25 x Indicador de Distorções da Arrecadação IDA) + (0,35 x Indicador do Setor Econômico ISE) + (0,40 x Indicador de Tratamento do Passivo Tributário IPT).
- **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal e Sistemas da Arrecadação.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

A 1ª Região Fiscal conseguiu manter desde o 1º trimestre, com exceção do indicador "Distorções Potenciais - MSE", resultado positivo em relação à meta. No último trimestre tivemos um avanço significativo em relação à análise das Quedas de Arrecadação e às Distorções Potenciais - MSE. O resultado de 2013 foi 6,7% superior ao ano anterior.

Pontos críticos:

Não há.

Encaminhamentos:

Organizar as atividades de forma que a Instituição possa utilizar os trabalhos realizados em outros setores e ter um resultado mais eficaz.

Observações:

Não há.

Indicador: Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
12,87	48,35	78,28	116,91

- **Finalidade:** Aferir o percentual de servidores capacitados por unidade, bem como a quantidade de horas de treinamento por servidor no exercício.
- **Fórmula de cálculo:** $\{0,6 \times [(carga\ horária\ total\ de\ capacitação / total\ de\ treinandos\ sem\ repetições) / meta]\} + \{0,4 \times [(total\ de\ treinandos\ capacitados\ sem\ repetições / total\ de\ servidores\ em\ exercício) / meta]\}$.
- **Fonte dos Dados:** Siscad.
- **Análise de Desempenho**

Situação Atual

A 1ªRF atingiu e superou a meta em mais de 16%, em face da composição do índice, que tem maior peso no grau de aprofundamento (distribuição da carga horária total pelo número de servidores capacitados).

- O grau de aprofundamento ultrapassou a meta de 36h, atingimos 55h em média por servidor treinado, conforme resultado da consulta de indicadores gerados no SISCAD.

- O grau de amplitude (resultado percentual entre a quantidade de servidores capacitados e a quantidade de servidores em exercício) não foi atingido, ficando em 59,65% (a meta é de 75%) dos servidores em exercício capacitados, considerando, inclusive, a entrada dos novos servidores.

Pontos Críticos:

O contingenciamento dos valores gastos com passagens e diárias afetou a realização de alguns cursos programados.

Encaminhamentos:

Aumentar o número de cursos sem deslocamento ou EAD.

Observações:

Não há.

Indicador: Nível de adequação do ambiente informatizado às novas ferramentas (NAF)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
85,86	86,53	87,01	88,27	89,46	89,86	90,00	95,59	95,78	97,75	97,75	96,94

- **Finalidade:** Apurar o nível de adequação e aprofundamento das ferramentas do ambiente informatizado.
- **Fórmula de cálculo:** [(IWC = Indicador de webconference x 0,20) + (IRM = Indicador de RFBMail x 0,10) + (IRS = Indicador de rede sem fio x 0,10) + (IAC = Indicador do acelerador wan x 0,20) + (IDK = Indicador de estações de trabalho do tipo desktop x 0,20) + (INB = Indicador de estações de trabalho do tipo notebook x 0,20)] x 100.
- **Fonte dos Dados:** Levantamento com base em questionário.
- **Análise de Desempenho:**

Situação atual:

Apesar da melhoria dentro do ano, de 85,86 para 96,94%, precisa aperfeiçoar o controle para manutenção/melhoria.

Pontos críticos:

Tecnologias ainda não utilizadas na sua totalidade; ausência de tempo disponível para aprendizado.

Encaminhamentos:

Motivação através de divulgação, além dos testes para aprendizado de usuários chave (multiplicadores).

Observações:

Não há.

Indicador: Nível de adequação da infraestrutura tecnológica (NIT)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
89,69	91,55	89,74	91,55	89,96	91,92	87,25	90,34	85,71	92,41	92,32	98,16

- **Finalidade:** Apurar o nível de adequação da infraestrutura tecnológica.
- **Fórmula de cálculo:** [(IA = Estações de trabalho adequadas x 0,20) + (IB = Estações de trabalho gerenciadas pela solução de segurança x 0,20) + (IC = Usuários com obrigatoriedade de acesso à rede Windows via certificação digital x 0,20) + (ID = Controladores de domínio (DC) Windows sem erros de replicação x 0,20) + (IE = Utilização da banda dos circuitos de rede wan x 0,20)] x 100.
- **Fonte dos Dados:** Levantamento com base em questionário.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

O resultado ficou dentro da razoabilidade, tendo havido melhoria no gerenciamento de estações/solução de segurança. A 1ª RF ficou a apenas 1,84% da meta e acima da média nacional que foi de 91,44%.

Pontos críticos:

Uso do smart card (certificado) para acesso à rede corporativa atingiu 92,42, devido a algumas limitações, tais como terceirizados e estagiários em unidades distantes do PAGR (posto de registro) e, também, a rotatividade destes.

Encaminhamentos:

Estabelecer uma lista de certificação de pessoas para as DRF e IRF que ainda tem pessoas não certificadas e encaminhar aos titulares das unidades. Exigir manutenção das estações gerenciadas tão logo o SEP seja atualizado.

Observações:

Não há.

Indicador: Nível de adequação imobiliária (NAI)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	48,42	SEMESTRAL

RESULTADOS

Sem1	Sem2
50,00	49,50

- **Finalidade:** Verificar a padronização das instalações físicas das unidades da RFB.
- **Fórmula de cálculo:** Média ponderada dos índices de adequação imobiliária dos imóveis, com peso 1 para os imóveis com pontuação igual ou superior a 60, peso 2 para os imóveis com pontuação inferior a 60 mas superior ou igual a 40, e peso 3 para os imóveis com pontuação inferior a 40.
- **Fonte dos Dados:** Sistema Edifica.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

Com relação a adequação das instalações imobiliárias das Unidades, embora necessite de melhorias, observa-se, pelo resultado apurado no último semestre (49,50), que se encontra acima da meta do ano, que era de 48,42.

Pontos críticos:

- Carência de servidores, o que dificulta o cumprimento de todas etapas relacionadas à contratação das obras ou reformas (anteprojetos, projetos básicos necessários ao processo da licitação);
- Limitações orçamentárias

Encaminhamentos:

A 1ª Região Fiscal, em conjunto com as Unidades Centrais da RFB, vem envidando esforços no sentido de alocar e capacitar servidores para atuar nas atividades de licitações e contratos, notadamente aquelas sobre serviços de engenharia, com vistas ao enfrentamento dos problemas referentes às contratações de obras e reformas das edificações.

Observações:

As Unidades da RFB 1ª Região Fiscal estão espalhadas no vasto território que abrange os Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e o Distrito Federal, o que leva a maior lentidão na realização de melhorias nos imóveis, especialmente nas localidades mais afastadas dos maiores centros urbanos.

Indicador: Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
9,16	27,70	56,00	70,00

- **Finalidade:** Apurar o desempenho da gestão de mercadorias apreendidas, considerando: valor arrecadado em leilões (ILE), o estoque base (IEB) e os processos fiscais antigos (IPF).
- **Fórmula de cálculo:** $[(0,4 \times ILE) + (0,3 \times IEB) + (0,3 \times IPF)]$, onde:
- ILE = valor arrecadado em leilões;
- IEB = estoque base; e
- IPF = processos fiscais antigos.
- **Fonte dos Dados:** CTMA.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

1 – O IGMA é composto por outros índices: ILE (valor arrecadado em leilões); IEB (estoque base); e IPF (processos fiscais antigos). Em 2013 a 1ª RF superou a meta de arrecadação de leilões (ILE) e a meta de redução do estoque base (IEB), não tendo alcançado apenas a meta de redução de processos antigos (IPF).

2 – Em 2013, o esforço da 1ª RF levou a uma redução de 30% do estoque base, no valor R\$ 138.768.180,28, por meio de leilões, destinações e destruição (destruição especialmente de cigarros, mercadorias contrafeitas ou impróprias para utilização).

Pontos críticos:

Carência de servidores e mão-de-obra terceirizada, especialmente nos depósitos de mercadorais apreendidas.

Encaminhamentos:

Esforço no sentido de alocação de mão-de-obra nos setores mais críticos.

Observações:**Indicador: Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
1,68	6,84	23,82	27,03	35,36	43,25	53,77	60,29	69,71	75,72	87,36	96,82

- **Finalidade:** Apurar o percentual de execução de cada região fiscal em relação ao teto definido para as despesas de custeio.
- **Fórmula de cálculo:** [Valor executado (empenhado a liquidar + liquidados) dividido pelo teto disponível (descontingenciado) de custeio anual da RF] x 100.
- **Fonte dos Dados:** Siafi.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

Com o resultado alcançado, de 96,82 % da meta anual, fica demonstrado que a Região Fiscal atuou muito próximo do planejamento definido para o período.

Pontos críticos:

O contingenciamentos verificados no ano, citando-se, como exemplo, a limitação relativa à quantidade de servidores que poderiam participar em eventos de capacitação e às reformas de imóveis.

Encaminhamentos:

Redirecionamento das ações não implementadas dentro do ano para os períodos seguintes.

Observações:

Não há.

Indicador: Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
0,00	13,19	22,95	52,34

- **Finalidade:** Apurar o percentual de execução de cada região fiscal em relação aos valores liberados para as despesas de investimentos.
- **Fórmula de cálculo:** $(0,4 \times \text{VALOR.MP}) + \{0,6 \times [(0,6 \times \text{VALOR.OBRAS}) + (0,4 \times \text{QTDE.OBRAS})]\}$, em que VALOR.MP = Valor Executado em investimentos para materiais permanentes (empenhado a liquidar + liquidados, grupo de despesas de investimento) / Total liberado para despesas em Investimentos para materiais permanentes. VALOR OBRAS = Valor Executado em Obras/Serviços integrantes do Plano de Engenharia, inclusive Obras Destacadas (empenhado a liquidar + liquidados, grupo de despesas de investimento) / Total liberado para despesas em investimento para Obras/Serviços integrantes do Plano de Engenharia, inclusive Obras Destacadas. QTDE OBRAS= Quantidade de Obras/Serviços executados integrantes do Plano de Engenharia, inclusive Obras Destacadas / Total de Obras/Serviços integrantes do Plano de Engenharia, inclusive Obras Destacadas.
- **Fonte dos Dados:** Siafi.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

A Região alcançou 52,34 da meta anual. A média Nacional ficou em 71,92%.

Pontos Críticos:

Carência de pessoal para conduzir os processos licitatórios necessários para as aquisições e realizações de obras em geral.

Encaminhamentos:

A 1ª Região Fiscal, em conjunto com as Unidades Centrais da RFB, vem envidando esforços no sentido de alocar e capacitar servidores para atuar nas atividades de licitações e contratos, notadamente aquelas sobre serviços de engenharia, com vistas ao enfrentamento dos problemas referentes às contratações de obras e reformas das edificações
Redirecionamento das ações não implementadas no ano para o período seguinte.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 1ª REGIÃO
FISCAL - SRRF 01**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 3: Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão
(Item 3, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

3.1 - Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro 2 - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação					
	1	2	3	4	5

23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<p>Análise Crítica:</p> <p>(*) Item 4 - Código de Ética: Além do código de ética próprio da RFB, formalizado em 2013, cumpre destacar que seus servidores observam rigorosamente os preceitos contidos no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, bem como os dispositivos legais que regem o Regime Jurídico Único (Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990). Foi indicado representante da 1ª Região Fiscal na Comissão de Ética da Receita Federal do Brasil. Em 19 de agosto de 2011, por intermédio da Portaria RFB nº 3.262, foi constituída a Comissão de Ética Pública Seccional da RFB (CEPS/RFB), com abrangência de atuação em casos envolvendo agentes públicos em exercício na RFB, preservada a competência da Comissão de Ética Pública Setorial do Ministério da Fazenda (CEPS-MF).</p> <p>(**) Avaliação de Riscos: Relativamente aos quesitos 12 a 15, “Avaliação de Riscos”, registre-se que, de modo geral, os processos de trabalho da RFB, em especial os estratégicos, são precedidos de estudos técnicos e legais e de avaliação de riscos, sendo que esta última ainda é feita com base na experiência, ou seja, não está sistematizada nem uniformizada internamente. Seguindo os princípios e diretrizes estipulados pela Norma ABNT NBR ISO 31000:2009, a RFB instituiu sua Política de Gestão de Riscos, com a edição a Portaria nº 2.027, de 17/08/2012, buscando, assim, meios para implementar e disseminar na Instituição a cultura e a metodologia de gestão de riscos.</p> <p>(***) Item 16 - A RFB investe permanentemente em controles internos de modo a evitar/minimizar o acontecimento de fraudes e perdas. Cabe complementar que eventuais ocorrências são sucedidas pela abertura de processo administrativo, formalmente constituído, documentado e que segue os ritos processuais e legais previstos.</p>					
<p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 1ª REGIÃO
FISCAL - SRRF 01**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 4: Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira
(Item 4, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

4.1 - Execução das Despesas

Quadro 3 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos	170010	170018	04365211020100001	-	-	198,00
Recebidos	170010	170018	04301211020040001	-	-	13.584,00
Recebidos	170010	170018	04125211020VF0001	-	-	1.694.310,40
Recebidos	170010	170018	04129211022380001	-	-	279.373,24
Recebidos	170010	170018	04122211020000001	-	-	34.558.861,86
Recebidos	170010	170018	04125211022370001	-	-	2.080.806,55
Recebidos	170010	170018	04125211020VF0001	-	-	724.656,79
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	170010	170018	04125211020VF0001	38.709.896,30	-	-
Recebidos	170010	170018	04125211020VF0001	1.622.999,12	-	-
Recebidos	170010	170018	04122211020000001	1.914.126,49	-	-
Recebidos	170010	170018	04125211020VF0001	858.628,00	-	-
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema Siafi Gerencial

Quadro 4 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	22.331.423,51	32.901.778,75	22.120.037,56	18.066.384,98
a) Convite	2.475,00	7.079,19	2.475,00	3.906,25
b) Tomada de Preços	93.455,59	2.603.805,82	93.455,59	204.552,71
c) Concorrência	0,00	5.842.950,28	0,00	848.775,70
d) Pregão	22.235.492,92	24.447.943,46	22.024.106,97	17.009.150,32
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	6.831.183,63	8.780.157,40	6.776.641,93	7.979.541,57
h) Dispensa	5.623.751,40	7.635.015,22	5.597.048,98	6.878.626,41
i) Inexigibilidade	1.207.432,23	1.145.142,18	1.179.592,95	1.100.915,16
3. Regime de Execução Especial	188.654,65	236.383,91	188.654,65	236.383,91
j) Suprimento de Fundos	188.654,65	236.383,91	188.654,65	236.383,91
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	2.979.705,99	2.898.246,77	2.979.705,99	2.898.246,77
k) Pagamento em Folha	0,00	89.399,00	0,00	89.399,00
l) Diárias	2.979.705,99	2.808.847,77	2.979.705,99	2.808.847,77
5. Outros	2.485.569,21	2.517.630,70	2.472.841,34	2.343.234,71
6. Total (1+2+3+4+5)	34.816.536,99	47.334.197,53	34.537.881,47	31.523.791,94

Fonte: Sistema Siafi Gerencial

Quadro 5 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1 – Despesas de Pessoal	0,00	89.399,00	0,00	89.399,00	0,00	0,00	0,00	89.399,00
08 - Outros Benef.Assistenciais	0,00	89.399,00	0,00	89.399,00	0,00	0,00	0,00	89.399,00
2 - Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 - Outras Despesas Correntes	36.342.217,96	33.052.321,72	33.677.983,86	30.062.705,13	2.664.234,10	2.989.616,59	33.437.137,40	29.970.576,77
37 – Locação de Mão de Obra	16.511.785,99	13.460.245,92	15.466.265,74	12.373.141,79	1.045.520,25	1.087.104,13	15.318.708,58	12.334.768,41
39 – Out..Serv.Pes.Juridica	10.633.167,52	12.003.262,55	9.554.238,72	10.511.396,40	1.078.928,80	1.491.866,15	9.472.885,50	10.466.613,49
14 - Diárias Civil	2.974.402,99	2.808.847,77	2.974.402,99	2.808.847,77	0,00	0,00	2.974.402,99	2.808.847,77
Demais elementos do grupo	6.222.861,46	4.779.965,48	5.683.076,41	4.369.319,17	539.785,05	410.646,31	5.671.140,33	4.360.347,10
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4 – Investimentos	42.259.021,91	14.192.476,81	1.138.553,13	1.565.101,17	41.120.468,78	12.627.375,64	1.100.744,07	1.553.215,17
4 – Investimentos	42.259.021,91	14.192.476,81	1.138.553,13	1.565.101,17	41.120.468,78	12.627.375,64	1.100.744,07	1.553.215,17

51 – Obras e Instalações	40.596.022,79	8.248.537,01	137.055,59	894.853,10	40.458.967,20	7.353.683,91	119.136,53	894.853,10
52 - Equip.Mater.Permanente	1.634.999,12	5.789.907,08	1.001.497,54	516.215,35	633.501,58	5.273.691,73	981.607,54	504.329,35
39 - Outros Serv. Terc. Pes. Jurídica	28.000,00	0,00	0,00	0,00	28.000,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	154.032,72	0,00	154.032,72	0,00	0,00	0,00	154.032,72
5 – Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema Siafi Gerencial

Análise crítica da Realização da Despesa

A operacionalização da descentralização mensal e distribuição dos créditos orçamentários entre as 12 unidades gestoras da 1ª Região Fiscal, bem assim a correspondente realização das despesas, transcorrem dentro do cronograma próximo do planejado, com algumas dificuldades, notadamente quanto aos gastos de custeio, principalmente, nos primeiros trimestres do ano, em função, especialmente, de contingenciamentos ocorridos.

Entretanto, com a liberação do orçamento bloqueado, ocorrida mais acentuadamente nos últimos meses de 2013, os compromissos desta UJ no exercício foram devidamente cumpridos.

Cabe evidenciar a ocorrência do considerável acréscimo anual de recursos executados, no item investimentos, que se deu em função das contratações referentes a reformas e ampliações, principalmente, nas unidades de fronteira terrestre da jurisdição.

Quanto aos valores das contratações diretas no ano, constata-se um redução superior a 20% no seu montante nominal, se comparado ao período anterior, sendo que as importâncias mais expressivas, executadas nessa modalidade, dizem respeito a contratações de serviços prestados por concessionárias de serviços públicos, como energia elétrica, água e esgoto. No mais, as seleções dos contratos, em seu maior montante se deu mediante as modalidades de licitações adequadas, principalmente por pregão eletrônico.

4.2 - Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro 6 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	15.616.992,23	10.233.746,32	304.919,82	5.078.326,09
2011	365.828,41	148.329,31	142.879,90	74.619,20
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	103.372,95	92.004,35	380,10	10.988,50
2011	2.837,21	0,00	2.692,33	144,88

Fonte: Siafi Operacional

Análise crítica de Restos a Pagar

Comparado-se o montante de restos a pagar no início de 2013 em relação ao saldo no fim do ano, constata-se uma realização próxima de 70% da totalidade desses recursos.

Os valores pendentes mais expressivos são originários de restos a pagar de 2012, portanto, do ano anterior, sendo que, além destes valores contemplar a maioria das despesas dos contratos continuados referentes ao mês de dezembro, cujas faturas, normalmente, são apresentadas no mês seguinte ao período findo, incluem outras aquisições ou remanescentes de contratações ocorridas no ano que não foram cumpridas pelos fornecedores, na maioria em decorrência dos prazos de entrega ainda não vencidos.

Registre-se que a execução financeira relativa a essa conta no ano de 2013 foi inferior ao total do ano anterior, totalizando aproximadamente R\$ 10,4 milhões, dentro, portanto, de um fluxo financeiro de normalidade, situado nas bases históricas da unidade e realizada observando os limites de desembolsos definidos para o período, não dando causa a relevantes impactos em relação aos demais gastos referentes aos fatos geradores do próprio ano.

4.3 - Transferências de Recursos

Quadro 7 - CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 1ª Região Fiscal									
CNPJ: 00.394.460/0159-20					UG/GESTÃO: 170018/00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade de	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	13-146-00	160509	850.000,00	0	850.000,00	850.000,00	27/12/2013	29/08/2014	1
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				
Fonte: Siafi Operacional									

Quadro 8 - RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante	
Nome:	Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 1ª Região Fiscal
CNPJ:	00.394.460/0159-20
UG/GESTÃO:	170018/00001

Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	01	-	-	850.000,00	-	-
Termo de Compromisso						
Totais						

Fonte: Siafi Operacional

Análise crítica de Repasse de Recursos

No que concerne a transferência de recursos em questão, trata-se de um Termo de Cooperação, assinado pela UJ com a Secretaria de Economia e Finanças do Exército, visando a aquisição em conjunto com aquela Unidade de equipamentos de rádio comunicação, necessários para o desempenho das atividades da área de repressão e combate ao contrabando e ao descaminho.

A transferência se deu tendo em vista que o Exército estava realizando compra dos materiais em grande quantidade, por decorrência, a preços vantajosos para a administração.

O referido instrumento está vigente, sendo que o prazo de entrega dos materiais está previsto para até o final do mês de agosto de 2014, não havendo, no momento, qualquer pendência no que tange a prestação de contas por parte beneficiário.

Os referidos materiais serão importados pela empresa vencedora no processo licitatório, cuja entrega contratada no Exército está prevista para ocorrer dentro do primeiro semestre de 2014 quando então, o mencionado beneficiário, repassará os ditos equipamentos a Comissão desta UJ, encarregada de acompanhar o cronograma da entrega dos bens Exército, bem assim, o recebimento e fiscalização da regularidade da aquisição.

Não há na UJ registro de transferências de anos anteriores, portanto, também, não existem na unidade transferências expiradas.

4.4 - Suprimentos de Fundos

Quadro 9 - DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO "B" E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo "B"		CPGF				Total (R\$) (a+b+c)
	Quantidade	(a) Valor	Saque		Fatura		
			Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2013	-	-	78	24.969,00	238	161.291,03	186.260,03
2012	-	-	75	35.884,49	316	205.358,14	241.242,63
2011	-	-	117	35.314,70	313	189.031,2	224.345,90

Fonte: Siafi Operacional

Quadro 10 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Código da UG 1	170018	Limite de Utilização da UG	80.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	

André Vinicius Carrara Fernal	028.046.326-01	3.000,00	0	0	0
Cícero Fortuna de Souza	222.016.961-87	11.800,00	0	8.384,33	8.384,33
Edson Machado Feitosa	130.347.311-91	6.300,00	1.275,00	2.881,16	4.156,16
Elmir Ferreira Manrique	169.202.011-00	4.000,00	0	1.503,64	1.503,64
Francisco Gomes da Silva Filho	182.257.801-91	5.500,00	0	3.864,02	3.864,02
José Roberto dos Santos	119.507.141-87	5.000,00	0	3.381,16	3.381,16
Júlio da Costa Carneiro Netto	376.266.801-97	20.600,00	0	17.481,66	17.481,66
Luciano Rosa Vicente	479.540.270-15	4.000,00	0	1.015,44	1.015,44
Milton Mathias Diniz Júnior	492.036.906-97	5.900,00	0	3.823,80	3.823,80
Total Utilizado pela UG			1.275,00	42.335,21	43.610,21
Código da UG 2:	170019	Limite de Utilização da UG:	8.000,00		
Neire Luiz Silva	247.706.121-68	4.000,00	0	2.263,50	2.263,50
Terência Nunes Ferreira	188.284.346-00	4.000,00	0	1.471,00	1.471,00
Total Utilizado pela UG			0	3.734,50	3.734,50
Total Utilizado pela UJ					
Código da UG 3:	170020	Limite de Utilização da UG:	20.000,00		
Hélio Faria de Jesus	055.104.731-34	8.000,00	0	4.155,70	4.155,70
Total Utilizado pela UG			0	4.155,70	4.155,70
Total Utilizado pela UJ					
Código da UG 4:	170109	Limite de Utilização da UG:	600.000,00		
Daniel Gaspar Luz C. de Souza	001.284.621-08	7.000,00	600,00	4.584,28	5.184,28
Idalicio Galvão Cavalcante	073.110.795-00	9.000,00	940,00	2.003,00	2.943,00
Gilson Koiti Kuriyama	074.453.528-05	9.000,00	500,00	5.287,16	5.787,16
Paulo Roberto de Carvalho	256.976.251-20	4.600,00	1.302,00	334,02	1.636,02
Antonio Olivio Zuza Ferreira	390.608.531-72	18.940,68	2.578,00	8.656,45	11.234,45
João Nelson Lyrio Filho	489.226.501-25	13.000,00	320,00	6.857,26	7.177,26
Gustavo Henrique Tilmer	528.011.441-34	9.500,00	500,00	4.006,01	4.506,01
Mário Sérgio Silva dos Santos	615.099.221-72	14.500,00	550,00	7.019,63	7.569,63
Clinton dos Santos Vieira	662.770.941-49	14.500,00	0	5.559,80	5.559,80
José Maria Caetano	802.873.878-87	5.000,00	0	463,03	463,03
Michele Naira Salomão Buzatto	891.356.361-49	6.000,00	445,00	1.312,10	1.757,10
Total Utilizado pela UG			7.735,00	46.082,74	53.817,74
Total Utilizado pela UJ					
Código da UG 5:	170110	Limite de Utilização da UG:			
Total Utilizado pela UG					
Total Utilizado pela UJ					
Código da UG 6:	170111	Limite de Utilização da UG:	100.000,00		
Sandra Jakeline Wincler	448.377.551-00	100.000,00	3.300,00	10.846,31	14.146,31
Total Utilizado pela UG			3.300,00	10.846,31	14.146,31
Total Utilizado pela UJ					
Código da UG 7:	170192	Limite de Utilização da UG:	200.000,00		
Aristides de Mello	335.731.409-63	14.100,00	500,00	1.300,00	1.800,00
Cezar Souza dos Santos	207.206.451-15	11.293,00	260,00	26,00	286,00
Ivanoel Santana de Matos	205.421.431-00	19.076,00	150,00	1.519,93	1.669,93
João Carlos de Souza	139.857.362-00	33.979,00	3.680,00	5.739,42	9.419,42
Luiza Maria de Abreu	176.191.571-15	75.460,00	0	134,00	134,00
Marcos César de Souza	327.891.901-78	8263,00	150,00	263,13	413,13
Silvana Noll Frantz	655.066.261,34	2.563,00	40,00	47,00	87,00
Silvia Maria Padova	549.217.670-68	5.545,00	180,00	2.935,25	3.115,25
Zenil Alves de Arruda e Silva	209.231.121-20	37.757,00	330,00	1.339,57	1.669,57
Total Utilizado pela UG			5.290,00	13.304,30	18.594,30
Total Utilizado pela UJ					
Código da UG 8:	170198	Limite de Utilização da UG:	210.000,00		

Flaviana de C. Chaves Dutra	036.197.466-30	8.000,00	0	867,14	867,14
José Pedro Gonzalez	148.125.172-49	20.000,00	0,	7.387,17	7.387,17
Douglas Machado Nunes	158.556.861-91	10.000,00	310,00	645,29	955,29
Antonio José de a Filho	255.863.601-44	16.000,00	0	6.322,82	6.322,82
Willys Norman Q. Souza	341.813.501-34	50.000,00	0	11.278,15	11.278,15
Suely Lopes Ribeiro	543.961.741-87	10.000,00	270,00	3.413,50	3.683,50
Marcelo Martins Bernardes	655.838.096-04	16.000,00	950,00	1.048,68	1.998,68
Cecília S. Vangelista	835.619.351-68	8.000,00	400,00	351,40	751,40
Fabício G. de Abreu Neto	837.882.711-91	8.000,00	12,00	124,00	136,00
Flávio Bueno de Figueiredo	884.613.781-72	8.000,00	0	852,11	852,11
Tiago Gomes de Souza	925.150.701-59	8.000,00	0	383,00	383,00
Antônio Moreira da S. Júnior	300.175.641-15	16.000,00	0	0	0
Cristiano Lopes de Oliveira	497.747.601-82	16.000,00	0	0	0
Guilherme R. Martins	510.181.521-72	16.000,00	920,00	0	920,00
Total Utilizado pela UG			2.862,00	32.673,26	35.535,26
Total Utilizado pela UJ					
Código da UG 9:	170247	Limite de Utilização da UG:	30.000,00		
Izidoro José de Oliveira	735.076.959-87		2.670,00	2.140,08	4.810,08
Luiz Gandelman Netto	006.940.579-40		0	0	0
Total Utilizado pela UG			2.670,00	2.140,08	4.810,08
Total Utilizado pela UJ					
Código da UG 10:	170271	Limite de Utilização da UG:	100.000,00		
Ana Paula Santana	054.163.017-24	1.000,00	0	0	0
Carlos A Cantuária	314.999.961-87	19.000,00	735,00	2.968,58	3.703,58
Jerônimo J. S. Neto	907.758.211-87	1.000,00	0	0	0
Jorge H. L. Digigov	053.373.829-69	1.000,00	0	0	0
Luiz T. A. P Araújo	017.001.421-51	1.000,00	0	0	0
Maria Glória Xavier	100.148.453-34	45.062,00	0	0	0
Mosirene S. M. Leite	440.317.501-53	1.000,00	0	0	0
Pedro da Silva Rios	117.156.771-53	4.500,00	0	0	0
Ubirajara J. Ayres	149.982.381-91	1.000,00	0	0	0
Total Utilizado pela UG			735,00	2.968,58	3.703,58
Total Utilizado pela UJ					
Código da UG 11:	170388	Limite de Utilização da UG:	60.000,00		
Aroldo Brandão	105.343.341-72	18.000,00	402,00	2.372,27	2.774,27
Rogério Rigotti	891.778.351-15	800,00	500,00		500,00
Mercíades Ramão Ajala	048.669.161-68	800,00		799,90	799,90
Daniel Nunes Pereira	807.369.471-91	800,00		729,69	729,69
Total Utilizado pela UG			902,00	3.901,86	4.803,86
Total Utilizado pela UJ					
Código da UG 12:	170516	Limite de Utilização da UG:	12.000,00		
Luis Antônio Lopes	225.117.251-34	12.000,00	200,00	2.276,04	2.476,04
Total Utilizado pela UG			200,00	2.276,04	2.476,04
Total Utilizado pela UJ			24.969,00	164.418,58	189.387,58
Fonte: Siafi Operacional					

Quadro 11 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO "B" E CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
	.	r	.	r	.	r	.	Valor	.	Valor	.	Valor

PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas						176	254.478,2 4	108	242.262,8 9	151	25.997,00	

Fonte: Siafi Operacional

Análises Crítica de Suprimentos de Fundos

Com referência aos gastos com suprimento de fundos, utilizados pelas unidades gestoras, conforme demonstrado acima, esses se deram através do CPGF, sendo que as aplicações das prestações de contas estão devidamente detalhadas por item e documento de aquisição no Sistema de Cartão de Pagamento – SCP/SIASG.

Trata-se de uma modalidade de gastos de extrema importância para as unidades gestoras, com vistas a solução de questões que necessitam de tratamento imediato, como a realização de compras ou contratações urgentes, de pequenos valores, notadamente em decorrência de que as Unidades têm jurisdição abrangendo grandes extensões territoriais, referentes Aos Estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, sendo bastante comum a movimentação terrestre interna entre as capitais e cidades menores jurisdicionadas. Assim, o CPGF é de extrema valia para o atendimento de demandas, muitas vezes de emergência, como reparos de veículos, abastecimento e outras aquisições.

Nesse contexto pode ser exemplificado as constantes atuações realizadas pela fiscalização de tributos internos e aquelas referentes aos tributos sobre o comércio externo, importação e exportação, estas últimas, levadas a efeito pela Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho, cujas frequentes operações se dão, na sua maioria, via terrestre, nas mais diversas localidades da jurisdição, de difícil acesso, especialmente em pontos fronteira do Brasil com o Paraguai e Bolívia, com milhares de quilômetros de extensão. O CPGF é uma ferramenta essencial para a operacionalização dessas empreitadas.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 1ª REGIÃO
FISCAL - SRRF 01**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 5: Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados
(Item 5, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

5.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

Na Receita Federal do Brasil, a gestão de pessoas é realizada pelas Regiões Fiscais e Unidade Central sob coordenação da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Cogep) da Subsecretaria de Gestão Corporativa (Sucor), a qual compete regimentalmente planejar e gerenciar os processos de trabalho de gestão de pessoas, abrangendo, entre outros, os processos de recrutar, selecionar, alocar, administrar, avaliar, capacitar, desenvolver, reconhecer e valorizar pessoas, observadas as políticas, diretrizes, normas e recomendações dos Órgãos dos Sistemas Federais de Recursos Humanos. Nas Regiões Fiscais, a gestão de pessoas está a cargo das Divisões, Seções, Serviços e Equipes de Gestão de Pessoas (Digep, Sagep, Segep e EGP), subordinadas administrativamente às Superintendências Regionais e tecnicamente à Cogep.

As Áreas de GP executam, no âmbito de suas respectivas unidades, desde as atividades de rotinas do cadastro funcional, da folha de pagamento, de concessão de direitos, de análise de cumprimento de deveres e da gestão da capacitação até a implementação das iniciativas estratégicas da política de Gestão de Pessoas que impactam todos os processos de trabalho elencados no parágrafo anterior.

O trabalho de confecção dos quadros de Gestão de Pessoas foi executado procurando-se seguir as orientações contidas na Portaria TCU nº 175/2013 e introduzindo novo modelo de trabalho, construído a partir de Workshop realizado em outubro de 2013, com participação de representantes das dez Regiões Fiscais da Receita Federal do Brasil, Audit, Copol, Cotec, CGU e áreas técnicas da Cogep.

O objetivo do novo modelo de trabalho consistiu em integrar e aperfeiçoar o processo de extração de dados e análise de resultados, através da descentralização das atividades para as Regiões Fiscais. Isso só foi possível com a disseminação do *know-how* desenvolvido pela Cogep desde 2010. O conhecimento foi propagado em duas vertentes: atividades preparatórias para a Prestação de Contas e extração, tabulação e análise dos dados.

Em relação às atividades preparatórias, foram diagnosticados pontos críticos, implementadas soluções de melhoria e elaborado um plano de ação para padronização das rotinas e fluxos dos processos de trabalho relativos a cadastro de pessoal e folha de pagamento. Como consequência da reflexão do grupo sobre a execução da Prestação de Contas, houve consenso sobre os seguintes tópicos:

1. O cronograma de extração e entrega dos dados não é compatível com o calendário da rotina de gestão de pessoas desenvolvida via Siape. Por exemplo, o lançamento de ocorrências de afastamentos do mês de dezembro pode ser realizado até o mês de fevereiro, a depender do calendário da folha de pagamento. Outro exemplo é a disponibilidade de dados no DW Siape: a informação consolidada de dezembro de 2013 só ficou acessível no final de janeiro de 2014. Caso o preenchimento dos quadros fosse totalmente baseado no DW, não haveria tempo hábil para conclusão do trabalho.
2. Em alguns itens, o detalhamento das informações solicitadas na Portaria TCU nº 175/2013 não é de fácil entendimento. Muitas vezes não fica claro qual é o objetivo pretendido pelo TCU com os dados. Por exemplo, as remoções foram alocadas no quadro referente a “Situações que reduzem a força de trabalho da UJ - Unidade Jurisdicionada”. Porém, entendemos que essa não é a melhor maneira de se apresentar tal informação, pois ela reflete mais a movimentação dentro do quadro funcional do que redução da força de trabalho. Essa informação em âmbito nacional não faz sentido, pois os servidores são removidos dentro da própria RFB e, portanto, não representam redução na força de trabalho. Acreditamos que os números sobre remoção são importantes para o gerenciamento da movimentação dentro da instituição, por isso serão apresentados em quadro separado, considerando todo o ano de 2013 e não apenas o dia 31/12 (o que também não entendemos o sentido);
3. São solicitados três quadros com informações do Sisac, porém o sistema não fornece dados gerenciais, tampouco desagregados por região fiscal. A RFB desenvolveu um módulo

próprio no Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3 com inserção manual dos mesmos atos já lançados no Sisac. Esse é um **trabalho a mais** para os cadastradores, que impacta a rotina operacional, porém é a única forma de entregar os quadros devidamente preenchidos;

4. Desde 2010 as reuniões com CGU, Audit e Copol têm colaborado para dirimir dúvidas e alinhar conceitos, aperfeiçoando a qualidade da informação a ser apresentada.

Já em relação à extração, tabulação e análise dos dados, listamos os seguintes pontos:

- As dificuldades para extração de dados, relacionadas desde o relatório 2010, permanecem vigentes. Nenhuma alteração substancial foi implantada no Siape ou Siapecad que facilitasse tal trabalho. Mesmo a versão DW do Siape não trouxe soluções plenamente adaptáveis à estrutura funcional detalhada dos órgãos da Administração Federal. Por esses motivos, a grande maioria dos quadros é preenchida com informações gerenciais formatadas pelo SA3. Desde 2010 são desenvolvidos e aperfeiçoados módulos no SA3 para auxiliar a Prestação de Contas. O que deveria ser a exceção tornou-se regra;
- As extrações da folha de pagamento e de estagiários continuam sendo realizadas de forma centralizada pela Cogep, através do DW Siape. Identificamos para o plano de capacitação 2014 da Rede de Gestão de Pessoas da RFB a necessidade de cursos sobre a ferramenta, com o objetivo de descentralizar a extração;
- Os dados do DW Siape permanecem com a necessidade de tratamento para que os mesmos sejam concatenados conforme instrução do TCU, o que inviabiliza o uso para extração de dados do cadastro funcional utilizados na maioria dos quadros.

A manutenção do modelo dos quadros e do conteúdo da informação em 2013 facilitou o processo de disseminação do conhecimento e aperfeiçoamento da compreensão dos dados. Gerou estabilidade para construção do Workshop e maior sinergia entre os órgãos integrantes da Prestação, pois as discussões necessárias foram no sentido de esclarecer a interpretação do conteúdo de cada quadro e não sobre novas alterações de formato.

Ainda permanecem as dificuldades com as informações sobre servidores cedidos e requisitados, na sua grande maioria em relação às ferramentas do Siape que não oferecem todos os subsídios necessários para contemplar a informação gerencial. Por exemplo, no caso dos cedidos, com a saída do servidor para o novo órgão, há perda da gestão dos dados do cadastro funcional. Isso impede identificar a nova função (FG ou DAS) no outro órgão do servidor cedido.

Quadro 12 - FORÇA DE TRABALHO DA UJ - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	2.443	1.645	98	116
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4+1.2.5+1.2.6)	2.443	1.645	0	0
1.2.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão	2.443	1.611	98	116
1.2.2 Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	0	0	0
1.2.3 Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	1	0	0
1.2.4 Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	2	0	0
1.2.5 Servidores requisitados art 93 parágrafo 7º 8112*	Não há	2	0	0
1.2.6 Outros **	Não há	29	0	0
2. Servidores em Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	2.443	1.645	98	116

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

* Servidores requisitados conforme art. 93, parágrafo 7º da Lei 8.112

** “Outros” abrange cedidos e anistiados

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Os servidores de carreiras abrangem a Carreira ARFB e PECFAZ do Ministério da Fazenda em exercício na RFB.
2. A lotação autorizada abrange apenas a Carreira ARFB, pois o PECFAZ não possui limites de lotação legal distribuídos entre os órgãos do MF. A distribuição dos valores da lotação autorizada no âmbito da RFB é definida pela Portaria RFB nº1953 de 27/07/2012, que é embasada em Estudo de Lotação interno.
3. Consideramos como ingressos os novos servidores que entraram em exercício efetivo na RFB (provimento originário).
4. Para egressos foram considerados aposentadorias, vacâncias, exonerações, falecimentos e demissões.
5. Incluído item 1.2.5 para demonstração dos servidores requisitados conforme parágrafo 7º, art 93 da Lei 8.112.
6. Incluído item 1.2.6 para demonstração dos servidores cedidos e anistiados.
7. A extração dos dados foi realizada no dia 2/1/2014 em relação ao dia 31/12/2013. Ocorrências e alterações retroativas lançadas após essa data podem gerar distorção da informação.

Quadro 13 - SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos Afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	29
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	Não Disponível
1.2. Exercício de Função de Confiança	Não Disponível
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	Não Disponível
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	3
2.1. Para Exercícios de Mandato Eletivo	3
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De ofício, no interesse da Administração	0
3.2. A pedido, a critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge / companheiro	0
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por motivo de saúde	0
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
3.6. Por Decisão Judicial	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	1
4.1. Doença em pessoa da família	0
4.2. Capacitação	1

5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	3
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	1
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	2
5.5. Mandato classista	0
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	37
6.1 Licença Prêmio por assiduidade - Lei 9527/97, art 7º	10
6.2 Licença Gestante - Lei 8112/90, art 207	6
6.3 Licença Adotante - Lei 8112/90, art 210	0
6.4 Licença para tratamento de saúde - Lei 8112/90, art 202	20
6.5 Licença por Acidente em Serviço - Lei 8112/90, art 211	0
6.6 Falecimento pessoa da família - Lei 8112/90, art 97, inciso III, alínea b	0
6.7 Reclusão - Lei 8112/90, art 229 e EC 20/98, art 13	1
6.8 Afastamento Temporário - Lei 8429/92, art 20, parágrafo único	0
6.9 Afastamento para Integrar Comissão - Lei 8112, art 152, §1º	0
6.10 Afastamento para Juri e outros serviços - Lei 8112/90, art 102, inciso VI; Lei 8868/94, art 15; Lei 8504/97, art 98	0
6.11 Afastamento para Justiça Eleitoral - Lei 6992/81, art 2º, §1º	0
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	73

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

NOTAS EXPLICATIVAS

- A extração dos dados de servidores cedidos não permite parametrizar a tipologia da cessão, dessa forma não foi possível identificar os casos relativos a exercício de cargo em comissão, ou função de confiança.
- Normas relacionadas ao processo de cessão:
 DECRETO Nº 4.050, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2001.
 LEI Nº 11.890, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008.
 NOTA TÉCNICA Nº 66/2011/CGNOR/DENOP/SRH/MP.
 INSTRUÇÃO NORMATIVA (PR) Nº 10, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1993.
 DECRETO Nº 3.699, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2000.
 OFÍCIO-CIRCULAR Nº 69/SRH/MP.
 NOTA TÉCNICA Nº 520/2009/COGES/DENOP/SRH/MP.
 NOTA TÉCNICA Nº 536/2009/COGES/DENOP/SRH/MP.
 NOTA TÉCNICA No 101 /2011/DENOP/SRH/MP.
- Para todos os itens foram consideradas apenas ocorrências lançadas no Siape até o dia 22 de janeiro de 2014 e vigentes em 31 de dezembro de 2013. Ocorrências lançadas após o dia 22 de janeiro de 2014, retroativas ao ano de 2013, podem gerar valores diferentes em relação a extração original da Prestação de Contas.
- As ocorrências de licenças médicas têm seus números impactados pelo atraso dos lançamentos das licenças via SIASS (Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor) pelo órgão competente.
- De acordo com instrução da Prestação de Contas, foram incluídos subitens relativos a outras situações (6.1 a 6.11), por serem considerados relevantes.
- Para os valores de remoção do item 3, foram considerados servidores que estavam em trânsito em 31/12/2013 em razão de remoção. Tais servidores se encontram contabilizados na força de trabalho da UJ de origem da remoção, portanto devem ser deduzidos nesse quadro da UJ de origem.

7. Em razão do entendimento de que remoção não é redução da força de trabalho, mas sim movimentação interna, apresentamos a informação detalhada em quadro separado, abaixo. Foram contabilizadas todas as remoções ocorridas no ano de 2013.

		RF destino												
RF origem	Tipo de Remoção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC	Total
1	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRO	1												1
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE	1						1						2
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO	10		3	4	3	3	3	24	8	1		18	77
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO	4	3		1	1	1	1	3	4		1	7	26
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO	15		1							1	2	6	25
	DECISÃO JUDICIAL								1					1
1 Total		31	3	4	5	4	4	5	28	12	2	3	31	132
		RF destino												
RF origem	Tipo de Remoção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC	Total
2	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRO							1						1
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE			1				1						2
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO	9	25	6	6	5		5	56	13	10		31	166
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO	2	4		2			1	2		1		8	20
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO		13		2		1	2	1	1		2	1	23
	DECISÃO JUDICIAL					2								2
2 Total		11	42	7	10	7	1	10	59	14	11	2	40	214
		RF destino												
RF origem	Tipo de Remoção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC	Total
3	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO			4	2								2	8
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO			10	1				1				3	15
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO	1	1	28	1				2		1	5	1	40
	DECISÃO JUDICIAL			1										1
3 Total		1	1	43	4				3		1	5	6	64
		RF destino												
RF origem	Tipo de Remoção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC	Total
4	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRO			1				1						2
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE				1									1
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO		1		1	1			1					4
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO	1	1	1	8	1		1					4	17
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO			1	12		1		2	1		3	1	21
	DECISÃO JUDICIAL				4									4
4 Total		1	2	3	26	2	1	2	3	1		3	5	49
		RF destino												

RF origem	Tipo de Remoção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC	Total	
5	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRO					1								1	
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE					1								1	
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO	1				16	1	2	1				1	22	
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO	1	1		1	16	1		1				3	24	
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO		2		1	10	2							15	
	DECISÃO JUDICIAL							1						1	
5 Total		2	3		2	44	4	3	2				4	64	
RF destino															
RF origem	Tipo de Remoção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC	Total	
6	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE						2							2	
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO						8	4	2		2			16	
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO		1			1	11	4	2	1			8	28	
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO					2	17					2	2	23	
	DECISÃO JUDICIAL					1	1	1						3	
6 Total			1			4	39	9	4	1	2	2	10	72	
RF destino															
RF origem	Tipo de Remoção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC	Total	
7	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRO								1					1	
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE				1									1	
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO	1			2			28	1	1	3			36	
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO						2	17	5				2	26	
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO							57				3	2	62	
	DECISÃO JUDICIAL						1	1						2	
7 Total		1			3		3	103	7	1	3	3	4	128	
RF destino															
RF origem	Tipo de Remoção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC	Total	
8	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRO							2	2			1		5	
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE						1	1						2	
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO	1	2	4	2	5	6	19	157	9			3	5	213
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO	4		1		1	4	4	31	3	1		15	64	
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO								59			5	3	67	
	DECISÃO JUDICIAL							2						2	
8 Total		5	2	5	2	6	11	28	249	12	1	9	23	353	
RF destino															
RF origem	Tipo de Remoção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC	Total	

9	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRO										2				2
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE									1	1				2
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO	1	1	1	2	1	5	5	11	36	1				64
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO	1	1				1	1	3	20	1	1	5		34
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO						1		1	20	1	3	3		29
	DECISÃO JUDICIAL									3					3
9 Total		2	2	1	2	1	7	6	15	82	4	4	8	134	
		RF destino													
RF origem	Tipo de Remoção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC	Total	
10	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRO							1						1	
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE									1				1	
10	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO	2		3			3	9	22	15	29		4	87	
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO		1					2	1	2	9	1	4	20	
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO							1			24		3	28	
10 Total		2	1	3			3	13	23	18	62	1	11	137	
		RF destino													
RF origem	Tipo de Remoção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC	Total	
DRJ	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO	1							7					8	
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO			2				2	1	4	2			11	
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO	1	3	2	1		4	1	4	3	1	25	3	48	
DRJ Total		2	3	4	1		4	3	12	7	3	25	3	67	
		RF destino													
RF origem	Tipo de Remoção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC	Total	
UC	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRO	1				1			1					3	
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE				1								1	2	
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO	11	2			3			14	3			32	65	
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO	9	1	1	4	2	10	13	4	3	3		18	68	
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO	6		2		4	1	6	4	2	2	8	12	47	
	DECISÃO JUDICIAL						1							1	
UC Total		27	3	3	5	10	12	19	23	8	5	8	63	186	
Total		85	63	73	60	78	89	201	428	156	94	65	208	1600	

Para complementação da informação, disponibilizamos quadro resumo de remoções concatenado com outras informações gerenciais no item Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos.

Quadro 14 - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	65	62	23	26
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	65	62	23	26
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	65	62	23	26
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
1.2.6 Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
2. Funções gratificadas	254	237	96	95
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	254	236	96	95
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	1	0	0
3. Total dos servidores em cargo e em função (1+2)	319	299	119	121

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Ingressos e egressos são contabilizados pelo número de Portarias de nomeação e exoneração da função (um mesmo servidor pode estar contabilizado mais de uma vez). No caso da RFB, não é comum o aumento da força de trabalho por intermédio de ocupação de função. O padrão é a ocupação das funções por servidores do próprio quadro funcional.
2. Para servidores requisitados, não é possível extrair via sistema informações de ingressos/egressos.
3. Incluído item 1.2.6 - Servidores de carreira em exercício provisório para alinhamento com o quadro da Força de Trabalho.
4. Não há como extrair dos sistemas a informação sobre ex-servidores da RFB que atualmente ocupam funções para preenchimento do item 1.2.5 - Aposentados

Quadro 15 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	88	261	350	532	115
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	88	258	339	513	115
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
1.4 Outros*	0	3	11	19	0
2. Provimento de cargo em comissão	27	72	102	83	15
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	2	18	22	17	3
2.3. Funções gratificadas	25	54	80	66	12
3. Totais (1+2)	115	333	452	615	130

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

*Outros envolvem: Servidores de carreira em exercício descentralizado, Servidores de carreira em exercício provisório, Servidores requisitados de outros órgãos e esferas, Servidores requisitados art 93 parágrafo 7º 8112, Cedidos, Anistiados e Servidores sem Vínculo com a Administração Pública, para que o universo de pessoas seja o mesmo do quadro Força de Trabalho.

Pelo quadro acima, percebe-se o elevado perfil etário da RFB. A classe predominante, com 37,18% dos servidores, é a de 51 a 60 anos. Em relação à última Prestação de Contas, houve aumento de 15% na última faixa – acima de 60 anos. O quadro funcional está envelhecendo, causando impacto nas aposentadorias (como ressaltamos reiteradamente a órgãos como Ministério do Planejamento e ao próprio TCU). Além disso, apesar de termos recebido 98 novos servidores, esses não têm mais um perfil jovem. A primeira faixa – até 30 anos – foi diminuída em 7,3% em relação ao ano passado, mostrando uma nova realidade de servidores entrando no órgão com mais de 30 anos.

Quadro 16 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. Provimento de cargo efetivo				28	437	877	206	29	2	4
1.1. Membros de poder e agentes políticos										
1.2. Servidores de Carreira				28	429	856	206	29	2	
1.3. Servidores com Contratos Temporários										
1.4. Outros*					8	21				
1.5. Outros Servidores**										4
2. Provimento de cargo em comissão					45	253	70	3		1
2.1. Cargos de Natureza Especial										
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					3	59	19			
2.3. Funções gratificadas					42	194	51	3		1
3. Totais (1+2)				28	482	1130	276	32	2	5
LEGENDA- Nível de Escolaridade										
1- Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto ; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós-doutorado; 10 - Não Classificada										

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

* O item "1.4 Outros" abrange cedidos e anistiados. Para os níveis de escolaridade de 7 a 9, cedidos e anistiados estão contidos no item 1.2.

** O item "1.5 Outros Servidores" abrange Servidores de carreira em exercício descentralizado, Servidores de carreira em exercício provisório, Servidores requisitados de outros órgãos e esferas, Servidores requisitados art 93 parágrafo 7º 8112 e Servidores sem Vínculo com a Administração Pública, para os quais não existe informação sobre nível de escolaridade do cargo nem de eventuais especializações de níveis 7 a 9.

NOTAS EXPLICATIVAS

3. Não existe banco de informações sobre a formação acadêmica dos servidores
4. Os dados existentes para as classes 7, 8 e 9 foram extraídos do Banco de Talentos cuja participação dos servidores é facultativa.
5. Em relação às classes 4, 5 e 6 utilizamos o nível de escolaridade exigido para cada cargo.
6. Os dados referentes às classes 7, 8 e 9 são subconjuntos da classe 6.
7. Na classe 7 foram incluídos os MBA.

Quadro 17 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2013										0,00
	2012										0,00
	2011										0,00
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2013	205.437.067,73	3.123,04	16.787.336,20	5.994.459,67	7.308.328,75	7.028.691,47	75.967,64	245.701,24	710.435,31	243.591.111,05
	2012	204.558.157,12	9.351,46	16.750.942,87	5.907.186,91	6.342.360,54	6.577.716,05	94.352,10	28.594,48	820.786,33	241.089.447,86
	2011	209.005.791,47	10.509,79	17.233.777,73	5.952.872,50	6.649.928,10	6.125.986,87	95.215,78		1.116.817,91	246.190.900,15
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013										0,00
	2012										0,00
	2011										0,00
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	9.121.232,46	10.140,89	577.771,69	234.925,66	269.666,04	314.137,06	253,44	1.620,45	38.543,48	10.568.291,17
	2012	10.060.628,80	24.423,01	908.536,24	179.739,10	252.474,57	260.548,50	902,43		25.943,32	11.713.195,97
	2011	8.847.025,23	5.631,50	866.858,90	266.474,14	229.096,91	246.899,74	309,99		57.259,57	10.519.555,98
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013										0,00
	2012										0,00
	2011										0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	17.149.397,55	1.530.986,32	1.544.640,05	499.350,68	389.877,88	615.558,79	11.589,00	2.101,32	109.708,38	21.853.209,97
	2012	16.353.611,65	1.493.955,97	1.499.794,89	483.859,02	314.222,14	558.691,89	9.796,76	218,82	101.793,43	20.815.944,57
	2011	16.651.863,62	1.500.603,14	1.523.305,68	545.488,61	318.464,31	508.906,15	8.055,01	0,00	112.132,51	21.168.819,03
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											

Exercícios	2013	41.213.840,13	1.081.841,60	3.432.885,46	1.270.652,91	1.201.168,27	1.024.885,40	65.647,96	6.316,60	82.244,18	49.379.482,51
	2012	38.622.474,52	1.085.499,78	3.259.897,84	1.095.209,53	986.796,49	815.506,96	50.302,16	1.270,08	79.645,46	45.996.602,82
	2011	38.757.391,35	1.087.529,89	3.366.570,73	1.198.405,79	1.001.392,26	814.050,56	40.150,01	0,00	143.917,27	46.409.407,86
Outros*											
Exercício	2013	18.161,79		1.234,25		4.849,00					24.245,04

*Outros: incluídos os valores de 2013 para os grupos de cargos ANS-180, CETRF-241, CIFDJ-242, CITRF-240, CSST-430 e SUPLE-050, que não se enquadram nas linhas anteriores.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Fonte dos dados: DW Siapenet.
2. Os dados apresentados foram extraídos de acordo com orientações para a elaboração dos conteúdos dos relatórios de gestão referentes aos respectivos exercícios. Ressalta-se que a partir do exercício de 2011, houve reclassificação de rubricas de acordo com as definições das Portarias TCU nº 123/2011, nº 150/2012 e nº 175/2013. Dessa forma, não é possível comparar os resultados dos anos de 2011, 2012 e 2013 com os resultados apresentados no Relatório de Gestão integrante da Prestação de Contas do ano de 2010 e dos anos anteriores.
3. Os custos relativos à folha de pagamento das DRJ estão alocados nos respectivos quadros das Regiões Fiscais.
4. A extração dos dados obedece a seguinte ordem:
 - a. As rubricas selecionadas de acordo com a classificação TCU são vinculadas aos servidores que as receberam;
 - b. Os servidores são classificados quanto à sua tipologia / exercício de acordo com a classificação TCU;
 - c. As rubricas são vinculadas à classificação TCU;
 - d. A extração é realizada por UPAG RFB para classificação posterior em RF / UC.
2. Em relação à linha servidores cedidos com ônus ou em licença, o único filtro disponibilizado pelo DW para cobrir o parâmetro licença tem por nome "afastamento". Foi verificado que a maior parte dos afastamentos vinculados a esse filtro tratavam-se de licenças, entretanto é perceptível que nem todas as licenças estão vinculadas ao filtro e a quantidade das ocorrências está aquém do número real.
3. As rubricas extraídas independente da classificação de crédito ou débito são todas somadas. Dessa forma, os créditos são as despesas da União com remunerações e os débitos são as despesas da União com tributação.

Quadro de apoio à Folha de Pagamento 2013

RUBRICAS VERIFICADAS NO ART. 51 DA LEI 8112							
UNIDADE	Ajuda de Custo	Diárias	Transporte	Auxílio Moradia	Auxílio Funeral	Auxílio Pré-Escolar	TOTAL
1ª RF	430.201,36	2.974.800,09	220,22	0,00	20.423,55	0,00	3.425.645,22

NOTAS EXPLICATIVAS

4. Valores pagos fora da folha de pagamento dos servidores, via Siafi pela Coordenação de Logística.

Quadro 18 - ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos sujeitos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	98	0	98	0
Totais	98	0	98	0

Fonte: Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac e Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3.

Os atos de admissão têm prazo de 60 dias, a partir do exercício do servidor, para serem cadastrados no SISAC. Dessa forma, é possível que a entrada de novos servidores nos meses de novembro e dezembro seja cadastrada no ano subsequente. Isso pode gerar uma defasagem entre as informações de entrada de servidores como força de trabalho (atos sujeitos a registro no exercício) e a quantidade de atos cadastrados no SISAC no exercício.

Os lançamentos dos atos de admissão resultam de um processo de parceria entre a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas e as Divisões de Gestão de Pessoas das Regiões Fiscais, onde a Cogep libera os números dos processos que são instruídos e lançados no Sisac pelas Digeps, sob supervisão da Cogep.

Quadro 19 - ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	55	2	57	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Totais	55	2	57	0

Fonte: Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões - Sisac

A RFB possui apenas um código de órgão de atuação no Sisac, sendo os lançamentos dos atos administrados de forma centralizada pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas. As consultas do Sisac não permitem desagregar a informação lançada por região fiscal ou unidade organizacional. Para construção do quadro de desligamento por UJ foi necessário o controle manual e trabalhoso dos atos durante todo o ano.

Os atos de desligamento têm prazo de 30 dias, a partir da sua publicação, para serem cadastrados no SISAC. Dessa forma, é possível que o desligamento de servidores no mês de dezembro seja cadastrado no ano subsequente. Isso pode gerar uma disparidade entre as quantidades de desligamentos ocorridos e a quantidade de atos de desligamento cadastrados no SISAC no exercício.

Os atos de desligamento são lançados exclusivamente pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas. São processos simples, baseados em um documento de desligamento (portaria de vacância por posse em cargo inacumulável, demissão, exoneração ou falecimento). O lançamento dos atos de aposentadorias não é de competência da RFB.

De acordo com recente resposta da CGU, foi necessário retificar a informação da quantidade de atos de desligamento cadastrados em 2012. Houve dois atos de desligamentos sujeitos à comunicação ao TCU, e ambos foram cadastrados em 2013, tempestivamente.

Importante ressaltar que, apesar de apresentarmos os atos de 2013 por UJ, em cada relatório específico, para a coluna 2012 não é possível desagregar os valores da mesma forma. Para esta Prestação de Contas, como já mencionado, foi feito um trabalho manual de contagem regionalizada dos atos de desligamento, mas o mesmo esforço seria inviável para o ano anterior. Assim, os atos 2012 são apresentados apenas no relatório nacional, exceto para os dois casos mencionados acima.

Quadro 20 – Regularidade do Cadastro dos Atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	38	60	0	0
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	57	0	0	0
Cancelamento de Desligamento	0	0	0	0

Fonte: Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac e Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

Como já dito na introdução, foi criado módulo no SA3 para permitir a extração da informação deste quadro.

O total de atos deste quadro corresponde ao total de atos cadastrados nos quadros anteriores, ou seja, existem atos sujeitos a registro de 2012 e 2013.

No caso dos atrasos dos registros, as causas estão relacionadas com o grande volume de atos a serem cadastrados no SISAC, somado ao fato de que a formalização do processo de admissão de servidores é minuciosa e detalhada, demandando tempo dos responsáveis pelo processo.

Por não se tratar de órgão instituidor de aposentadorias e pensões, não é pertinente o preenchimento do quadro “Atos Sujeitos à Remessa Física ao TCU”.

Item 5.1.6 – Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

Como o Siape e Siapecad não disponibilizam informação sobre acumulação indevida de cargos, os procedimentos de controle adotados são:

- Atualmente, quando o Siape notifica alguma anomalia em relação a possível acumulação no momento de atualização do cadastro funcional quando da integração com o Siapecad para gerar efeito financeiro na Folha de Pagamento, é realizado levantamento para análise do caso concreto e tomadas as providências devidas de acordo com instrução legal.
- Entrega de Termo de Responsabilidade assinado pelo servidor no ato da posse, declarando não exercer qualquer cargo ou emprego público efetivo na Administração Pública Federal, nem perceber proventos decorrentes de aposentadoria inacumulável de acordo com a Constituição Federal. O servidor também se compromete a comunicar ao Ministério da Fazenda qualquer alteração que vier a ocorrer em sua vida funcional que não atenda aos dispositivos legais previstos para os casos de acumulação de cargos.
- São utilizadas também, como forma de prevenção à acumulação indevida, as ações de capacitação relativas à disseminação da ética no serviço público durante o programa de formação de novos servidores, bem como no programa anual de capacitação.

Item 5.1.7 – Providências adotadas nos casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

Em 2013 não foram detectados casos de acumulação indevida. Caso venham a ser detectados, será aplicada a rotina prevista pelos artigos 133 e 143 da Lei 8.112/90.

5.1.8 - Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Absenteísmo

O indicador de absenteísmo apurado pela RFB tem a seguinte fórmula:

$$\frac{\sum \text{dias de licenças médicas} + \sum \text{dias de faltas injustificadas}}{\text{N}^\circ \text{ de servidores} \times \text{N}^\circ \text{ de dias do ano}}$$

UNIDADE	2010	2011	2011B	2012	2012B	2013
1ª RF	1,96%	2,50%	1,98%	2,06%	2,66%	2,50%
2ª RF	2,30%	2,20%	2,52%	3,42%	3,49%	2,51%
3ª RF	2,30%	1,73%	2,79%	2,33%	2,40%	2,29%
4ª RF	1,52%	1,65%	2,28%	2,71%	2,81%	1,73%
5ª RF	2,17%	2,01%	2,41%	2,30%	2,60%	1,99%
6ª RF	3,11%	3,20%	3,17%	3,39%	3,52%	2,65%
7ª RF	2,29%	1,62%	2,83%	2,09%	2,49%	2,81%
8ª RF	2,01%	2,11%	2,43%	2,65%	2,79%	2,43%
9ª RF	1,73%	1,80%	1,70%	2,54%	2,65%	2,30%
10ª RF	1,94%	1,53%	1,68%	1,95%	1,94%	1,51%
DRJ	2,12%	2,06%	1,95%	2,51%	2,55%	1,70%
UC	1,50%	1,66%	1,65%	1,75%	1,95%	1,93%
RFB	2,09%	2,02%	2,34%	2,48%	2,68%	2,30%

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3, extraído em 22/01/2014

Na tabela acima apresentamos o histórico do indicador de absenteísmo, conforme dados informados em Relatórios de Gestão de exercícios anteriores, porém com duas colunas adicionais: 2011B e 2012B. Estas colunas representam os dados de 2011 e 2012 respectivamente, mas com extrações atualizadas em janeiro de 2014. Notamos dois efeitos ao compará-las com o que foi apresentado anteriormente:

- diminuição do absenteísmo em algumas Regiões Fiscais, onde detectamos o cancelamento de faltas por motivo de greve pela atuação dos sindicatos das categorias de servidores da RFB;
- aumento do absenteísmo na grande maioria das Regiões Fiscais, aqui justificado pelo já relatado problema com o SIASS (Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor). Com estes números comparativos conseguimos portanto evidenciar os atrasos nos lançamentos das licenças feitas através do Subsistema, que somaram quase 1.000 de diferença em 2012 e 500 em 2011.

Os números de 2013, possivelmente, também poderão vir a sofrer alterações devido à intempestividade dos registros no SIASS, dificultando uma análise em relação aos anos anteriores. A ausência ou atraso no registro dessas ocorrências pode acarretar graves prejuízos para o servidor, desde um corte parcial na folha de pagamento até demissão por desídia.

Reposição do quadro

Grau de Reposição de egressos em 2013.

Fórmula: $\sum \text{entradas} / (\sum \text{vacâncias} + \sum \text{exonerações} + \sum \text{aposentadorias} + \sum \text{falecimento} + \sum \text{demissão})$

As entradas consideraram provimento originário.

RF	Ingressos 2013	Egressos 2013	Reposição do quadro
1	98	116	0,84
2	236	58	4,07
3	7	51	0,14
4	0	82	0,00
5	20	71	0,28
6	1	134	0,01
7	5	179	0,03
8	302	380	0,79
9	46	106	0,43
10	91	102	0,89
UC	151	56	2,70
DRJ	0	41	0,00
RFB	957	1.376	0,70

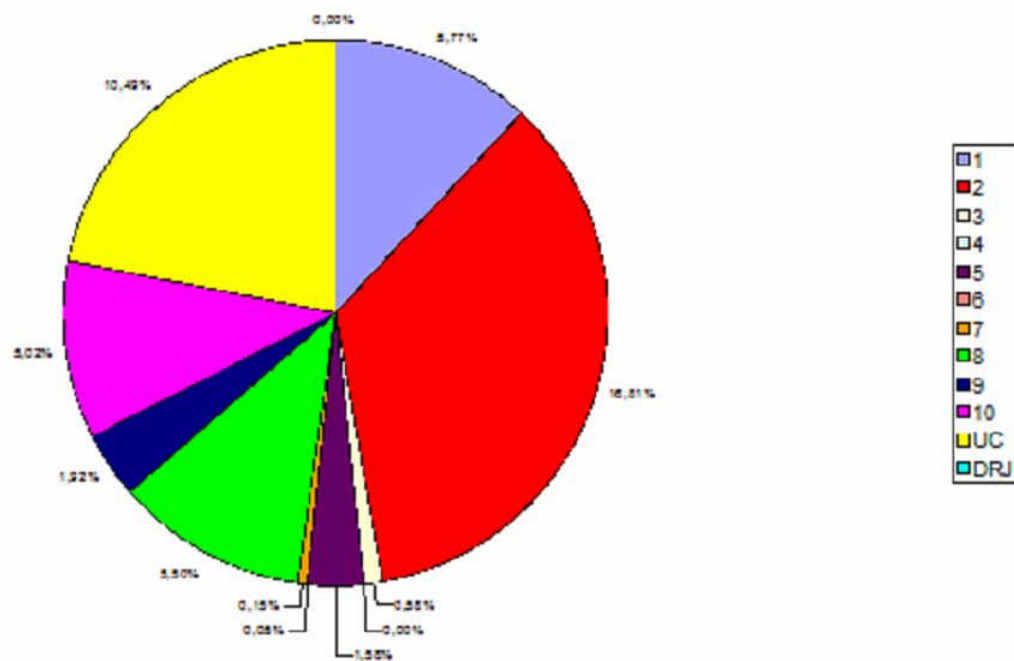
Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

O indicador de reposição de aposentadorias, apresentado na Prestação anterior, foi modificado para refletir de forma mais clara a situação de reposição do quadro funcional. Os resultados indicam a proporção ingressos sobre egressos. Os valores abaixo de 1 indicam perdas. Apenas duas UJ (2ª RF e UC) receberam mais servidores do que perderam ao longo do ano.

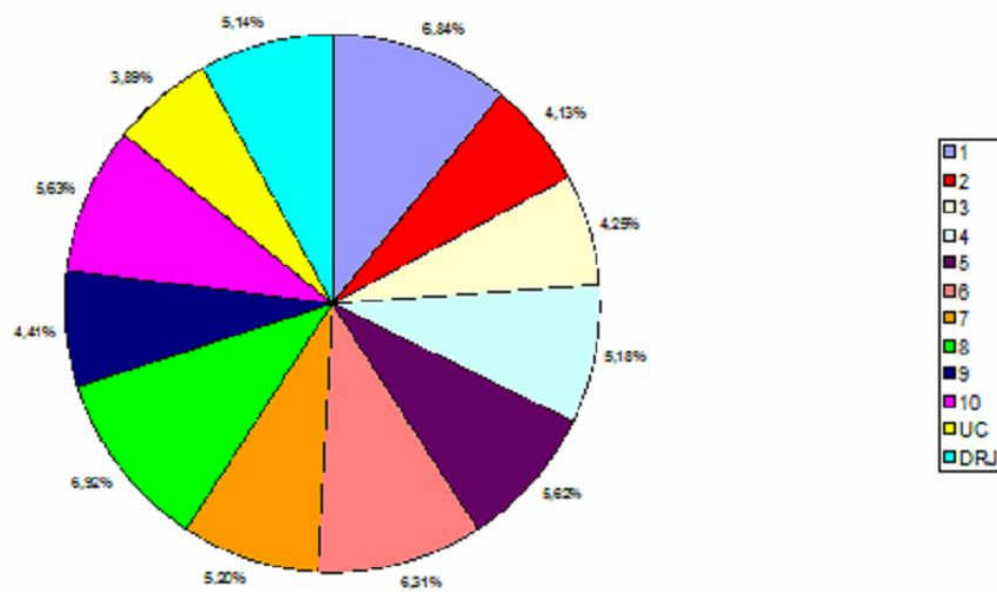
Para complementar a informação, no quadro abaixo são apresentados dados da movimentação de servidores, tanto externa (ingressos e egressos) quanto interna (remoção). São comparados os números brutos com a Força de Trabalho (FT) em 31/12/2012, de acordo com a Prestação de Contas 2012/2013.

RF	FT 31/12/2012	Ingressos 2013	% ING13/FT12	Egressos 2013	% EG13/FT12	Remoção 2013	% R13/FT12	FT 31/12/13	% FT13/FT12
1	1.697	98	5,77%	116	6,84%	-47	-2,77%	1.645	96,94%
2	1.404	236	16,81%	58	4,13%	-151	-10,75%	1.429	101,78%
3	1.199	7	0,58%	51	4,25%	9	0,75%	1.159	96,66%
4	1.582	0	0,00%	82	5,18%	11	0,70%	1.488	94,06%
5	1.264	20	1,58%	71	5,62%	14	1,11%	1.224	96,84%
6	2.122	1	0,05%	134	6,31%	17	0,80%	1.999	94,20%
7	3.442	5	0,15%	179	5,20%	73	2,12%	3.326	96,63%
8	5.492	302	5,50%	380	6,92%	75	1,37%	5.505	100,24%
9	2.401	46	1,92%	106	4,41%	22	0,92%	2.362	98,38%
10	1.811	91	5,02%	102	5,63%	-43	-2,37%	1.746	96,41%
UC	1.440	151	10,49%	56	3,89%	22	1,53%	1.541	107,01%
DRJ	798	0	0,00%	41	5,14%	-2	-0,25%	757	94,86%
RFB	24.652	957	3,88%	1.376	5,58%	0	0,00%	24.181	98,09%

Ingressos 2013 em relação à Força de Trabalho em 31/12/2012



Egressos 2013 em relação à Força de Trabalho em 31/12/2012





Podemos inferir dos dados e gráficos:

3. Mesmo com a entrada de 957 servidores em 2013, a força de trabalho da RFB foi reduzida em 2%, cenário que vem se repetindo nos últimos anos;
4. O valor expressivo de 1.376 egressos no ano de 2013 está associado a duas vertentes:
 1. Alto número de aposentadorias, 869 em 2013, situação de risco que deve persistir de acordo com a informação do quadro “Quantidade de servidores da UJ por faixa etária”, em que 47% dos servidores se encontram nas classes acima de 50 anos; e
 2. Alto índice de vacância por posse em cargo inacumulável, 384 em 2013, evidenciando a diminuição de atratividade da RFB em relação a outros órgãos públicos.
 3. A interpretação do gráfico de ingressos deve ser feita juntamente com a do gráfico de remoções. A 2ª RF, por exemplo, sendo a que mais exporta servidores na remoção, para compensar tal perda, é a maior receptora de novos servidores por concurso público;

A política de movimentação de pessoal objetiva equalizar a distribuição dos servidores entre as unidades. Como o egresso percentual é homogêneo e a política de remoção atua na movimentação das RF de fronteira (1ª, 2ª, 9ª e 10ª) para as demais, os ingressos funcionam como compensações desse fluxo.

Grau de Lotação Bruto

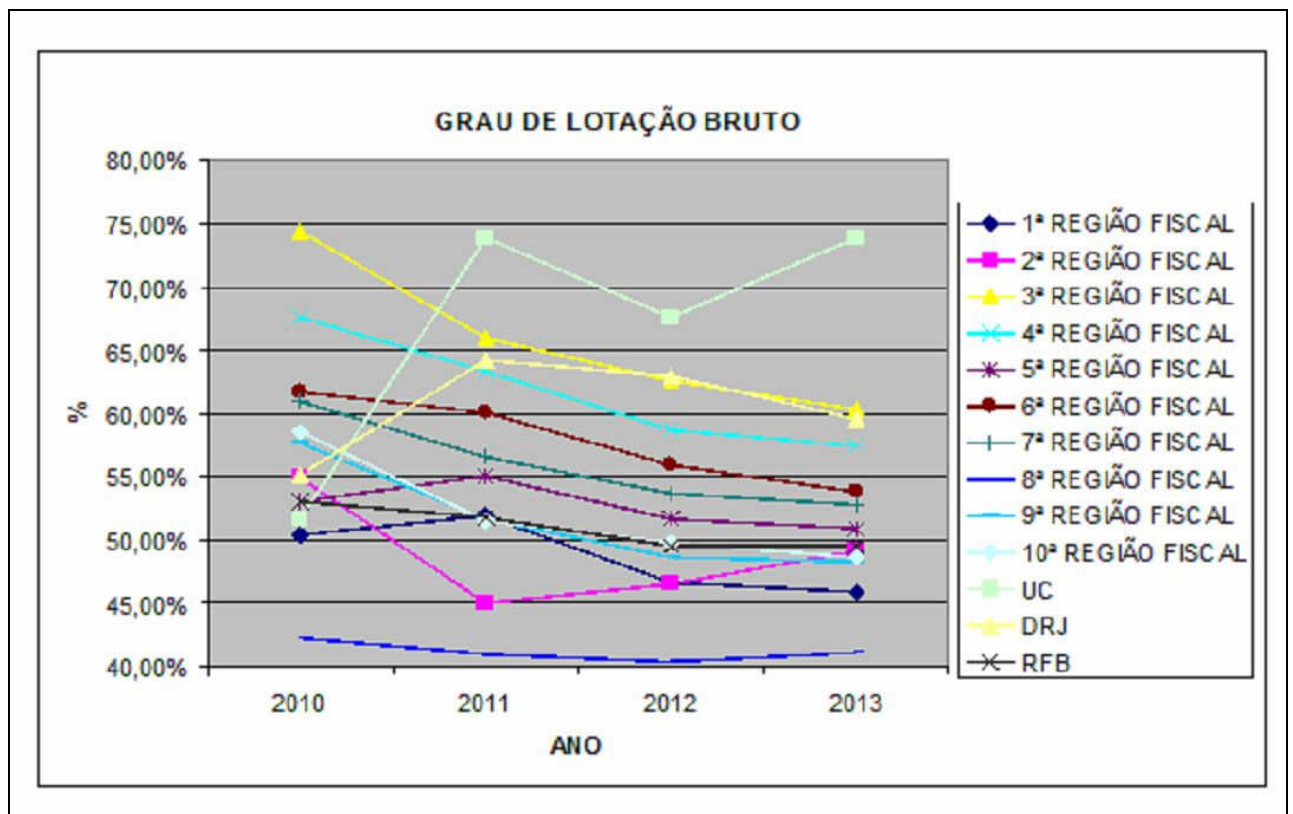
Fórmula: $(n^{\circ} \text{ de servidores da carreira ARFB em 31/12}) / (\text{lotação autorizada})$

A distribuição dos valores da lotação autorizada no âmbito da RFB é definida pela Portaria RFB nº1953 de 27/07/2012, que é embasada em Estudo de Lotação interno.

	2010	2011	2012	2013
1ª REGIÃO FISCAL	50,39%	51,86%	46,62%	45,85%
2ª REGIÃO FISCAL	54,89%	45,06%	46,48%	49,12%
3ª REGIÃO FISCAL	74,34%	65,91%	62,62%	60,33%
4ª REGIÃO FISCAL	67,60%	63,36%	58,69%	57,42%
5ª REGIÃO FISCAL	53,05%	55,10%	51,64%	50,88%
6ª REGIÃO FISCAL	61,68%	60,07%	55,88%	53,80%
7ª REGIÃO FISCAL	60,99%	56,56%	53,63%	52,79%
8ª REGIÃO FISCAL	42,22%	41,05%	40,34%	41,11%
9ª REGIÃO FISCAL	57,63%	51,70%	48,63%	48,30%
10ª REGIÃO FISCAL	58,53%	51,54%	49,74%	48,67%
UC	51,64%	73,83%	67,64%	73,89%
DRJ	55,13%	64,19%	62,90%	59,59%
RFB	53,06%	51,76%	49,50%	49,50%

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

A manutenção do valor do grau de lotação da RFB, em relação ao ano anterior, é resultado do ingresso de Auditores-Fiscais e Analistas-Tributários, que apenas compensou as perdas da Carreira ARFB ao longo de 2013. Devemos ter cuidado na comparação com o Grau de Reposição do Quadro, que considera também as Carreiras Administrativas.



Os dados sobre o Grau de Lotação corroboram os anteriormente apresentados sobre a reposição do quadro. A RFB, mesmo com a entrada de novos servidores, não consegue suprir as saídas, vindo seu quadro diminuir ao longo dos últimos anos. O grau de 49,50% pode ser separado para cada um dos cargos da Carreira Auditoria, e vemos pelo quadro abaixo que eles estão entre os menores dentre as carreiras típicas de Estado:

Órgão	Cargo	Lotação Real [1]	Lotação Máxima[2]	Grau de Lotação Nov2013
Receita Federal do Brasil	AFRFB	11.088	20.395	54,37%
	ATRFB	7.550	16.677	45,27%
Ministério das Relações Exteriores	Diplomata	1.557	1.805	86,26%
	Oficial de Chancelaria	881	1.893	46,54%
Polícia Federal	Delegado	1.714	2.187	78,37%
	Agente	6.240	8.033	77,68%
Ministério do Trabalho e Emprego	Auditor Fiscal do Trabalho	2.795	3.644	76,70%
Média sem a RFB				73,11%
[1] Boletim Estatístico de Pessoal_211 do MP, de novembro de 2013				
[2] Publicação "Dados LDO" do MP, Portaria 1992 de 30/11/12				

Fica claro com estas comparações o baixo índice de provimento da lotação da carreira ATRFB. As carreiras típicas de Estado compõe o Núcleo Estratégico do Estado, do qual decorrem os objetivos fundamentais e as políticas públicas formuladas pelo governo. É essencial que tal Núcleo seja robusto, sem apresentar as distorções atuais.

Educação Continuada

O Grau de Amplitude traduz a relação entre o número de servidores capacitados em 2013 sobre o número total de servidores. Dessa forma, em 2013 a RFB capacitou 72,39% dos seus servidores em pelo menos uma ação de desenvolvimento.

O Grau de Aprofundamento traduz a carga horária média alocada aos servidores que foram capacitados em 2013. Assim, em 2013 a RFB alocou em média 48,40 horas de capacitação em cada um dos 72,39% dos seus servidores capacitados em 2013.

Ambos os resultados trazem melhorias em relação ao ano passado, cujos valores foram de 72% e 43,73 horas, respectivamente.

UNIDADE	GRAUDE	GRAUDE
	APROFUNDAMENTO	AMPLITUDE
	horas	%
RFB	48,40	72,39
UC	71,67	89,70
1ª RF	47,50	57,04
2ª RF	63,40	82,00
3ª RF	67,88	67,78
4ª RF	35,64	73,77
5ª RF	44,01	70,54
6ª RF	36,17	74,70
7ª RF	37,71	77,52
8ª RF	52,21	72,76
9ª RF	39,97	67,36
10ª RF	54,46	71,25
DRJ	43,76	57,86

Fonte: Sistema de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas da RFB - Siscad

5.2 - Terceirização de Mão de Obra e Contratação de Estagiários

5.2.1 - Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro 21 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Brasília-DF													
UG/Gestão: 170019/0001						CNPJ: 00.394.460/0160-64							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.		
					Início	Fim	F		M			S	
							P	C	P	C		P	C
2008	L	O	DRF/BSB nº 2/2008	(ÁGIL) 72.620.735/0001-29	01/01/13	31/12/13	2	2					
2011	V	O	DRF/BSB nº 3/2011	(VISAN) 09.267.406/0001-00	01/01/13	31/12/13			6	6			
Observações: Carga horária da Empresa Ágil – segunda à sexta de 07:00 às 19:00hs. O contrato da Empresa Visan é composto de 02 postos de vigilância armada diurna 12x36 e 1 posto de vigilância 12x36													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Unidade Contratante												
Nome: Alfândega do Aeroporto Internacional de Brasília-DF												
UG/Gestão: 170020/0001						CNPJ: 00.394.460/0067-78						
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados			it.		
					Início	Fim	F	M	S			
							P	C	P		C	

					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	V	O	03/2009	03.602.646/0001-37	29/04/2009	28/04/2013	11			11			E
2013	V	O	04/2013	03.602.646/0001-37	01/08/2013	31/07/2014	11			11			A
2009	L	O	04/2009	09.055.409/0001-80	14/01/2010	24/06/013	6	6					E
2013	L	O	03/2013	02.203.129/0001-22	26/06/2013	14/01/2014	6	6					E

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campo Grande-MS													
UG/Gestão: 170109/0001							CNPJ: 00.394.460/0066-97						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	07/2011	09.016.469/0001-93	04/07/2013	03/07/2014	41	41	1	1	0	0	P
2012	V	O	14/2012	05.014.372/0004-33	01/11/2013	31/10/2014	0	0	35	35	0	0	P

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Unidade Contratante													
Nome: Inspeção da Receita Federal do Brasil em Corumbá-MS													
UG/Gestão: 170110/0001							CNPJ: 00.394.460/0068-59						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	07/2011	09.016.469/0001-93	06/12/2011	05/12/2014	0	0	0	0	0	0	P
2012	V	O	06/2012	00.332.087/0003-66	28/10/2012	27/10/2014	32	32	0	0	0	0	P

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Unidade Contratante													
Nome: Inspeção da Receita Federal do Brasil em Ponta Porã-MS													
UG/Gestão: 170111/0001							CNPJ: 00.394.460/0069-30						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	6/2009	09.016.469/0001-93	04/01/2010	03/01/2015	16	16					P
2013	V	O	3/2013	04.731.108/0001-05	11/11/2013	10/11/2014			24	24			A
2012	V	O	13/2012	10.398.803/0001-08	01/08/2012	10/11/2013			24	24			E

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Cuiabá-MT													
UG/Gestão: 170192/0001						CNPJ: 00.394.460/0065-06							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	11/2009	04.829.840/0001-12	01/09/2013	31/08/2014	13	13					P
2010	V	O	03/2010	02.576.238/0003-57	01/12/2013	30/11/2014			19	19			P

Observações:
LEGENDA
 Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
 Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Goiânia-GO													
UG/Gestão: 170198/0001						CNPJ: 00.394.460/0161-45							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	L	O	01/09/13	12.441.717/0001-58	17/06/2013	16/02/2015			41	41			A
2012	V	O	13/2012	03.677.044/0001-49	01/09/2012	30/04/2014			41	41			A

Observações:
LEGENDA
 Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
 Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Unidade Contratante													
Nome: Inspeção da Receita Federal do Brasil em Mundo Novo-MS													
UG/Gestão: 170247/0001						CNPJ: 00.394.460/0048-05							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	12/2009	09.432.202/0001-87	01/01/2011	31/12/2014	13	13					P
2008	V	O	04/2008	00.332.087/0003-66	01/05/2008	31/12/2013	20	20					E

Observações:
LEGENDA
 Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
 Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Palmas-TO													
UG/Gestão: 170271/0001						CNPJ: 00.394.460/0356-03							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		

					Contratadas		F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	02/2011	08.805.331/0001-00	01/09/2011	31/08/2016			15	15			A
2010	V	O	06/2010	07.116.584/0001-04	01/09/2010	30/08/2015			18	18			A

Observações:

LEGENDA
 Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
 Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Dourados-MS													
UG/Gestão: 170388/0001							CNPJ: 00.394.460/0431-18						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	V	O	02/2008	00.332.087/0003-66	01/05/2008	31/12/2013	8	3	0	5			E
2009	L	O	05/2009	09.016.469/0001-93	03/01/2010	03/01/2015	5	3					P

Observações:

LEGENDA
 Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
 Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Anápolis-GO													
UG/Gestão: 170516/0001							CNPJ: 00.394.460/0449-47						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	CT 04/2012	08.531.933/0001-17	24/01/2012	23/05/2015	15	15					P
2011	V	O	CT 07/2011	08.931.820/0001-09	01/11/2011	28/02/2015	15	15					P

Observações: Fonte – Informações do setor de contratos da UG

LEGENDA
 Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
 Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quadro 22 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campo Grande-MS													
UG/Gestão: 170109/0001							CNPJ: 00.394.460/00066-97						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2014	2	O	01/2014	09.016.469/0001-93	01/10/2013	30/09/2014	2	2					A
2014	4	O	01/2014	09.016.469/0001-93	01/10/2013	30/09/2014	5	5					A
2014	5	O	01/2014	09.016.469/0001-93	01/10/2013	30/09/2014			16	16			A
2014	6	O	01/2014	09.016.469/0001-93	01/10/2013	30/09/2014	1	1					A
2014	7	O	01/2014	09.016.469/0001-93	01/10/2013	30/09/2014			4	4			A

2014	9	O	01/2014	09.016.469/0001-93	01/10/2013	30/09/2014	1	1					A
2014	12	O	01/2014	09.016.469/0001-93	01/10/2013	30/09/2014	9	9	3	3			A
2013	2	O	41/2013	09.016.469/0001-93	13/01/2014	30/09/2014	1	1					A
2013	4	O	41/2013	09.016.469/0001-93	13/01/2014	30/09/2014	1	1					A
2013	5	O	41/2013	09.016.469/0001-93	13/01/2014	30/09/2014				1	1		A
2013	12	O	41/2013	09.016.469/0001-93	13/01/2014	30/09/2014	4	4	3	3			A

Observações: Atividades incluídas como "OUTRAS": digitadores, carregadores, contínuo. Atividades incluídas como "TRANSPORTES"

LEGENDA

Área:

6. Segurança;
7. Transportes;
8. Informática;
9. Copeiragem;
10. Recepção;
11. Reprografia;
12. Telecomunicações;
13. Manutenção de bens móveis;
14. Manutenção de bens imóveis;
15. Brigadistas;
16. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes;
17. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Informações do setor de contratos da UG

Unidade Contratante													
Nome: Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Corumbá -MS													
UG/Gestão: 170110/0001							CNPJ: 00.394.460/00068-59						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	4	O	03/2011	09.016.469/0001-93	01/09/2011	31/08/2014	2	2	4	4			P
2012	12	O	07/2012	09.484.770/0001-21	18/12/2012	17/12/2014	6	6					P
2013	9	O	02/2013	01.504.786/0001-47	10/04/2013	09/04/2014							A
2013	12	O	42/2013	09.016.4690001-93	24/09/2013	23/09/2014	5	5	3	3			A

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis;
9. Manutenção de bens imóveis;
10. Brigadistas;
11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes;
12. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Informações do setor de contratos da UG

Unidade Contratante	
Nome: Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Ponta Porã-MS	
UG/Gestão: 170111/0001	CNPJ: 00.394.460/0069-30
Informações sobre os Contratos	

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2011	5	O	03/2011	07.951.388/001-55	15/07/2011	26/11/2013			1	1					E
2011	4	O	04/2011	07.951.388/0001-55	15/07/2014	26/11/2013	1	1							E
2011	12	O	05/2011	07.951.388/0001-55	15/07/2011	31/01/2014			9	9					A
2007	12	O	01/2007	02.282.245/0001-84	27/11/2007	26/11/2013	4	4							E
2007	12	O	02/2007	02.282.245/0001-84	27/11/2007	26/11/2013	1	1							E
2007	12	O	03/2007	02.282.245/0001-84	27/11/2007	26/11/2013	1	1							E
2013	12	O	44/2013	05.912.569/0001-47	27/11/2012	21/02/2014	13	13	2	2					A
2007	12	E	04/2014	02.282.245/0001-84	27/11/2013	31/03/2014	7	7							A

Observações: 05/2011 - Secretariado
001/2007 - Carregadores / Ajudante de armazém / Estiva
002/2007 - Motorista
003/2007 – Operador de Empilhadeira
44/2013 -Recepcionista, Copeiragem, Carregador, Motorista Operador de Empilhadeira – (10109.724671/2013-38)
Rescisão unilateral por Inexecução total do objeto contratado
04/2014 – Carregadores / Ajudante de armazém / Estiva; Motorista; Operador de Empilhadeira – Emergencial em razão da inexecução total pela contratada do Contrato 44/2013

LEGENDA
Área:
1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis;
9. Manutenção de bens imóveis;
10. Brigadistas;
11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes;
12. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Informações do setor de contratos da UG

Unidade Contratante															
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Goiânia-GO															
UG/Gestão: 170198/0001						CNPJ: 00.394.460/0161-45									
Informações sobre os Contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2013	12	O	14/2013	12.441.717/0001-58	16/08/2013	25/04/2015			8	8					A
2012	9	O	16/2012	09.033.055/0001-72	03/12/2012	02/08/20014			2	2					A
2013	4	O	17/2012	08.531.933/000-17	02/01/2013	01/09/20014			4	4					A
2013	5	O	15/2013	08.531.933/0001-17	02/12/2013	01/12/2014			18	18					A

Observações: Atividades incluídas como "OUTRAS": chapa/carregadores

LEGENDA
Área:
1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

8. Manutenção de bens móveis;
9. Manutenção de bens imóveis;
10. Brigadistas;
11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes;
12. Outras.

Fonte: Informações do setor de contratos da UG

Unidade Contratante													
Nome: Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Mundo Novo-MS													
UG/Gestão: 170247/0001						CNPJ: 00.394.460/0048-05							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	5	O	07/2010	06.888.220/0001-80	01/01/2011	31/12/2013			1	1			E
2012	4	O	07/2010	06.888.220/0001-80	01/01/2011	31/12/2013	1	1					E
2013	2	O	07/2010	06.888.220/0001-80	01/01/2011	21/12/2013	2	2					E
2013	12	O	07/2010	06.888.220/0001-80	01/01/2011	31/012/2013	6	6					E

Observações:

LEGENDA
Área:
 1. Segurança;
 2. Transportes;
 3. Informática;
 4. Copeiragem;
 5. Recepção;
 6. Reprografia;
 7. Telecomunicações;
 8. Manutenção de bens móveis;
 9. Manutenção de bens imóveis;
 10. Brigadistas;
 11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes;
 12. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Informações do setor de contratos da UG

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Palmas-TO													
UG/Gestão: 170271/0001						CNPJ: 00.394.460/0356-03							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	5	O	01/2012	05.393.490/0001-57	09/04/2012	08/04/2017			17	17			E
2012	4	O	02/2012	05.393.490/0001-57	09/04/2012	08/04/2017			2	2			E
2012	2	O	03/2012	26.645.879/0001-12	08/04/2012	08/04/2017			3	3			A
2013	5	O	03/2013	05.784.565/0001-20	03/06/2013	02/06/2018			19	19			A
2013	12	O	04/2013	02.563.740/0001-61	01/07/2013	30/06/2018			2	2			A
2013	4	O	06/2013	09.611.589/0001-91	05/08/2013	04/08/2018			2	2			A

Observações:

LEGENDA		Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Área:		Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
1. Segurança;		Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
2. Transportes;		Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
3. Informática;		
4. Copeiragem;		
5. Recepção;		
6. Reprografia;		
7. Telecomunicações;		
8. Manutenção de bens móveis;		
9. Manutenção de bens imóveis;		
10. Brigadistas;		
11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes;		
12. Outras.		

Fonte: Informações do setor de contratos da UG

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Dourados-MS													
UG/Gestão: 170388/0001						CNPJ: 00.394.460/0431-18							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	4	O	05/2011	06.888.220/0001-80	01/07/2012	31/12/2013	1			1			E
2011	5	O	05/2011	06.888.220/0001-80	01/07/2012	31/12/2013			8	4		4	E
2011	12	O	05/2011	06.888.220/0001-80	01/07/2012	31/12/2013	3			1		2	E
Observações:													
LEGENDA		Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.											
Área:		Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.											
11. Segurança;		Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.											
12. Transportes;		Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.											
13. Informática;													
14. Copeiragem;													
15. Recepção;													
16. Reprografia;													
17. Telecomunicações;													
18. Manutenção de bens móveis;													
19. Manutenção de bens imóveis;													
20. Brigadistas;													
21. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes;													
22. Outras.													

Fonte: Informações do setor de contratos da UG

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Anápolis-GO													
UG/Gestão: 170516/0001						CNPJ: 00.394.460/0449-47							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	4	O	4	08.531.933/0001-17	24/01/2012	23/01/2017			2	2			P
2012	5	O	5	07.229.980/0001-48	25/01/2012	24/09/2013			11	11			E
2013	5	O	5	11.108.001/0001-70	24/10/2013	23/10/2018			11	11			A
2012	9	O	6	12.139.246/0001-28	01/10/2012	30/09/2017			2	2			P

2012	12	O	4	08.531.933/0001-17	24/01/2012	23/01/2017			2	2		P
Observações: Atividades incluídas como "OUTRAS": carregadores												
LEGENDA												
Área:			Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.									
1. Segurança;												
2. Transportes;												
3. Informática;												
4. Copeiragem;												
5. Recepção;												
6. Reprografia;												
7. Telecomunicações;												
8. Manutenção de bens móveis;												
9. Manutenção de bens imóveis;												
10. Brigadistas;												
11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes;												
12. Outras.												

Fonte: Informações do setor de contratos da UG

Análises Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4

Os Quadros Demonstrativos acima contêm informações sobre a prestação de serviços continuados de terceirização de mão-de-obra, contratados pelas unidades gestoras, de acordo com o Decreto nº 2.271/97 bem assim sobre a vigência dos respectivos termos pactuados e demais dados solicitados.

Como tratam-se de serviços continuados e essenciais ao funcionamento das unidades, os contratos, normalmente, caso a empresa demonstre cumprir suas obrigações, são firmados por prazo de um ano, prorrogando-se por iguais e sucessivos períodos até completar o período máximo de 60 meses permitido pela legislação para tanto. Uma vez não sendo possível a prorrogação, ato contínuo, são elaborados novos termos de referências na forma da legislação vigente.

Nessas contratações são bastante comuns ocorrem problemas da não execução parcial ou total do objeto pactuado, face a descumprimento das obrigações por parte da empresa, como, por exemplo, verificou-se em relação a prestação dos serviços terceirizados de limpeza e conservação de edifícios, na Alfândega de Brasília - DF, UG 170020 e na DRF/Campo Grande – MS, UG 170109. Nos casos referidos, a administração, além da aplicação das penalidades previstas no instrumento contratual, tomou providências acerca da execução da garantia contratual, inclusive quanto às faturas apresentadas pelas contratadas. Procedeu-se à retenção de valores para depositar em conta vinculada - a parte correspondente a salários, diretamente nas contas dos empregados - bem assim os demais encargos trabalhistas e multa administrativa.

7.2.2 - Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 23 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	155	157	146	153	931.387,01
1.1. Área Fim	0	0	0	0	0
1.2. Área Meio	155	157	146	153	931.387,01
2. Nível Médio	0	0	0	0	0
2.1. Área Fim	0	0	0	0	0
2.2. Área Meio	0	0	0	0	0
3. Total (1+2)	155	157	146	153	931.387,01

Fonte: DW Siape – Fevereiro 2014

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Estagiários das DRJ estão contabilizados nos quadros das Regiões Fiscais;
2. Foram apuradas as rubricas de Bolsa de Estágio, Auxílio Transporte Estagiário e Recesso Remunerado Estágio. Não são considerados os descontos de falta, auxílio transporte do período de recesso e GRU emitidas em nome do estagiário;
3. O lançamento de dados históricos no Siape, após a data da extração DW, pode gerar diferença nos valores apresentados.

A contratação de estagiários na RFB é realizada mediante a celebração de contratos com empresas que prestam serviços como agentes de integração entre universidades, estudantes e a RFB. A seleção é realizada conforme a demanda de trabalho do órgão e o perfil do curso do estudante.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 1ª REGIÃO
FISCAL - SRRF 01**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 6: Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário
(Item 6, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU N° 127/2013)

6.1 - Gestão da Frota de Veículos Próprios e Locados de Terceiros

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

a) **Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos**

Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950, que dispõe sobre o uso de carros oficiais.

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o artigo 37, XXI da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

Lei nº 9.327, de 9 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a condução de veículo oficial.

Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do artigo 37, XXI da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão para aquisição de bens e serviços comuns.

Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, que dispõe sobre bagagem de passageiro procedente do exterior, disciplina o regime de entreposto aduaneiro, estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas.

Decreto nº 5.450, de 31 de março de 2005, que regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns.

Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 3, de 15 de maio de 2008, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.

Portaria do Ministério da Fazenda nº 282, de 9 de junho de 2011, que estabelece critérios e condições para destinação de mercadorias abandonadas, entregues à Fazenda Nacional ou objeto de pena de perdimento.

Portaria da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 3.010, de 29 de junho de 2011, que estabelece critérios e condições para destinação de mercadorias abandonadas, entregues à Fazenda Nacional ou objeto de pena de perdimento.

Norma de execução da Coordenação Geral de Serviços Gerais da Subsecretaria de Assuntos Administrativos da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda nº 1.03.003, de 14 de fevereiro de 1997, que estabelece procedimentos administrativos ao credenciamento de servidor para condução de veículo oficial.

Alguns veículos terrestres usados pela SRRF e suas Unidades Jurisdicionadas no cumprimento de sua missão institucional são incorporados aos seus patrimônios, na forma da legislação acima citada.

A incorporação, nos termos do parágrafo único do artigo 24 da Portaria RFB nº 3.010, de 2011, define- como “a transferência do direito de propriedade dos bens que houverem sido destinados para o órgão público” e recai sobre aqueles bens – no presente caso, veículos - que foram abandonados, entregues à Fazenda Nacional ou foram objeto de pena de perdimento.

Segundo citada norma, somente poderão ser destinados a órgãos da Administração Pública veículos cujo uso esteja de acordo com a legislação a eles aplicável.

No âmbito desta 1ª Região Fiscal, que abrange Unidades da Receita Federal do Brasil nos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins e no Distrito Federal, compete ao Superintendente Regional da Receita Federal, nos termos do artigo 43 da Portaria RFB nº 3.011, de 2011, destinar bens e mercadorias às Unidades sob sua jurisdição.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

Frente às características das 12 Unidades da Receita Federal do Brasil sob a jurisdição desta **SRRF01**, a frota de veículos é de grande importância e tem forte impacto sobre as atividades das Unidades da RFB na 1ª RF no cumprimento da missão institucional na fiscalização e arrecadação de tributos internos e no controle do comércio exterior, considerando a vasta extensão territorial, que abrange os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás e Distrito Federal, além de uma extensa fronteira terrestre, superior a 2,0 mil km, com Paraguai e a Bolívia.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

f) Custos associados à manutenção da frota

As considerações sobre os quesitos de letras “c”, “d”, “e” e “f” foram aglutinadas no quadro abaixo.

Quadro 24 – Frota de Veículos Automotores da Unidade Jurisdicionada

UG	MARCA	MODELO	ANO FABRICA	TIPO E USO	KM MÉDIA ANUAL	NATUREZA
170018 SRRF01	Randon	Reboque	1995	Pesado e repressão	5.000	Incorporado
	Renault	Van	2005	Utilitário e repressão	3.000	Adquirido
	Peugeot	Van		Utilitário e repressão	1.000	Incorporado
	Toyota	Land Cruiser	2005	Pesado e repressão	4.400	Adquirido
	Volvo	Caminhão	1995	Pesado e repressão	0	Incorporado
	Toyota	Caminhonete	1995	Utilitário e Institucional	3.000	Adquirido
	Honda	Moto NX4	2005	Leve e Investigação	1.000	Incorporado
	Chevrolet	Caminhonete	2005	Utilitário e Investigação	5.000	Incorporado
	Fiat	Palio Weekend	2005	Leve e Institucional	3.000	Incorporado
	Nissan	Caminhonete	2005	Utilitário e repressão	4.000	Incorporado
	Volkswagen	Saveiro	2003	Utilitário e repressão	1.500	Incorporado
	Scania	Ônibus	1994	Pesado e repressão	1.500	Incorporado
	Ford	Caminhão	2005	Pesado e repressão	1.500	Adquirido
	Fiat	Doblo EX	2005	Utilitário e Investigação	5.000	Incorporado
	Volkswagen	Espace Fox	2008	Leve e Investigação	5.000	Incorporado
	Renault	Furgão	2008	Utilitário e Investigação	6.000	Incorporado
	Peugeot	Allure	2008	Utilitário e Investigação	5.500	Incorporado
	Volkswagen	Fox	2007	Leve e Investigação	7.000	Incorporado
	Volkswagen	Saveiro	2001	Utilitário e Institucional	0	Incorporado
	Toyota	Corola	2007	Leve e Institucional	7.000	Incorporado
Toyota	Caminhonete	2006	Utilitário e repressão	2.000	Incorporado	
Fiat	Marea	2003	Leve e repressão	3.000	Incorporado	
Peugeot	Van/Boxer M330	2011	Utilitário e repressão	0	Incorporado	
Volkswagen	Caminhão Trator	2010	Leve e repressão	6.000	Incorporado	
Chevrolet	Capitiva	2009	Utilitário e institucional	0	Incorporado	

	Hiunday	Santa Fé	2011	Utilitário e repressão	8.000	Incorporado
	Fiat	Strada	2007	Leve e repressão	8.000	Incorporado
	Fiat	Idea	2007	Leve e repressão	6.000	Incorporado
	Chevrolet	Vectra GT	2008	Utilitário e repressão	6.000	Incorporado
	Volkswagen	Crosfox	2010	Utilitário e repressão	8.000	Incorporado
	Volkswagen	Golf	2009	Leve e repressão	8.000	Incorporado
	Chevrolet	Vectra Hatch	2008	Utilitário e repressão	8.000	Incorporado
	Mitsubishi	Caminhonete L200	2013	Utilitário e Repressão	10.000	Adquirido
	Mitsubishi	Caminhonete L200	2013	Utilitário e Repressão	10.000	Adquirido
	Mitsubishi	Caminhonete L200	2013	Utilitário e Repressão	10.000	Adquirido
	Mitsubishi	Caminhonete L200	2013	Utilitário e Repressão	10.000	Adquirido
	Mitsubishi	Caminhonete L200	2013	Utilitário e Repressão	10.000	Adquirido
	Mitsubishi	Caminhonete L200	2013	Utilitário e Repressão	10.000	Adquirido
Total de veículos da UG					38	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 31.212,15	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 29.023,92	
170019 DRF/BSB	Fiat	Palio	2005	Utilitário e Institucional	3417	Incorporado
	Fiat	Palio	2010	Utilitário e Institucional	5846	Incorporado
	Nissan	Frontier	2005	Utilitário e Institucional	3442	Incorporado
	Chevrolet	Vectra	2008	Leve e Institucional	424	Incorporado
Total de veículos da UG					4	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					(*)	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					(*)	
170020	Nissan	Frontier	2005	Utilitário e Institucional	5.000	Incorporado
	Fiat	Weekemd	2005	Utilitário e Institucional	3.000	Incorporado
	Volkswagen	Fox	2004	Utilitário e Institucional	3.000	Incorporado
	Toyota	Hilux	1998	Utilitário e Institucional	5.000	Incorporado
	Nissan	Xterra	2006	Utilitário e Institucional	2.000	Incorporado
	Chevrolet	Corsa	2005	Utilitário e Institucional	2.000	Incorporado
	Chevrolet	Montana	2005	Utilitário e Institucional	3.000	Incorporado
	Fiat	Doblô	2004	Utilitário e Institucional	8.000	Incorporado
	Chevrolet	S10	2007	Utilitário e Institucional	5.000	Incorporado
	Toyota	Corolla	2006	Utilitário e Institucional	3.000	Incorporado
	Fiat	Strada	2009	Utilitário e Institucional	3.000	Incorporado
	Chevrolet	Vectra	2006	Utilitário e Institucional	2.000	Incorporado
	Toyota	Land Cruiser	2005	Utilitário e Institucional	4.000	Incorporado
	Volkswagen	Fox Cross	2008	Utilitário e Institucional	6.000	Incorporado
	Mitsubishi	L200	2013	Utilitário e Institucional	15.000	Adquirido
Mitsubishi	L200	2013	Utilitário e Institucional	15.000	Adquirido	
Mitsubishi	L200	2013	Utilitário e Institucional	15.000	Adquirido	
Total de veículos da UG					17	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					(*)	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					(*)	
170109	Citroen	C4 Pallas GLX	2009	Leve e Institucional	8.000	Incorporado
	Fiat	Palio Week ELX	2005	Leve e Institucional	10.000	Incorporado
	Fiat	Strada Fire	2005	Leve e Institucional	8.000	Incorporado
	M Benz	L 1620	2011	Pesado e Institucional	8.000	Incorporado
	M Benz	L 1620	1999	Pesado e Institucional	8.000	Incorporado
	VW	13.180 E	2005	Pesado e Institucional	8.000	Adquirido
	VW	19.320 CLC TT	2007	Pesado e Institucional	8.000	Incorporado
	Ford	F250	2002	Utilitário e Institucional	5.000	Incorporado
	Mitsubishi	Montero GLS	2005	Utilitário e Institucional	2.000	Incorporado
	Mitsubishi	Pajero HPE 3.2D	2012	Utilitário e Institucional	8.000	Incorporado
	Mitsubishi	Pajero Sport 4x4	2000	Utilitário e Institucional	6.000	Incorporado
	Mitsubishi	L200 Triton 3.2D	2012	Utilitário e Institucional	8.000	Adquirido
	Mitsubishi	L200 Triton 3.2D	2012	Utilitário e Institucional	8.000	Adquirido
	VW	Amarok CD 4X4 High	2010	Utilitário e Institucional	8.000	Incorporado
	Fiat	Doblô ADV 1.8	2010	Leve e Investigação	6.000	Incorporado
	Fiat	Strada Advent	2005	Leve e Investigação	6.000	Incorporado
	Ford	Focus 2L FC	2010	Leve e Investigação	6.000	Incorporado
	VW	Gol 1.6 Rallye	2011	Leve e Investigação	6.000	Incorporado
	VW	Saveiro 1.6 CE	2010	Leve e Investigação	6.000	Incorporado
	VW	Voyage 1.6 Comfort	2010	Leve e Investigação	6.000	Incorporado

	Volvo	VM 260 6X2R	2011	Pesado e Repressão	8.000	Incorporado
	VW	15.180 Euro3 Worker	2006	Pesado e Repressão	6.000	Adquirido
	VW	17.210 maxibus URB	2006	Pesado e Repressão	6.000	Adquirido
	GM	S10 2.8 D 4X4	2007	Utilitário e Repressão	6.000	Incorporado
	Mitsubishi	L200 Triton 3.2 D	2012	Utilitário e Repressão	12.000	Adquirido
	Mitsubishi	L200 Triton 3.2 D	2012	Utilitário e Repressão	12.000	Adquirido
	Mitsubishi	L200 Triton 3.2 D	2012	Utilitário e Repressão	12.000	Adquirido
	Mitsubishi	L200 Triton 3.2 D	2012	Utilitário e Repressão	12.000	Adquirido
	Mitsubishi	L200 Triton 3.2 D	2012	Utilitário e Repressão	12.000	Adquirido
	Mitsubishi	L200 Triton 3.2 D	2012	Utilitário e Repressão	12.000	Adquirido
	Mitsubishi	L200 Triton 3.2 D	2012	Utilitário e Repressão	12.000	Adquirido
	Nissan	Frontier 4X4 SE	2005	Utilitário e Repressão	2.000	Adquirido
	Nissan	Frontier 4X4 SE	2005	Utilitário e Repressão	2.000	Adquirido
	Nissan	Frontier 4X4 SE	2005	Utilitário e Repressão	2.000	Adquirido
	Renault	Master Bus 16 DCI	2005	Utilitário e Repressão	6.000	Incorporado
	Toyota	Hillux 4X2 CD	2006	Utilitário e Repressão	12.000	Incorporado
	Toyota	Hillux CD 4X4 SRV	2008	Utilitário e Repressão	12.000	Incorporado
	Toyota	Hillux CD 4X4 SRV	2007	Utilitário e Repressão	12.000	Incorporado
	Toyota	Hillux CD 4X4 SRV	2008	Utilitário e Repressão	12.000	Incorporado
	Toyota	Hillux CD 4X2	2006	Utilitário e Repressão	12.000	Incorporado
Total de veículos da UG					41	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 73.125,00	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 72.888,97	
170110	Fiat	Pálio Weekend	2005	Leve e Institucional	3.681	Adquirido
	Fiat	Pálio EL	1998	Leve e Institucional	740	Adquirido
	Mitsubishi	L200	2012	Utilitário e Repressão	15.693	Adquirido
	Mitsubishi	L200	2012	Utilitário e Repressão	8.795	Adquirido
	Mitsubishi	L200	2012	Utilitário e Repressão	12.514	Adquirido
	Nissan	Frontier	2005	Utilitário e Repressão	6.931	Adquirido
	Volkswagen	Caminhão	2006	Pesado e Repressão	31.072	Adquirido
	Volkswagen	Caminhão	2007	Pesado e Repressão	1.211	Incorporado
	Ford	Cargo	2008	Pesado e repressão	21.107	Incorporado
	Ford	Cargo	2005	Pesado e Repressão	**	Incorporado
	Volkswagen	Gol	2007	Leve e Institucional	473	Incorporado
	Fiat	Ducato	201	Pesado e Institucional	1.674	Incorporado
	Fiat	Strada	2010	Leve e Institucional	1.100	Incorporado
	Fiat	Strada	2009	Leve e Institucional	3.827	Incorporado
	Volkswagen	Saveiro	2011	Leve e Institucional	1.175	Incorporado
	Toyota	Corolla	2005	Leve e Institucional	**	Incorporado
Toyota	Hillux	2006	Utilitário e Repressão	12.355	Incorporado	
Total de veículos da UG					17	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 20.419,51	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 52.692,35	
170111	Fiat	Pálio	1997	Leve e Institucional	5.000	Adquirido
	VW	Voyage	2009	Leve e Institucional	5.000	Incorporado
	Chevrolet	D20	1994	Utilitário e Institucional	6.000	Adquirido
	Toyota	Hillux SW4	2007	Utilitário e Repressão	14.400	Incorporado
	M Benz	L 1514	1987	Pesado e Repressão	8.000	Incorporado
	VW	7.90 S	1989	Pesado e Repressão	8.000	Incorporado
	VW	13.180	2007	Pesado e Repressão	8.000	Incorporado
	Fiat	Siena	2009	Leve e Institucional	5.000	Incorporado
	Fiat	Uno	2008	Leve e Institucional	5.000	Incorporado
	Chevrolet	D20	1995	Utilitário e Institucional	6.000	Incorporado
	Mitsubishi	L200 Triton	2012	Utilitário e Repressão	12.600	Adquirido
	Mitsubishi	L200 Triton	2012	Utilitário e Repressão	12.600	Adquirido
	Mitsubishi	L200 Triton	2012	Utilitário e Repressão	6.300	Adquirido
	Mitsubishi	L200 Triton	2012	Utilitário e Repressão	7.200	Adquirido
	Mitsubishi	L200 Triton	2012	Utilitário e Repressão	7.200	Adquirido
	Volvo	FH 440 6X2T	2011	Pesado e Repressão	10.000	Incorporado
VW	17.250	2010	Pesado e Repressão	8.000	Incorporação	
Total de veículos da UG					17	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 39.059,01	

Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 73.270,08	
170192	Ford	Cargo	2009	Pesado e Institucional	998	Incorporado
	Renault	Microonibus	2005	Utilitário e Institucional	1.386	Incorporado
	Mitsubishi	L200 Triton	2012	Utilitário e Institucional	18.830	Adquirido
	Mitsubishi	L200 Triton	2012	Utilitário e Institucional	18.830	Adquirido
	Mitsubishi	L200 Triton	2012	Utilitário e Institucional	18.830	Adquirido
	Mitsubishi	L200 Triton	2012	Utilitário e Institucional	18.830	Adquirido
	Mitsubishi	L200 Triton	2012	Utilitário e Institucional	18.830	Adquirido
	Mitsubishi	L200 Triton	2012	Utilitário e Institucional	18.830	Adquirido
	Mitsubishi	L200 Triton	2012	Utilitário e Institucional	18.830	Adquirido
	Mitsubishi	L200 Triton	2012	Utilitário e Repressão	18.830	Adquirido
	Mitsubishi	L200 Triton	2012	Utilitário e Repressão	18.830	Adquirido
Total de veículos da UG					12	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 34.947,75	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 27.754,75	
170198	Dog	Ram2500	2005	Pesado e repressão	5.000	Incorporado
	VW	17.210 Max Bus	2007	Motohome e Educação Fiscal	5.000	Adquirido
	GM	D20	1994	Utilitário e Repressão	500	Incorporado
	Nissan	Frontier	2005	Utilitário Institucional	15.000	Adquirido
	VW	Saveiro	2006	Utilitário e Institucional	15.000	Incorporado
	M. Benz	313 CDI	2011	Pesado e Repressão	4.000	Adquirido
	Gm	Vectra SD	2008	Leve e Institucional	5.000	Incorporado
	Nissan	X Terra	2007	Utilitário e Repressão	3.000	Incorporado
	Renault	M Revescap	2007	Utilitário e Institucional	6.000	Incorporado
	Nissan	L200 Triton	2013	Utilitário e Repressão	3.000	Adquirido
	Nissan	L200 Triton	2013	Utilitário e Repressão	3.000	Adquirido
	Nissan	L200 Triton	2013	Utilitário e Repressão	3.000	Adquirido
	Nissan	L200 Triton	2013	Utilitário e Repressão	3.000	Adquirido
	Nissan	L200 Triton	2013	Utilitário e Repressão	3.000	Adquirido
	Nissan	L200 Triton	2013	Utilitário e Repressão	3.000	Adquirido
	Nissan	L200 Triton	2013	Utilitário e Repressão	3.000	Adquirido
	Nissan	L200 Triton	2013	Utilitário e Repressão	3.000	Adquirido
	Total de veículos da UG					22
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 19.800,00	
Despesas da UG com combustível no exercício					R\$ 27.800,00	
170247	Wolksvagen	Saveiro	2010	Leve e Repressão	5.282,50	Incorporado
	Renault	Master Bus	2008	Utilitário e Repressão	16.448,66	Incorporado
	Chevrolet	Montana	2004	Leve e Repressão	7.205,20	Incorporado
	Nissan	Frontier	2005	Utilitário e Repressão	20.209,00	Incorporado
	Nissan	Frontier	2005	Utilitário e repressão	10.634,50	Incorporado
	GMC	Caminhão Furgão	1998	Pesado e Institucional	12.767,40	Incorporado
	Hyundai	Santa Fé	2008	Utilitário e Institucional	8.855,80	Incorporado
	Toyota	Hillux	2008	Utilitário e Repressão	6.018,84	Incorporado
	Renault	Master Bus	2005	Utilitário e Institucional	12.327,20	Incorporado
	Mitsubishi	L200 Triton	2012	Utilitário e Repressão	7.978,50	Adquirido
	Mitsubishi	L200 Triton	2012	Utilitário e Repressão	5.870,00	Adquirido
Wolksvagen	Gol	2010	Leve e Repressão	7.981,75	Incorporado	
Total de veículos da UG					12	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 25.314,61	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 31.789,03	
170271	Nissan	Frontioer	2005	Utilitário e institucional	9085	Adquirido
	Mitsubsh	L200	2005	Utilitário e institucional	16429	Incorporado
	Mitsubsh	L200	2007	Utilitário e institucional	10582	Incorporado
	Volkswagen	GOL 1.0	2005	Leve e institucional	1951	Incorporado
	Volkswagen	GOL 1.0	2006	Leve e institucional	7520	Incorporado
	Volkswagen	GOL 1.0	2010	Leve e institucional	4809	Incorporado
	Volkswagen	GOL 1.6	2012	Leve e institucional	2820	Incorporado

	Volkswagen	Caminhão	2005	Pesado e institucional	2451	Incorporado
	Chevrolet	D20	1996	Utilitário e institucional	4145	Incorporado
	Chevrolet	S10	2010	Utilitário e institucional	4250	Incorporado
	Fiat	STRADA	2008	Leve e institucional	8562	Incorporado
	Fiat	DUCATO	2010	Pesado e institucional	2600	Incorporado
Total de veículos da UG					12	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 120.595,57	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 29.443,81	
170388	Nissan	Frontier	2005	Utilitário e Repressão	5.737	Adquirido
	Ford	F250	2005	Utilitário e Repressão	3.275	Adquirido
	Fiat	Uno	2006	Leve e Institucional	1.221	Incorporado
Total de veículos da UG					03	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 1.759,65	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 4.244,11	
170516	Ford	Fiesta Sedan 1.6	2007	Leve e Institucional	6.446	Incorporado
	Fiat	Pálio Fire	2007	Leve e Institucional	648	Incorporado
	GM	S10	2008	Utilitário e Institucional	13.427	Incorporado
	VW	Caminhão	2004	Pesado e Institucional	1.060	Incorporado
	VW	Golf 1.6	2011	Leve e Institucional	5.000	Incorporado
	Fiat	Van Ducato	2011	Utilitário e Institucional	8.200	Incorporado
Nissan	Frontier	2005	Utilitário e Institucional	3.500	Incorporado	
Total de veículos da UG					07	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 3.917,00	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 12.501,36	
TOTAL DE VEÍCULOS DA UJ					202	
DESPESAS DA UJ COM MANUTENÇÃO DO EXERCÍCIO					R\$ 370.150,25	
DESPESAS DA UJ COM COMBUSTÍVEL NO EXERCÍCIO					R\$ 361.408,38	

Fonte: Siafi Operacional

(*) Obs: As despesas com manutenção e combustível relativamente aos veículos das UGs 17019 e 17020, são executadas pela Superintendência de Administração do MF - SAMF/DF.

g) Plano de substituição da frota;

O plano de substituição da frota é elaborado pelo órgão central da Receita Federal do Brasil, após consultadas às regiões fiscais.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

O órgão central da RFB estabelece as determinações para a política de aquisição dos veículos e as razões de escolha da aquisição em detrimento da locação, baseadas nas estratégias da Receita Federal do Brasil. A UJ também substitui veículos antigos por outros mais novos, incorporando veículos apreendidos, adequados à necessidade do órgão.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

O controle, normalmente, é feito através do preenchimento de formulários na entrada e saída dos veículos, como, por exemplo, os casos informados pela Delegacia de Cuiabá – MT que “utiliza o Sistema SIADS para controlar a utilização da frota, em que é feito o registro de várias informações, tais como, veículo a ser utilizado, placa, nome do motorista e assinatura do responsável que autoriza a saída, data e hora de saída, data e hora de chegada, quilometragem inicial e final e abastecimentos

realizados”. Já na Inspeção de Ponta Porã – MS, o “controle é realizado mediante empresa especializada em gerenciamento de frotas”.

6.2 - Gestão do Patrimônio Imobiliário da União que esteja sob a Responsabilidade da Unidade

Quadro 25 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	UF DF	2	3
	BRASÍLIA	2	3
	UF MS	18	19
	CAMPO GRANDE	2	2
	AQUIDAUANA	1	1
	TRÊS LAGOAS	1	1
	PARANÍNA	1	1
	CORUMBÁ	3	3
	PONTA PORÃ	3	3
	BELA VISTA	1	2
	PORTO MURTINHO	2	2
	MUNDO NOVO	2	2
	DOURADOS	1	1
	NOVA ANDRADINA	1	1
	UF MT	11	12
	ALTA FLORESTA	1	1
	ALTO ARAGUAIA	1	1
	BARRA DO GARÇAS	1	1
	CÁCERES	2	2
	DIAMENTINO	2	2
	MIRASSOL D'OESTE	1	1
	RONDONÓPOLIS	1	1
	SINOP	0	1
	TANGARÁ DA SERRA	1	1
	VÁRZEA GRANDE	1	1
	UF GO	15	15
	GOIÂNIA	2	2
	SENADO CANEDO	1	1
	CATALÃO	1	1
	ITUMBIARA	1	1
	JATAÍ	1	1
	RIO VERDE	1	1
	SÃO LUIZ DE MONTES BELOS	1	1
	GOIÁS	1	1
	CALDAS NOVAS	1	1
	ANÁPOLIS	1	1
	LUZIANIA	1	1
	FORMOSA	1	1
	CERES	1	1
	URUAÇU	1	1
	UF TO	5	5
	PALMAS	1	1
MIRACEMA DO TOCANTINS	1	1	
PARAÍSO DO TACANTINS	1	1	

	GURUPI	1	1
	ARAGUAINA	1	1
Subtotal Brasil		51	54
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	PAÍS "n"	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		51	54

Fonte: Sistema Spiunet/Edifica

Quadro 26 - DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
170018	9701.17620.500-6	21	4	937.885,15	17/05/2011	24.000.000,00	-	-
170019	9701.24150.500-5	21	3		05/09/2011	217.758,24	-	-
170109	9051.00250.500-6	21	5	11.728.026,40	11/11/2011	15.387.106,03	-	18.987,25
170109	9051.00607.500-6	21	5	3.000.000,00	02/06/2011	3.125.013,79	99.501,94	-
170109	9021.00021.500-9	21	6	90.629,14	24/10/2011	140.223,84	-	-
170109	9165.00063.500-6	17	3	108.392,45	04/01/2011	227.362,57	-	-
170190	9125.00019.500-7	21	6	60.316,18	28/10/2011	123.733,06	-	-
170110	9063.00127.500-0	21	4	51.749,00	10/09/2001	165.336,48	-	28.364,63
170110	9063.00159.500-5	21	3	50.312,00	31/12/2000	369.137,57	-	94.548,78
170110	9063.00165.500-8	21	4	17.041,00	06/01/2000	132.509,50	-	66.184,14
170111	9131.00179.500-2	13	5	3.379.372,70	31/12/2000	3.379.372,70	-	-
170111	9041.00019.500-2	13	5	306.747,69	27/09/2010	368.355,59	-	-
170111	9131.00793.500-0	13	4	80.000,00	07/04/2011	80.000,00	-	-
170111	9137.00129.500-9	18	5	146.506,63	20/04/2000	146.506,63	-	-
170111	9137.00135.500-1	13	4	1.164,00	26/06/2000	1.164,00	-	-
170111	9131.00237.500-7	13	4	170.758,00	15/10/2010	170.758,00	-	-
170192	8987.00066.500-9	21	2	70.000.000,00	23/03/2011	352.083,12	-	-
170192	9005.00010.500-7	21	6	Cz\$ 1.800.000,00	29/08/2012	245.265,79	-	-
170192	9035.00019.500-8	21	6	Cz\$530.000,00	14/08/2012	881.698,65	-	-
170192	9047.00091.500-4	21	5	Cz\$ 521.090,00	21/03/2011	901.150,80	-	-
170192	9047.00120.500-0	21	2	2.679.797,79	06/08/2012	4.043.065,60	-	25.534,00
170192	9069.00024.500-0	21	6	27.762.819,63	02/06/2011	144.492,67	-	-
170192	9069.00041.500-2	21	4	48.150,00	29/08/2011	42.131,25	-	-
170192	9177.00006.500-9	21	4	30.000,00	29/03/2011	210.745,47	-	-
170192	9151.00043.500-7	21	6	44.234.843,18	29/03/2011	366.564,84	-	-
170192	9185.00037.500-9	21	4	72.040,50	24/10/2011	76.157,10	-	-
170192	9167.00017.500-1	21	2	238.070,25	24/02/2011	238.070,25	128.259,00	-

170198	9289.00022.500-6	11	8	511.218,13	02/07/2012	511.218,13	-		
170198	9301.00017.500-1	13	4	817.753,45	25/07/2011	817.753,45	-	-	
170198	9173.00219.500-7	13	3	293.504,52	05/01/2010	293.504,52	-	122.317,07	
170198	9373.00311.500-7	13	8	1.320.857,37	01/02/2007	1.320.857,37	-	-	
170198	9377.00040.500-7	13	4	181.074,67	10/08/2011	181.074,67	-	-	
170198	9425.00013.500-3	17	4	189.289,67	26/07/2011	189.289,67	-	-	
170198	9433.00026.500.5	13	3	353.568,26	07/10/2011	353.568,26	-	-	
170198	9571.00015.5005-4	13	3	850.271,21	07/10/2011	850.271,21	-	-	
170198	9599.00003.500-9	13	4	286.115,88	08/09/2011	286.115,88	-	-	
170198	9753.00002.500-8	13	6	3.761.358,73		3.761.358,73	-	-	
170247	9179.00053.500-1	13	4	193.858,51	12/09/2013	1.957.597,00	16.500,00	2.394,00	
170247	9179.00070.500-4	13	3	31.769,52	12/09/2013	4.710.731,50	-	1.275,32	
170271	9241.00037.500-3	13	1	63.616,00	23/12/2013	85.500,00	-	-	
170271	9461.00012.500-4	16	3	75.380,00	23/12/2013	143.588,22	-	4.892,24	
170271	9385.00011.500-0	13	3	166.591,24	23/12/2013	231.405,73	-	4.300,00	
170271	9519.00007.500-2	16	3	75.380,00	23/12/2013	155.160,06	-	-	
170271	9733.00063.500-6	13	3	5.512.358,99	23/12/2013	7.761.727,20	-	24.550,00	
170388	9073.00091.500-3	13	3	536.793,84	31/12/2000	2.744.946,00	-	-	
170388	9123.00029.500-5	13	5	91.980,00	21/07/2011	603.990,00	-	-	
170516	9307.00075.500-7	21	3	126.289,79	06/10/2011	306.821,70	-	-	
170516	9445.00014.500-3	21	1	178.333,94	07/10/2011	414.361,19	-	-	
170516	9361.00026.500-4	21	4	542.745,04	07/10/2011	883.219,65	-	-	
170516	9221.00063.500-5	21	1	911.283,75	05/10/2011	11.416.929,10	-	-	
170516	9633.00030.500-0	13		62.583,00	08/02/2010				
Total							244.260,94	393.347,43	
Fonte: Sistema Spiunet/Edifica									

Legenda:

Regime

1 – Aqüicultura; 2 – Arrendamento; 3 – Cessão-Adm. Federal Indireta; 4 – Cessão-Outros; 5 – Cessão-Prefeituras e Estados; 6 – Cessão Onerosa; 7 – Comodato; 8 – Disponível para alienação; 9 – Em processo de Alienação; 10 – Em regularização-Cesão; 11 – Em regularização – Entrega; 12 – Em Regularização-Outros; 13 – Entrega-Adm.Federal Direta; 14 – Esbulhado (Invadido); 15 – Imóvel Funcional (não deve ser objeto do Quadro); 16 – Irregular – Cessão; 17 – Irregular-Entrega; 18 – Irregular-Outros; 20 – Locação para Terceiros; 21 – Uso em Serviço Público; 22 – Usufruto Indígena; 23 – Vago para Uso.

Estado de Conservação

1- Novo; 2 - <uito Bom; 3 – Bom; 4 – Regular; 5 – Reparos Importantes; 6 – Ruim; 7 – Muito Ruim (valor residual); 8 – Sem Valor.

Análise crítica:

Com referência as unidades imobiliárias a disposição da UJ, bem assim a sua distribuição espacial,

a situação do quantitativo de imóveis demonstrada se justifica em decorrência da natureza da atuação da Receita Federal do Brasil, tanto no que respeita a administração dos tributos internos quanto no que concerne aos inerentes ao comércio externo, inclusive nos espaços utilizados como Depósitos de Mercadorias Apreendidas, necessitando que a instituição tenha representação nas principais cidades e pontos de fronteira onde ocorrem as transações econômicas e respectivos fatos geradores das obrigações tributárias, estando mais próximo possível dos contribuintes e assim, atuar, também, como agente facilitador do processo.

Desse modo, tendo a instituição atuação permanente nas grandes cidades e demais locais pontuais, a instalação de unidades ou de subunidades, se dá, preferencialmente, em imóveis da União, posto que a locação de imóveis, além de onerosa, por vezes se torna desvantajosa já que, nem sempre são factíveis as prorrogações contratuais das locações imobiliárias.

Quadro 27 - DISCRIMINAÇÃO DE IMÓVEIS FUNCIONAIS DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

OCUPAÇÃO/UG	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados							
Vazios							
170198	9571.00046.500-3	3	-	07/10/2011	155.202,21	-	-
170198	9599.00007.500-0	3	-	08/09/2011	163.685,42	-	-
Total						0	0

Fonte: Sistema Spiunet/Edifica

Análise crítica:

Constam poucas unidades de imóveis funcionais no âmbito da 1ª Região Fiscal. Tratam-se de situações antigas, quando em determinadas cidades menores, de longas distâncias dos maiores centros urbanos, se construía uma Agência de tributos internos ou uma Inspeção de fronteira, e no mesmo terreno se edificava um espaço para eventual acomodação do Agente ou de outros servidores em trabalho, com RIP de utilização distinto do prédio principal, já que, normalmente, nessas localidades dificilmente eram encontrados imóveis residenciais para serem locados e até mesmo hotéis para instalação dos servidores oriundos de outras localidades.

6.3 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro 28 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	UF DF	1	1
	TAGUATINGA	1	1
	UF MS	4	4
	RIO VERDE DE MATO GROSSO	1	1
	PARANAÍBA	1	1
	NAVIRAÍ	1	1
	JARDIM	1	1
	UF MT	2	2
	TANGARÁ DA SERRA	1	1
	SINOP	1	1
	UF GO	3	3
	GOIÂNIA	1	2
	CALDAS NOVAS	1	1
	URUAÇÚ	1	0
	UF TO	2	2
	ARAGUAÍNA	1	1
	DIANÓPOLIS	1	1
Subtotal Brasil		12	12
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	PAÍS "n"	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		12	12

Fonte: Sistema Spiunet/Edifica

Análise crítica:

Embora a preferência seja por funcionamento em imóvel próprio, dotados de espaços para o bom atendimento das demandas, em razão da capilaridade da atuação de RFB no território nacional, nem sempre há imóvel da União adequado e disponível e para tanto, sendo necessária a locação para viabilizar o funcionamento do órgão.

Nessa linha, vale enfatizar a existência de projetos padrões para construção de edificações próprias, de Unidades Modelo de Atendimento e Unidade Modelo de Fronteira, patrocinados pelas Unidades Centrais da RFB, visando a instalação em espaço adequado às repartições da instituição.

No âmbito de atuação desta UJ, estão em andamento três projetos com vistas à construção de Unidades Modelos, nas Cidades goianas de Uruaçu e Caldas Novas e uma na Cidade de Araguaína – TO, visando substituir as atuais locações imobiliárias por instalações próprias e adequadas ao bom atendimento aos cidadãos.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 1ª REGIÃO
FISCAL - SRRF 01**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 7: Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental
(Item 8, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

7.1 - Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras

Quadro 29 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a Gestão Ambiental Avaliação de Licitações Sustentáveis	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 				X	
<p>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</p>		X			
<p>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).</p>				X	
<p>4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 			X		
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 		X			
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 				X	
<p>7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 		X			
<p>8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).</p>			X		

<p>9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade. 				X	
<p>10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.</p>					X
<p>11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p>				X	
<p>12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 				X	
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 	X				
<p>Considerações Gerais: O Quadro foi consolidado pela Superintendência após recebimento e análise dos quadros preenchidos pelas das UG's.</p>					
<p><u>LEGENDA</u></p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

7.2 - Medidas para Redução de Consumo Próprio de Papel, Energia Elétrica e Água

No que respeita ao uso racional de papel, energia elétrica e água, a UJ segue as diretrizes adotadas por toda a instituição, especialmente, no caso do uso do papel, há anos vem sendo substituída a maioria da documentação física pelo formato digital.

Assim, milhões de documentos de apresentação periódica obrigatória pelos contribuintes à repartição, tanto pessoas físicas quanto as jurídicas, são entregues, aferidos e arquivados em meio magnético, fazendo-se a impressão da cópia nos casos absolutamente necessários.

Nessa mesma linha, a instituição implantou, também, o processo eletrônico, com a criação do sistema “e-processo”, sendo que atualmente, grande parte dos expedientes internos e demais processos administrativos têm sua instrução e tramitação obrigatória por meio digital.

Quanto ao uso racional de água e energia elétrica tem-se seguido as orientações gerais sobre essa questão, visando-se, ao mesmo tempo, economia de recursos financeiro e o uso racional dos recursos naturais. Como exemplo, citam-se os casos dos novos projetos de construções, que contemplam essa preocupação, tais como o prédio sede da Delegacia de Goiânia, que é dotado de instalações modernas visando economia desses recursos, dispondo inclusive de reservatórios para captação de águas pluviais para usos diversos; exemplifica-se, ainda, o caso de instalações de interruptores elétricos em cada sala, para que as lâmpadas sejam desligadas individualmente quando não estiverem sendo utilizadas.

Quadro 30 - CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel (resma)	31.780	25.010	20.153	261.677,12	179.540,29	127.894,07
Água (m3)	30.994	38.975	33824	542.992,59	519.798,62	466.899,05
Energia Elétrica (kw)	6.563.035	6.197,093	6.079.057	2.964.335,28	2.961.493,44	2.845.844,61
			Total	3.769.004,99	3.660.832,25	3.440.637,73

Fonte: Sistema Siafi Operacional

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 1ª REGIÃO
FISCAL - SRRF 01**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 8: Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas
(Item 9, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

8.1 - Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

8.1.1 – Demonstrativo por Autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Não utilizamos o quadro original previsto na Portaria TCU nº 175/2013 pelas seguintes razões:

- As duas primeiras linhas (autoridades e cargos eletivos) não se aplicam à RFB, seria utilizada apenas a última linha;
- As 3 colunas relativas ao momento de entrega da DBR não constituem um bom modelo diante da preferência do servidor RFB em entregar as autorizações de acesso à DBR. Essa opção reduz a atividade de Gestão de Pessoas em controlar as entregas de DBR na posse ou final de exercício de função.

A informação detalhada no quadro construído pela RFB possui uma amplitude de controle maior que a proposição do relatório de prestação de contas. Objetiva um acompanhamento mais detalhado do esforço das unidades de Gestão de Pessoas para solução de pendências e manutenção dos dados relativos à guarda de DBR.

Quadro 31 - DEMONSTRATIVO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Pendências de Entrega de DBR – 1ª Região Fiscal		
Unidade Pagadora	Servidores sem funções	Servidores com função
DRF/CBA/MT	1	0
DRF/CGE/MS	0	0
DRF/GOI/GO	0	0
DRF/PAL/TO	0	0
SRRF01/DF	0	0

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

NOTAS EXPLICATIVAS

- As DRJ estão contidas na sua respectiva UPAG

A única pendência de entrega de DBR detectada na 1ª Região Fiscal, mais especificamente na unidade pagadora Delegacia da Receita Federal do Brasil em Cuiabá – MT, consubstancia-se em um complexo caso de servidora que havia sido aposentada por invalidez e, posteriormente, teve sua aposentadoria revertida, retornando à atividade. Porém, ela não compareceu ao trabalho na maioria dos dias desde a reversão. O caso está sendo tratado por meio de Processo Administrativo.

Não existe nenhuma pendência em relação aos ocupantes de função.

8.1.2 - Situação do Cumprimento das Obrigações

- *Providências adotadas pela UJ em relação às pessoas que não cumpriram a obrigação de entregar a DBR:*

Em razão da Portaria Interministerial MP/CGU Nº 298 de 6 de setembro de 2007, DOU 11/09/2007, que obriga todo agente público a entregar a DBR ou autorização de acesso a DIRPF, todo servidor em exercício na RFB tem obrigação de entregar a DBR ou autorização de acesso a DIRPF.

Periodicamente a Cogep promove campanhas de regularização da entrega de documentos funcionais pelos servidores e atualizações do sistema e pastas funcionais pelas áreas de Gestão de Pessoas das Regiões Fiscais.

Nos casos em que as providências citadas acima não resolvem as pendências, é realizado contato pelo e-mail funcional, telefone ou, em última opção, carta registrada para o endereço residencial do servidor informando-o da situação, riscos e consequências e solicitando a regularização.

- *Identificação da unidade interna (departamento, gerência, etc.) incumbida de gerenciar a recepção das DBR:*

O arquivamento das DBR e autorizações entregues é de responsabilidade da área de Gestão de Pessoas que deve preservar o sigilo das informações.

- *Existência ou não de sistema informatizado para esse gerenciamento:*

As autorizações de acesso a DIRPF são geradas e controladas via SA3.

- *Forma de recepção das DBR: se em papel ou se há sistemática de autorização eletrônica da autoridade ou servidor para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil, e como esse acesso se dá:*

A preferência dos servidores é assinar a autorização de acesso à DIRPF, o que minimiza o trabalho relativo à entrega de DBR ao final do exercício financeiro, da função ou cargo.

- *Realização ou não de algum tipo de análise, pela a UJ, das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida:*

Não compete à área de Gestão de Pessoas analisar possíveis incompatibilidades entre patrimônio e remuneração dos servidores. Quando solicitada, a informação é transmitida à área competente para processamento da análise.

- *Forma de guarda das DBR diante da necessidade de preservação do sigilo fiscal das informações:*

A autorização de acesso assinada pelo servidor é alocada na pasta funcional como qualquer documento. Nos casos em que o servidor entrega as declarações anuais, elas são recebidas em envelopes lacrados e arquivadas em armário com tranca na própria Divisão de Gestão de Pessoas.

8.2 - Alimentação SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, JOSÉ OLESKOVICZ, CPF nº 019.742.469-49, Superintendente Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal, exercido na Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores, exceto no tocante a:

a) Aranciabia Turismo Ltda, CNPJ nº 89.624.373/0001-47, referente ao fornecimento de passagens aéreas, tendo em vista que o respectivo Pregão Eletrônico foi cadastrado no Sistema SIASG somente prevendo as despesas com taxas de agenciamento, de acordo com IN/SLTI/MP nº 07/2012, sendo que a orientação, por parte da SLTI, para fins de elaboração de termo de referência da licitação, com os dois itens de gastos (agenciamento + valor das passagens) somente saiu posteriormente.

Brasília, 24 de fevereiro de 2014.

JOSÉ OLESKOVICZ
CPF nº019.742.469-49
Superintendente da 1ª RF

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 1ª REGIÃO
FISCAL - SRRF 01**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 9: Relacionamento com a Sociedade

(Item 10, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

9.1 - Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.

O principal canal de acesso do cidadão à Receita Federal do Brasil para fins de solicitações, reclamações, denúncias e sugestões é a Ouvidoria.

Em 2013, na 1ª Região Fiscal, foram recebidas 3.627 mensagens

MENSAGM	AN	EV	1AR	.BR	1AI	UN	UL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Respondida	262	235	270	275	261	298	341	278	260	286	319	318	3.403
Pendente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18	18
Repassada para Outras Regiões/ UC	-	-	11	6	13	8	32	27	31	30	32	16	206
Total Geral.....													3.627

TIPO DE MENSAGEM	
Denúncia	25
Elogio	35
Informação	1.257
Reclamação	1.915
Solicitação	179
Sugestão	10
Outras Unidades	206
Nº TOTAL	3.627

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 1ª REGIÃO
FISCAL - SRRF 01**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 10: Informações Contábeis

(Item 11, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

10.1 - Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Em atendimento ao Subitem 11.1 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 127/2013, a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal atende ao conjunto de Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica - NBC T 16, aplicáveis ao setor público, em especial à NBC T 16.9 que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão nas entidades do setor público e à NBC T 16.10 que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio das entidades do setor público.

1) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9

Em relação à Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9 que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão nas entidades do setor público e à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.136/2008 que aprova a NBC T 16.9, seguem informações em relação à metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo, a metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão e as taxas utilizadas para os cálculos.

a) Depreciação

Representa a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

a1) Bens Móveis

Os bens móveis de propriedade da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal são registrados no Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS (Sistema desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO e administrado pelo Ministério da Fazenda) e são depreciados, mensalmente, no SIADS com reflexo contábil no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Metodologia adotada para estimar a vida útil dos bens móveis

- A metodologia é a definida no Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações; e,
- Nas Instruções Normativas SRF nº 162/1998 e nº 130/1999.

Metodologia de cálculo da depreciação

A metodologia utilizada para o cálculo da depreciação dos bens móveis da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal é a das quotas constantes, definida no Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Taxas utilizadas para o cálculo da depreciação

As taxas do quadro abaixo foram definidas nas Instruções Normativas SRF nº 162/1998 e 130/1999 e na Macrofunção SIAFI nº 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Conta	Título	Vida Útil (anos)	Valor Residual (%)
142120200	Aeronaves	10	10
142120400	Aparelhos de Medição e Orientação	15	10
142120600	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20
142120800	Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares	15	20
142121000	Aparelhos e Equipamentos para Esporte e Diversões	10	10
142121200	Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10
142121400	Armamentos	20	15
142121800	Coleções e Materiais Bibliográficos	10	0
142121900	Discotecas e Filmotecas	5	10
142122000	Embarcações	20	10
142122200	Equipamentos de Manobra e Patrulhamento	20	10
142122400	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	10	10
142122600	Instrumentos Musicais e Artísticos	20	10
142122800	Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	20	10
142123000	Máquinas e Equipamentos Energéticos	10	10
142123200	Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10
142123300	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10	10
142123400	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10	10
142123500	Equipamentos de Processamento de Dados	5	10
142123600	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	10	10
142123800	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10
142123900	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10	10
142124000	Máquinas, Equipamentos e Utensílios Agrícolas, Agropecuários e Rodoviários	10	10
142124200	Mobiliário em Geral	10	10
142124600	Semoventes e Equipamentos de Montaria	10	10
142124800	Veículos Diversos	15	10
142125100	Peças não Incorporáveis a Imóveis	10	10
142125200	Veículos de Tração Mecânica	15	10
142125400	Equipamentos, Peças e Acessórios Aeronáuticos	30	10
142125700	Acessórios para Automóveis	5	10
142125800	Equipamentos de Mergulho e Salvamento	15	10
142126000	Equipamentos, Peças e Acessórios Marítimos	15	10

a2) Bens Imóveis

De acordo com a Portaria STN nº 439, de 12 de julho de 2012, que estabelece no âmbito da União o cronograma para implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais e específicos, entre eles a depreciação de bens imóveis, a União tem até o final do ano de 2014 para efetuar o registro da depreciação de bens imóveis.

Os bens imóveis da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal são de propriedade da União e todos estão registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNet.

A Secretaria do Tesouro Nacional - STN e a Secretaria de Patrimônio da União - SPU estão desenvolvendo trabalhos objetivando a criação de uma rotina de depreciação no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNet com reflexo contábil no Sistema de Administração Financeira do Governo federal - SIAFI.

b) Amortização

Representa a redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.

De acordo com a Portaria STN nº 439, de 12 de julho de 2012, a União tem até o final do ano de 2014 para efetuar o registro da amortização.

c) Exaustão

Representa a redução do valor de investimentos necessários à exploração de recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis ou de exaurimento determinado, bem como do valor de ativos corpóreos utilizados no processo de exploração.

A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal por não visar e nem possuir investimentos destinados à exploração de recursos minerais, florestais e outros recursos naturais, não dispõe de informações a respeito da exaustão de tais investimentos.

2) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.10

Em relação à Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.10 que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público e à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.137/2008 que aprova a NBC T 16.10, a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal utilizou como metodologia para a avaliação e mensuração de ativos e passivos a Portaria STN nº 437/2012 (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais).

De acordo com MCASP Parte II, mensuração é o processo que consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados nas demonstrações contábeis. O patrimônio das entidades do setor público, o orçamento, a execução orçamentária e financeira e os atos administrativos que provoquem efeitos de caráter econômico e financeiro no patrimônio da entidade devem ser mensurados ou avaliados monetariamente e registrados pela contabilidade. Os registros da entidade, desde que estimáveis tecnicamente, devem ser efetuados, mesmo na hipótese de existir razoável certeza de sua ocorrência.

Ainda, de acordo com o Princípio da Oportunidade, as transações no setor público devem ser reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorrerem.

CONCEITOS

Avaliação patrimonial: atribuição de valor monetário a itens do ativo e do passivo decorrentes de julgamento fundamentado em consenso entre as partes e que traduza, com razoabilidade, a

evidenciação dos atos e dos fatos administrativos.

Mensuração: constatação de valor monetário para itens do ativo e do passivo decorrente da aplicação de procedimentos técnicos suportados em análises qualitativas e quantitativas.

A avaliação e a mensuração dos elementos patrimoniais da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal obedecem aos critérios descritos a seguir:

a) DISPONIBILIDADES

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. A Conta Única do Tesouro Nacional e as aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, tendo seus rendimentos atualizados a cada decêndio até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado (contas de receita 425400000 ou 413250000).

b) CRÉDITOS e OBRIGAÇÕES

Os direitos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original. São apropriados por competência, considerando-se, de maneira geral, todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

No grupo de diretos a receber da UG 170010 - Órgão Central RFB, destaca-se a contabilização dos tributos federais administrados pela RFB.

A contabilização foi iniciada a partir do exercício financeiro de 2010, atendendo ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais e visa atender, especificamente, aos Princípios da Competência e da Oportunidade. Atende, também, à Resolução CFC nº 1.137/2008, que aprova a NBC T 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em entidades do setor público, além da Lei nº 4.320/1964, Artigos 85, 89 e 100.

Devido a particularidades dos sistemas da RFB, de onde são extraídos os dados, o registro na contabilidade é efetivado com um mês de defasagem. Os ajustes para perdas prováveis são constituídos com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos. Assim, uma vez identificada a probabilidade de perda de um crédito, é constituído o ajuste, que é atualizado anualmente. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

c) ESTOQUES

São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado. As UG's do Ministério da Fazenda dispõem de sistema próprio para controle dos estoques, o SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços).

d) INVESTIMENTOS

A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal não possui investimentos em empresas ou em consórcios públicos ou públicos-privados.

e) IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção.

Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo imobilizado são, em geral, incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Isso ocorre sobretudo com os bens imóveis registrados no SPIUNet. Qualquer outro gasto que não gere benefícios futuros é levado ao resultado do período em que seja incorrido. Os imobilizados com vida útil econômica limitada estão incorrendo em registro de depreciação sistemática durante esse período.

f) INTANGÍVEL

Os direitos, objeto de bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção. Os softwares representam o item de maior relevância desse grupo, merecendo destaque os gastos com os sistemas corporativos. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo intangível são, em geral, incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto é levado ao resultado do período em que seja incorrido. Ressalta-se que ainda não está em prática o registro da amortização do intangível.

g) DIFERIDO

O Ativo Diferido foi extinto pelas normas de contabilidade. A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal não dispõe de registros contábeis neste item.

3) Impacto da utilização dos critérios contidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9 e 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício.

a) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9

Em relação à aplicação da NBC T 16.9 que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão nas entidades do setor público, o impacto no resultado do exercício financeiro de 2013 da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal foi de R\$ 21.470.638,32 referente à depreciação de bens móveis.

A depreciação refere-se ao desgaste dos bens móveis e é contabilizada em uma conta redutora do ativo imobilizado, contribuindo para o resultado diminutivo do exercício.

b) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.10

Em relação à aplicação da NBC T 16.10 que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público, o resultado do exercício financeiro de 2013 da RFB teve vários impactos, destacando-se os seguintes (as variações abaixo ocorreram no resultado da UG 170010 - Órgão Central RFB):

b1) Aumento de R\$ 382.133.283.964,27 referente à incorporação de direitos (créditos de contribuições, créditos de impostos, taxas e contribuições de melhoria e créditos por infrações legais/contratuais);

b2) Aumento de R\$ 8.689.252.583,73 referente à desincorporação do passivo

“Ressarcimentos/Restituições de Tributos” devido ao pagamento de restituições do imposto de renda da pessoa física;

b3) Diminuição de R\$ 165.939.939.160,09 referente à baixa de direitos (créditos de contribuições, créditos de impostos, taxas e contribuições de melhoria e créditos por infrações legais/contratuais);

b4) Diminuição de R\$ 10.535.016.966,88 referente à incorporação do passivo “Ressarcimentos/Restituições de Tributos” devido à contabilização de restituições a pagar do imposto de renda da pessoa física; e,

b5) Diminuição de R\$ 151.855.566.286,84 referente ao ajuste para perdas prováveis sobre os créditos tributários administrados pela RFB (créditos de contribuições, créditos de impostos, taxas e contribuições de melhoria e créditos por infrações legais/contratuais).

10.2 - Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO **NÃO REFLETEM** CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
Superintendência Regional da Receita Federal na Primeira Região Fiscal - SRRF01	170018
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2013, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>1) UG 170018 - SRRF</p> <p>a) Saldo na Conta de Materiais em Trânsito</p> <p>a1) Fundamento Legal: Macrofunção SIAFI n.º 10.05.06 - Transação Concontir - Consulta Contas a Regularizar e Macrofunção SIAFI 02.10.03 - Manual de Análise dos Demonstrativos e Auditores Contábeis.</p> <p>a2) Providências da Setorial de Contabilidade: Orientação e acompanhamento da regularização da divergência.</p> <p>a3) A inconsistência permanece desde o ano de 2012 no sistema que administra o almoxarifado e bens móveis das Unidades Gestoras do Ministério da Fazenda, o SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços). A regularização depende de ajustes técnicos no SIADS a serem realizados pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO, empresa pública que desenvolveu o SIADS. A solicitação de ajustes técnicos foi repassada ao SERPRO no mesmo ano de 2012 e o seu atendimento vem sendo acompanhado pela Setorial de Contabilidade da 1ª Região Fiscal.</p> <p>b) Saldo contábil de bens móveis não confere com o Relatório de Movimentação de Bens Móveis - RMB</p> <p>b1) Fundamento Legal: Regulamento sobre a Gestão do Patrimônio do Ministério da Fazenda - MF (COGRL/SPOA/SE) e Macrofunção SIAFI n.º 02.11.01 - Relatório de Movimentação do Almoxarifado e Relatório de Movimentação de Bens Móveis.</p>	

b2) Providências da Setorial de Contabilidade: Orientação e acompanhamento da regularização da divergência.

b3) A inconsistência permanece desde a implantação do sistema que administra o almoxarifado e bens móveis das Unidades Gestoras do Ministério da Fazenda, o SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços). A regularização depende de ajustes técnicos no SIADS a serem realizados pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO, empresa pública que desenvolveu o SIADS. A solicitação de ajustes técnicos foi repassada ao SERPRO em 2011 e o seu atendimento vem sendo acompanhado pela Setorial de Contabilidade da 1ª Região Fiscal.

2) UG 170019 - Delegacia da Receita Federal do Brasil em Brasília

a) Saldo Indevido na Conta Bens de Estoque a Receber

a1) Fundamento Legal: Macrofunção SIAFI nº 10.05.06 - Transação Concontir - Consulta Contas a Regularizar e Macrofunção SIAFI 02.10.03 - Manual de Análise dos Demonstrativos e Auditores Contábeis.

a2) Providências da Setorial de Contabilidade: Orientação e acompanhamento da regularização da divergência.

a3) A inconsistência permanece desde o ano de 2012 no sistema que administra o almoxarifado e bens móveis das Unidades Gestoras do Ministério da Fazenda, o SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços). A regularização depende de ajustes técnicos no SIADS a serem realizados pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO, empresa pública que desenvolveu o SIADS. A solicitação de ajustes técnicos foi repassada ao SERPRO no mesmo ano de 2012 e o seu atendimento vem sendo acompanhado pela Setorial de Contabilidade da 1ª Região Fiscal.

3) UG 170110 - Inspeção da Receita Federal do Brasil em Corumbá

a) Saldo contábil de bens móveis não confere com o Relatório de Movimentação de Bens Móveis - RMB

a1) Fundamento Legal: Regulamento sobre a Gestão do Patrimônio do Ministério da Fazenda - MF (COGRL/SPOA/SE) e Macrofunção SIAFI nº 02.11.01 - Relatório de Movimentação do Almoxarifado e Relatório de Movimentação de Bens Móveis.

a2) Providências da Setorial de Contabilidade: Orientação e acompanhamento da regularização da divergência.

a3) A inconsistência permanece desde a implantação do sistema que administra o almoxarifado e bens móveis das Unidades Gestoras do Ministério da Fazenda, o SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços). A regularização depende de ajustes técnicos no SIADS a serem realizados pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO, empresa pública que desenvolveu o SIADS. A solicitação de ajustes técnicos foi repassada ao SERPRO em 2011 e o seu atendimento vem sendo acompanhado pela Setorial de Contabilidade da 1ª Região Fiscal.

4) UG 170198 - Delegacia da Receita Federal do Brasil em Goiânia

a) Permanência de Saldos em Contas Transitórias do Ativo Permanente - Conta Corrente 112160400

a1) Fundamento Legal: Macrofunção SIAFI nº 03.03.15 - Conformidade Contábil, Item 4.1.1.2.6 e Macrofunção SIAFI 02.10.06 - Manual de Regularizações Contábeis, Item 3.

a2) Providências da Setorial de Contabilidade: **Orientação e acompanhamento da regularização da divergência.**

a3) Recolhimento de GRU dia 07 de janeiro de 2014 referente a documentos lançados no SIAFI com data retroativa a dezembro de 2013. Em 21 de janeiro de 2014, houve a regularização da pendência.

b) Saldos Alongados em Contas Transitórias do Passivo Circulante - Conta Corrente 212610000

b1) Fundamento Legal: Macrofunção SIAFI nº 03.03.15 - Conformidade Contábil, Item 4.1.1.2.6 e Macrofunção SIAFI 02.10.06 - Manual de Regularizações Contábeis, Item 3.

b2) Providências da Setorial de Contabilidade: Orientação e acompanhamento da regularização da divergência.

b3) Recolhimento de GRU dia 07 de janeiro de 2014 referente a documentos lançados no SIAFI com data retroativa a dezembro de 2013. Em 21 de janeiro de 2014, houve a regularização da pendência.

5) UG 170271 - Delegacia da Receita Federal do Brasil em Palmas

a) Saldo contábil de bens móveis não confere com o Relatório de Movimentação de Bens Móveis - RMB.

a1) Fundamento Legal: **Regulamento sobre a Gestão do Patrimônio do Ministério da Fazenda - MF (COGRL/SPOA/SE) e Macrofunção SIAFI nº 02.11.01 - Relatório de Movimentação do Almoarifado e Relatório de Movimentação de Bens Móveis.**

a2) Providências da Setorial de Contabilidade: Orientação e acompanhamento da regularização da divergência.

a3) A inconsistência permanece desde a implantação do sistema que administra o almoarifado e bens móveis das Unidades Gestoras do Ministério da Fazenda, o SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços). A regularização depende de ajustes técnicos no SIADS a serem realizados pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO, empresa pública que desenvolveu o SIADS. A solicitação de ajustes técnicos foi repassada ao SERPRO em 2011 e o seu atendimento vem sendo acompanhado pela Setorial de Contabilidade da 1ª Região Fiscal.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília/DF	Data	18/02/2014
Contador Responsável	Fêlix Valois Rodrigues Araujo	CRC nº	020436/O-1